



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Eliana Santos da Silva Laurentino

**História Local, Patrimônio e Culturas Afro-Brasileiras em Duque de Caxias
(2000-2014)**

Duque de Caxias

2016

Eliana Santos da Silva Laurentino

**História Local , Patrimônio e Cultura Afro-Brasileira em Duque de Caxias -
(2000-2014)**

Dissertação apresentada como requisito parcial, para obtenção de título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Amália Dias

Coorientador: Nielson Bezerra

Duque de Caxias

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC

L383 Laurentino, Eliana Santos da Silva CDU 008(815.3)
Tese História local, patrimônio e cultura afro-brasileira em Duque de
 Caxias (2000-2014) / Eliana Santos da Silva Laurentino – 2014.
 220f.

 Orientador: Amália Dias
 Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada
 Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

 1. Cultura – Duque de Caxias (RJ) - Teses. 2. Cultura afro-
 brasileira – Baixada Fluminense (RJ) - Teses. I. Dias, Amália. II.
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da
 Baixada Fluminense. III. Título.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Eliana Santos da Silva Laurentino

**História Local, Patrimônio e Cultura Afro-Brasileira em Duque de Caxias -
(2000-2014)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas.

Aprovado em 12 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Amália Dias (Orientadora)

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof. Dr. Nielson Bezerra (Coorientador)

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof. Dr. Eduardo Quintana

Univeridade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rui Aniceto

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Duque de Caxias

2016

DEDICATÓRIA

A Lívia e Mairton, patrimônios da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradacer é sempre um perigo, especialmente porque realizar esse registro compõe um momento de reflexão sobre trajetórias que fiz e faço com auxílio de muitos. Então, claro que peço desculpas por não expressar devidamente minha gratidão.

Agradeço aos meus orientadores, que cada dia mais me ensinam que é possível uma universidade melhor. Ao professor Nielson Bezerra sou muito grata por todo companherismo e pelo incentivo constante. Sua disponibilidade e generosidade enriquecem sua sabedoria. Agradeço com carinho a professora Amália Dias, pelo rigor com doçura, um presente de orientadora.

Agradeço a família pelo apoio, minha querida mãe Maria José, sempre atenta e carinhosa, e a minha irmã Daiana, pela parceria eterna.

Agradeço ao meu marido Mairton, meu partner de alma, que com paciência e ternura me apoia constantemente. A minha filha Livia por superar minhas ausências/presente.

Agradeço aos amigos, e em especial, os que compartilharam dessa etapa da minha vida. A amiga Daniela Cavalheiro (Dani), pelo apoio constante. Sempre solícita, desde a revisão de texto (de última hora) a confeitar o bolo da Fronzen para o aniversário da minha filhota. A Marta Ferreira, pessoa com energia contagiante, que sempre nos revigora com seu sorriso. A Ludmila Barros, a Edyana Barreto, Vitor Hugo, Eduardo Possidonio, Moises Peixoto, e todos os membros do grupo de pesquisa “Cor da Baixada”, que sempre me motivam através dos debates, eventos e confraternizações.

Agradeço aos amigos do Grupo de Estudos de História da Educação Local (Ehelo), pessoas de lutas e resistências. Agradeço a Paula Esteves (Paulinha), pela autenticidade, a Isabela Bolorini (Bela), pelo companherismo, a Marcia Spadetti, Vinícius Plessin. Enfim a todos os membros desse grupo. Que possamos caminhar juntos!

Um agradecimento especial a equipe do Instituto Histórico de Duque de Caxias; a professora Ercilia Oliveira, no arquivo da APPH-Clio; e a toda equipe do Museu Vivo do São Bento, e a professora Marlúcia Souza, pela atenção a pesquisa.

Por fim, agradeço ao programa de Pós-Graduação da FEBF/UERJ, que através dos professores e aos demais funcionários, possibilitam pesquisas sobre/na e para a Baixada Fluminense. Obrigada!

RESUMO

LAURENTINO, Eliana. S.S. *História Local, Patrimônio e Culturas afro brasileiras em Duque de Caxias (2000-2014)*. 2016. 220f Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2016.

O presente trabalho se propôs a examinar como a rede memória e história da região se relaciona recentemente com a temática das culturas afro brasileiras, e como suas ações e reações influenciam ou são influenciadas pelas políticas públicas nacionais na produção de conhecimento na Baixada Fluminense direcionadas pela relação entre escritas e práticas patrimoniais. A proposta foi investigar como as produções acadêmicas são impactadas ou impactam nas apropriações de memórias e identidades, no sentido de encaminhamento das disputas pela legitimidade dos usos do passado do território. Desse modo, a perspectiva gramsciana auxiliou na análise das agências e agentes, a partir da produção escrita e da produção de educação patrimonial como operações de hegemonia e lutas pelo enquadramento da memória da cidade, sendo possível identificar os movimentos e as articulações dos agentes para reconhecimento e espaços de atuação. Dentre os esforços desses agentes, foi percebido um novo movimento de produção historiográfica sobre a Baixada Fluminense ao longo das últimas duas décadas, no qual, foi possível indicar um encaminhamento de diretriz para determinados temas pesquisados nessa região, em especial os estudos sobre escravidão, diáspora africana, culturas afro brasileiras e a condição do negro na sociedade. Assim, foi realizado um levantamento com as dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em História e Educação do Rio de Janeiro; livros e artigos que abordem a temática das culturas afro brasileiras, no sentido de analisar a bibliografia sobre as produções relacionadas as culturas afro brasileiras sobre a Baixada Fluminense, e em especial, a cidade de Duque de Caxias, entre os anos 2000 a 2014. Também foi analisada uma experiência de educação patrimonial institucionalizada na cidade de Duque de Caxias, com ênfase nos projetos sobre culturas afro-brasileiras, do Museu Vivo do São Bento (2007 a 2015), de forma a perceber a imbricação entre os sujeitos que produziam a escrita da história local e sua presença também em agências de educação patrimonial.

Palavras-Chave: Baixada Fluminense. Culturas Afro brasileiras. Patrimônio

ABSTRACT

LAURENTINO, Eliana. S.S. Local History, Heritage and Cultures african brazilian in Duque de Caxias (2000-2014). 2016. 220f Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2016.

This thesis analyses what is called a “network of memory” existent in the region known as Baixada Fluminense, aiming its relations with the Afro-Brazilian cultures, as well as the ways it touches (or is touched by) the national public policies. This work looks at the dialectic relation between written works and patrimonial practices. The objective is to examine the impact that the academic literature has on (or suffers from) memories and identities, highlighting its importance on the disputes revolving around the legitimacy of the uses of this territory’s past. In this sense, I use the work of Antonio Gramsci to investigate the agents and the agencies working on that territory, starting from the literature and the educational practices regarding patrimony and looking at them to find the disputes for the hegemony and the memory of the city. It was possible to find a new movement on the literature regarding Baixada Fluminense from the past two decades on, in which studies on slavery, African diaspora, Afro-Brazilian cultures e the negro in the society are privileged themes. The sources are the thesis and dissertations from the Graduate Programs in History and Education in Rio de Janeiro, books, and papers, whit regard to the Afro-Brazilian cultures in Baixada Fluminense (the city of Duque de Caxias, mostly), from 2000 to 2014. I also examine one experience of patrimonial practices that focus on education in the Museu Vivo do São Bento, a institution located at Duque de Caxias (2007 e 2015). Concentrating in its projects regarding Afro-Brazilian cultures, the analyses looks at the relations between who produces the literature on local history and their presence in such institute, as well as in other agencies that value those themes.

Keywords: Baixada Fluminense. Afro-Brazilian Cultures. Heritage

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Municípios da Baixada Fluminense.....	22
Quadro 1-	Recorte geográfico das dissertações e teses sobre a Baixada Fluminense - (2000-2014).....	88
Quadro 2 -	Dissertações e Teses sobre Baixada Fluminense (2000-2014).	89
Quadro 3 -	Dissertações sobre escravidão e população afro brasileira na Baixada Fluminense (2000-2014) -Programa de pós-graduação em História da Universidade Severino Sombra (USS).	90
Quadro 4 -	Teses e Dissertações sobre Escravidão e Culturas Afro brasileiras na Baixada Fluminense (2000-2014)	91
Quadro 5 -	Teses e Dissertações sobre a população afro brasileira na Baixada Fluminense (2000-2014).	94
Gráfico 1 -	Participação das Instituições na Revista Pilares da História (2002-2014)	117
Quadro 6:	Artigos sobre a população afro brasileira em Duque de Caxias (2000-2014)...	123
Figura 2 -	Folder da Ação Griô Nacional – Duque de Caxias.....	153
Figura 3 -	Imagem do Caderno CRPH	156
Figura 4:	Folder do Curso de Formação Continuada	157
Figura 5:	Imagem de abertura do Relatório “Nos caminhos da Diáspora: as Conexões África- Brasil e a Baixada Fluminense”	158
Figura 6 -	Montagem para apresentação em formato slide das Oficinas com Lukman Alade Fakeye	159
Figura 7 -	Imagem do Relatório do Projeto “Achadouros”	160
Figura 8 -	Registro do MVSB da visita ao terreiro de Mãe Regina do Bamboxê.....	161
Figura 9 -	Folder Exposição “Vida na Fé”	162
Figura 10 -	Registro do MVSB da Exposição KUMBUKUMBU na Baixada Fluminense	163
Figura 11 -	Registro da visita ao Jongo no Quilombo São José com os alunos do curso de Patrimônio.....	164
Figura 12 -	Registro da visita ao Memorial Manuel Gongo.....	165
Figura 13 -	Registro da Conferencia “As revoltas escravas na Bahia do século XIX”	166
Figura 14 -	Registro do MVSB da Conferencia “As revoltas escravas na Bahia do século XIX”	167

Figura 15 -	Registro com o Folder e fotos da abertura do I Seminário de estudos da Escravidão na Baixada Fluminense.	168
Figura 16 -	Roteiro de Patrimônio na cidade de Duque de Caxias.	169
Figura 17 -	Registro da visita ao terreiro e ao espaço museal de Pai Cristóvão no Pantanal, bairro em Duque de Caxias.....	170
Figura 18 -	Terreiro de Joaozinho da Gomeia- Duque de Caxias: registro do MVSB antes das escavações	171
Figura 19 -	Terreiro de Joaozinho da Gomeia- Duque de Caxias -Início das escavações no terreno	172
Figura 20 -	Capa do relatório do projeto Juventude Semeando Memória e Cidadania.....	177
Figura 21 -	Registro do curso e dos jovens atuando.....	180
Figura 22 -	Registro da atividade do Cineclub e os pesquisadores populares no Reisado Flor do Oriente.....	181
Figura 23 -	Registro do Maculelê com Mestre Gegê	183
Figura 24 -	Registro do trabalho de campo no Porto Pilar e Estrela	185
Figura 25 -	Registro da visita ao Instituto Pretos Novos.....	186
Figura 26 -	Registro das Entrevistas- Presença Ango-Congolosa.....	187
Figura 27 -	Texto de Jaqueline Nascimento	188
Figura 28 -	Registro dos artesanatos do grupo LUTARTE	191
Figura 29 -	Registro dos Grupos estudos LUTARTE	192
Figura 30 -	Registro da oficina de máscaras africanas	194
Figura 31 -	Registro da oficina de máscaras africanas	195

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIL	Arcádia Iguaçuana Literária
APPH-CLIO	Associação de Professores e Pesquisadores de História
ARCO	Arte e Comunicação
ASAMIH	Associação dos Amigos do Instituto Histórico
CCJP	Centro Cultural José do Patrocínio CCJP
CEA	Centro de Estudos Africanos
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEMPEDOCH-BF	Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense
CEPEMHed	Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense
CFPEN	Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CISV	Comunidade Empenho Serviço Voluntariado
CME	Conselho Municipal de Cultura
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
CODELINE	Conselho Municipal em Defesa do Direito do Negro e Promoção da Igualdade Racial e Étnica
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de Histórica Contemporânea do Brasil
CRPH	Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias
DEMU	Rede de Museus, Memórias e Movimentos Sociais
FABEL	Faculdade de Belford Roxo
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FEUDUC	Fundação Educacional de Duque Caxias
FUNDREM	Fundação para desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio

IBEAA	Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos
IEGRS	Instituto de Educação Governador Roberto Silveira
IHDC	Instituto Histórico de Duque de Caxias
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
INL	Instituto Nacional do Livro
IPABH	Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABHOI	Laboratório de História Oral e Imagens
LEAFRO	Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros
LUTARTE	Grupo luta com arte
MINC	Ministério da Cultura
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
MSVB	Museu Vivo do São Bento
MUB	Federação Municipal das Associações de Moradores em Duque de Caxias
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNs	Curriculares Nacionais
PINBA	Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense
PNC	Plano Nacional de Cultura (PNC
PVNC	Pré Vestibular de Negros e Carentes
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio do Janeiro
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UCAM	Universidade Cândido Mendes
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UHC	União dos Homens de Cor
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio
UPC	União Popular Caxiense
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UEG	Universidade do Estado da Guanabara
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNIABEU	Associação Brasileira de Ensino Universitário Abeu
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
USS	Universidade Severino Sombra
UIIO	Unidades Urbanas Integradas a Oeste

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	PELO CAMINHO PERCORRIDO: AGENTES E AGÊNCIAS DA ESCRITA DA HISTÓRIA NA BAIXADA FLUMINENSE.....	26
1.1	Patrimônio, História e Memória: operações de hegemonia.....	26
1.2	O Território de Duque de Caxias e os movimentos pela sua memória.....	38
1.2.1	<u>Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH- CLIO): uma trilha para o diálogo acadêmico</u>	<u>52</u>
1.2.2	<u>A Associação dos Amigos do Instituto Histórico (Asamih): conexões de uma rede de memória</u>	<u>60</u>
1.3	Temática das culturas afro brasileiras: campo de disputas	63
2	PELO CAMINHO DAS LETRAS: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E CULTURAS AFRO BRASILEIRAS EM DUQUE DE CAXIAS	69
2.1	Cultura afro-brasileira e cultura popular: posicionamentos políticos	72
2.2	As histórias afro-brasileiras na cidade de Duque de Caxias: distintos olhares.....	78
2.3	Culturas afro brasileiras: uma temática em construção na Baixada Fluminense	86
2.3.1	<u>Teses e Dissertações: as produções em Duque de Caxias</u>	<u>100</u>
2.4	Revistas em Duque de Caxias: Divulgação dos projetos de memórias.....	108
2.4.1	<u>Revista Hidra de Igoassú: faces da resistência</u>	<u>109</u>
2.4.2	<u>Revista Pilares da História: Preservar e divulgar</u>	<u>114</u>
3	PELO CAMINHO DAS FORMIGAS: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AS CULTURAS AFRO BRASILEIRAS NO MUSEU VIVO DO SÃO BENTO.....	130
3. 1	A institucionalização do Museu Vivo do São Bento	133
3.2	A presença das culturas afro brasileiras nos projetos.....	148
3.2.1	<u>Os Jovens: algumas experiências afro brasileiras.....</u>	<u>174</u>
3.2.2	<u>Mulheres e o patrimônio.....</u>	<u>189</u>
	OUTROS PERCURSOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
	REFERÊNCIAS.....	205
	APÊNDICES	218
	ANEXOS.....	219

INTRODUÇÃO

[...] reconhecer-se a si próprios como construtores de memórias porque historiadores ou aprender a detectar em tempos que não são os nossos, em outros espaços físicos e simbólicos e na alteridade de outras sociedades e agentes sociais a tangência e as possíveis interseções entre história e memória é, portanto, tarefa constitutiva da formação dos que fazem da história seu ofício

Margarida de Souza Neves

Entender o ofício do historiador é perceber que minhas escolhas temáticas são parte de mim e, por isso, minha trajetória fala muito das minhas seleções. Nesse momento em que faço uma leitura do meu vivido, entendo que minha militância em Pré-Vestibular Comunitário¹ na cidade na qual moro, Duque de Caxias², talvez tenha me permitido algumas questões, dentre elas: o que é ser morador na Baixada Fluminense?

Certamente, essa experiência me aproximou de pessoas que estavam envolvidas e preocupadas com diferentes questões sobre a região. Então, assim que iniciei o curso de História na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no ano de 2000, José Antônio, meu professor do pré-Vestibular, me apresentou a alguns professores da Fundação Educacional de Duque Caxias (FEUDUC). Assim, continuei por um período como professora e coordenadora no Pré-Vestibular para Negros e Carentes, mas também comecei a participar de um grupo de estudos sobre escravidão na Baixada Fluminense, vinculado ao Departamento de História da FEUDUC, coordenado pelo Professor Nielson Rosa Bezerra, entre 2001 e 2004.

¹ A Educafro tem por “missão promover a inclusão da população negra (em especial) e pobre (em geral), nas universidades públicas e particulares com bolsa de estudos, através do serviço de seus voluntários/as nos núcleos e pré-vestibular comunitários” Disponível em: <www.educafro.org.br/rio/> Acesso em: 29/11/2015.

² Duque de Caxias é atualmente um dos municípios integrantes a Baixada Fluminense. Cabe esclarecer que a Baixada Fluminense pode ser definida como o conjunto de municípios localizados na região metropolitana da atual Cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a classificação da FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), a Baixada Fluminense compõe os seguintes municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Japeri. Atualmente Duque de Caxias está dividida em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elísios, Imbarie e Xérem. Ver (BRAZ, 2010. p.10).

Hoje, percebo que há mais de dez anos estou envolvida com pesquisas e atividades educativas na Baixada Fluminense, em especial com a temática afro brasileira. Desse modo, realizei minha monografia de graduação a partir de documentos sobre os quilombos de Nova Iguaçu³, estabelecendo um debate sobre negociação e conflito de escravos quilombolas. Senti, naquele momento, que esse trabalho monográfico permitia que eu fosse uma das alunas que levava a reflexão sobre esse território para uma Universidade fora desse cenário, no caso a PUC-Rio. Apesar de ter sentido que estava contribuindo com uma produção sobre a Baixada Fluminense, eu não tinha dimensão que o grupo de pesquisa fazia parte de uma “rede de memória”.

No curso de pós-graduação em História da África e do Negro no Brasil, realizado na Universidade Cândido Mendes (2006-2007), também continuei minhas pesquisas sobre escravidão e resistências no Recôncavo da Guanabara⁴. Dessa forma, mantive relações próximas com as atividades na cidade, participando, por exemplo, dos primeiros Congressos de professores e pesquisadores da Baixada Fluminense.

Após ficar distante da vida acadêmica por um certo período, no ano de 2014 participei, como professora de história da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, de um projeto de formação continuada sobre Patrimônio, Memória e Cultura da Baixada Fluminense. Nesse espaço, como aluna e bolsista de Capacitação Técnica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), percebi o quanto era necessário entender como as produções acadêmicas e as práticas patrimoniais se configuram na região. Assim, foi possível chegar nesta proposta de pesquisa, com o objetivo de examinar como a temática do patrimônio, da história, da memória e das culturas afro brasileiras se fazem presente na produção acadêmica sobre a Baixada Fluminense, e como os agentes e as agências na região estão envolvidos em um esforço de memória e preservação que também incide sobre práticas de educação patrimonial.

Assim, essa proposta de trabalho objetiva analisar as relações entre produção acadêmica e práticas patrimoniais na cidade de Duque de Caxias, entendendo que ainda é um desafio para a educação brasileira a aplicabilidade das leis e ações que estão preocupadas com uma educação voltada para o debate da cidadania com perspectivas positivas de identidades.

³ Ver monografia Silva, 2004.

⁴ Recôncavo da Guanabara é um termo utilizado para distinguir no tempo a região que atualmente é denominada de Baixada Fluminense. A denominação de Baixada Fluminense foi construída, conceitualmente, no século XX. Contudo, os primeiros estudos sobre a região utilizavam com maior frequência o termo Recôncavo da Guanabara, com o objetivo de demarcar a relação entre o Rio de Janeiro e as freguesias que contornavam a Baía de Guanabara. Ver: OLIVEIRA, 2004, p. 17-47.

Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), texto aprovado pelo MEC em 1996, que tem por objetivo uma tentativa de intervenção na organização do ensino fundamental no Brasil, quanto a Lei 10639/2003⁵, muitos esforços foram realizados.

Assim, existem ações na Baixada Fluminense que indicam esforços para a aplicabilidade da Lei 10.639/03. Dentre esses esforços, percebemos um novo movimento de produção historiográfica sobre a Baixada Fluminense ao longo das últimas duas décadas. É possível indicar um encaminhamento de diretriz para determinados temas pesquisados nessa região, em especial os estudos sobre escravidão, diáspora africana, culturas afro brasileiras e a condição do negro na sociedade como sendo temas privilegiados.

Desse modo, investigamos a emergência, em estudos sobre a Baixada Fluminense (com ênfase em Duque de Caxias), da temática das relações étnico-raciais na escrita acadêmica e, também, pesquisamos reflexões presentes no campo educacional. Foram analisadas as produções acadêmicas nas áreas de História e Educação, considerando que elas indicam reflexos nas atividades educativas e culturais na cidade diante da relação entre as escritas e as práticas patrimoniais.

Verificou-se que desde os anos 1990 ocorre um movimento de professores para intervenções para educação formal e não formal. A reivindicação de um grupo de professores da rede pública do município de Duque de Caxias, apoiados pelo Núcleo Local do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe-Caxias), permitiu a inclusão da obrigatoriedade do ensino de história do município nos currículos escolares no texto final da Lei Orgânica Municipal (Nº 014, de 30 de junho de 1999). Contando com um movimento de pressão popular, de ocupação da Câmara Municipal e de mobilização dos movimentos sociais, os vereadores aprovaram aquela demanda, abrindo diferentes possibilidades para que a pesquisa e o ensino sobre a cidade de Duque de Caxias e a Baixada Fluminense ganhassem fôlego, o que pode ser melhor identificado na atualidade. Dessa forma, foi se configurando uma rede memória e história por um grupo de professores preocupados com a memória da cidade e com a preservação patrimonial (SILVA, SOUZA, 2009).

Esse grupo estabeleceu laços de trabalho com os professores do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC). Neste mesmo processo foi criada a Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio), e seus associados se organizaram em grupos de pesquisa da história local, bem como

⁵ A Lei 10.639 de 2003 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

estudos teóricos para ingresso em programas de mestrado e doutorado. Marlucia Santos de Souza reforça as etapas desse movimento diante de uma perspectiva de educação patrimonial

A intensificação desse movimento consolidou uma perspectiva de educação patrimonial que tinha os seguintes objetivos: a) fomentar a criação de outras entidades que tivessem fins similares; b) realizar cursos para professores da rede pública; c) incentivar pesquisas; d) organizar congressos bienais para comunicar e trocar conhecimentos produzidos; e) publicar a revista Hidra de Igoassu que ajudaria na divulgação das pesquisas finais ou em curso (SILVA, SOUZA 2009 p. 150).

Esses professores também construíram roteiros didáticos pedagógicos de visitação de diferentes espaços de memória da história da Baixada Fluminense, direcionados aos professores da rede pública na cidade. As atividades culturais permitiram a institucionalização do Conselho Municipal de Cultura (CME) e a participação direta dos professores como conselheiros, que asseguraram a criação da Cadeira de Patrimônio Histórico Arqueológico, Etnográfico e Cultural na prefeitura da cidade de Duque de Caxias. Assim, por meio de do Decreto 4.805 e do Decreto 4.806, após a reivindicação dos professores em 2005, o governo municipal criou o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH) e o Centro de Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEMPEDOCH-BF). Essas instituições são “paraestatais”, como denominam Silva e Souza. Isso significa que recebem garantia da participação do poder público, mas são autônomas, com a participação de representantes da sociedade civil na formação de seus conselhos deliberativos (SILVA, SOUZA 2009).

Dessa forma, antes de identificar o processo de inserção da temática sobre cultura afro brasileira na região, recuperamos um pouco da trajetória dos agentes e as agências envolvidos na pesquisa sobre a história local. Esse movimento de memória na região nos permitiu entender como a escrita acadêmica impactou ou foi impactada pela busca de registros documentais e patrimoniais da região, diante da emergência nacional sobre o debate da temática.

Nesse sentido, esse estudo se propôs a examinar como a rede memória e história da região se relaciona recentemente com a temática das culturas afro brasileiras, bem como investigar se suas ações e reações influenciam ou são influenciadas pelas políticas públicas nacionais na produção de conhecimento na Baixada Fluminense, direcionadas pela relação entre escritas e práticas patrimoniais.

A proposta foi investigar como as produções acadêmicas são impactadas ou impactam nas apropriações de memórias e identidades, no sentido de encaminhamento das disputas pela legitimidade dos usos do passado do território. Dessa forma, foi realizado um levantamento

com as dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em História e Educação do Rio de Janeiro; livros e artigos que abordem a temática das culturas afro brasileiras, no sentido de analisar a bibliografia sobre as produções relacionadas às culturas afro brasileiras sobre a Baixada Fluminense, em especial a cidade de Duque de Caxias, entre os anos 2000 a 2014. Também analisamos uma experiência de educação patrimonial institucionalizada na cidade de Duque de Caxias (com ênfase nos projetos sobre culturas afro-brasileiras) do Museu Vivo do São Bento (2007 a 2015), de forma a perceber a imbricação entre os sujeitos que produziam a escrita da história local e sua presença também em agências de educação patrimonial.

Para melhor definir as obras a serem analisadas, diante do volume de produções nos últimos anos nos cursos de pós-graduação, foi produzido, na primeira etapa da pesquisa, um banco de dados a partir de um levantamento das produções acadêmicas, tais como revistas locais, livros, dissertações e teses em programa de pós-graduação em História e Educação das universidades públicas do Rio de Janeiro. Também estão sendo consideradas as produções de determinados periódicos da região e os livros.

Dentre as teses e dissertações foram identificados, após a análise, três grandes grupos de investigações: os trabalhos sobre a escravidão; os trabalhos sobre as relações étnico raciais e o campo educacional; e as temáticas de culturas afro brasileiras e/ou identidades. Desse modo, foram examinados quem são os autores, qual é a perspectiva de abordagem, o recorte temporal, o recorte espacial, as fontes de pesquisa, e vínculos institucionais, quando identificáveis.

O recorte realizado, limitado aos cursos de História e Educação, se justificou pela preocupação em examinar a relação entre produção acadêmica e educação patrimonial. Assim, como hipóteses consideramos que as produções bibliográficas estariam envolvidas pelas demandas do debate nacional, como a própria Lei 10 639/2003, que instituiu a obrigatoriedade de ensino de História da África e da Cultura Afro brasileira, e as Diretrizes Curriculares de 2004, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), propondo a Educação das Relações Étnico Raciais. Também supomos, como foi constatado, uma articulação entre as disputas locais pela valorização da história de Duque de Caxias com a produção acadêmica e as práticas de educação patrimonial presentes na cidade, como no caso do Museu Vivo do São Bento.

Importante mencionar que esse trabalho objetivou um estudo qualitativo dos dados levantados, considerando também que o mapeamento das dissertações, teses, artigos e livros, certamente, não contemplam todas as produções relacionadas à temática na Baixada Fluminense. Porém, entende-se o recorte dessa pesquisa como uma representação da forma

como a produção do conhecimento na região está relacionando produção, conhecimento e práticas patrimoniais. Entretanto, o registro e o cruzamento de dados quantitativos foram parte integrante da análise, a fim de verificar a emergência e/ou permanência das temáticas do patrimônio, das culturas afro-brasileiras da história da Baixada Fluminense e das discussões sobre educação patrimonial e relações étnico raciais. Na análise da produção identificada, serão examinadas como essas categorias são mobilizadas, quem são os agentes produtores e as intenções sociais da produção.

A partir da consulta aos sites dos programas de pós-graduação em História e Educação das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, selecionei dissertações e teses que tratam da Baixada Fluminense a partir dos anos 2000 a 2014. Essa identificação foi feita através dos títulos dos trabalhos, bem como de seus resumos. Dessa forma, é importante ressaltar que, muito provavelmente, alguns trabalhos não foram incluídos, por não atenderem aos critérios escolhidos. De posse dessas informações, construí um banco de dados, que conta com oitenta e cinco (85) trabalhos. Dessa seleção, vinte e seis (26) pesquisas estão com recorte amplo, ou seja, abordam a Baixada Fluminense - desde freguesias ao Recôncavo da Guanabara; dezesseis (16) são sobre Nova Iguaçu; trinta e quatro (34) sobre Duque de Caxias; três (3) sobre Mesquita; dois (2) sobre São João de Meriti; e uma (1) de Nilópolis.

Além disso, foram identificadas mais dez (10) dissertações sobre a Baixada Fluminense, sendo sete (7) sobre culturas afro brasileiras em uma instituição privada, a Universidade Severino Sombra (USS). Verificamos que o programa de pós-graduação em História da USS contribui para as diferentes atividades patrimoniais desenvolvidas em Duque de Caxias. Assim, considerando esse volume de produções, o volume de pesquisas sobre a Baixada Fluminense sobe para noventa e cinco (95) trabalhos. Vinte e sete (27) discutem escravidão e abordam a temática selecionada do Patrimônio, Memória e das culturas Afro Brasileiras na Baixada Fluminense. Desses vinte e sete (27), foram identificadas sete (7) do programa de História da USS; onze (11) dos programas de História das instituições públicas; e nove (9) dos programas de Educação das instituições públicas do Rio de Janeiro.

Também estão listados 16 artigos, a partir do ano 2000, sobre a temática nas seguintes revistas locais: Revista Pilares da História e Revista Hidra de Igoassú. Essa seleção considerou que essas revistas representam esforços de publicação dos pesquisadores envolvidos com a produção de conhecimento na cidade de Duque de Caxias. Também estão sendo considerados os livros selecionados, como referências para examinar a consolidação de uma divulgação das temáticas estudadas através da publicação dessas pesquisas. Assim, 3 livros foram identificados, considerando o mesmo recorte: escravidão, relações étnicas raciais,

e culturas afro brasileiras e/ou identidades, através dos títulos e sumários, com ênfase na cidade de Duque de Caxias. Essas obras foram localizadas através de visitas aos institutos da cidade de Duque de Caxias (arquivo do Museu Vivo do São Bento, APPH-Clio, Instituto Histórico da Cidade); consulta a um blog⁶ de livros da Baixada Fluminense; e acervos pessoais.

Esse banco de dados é uma ferramenta, então, que está composta com os seguintes campos: programa de pós-graduação a que pertencem os trabalhos; título das obras; ano de produção; autor; orientador; instituição; temática; região da Baixada Fluminense estudada, programa de pós-graduação, data de início dos programas. Assim, esses dados levantados foram importantes para a pesquisa ora desenvolvida, uma vez que permitiram visualizar diversas informações sobre os trabalhos analisados, como recorrência de orientadores, determinados programas, maior volume de recortes espaciais e temporais, entre outras. Além disso, tais dados são quantificáveis, podendo servir para criar um panorama da produção acadêmica sobre a temática.

Cabe esclarecer que a utilização de um banco de dados faz parte de trabalhos que lidam com a necessidade de armazenar volumes muito grandes de informações. Os primeiros historiadores a utilizar essa ferramenta pertenciam aos estudos relacionados à demografia e à história econômica, e utilizavam informações recolhidas em registros paroquiais, entre outros. Este é, também, um instrumento muito utilizado por quem trabalha com biografias, com o objetivo de relacionar trajetórias de vida, permitindo o registro de muitos dados e cruzamento de informações. Desse modo, participando de um grupo de pesquisa que utiliza frequentemente essa ferramenta para estudos das trajetórias de africanos na Baixada Fluminense, foi possível perceber que sua utilização se revelava muito apropriada para correlacionar as informações ora pesquisadas (FIGUEIREDO, 1997).

A primeira fase de levantamento dos dados foi realizada através dos sites dos programas de pós-graduação e nos sites de busca das bibliotecas, nas subáreas de História e Educação, nas seguintes Universidades: UERJ, UFRJ, UFRRJ, UFF, UNIRIO e USS. No segundo momento, a partir da hipótese de imbricação entre a produção social do conhecimento acadêmico sobre a Baixada Fluminense e as ações de educação patrimonial e de identificação e preservação do patrimônio na região, foi realizada uma análise documental de alguns projetos culturais e educativos promovidos em Duque de Caxias, através de uma experiência de educação patrimonial na cidade. Foi selecionado, então, o Museu Vivo do São

⁶Disponível em: <<http://livrosbaixadafluminenserj.blogspot.com.br/>> Acesso em :10/01/2016.

Bento⁷, com ênfase nos projetos de cultura afro brasileira que lá se desenrolam desde o período de fundação da instituição, em 2007, até os projetos desenvolvidos no ano de 2015.

Esse espaço de memória foi escolhido por que, apesar de o Museu Vivo do São Bento ter sido institucionalizado em 2005., a experiência educativa que o gerou data de, pelo menos, uma década anterior. Atualmente, é constituído como o primeiro museu de percurso da Baixada Fluminense. O seu funcionamento está na sede, à Rua Benjamin da Rocha Junior, S/N, São Bento, Duque de Caxias – RJ. O museu faz parte do processo de consolidação de ações de agentes na cidade que apresentaram um esforço de enquadramento da memória. Os participantes desse movimento afirmam que o museu é parte de um processo de experiências vividas por professores na cidade, e que é um caminho para ganhar “(...) muitos corações para conhecer o passado e construir o presente, afirmando-se o direito à memória e o de (re) escrever a história da Baixada Fluminense ” (SILVA, SOUZA, 2009, p.160).

Dessa forma, foram avaliados alguns projetos do museu, desde sua institucionalização, através dos relatórios produzidos no final de cada ano, os quais a instituição apresenta também em uma prestação de contas pública sobre as atividades realizadas. Destaco alguns projetos de 2014, tais como o “Memorial Joãozinho da Gomeia”, as “Rodas de memória sobre os filhos da Liberdade”, e os “Cursos de formação sobre Patrimônio e diáspora africana”.

Foram selecionadas as apresentações anuais de prestação de contas. Esses documentos estão catalogados no arquivo desse espaço, que também conta com livros sobre a Baixada Fluminense e material de produção de conhecimento sobre a região, desde dissertações, teses e monografias sobre os bairros. O material está manualmente catalogado e com acesso permitido aos pesquisadores.

Apesar do ano de constituição do museu ter sido em 2005, o primeiro material produzido para apresentação das atividades realizadas foi em 2007. Assim, os documentos analisados são, especificamente, dos anos de 2007 a 2015, que estão disponíveis em formato CD no arquivo da instituição. Eles são compostos por diferentes arquivos, sem um padrão de formato para as informações das atividades realizadas. Assim, são diferentes itens que os compõem, desde relatórios com atividades realizadas, fotos dos eventos e registros de produções, textos e slides com conteúdo de aulas para cursos de formação de professores, e coletâneas de poesias para divulgação. Para essa documentação, consideramos as seguintes chaves de análise: as escolhas temáticas ao longo dos anos e como o material indica escolhas e seleções com destaque de volumes ou imagens de determinadas atividades, quais são os meios utilizados

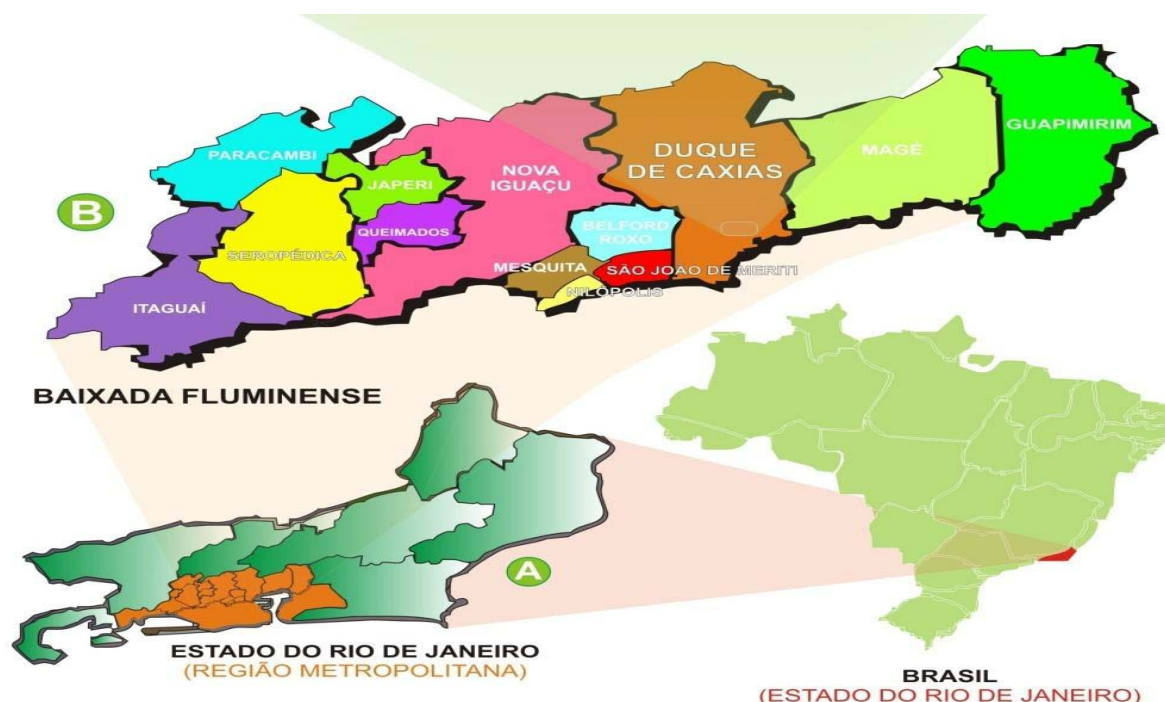
⁷Disponível em: <www.museuvivodosabento.com.br> Acesso em: 01/12/2015.

para práticas patrimoniais desses agentes, e quais são as parcerias e as instituições ligadas a instituição. Dessa forma, através desses relatórios, examinamos como a temática das culturas afro brasileiras é pautada nas práticas patrimoniais e quais as relações com as pesquisas na região, com ênfase na cidade de Duque de Caxias.

Entendemos que o conhecimento sobre a Baixada Fluminense se constitui de inúmeras iniciativas de produções historiográficas, atividades de preservação patrimonial e atividades educativas. Essas iniciativas se multiplicam pelo protagonismo dos agentes dos movimentos sociais que, muitas vezes, também são pesquisadores acadêmicos, reaparecendo em setores da administração pública. Desse modo, o recorte dessa pesquisa é a cidade de Duque de Caxias, considerando a criação do Museu Vivo do São Bento e suas práticas de educação patrimonial. Sendo assim, a escolha metodológica inspirada nos “jogos de escalas” propostos pela interpretação francesa da micro história colaborou para avanços sobre os limites impostos pela pesquisa.

A cidade de Duque de Caxias, como uma escala reduzida para as problematizações e potencialidades estabelecidas ao longo da pesquisa, foi uma possibilidade de aprofundamento para a elaboração dos resultados perseguidos ao longo desse trabalho. Desta forma, é possível observar como os distintos agentes atuam na região, especialmente em Duque de Caxias, observando como impactaram e foram impactados pelas políticas nacionais relacionadas às culturas afro brasileiras. O mapa abaixo permite a identificação do recorte territorial. Contudo, é importante salientar que esse recorte espacial não é algo preestabelecido, mas sim entendido nesse estudo como um território socialmente construído.

Figura 1: Municípios da Baixada Fluminense



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório Anual do Museu Vivo do São Bento, 2014

Assim, a diferença entre o uso da história local e da micro história precisa ser esclarecida, de forma que seja possível estabelecer a relação dialógica entre essas metodologias, com o cuidado necessário para que não se pense que ambas têm o mesmo entendimento. Torna-se necessário destacar o interesse da combinação de história local com a micro história, sem, com isso, confundi-las.

A História Local acadêmica, devedora dos Annales e das novas correntes historiográficas do século XX, contribuiu ao escapar de ser uma mera comprovação da História Geral e buscar, através dos estudos regionais, compreender como o processo se desenvolveu para aquelas pessoas, que soluções encontraram para seus problemas cotidianos (DONNER, 2012, pp. 223-224).

Já a micro- história corresponde a uma proposta de estudo através de uma escala reduzida. É pertinente destacar que o recorte passa pela noção de “região”, que não está apenas relacionada à delimitação de fronteiras geográficas, mas aqui entendida como “espaço social” que resulta em campos de disputa. Também nos interessou saber como este espaço foi representado e socialmente construído, bem como quais sentidos e características são atribuídos a Duque de Caxias por quem escreveu ou escreve sobre a cidade.

Contudo, pensar a produção do conhecimento em Duque de Caxias e as relações com as políticas públicas nacionais envolve a reflexão entre o local e o global, ou seja, uma proposta metodológica que a micro história permite. Interessa então a “variação de escalas” para, com isso, entender como a escrita e as práticas educativas impactam ou são impactadas diante de mudanças nas temáticas nacionais e políticas públicas, bem como também na confluência ou no conflito com movimentos internos. Esse estudo se propôs a delimitar Duque de Caxias como uma escala analítica, ou seja, através dos “jogos de escala”. Nas palavras de Jacques Revel:

A abordagem micro histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. (REVEL, 1998, p.20).

Assim, buscou-se estudar o micro, a cidade de Duque de Caxias, e como ela está inserida na dimensão macro da escrita da história e nas políticas públicas de cultura, patrimônio e educação patrimonial. Desse modo, inventariar a produção historiográfica recente sobre a região permitiu entender o papel de determinadas instituições na cidade, e como elas estão se relacionando com as leis e com o processo de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural das populações afro brasileiras.

Entendemos que a escrita da cidade de Duque de Caxias faz parte de uma operação de hegemonia, que inclui uma rede organizações de instituições educacionais e culturais que apresentam suas concepções de mundo e seus valores. Dessa forma, estamos operando com o conceito de Estado Ampliado, no qual o Estado não é apenas um aparato do governo com controle sobre regras e leis, através da coerção. O Estado é a combinação da sociedade civil e da sociedade política. Acanda (2006) diz que a penetração da sociedade política na sociedade civil não serviu apenas para fortalecer a hegemonia burguesa, mas também permitiu projetos de contestação, no qual é possível observar que “o conflito social se expressa na sociedade civil’ (ACANDA, 2006, p. 181).

Desse modo, estamos refletindo sobre as relações entre produções de conhecimento e práticas patrimoniais a partir das temáticas do patrimônio das culturas afro-brasileiras na perspectiva das disputas por memória, direitos sociais e identidade em Duque de Caxias. São visões de mundo que se configuram pelos locais de produção de conhecimento, mas que buscam inserção e atuação na sociedade local. Assim, também é importante, nesse estudo,

considerar as referências dessas escritas, pois, como afirma Certeau, “(...) toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. ” (CERTEAU, 1982, p.56). Nesse sentido, também é necessário mencionar que entendemos que o Patrimônio e a Memória são categorias de análise social que estão diretamente envolvidas com a cultura, aqui entendida como uma teia de significados (GEERTZ, 2008) ou como uma jaula flexível (GINZBURG, 2008), que possibilita compreender as relações estabelecidas ao longo do tempo.

Assim, foi possível estruturar essa pesquisa em três capítulos. O primeiro capítulo, “Pelos caminhos percorridos: agentes e agências na Baixada Fluminense”, se preocupou em apresentar como a produção bibliográfica sobre a história da região está conectada à memória que se deseja construir sobre a Baixada Fluminense. Para tanto, foram apontados alguns trabalhos dos chamados “memorialistas” sobre a Baixada Fluminense, bem como estudos considerados “acadêmicos”, destacando os agentes sociais da produção desse conhecimento, com o objetivo de entender o significado que o lugar social oferece a quem escreve, e quais as intenções e as projeções da escrita.

Estamos considerando a trajetória na Baixada Fluminense diante de uma escrita sobre região vinculada a projetos locais de poder e identidade (ENNE,2002). Assim, entendendo as ações que se identificam com uma proposta de educação para o patrimônio, as produções de diferentes agentes e instituições que estão inseridos nas disputas de poder que envolvem a memória, coube pensar que essas práticas educativas também passam pela escrita acadêmica da história, que é um dos veículos atualmente mais legitimados de produção de memórias coletivas.

Nesse sentido, encaminha-se o segundo capítulo “Pelo caminho das letras: história, educação e cultura afro-brasileira em Duque de Caxias”, que se propôs examinar as produções de conhecimento sobre o patrimônio, a memória e a culturas afro brasileiras em Duque de Caxias, e como os agentes dessas produções articulam seus estudos na região. Inventariar a produção de conhecimento recente sobre a temática em Duque de Caxias permitiu entender o papel de determinadas instituições na cidade, e como essas produções estão se relacionando com as leis e com o processo de valorização do patrimônio cultural das populações afro brasileiras. A proposta foi identificar como os agentes de produções estão conectados às agências na cidade de Duque de Caxias, e, nessa perspectiva de articulação dos agentes e das agências, analisar como as produções estão sendo projetadas para divulgação e ações patrimoniais na cidade.

Já o terceiro capítulo, “Pelo caminho das formigas: educação patrimonial e a cultura afro-brasileira no MVSB”, abordou as ações patrimoniais desenvolvidas na cidade de Duque de Caxias, destacando como se “materializaram” os debates e as produções acadêmicas através de um “lugar de memória”, representado pelo Museu Vivo do São Bento. A proposta foi identificar se e como as práticas patrimoniais estão dialogando com as escritas locais, no sentido de legitimar suas ações e disputas de memórias. Consideramos importante avaliar alguns projetos do museu desde de sua institucionalização. Desse modo, foi identificado que a instituição opera com três eixos principais de atuação: formação de professores, formação com os jovens, e formação com as mulheres do entorno do museu. Através desses eixos, foram analisadas as imbricações entre a escrita da história local e as ações de educação patrimonial na cidade, com ênfase no tema da história, do patrimônio e das culturas afro brasileiras. Além disso, identificamos como as ações do museu estão dialogando com as políticas públicas nacionais no âmbito cultural, tal como o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

1 PELO CAMINHO PERCORRIDO: AGENTES E AGÊNCIAS DA ESCRITA DA HISTÓRIA NA BAIXADA FLUMINENSE

Por intermédio dos contextos nos quais se inscrevem o status, a produção, a recepção e o reemprego das obras e das práticas culturais, pode-se tentar melhor compreender sua eficácia relativa e sua duração, isto é, os reinvestimentos de que elas são passíveis de ser objeto no tempo

Jacques Revel

1.1 Patrimônio, História e Memória: operações de hegemonia

Pensar as relações entre história, memória e patrimônio é entender o papel do historiador no processo constante de patrimonialização e monumentalização de bens materiais e imateriais que emergem socialmente. Esses lugares de memória envolvem não somente a produção historiográfica, mas o Estado e suas ações através de políticas públicas, a reivindicação social para o que se convencionou chamar de “dever de memória” e a própria condição do passado.

Sobre a produção historiográfica e sociológica, destaca-se que, desde a década de 1970, diferentes correntes de pensamento se propuseram a sistematizar e organizar ideias capazes de explicar ou oferecer reflexões sobre as relações entre os agentes, as agências e a produção da escrita da História,⁸ assim como sobre as relações da história com outras áreas das ciências humanas (REVEL, 2009). Desse modo, é possível identificar um debate que permite refletir sobre o papel do historiador e do intelectual na produção do conhecimento e como o ofício de quem se propõe a escrever sobre passado é envolto de ambiguidades, pois torna-se necessário demarcar o lugar de fala, o que implica em limitações e potencialidades sobre essa escrita (CHUVA, 2012).

As práticas de preservação do patrimônio cultural no mundo moderno estão relacionadas aos processos de formação dos Estados Nacionais, no século XIX. O patrimônio passa, então, a receber um lugar de destaque nesse cenário, uma vez que “o trabalho do historiador ao fabricar um patrimônio no seu próprio ofício de escrita da história está

⁸ Será utilizado termo História sempre quando referente à disciplina, e história para todas as demais situações.

integrado a um projeto de nacionalizar, de construir o Estado e, portanto, de poder” (CHUVA, 2012, p.11).

Eric Hobsbawn e Terence Ranger (1984) cunham o termo “tradição inventada” para explicar que o conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, tem o objetivo de gerar valores e normas de comportamento que implicam em uma continuidade do passado histórico considerado apropriado. Assim, eles reforçam que entender essas “tradições” permite entender as relações humanas com o passado e o ofício do historiador.

Nesse sentido, Marcia Chuva chama atenção para a publicação de um número da Revista Patrimônio⁹ dedicado exclusivamente à relação entre história e patrimônio. Ao escrever a apresentação do volume por ela organizado, Chuva revela sinais de um novo tempo. Um exemplo disso seria o ingresso no Iphan, através do concurso de 2006, de 20 historiadores. Esse número de profissionais é muito expressivo, pois, segundo a autora, em período anterior o número era reduzido. Para ela, a história sempre esteve envolvida no campo do patrimônio, mesmo como disciplina subsidiária, ou seja, não somente como metodologia de investigação.

No contexto brasileiro, contudo, a presença da história nas práticas de preservação do patrimônio cultural se deu, por muito tempo, de modo subliminar, ocultando (ou mesmo limitando) as contribuições da disciplina para o campo da preservação e, em especial o papel do historiador como produtor de narrativas que também fabricam patrimônio (CHUVA, 2012, p. 13, grifo autora).

Para Marcia Chuva, a história tem seu papel na produção e seleção no que deve ou não ser lembrado ou esquecido. Entender isso é desmistificar a noção de neutralidade do uso da história como ferramenta de investigação sobre o passado e como método de trabalho para outros profissionais envolvidos com patrimônio.

Assim, nessa edição da revista, por opção da organização, a maior parte dos autores desse número são historiadores de formação. Ainda segundo a autora, os profissionais de outras áreas, como arquitetos, antropólogos e historiadores da arte teriam aceitado o desafio da reflexão interdisciplinar, considerando que todos estabeleceram em algum momento de suas trajetórias uma relação com a história. A ideia do trabalho passa pelo debate entre materialidade e imaterialidade do patrimônio cultural, e a reflexão sobre a inter e a multidisciplinariedade para a preservação cultural.

⁹ Essa revista é publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, do Ministério da Cultura, desde 1937, editada pelo Iphan. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no 34/2012

Manuel Luiz Salgado Guimarães (2012) ajuda a entender esse protagonismo da história no campo do patrimônio, mesmo que também considerasse a importância interdisciplinar que envolve o assunto. Dentro do tema sobre a escrita da história, ele sugere uma reflexão acerca do patrimônio vinculado ao trabalho de produzir narrativas sobre o passado, considerando não apenas ofício do historiador, mas a todos que se dedicam ao tema.

Ele lembra que a geração dos fundadores do patrimônio fora iniciada basicamente por arquitetos, e que, no Brasil, é recente a relação entre patrimônio e as problemáticas de natureza historiográficas. Entender que o patrimônio também é uma forma de escrita do passado seria um reconhecimento da atualidade. Isso sugeriria uma necessidade do debate entre diversos campos profissionais, com o objetivo de complexificar as discussões e as abordagens acerca do patrimônio para as sociedades contemporâneas (GUIMARÃES, 2012).

Essa reflexão passa sobre a própria semântica do termo e o significado para coletividade, que cada vez mais estabelece uma necessidade de vínculos e pertencimentos. “O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso” (GUIMARÃES, 2012. p.99). Através do trabalho de produzir sentido para a passagem do tempo, as sociedades constroem suas noções de passado, presente e futuro. Dessa forma, as preocupações com a natureza patrimonial, tomando uma forma de disciplina, também ocorrem no período do nascimento da disciplina da História no século XIX. Isso sinaliza que não seria coincidência, mas um investimento de diferentes possibilidades de narrar o tempo passado.

Guimarães ressalta que a reflexão sobre o patrimônio parte de agendas políticas contemporâneas, e que devemos relacioná-las com a escrita da história, pois seria um ato valorativo transformar objetos do passado em patrimônio cultural da humanidade. “Adjetivar um conjunto de traços do passado como patrimônio histórico é mais do que lhes dar uma qualidade, é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados” (GUIMARÃES, 2012. p.100). Assim, o patrimônio histórico também está envolvido em diferentes operações de saberes e poderes.

Nesse sentido, estamos operando com a ideia de que a escrita da história está relacionada à memória ou à reivindicação de uma memória em disputa (POLLAK, 1989). Torna-se necessário avaliar o lugar de quem escreve e o papel desse mesmo agente no (seu) presente – ou seja, no tempo de sua escrita. Desse modo, o “tempo” é um dos principais elementos que devem ser historicizados.

É importante, então, entender como a produção do conhecimento contribuiu e contribui para a institucionalização de uma memória social, considerando que cada momento

histórico pressiona a uma revisão do passado e a “usos” desse passado para a consolidação, reivindicação e/ou estabilização de uma memória oficial. Pollak (1992) menciona que o estudo de Maurice Halbwachs, nos anos de 1920-30, já sinalizava que a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, que é construído e submetido às mudanças constantes. Pollak permite pensar a relação entre memória e história, considerando o aspecto seletivo para uma necessidade de “enquadramento da memória”. A memória estaria materializada através de instrumentos da história, que a serviço – ou com a “função” – de ser interpretado, reinterpretado, modificado, um passado é revisitado de acordo com as disputas do presente ou disputas futuras. Assim, “além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc.” (POLLAK, 1989, p.10).

A escrita do passado seria, então, um instrumento para seleção de memórias que permitem a configuração de elementos simbólicos constituintes de identidades. A associação, a produção, ou a invenção de “lugares de memória” passam a configurar valores disputados na sociedade (POLLAK, 1992 p.201). Isso implica em um questionamento de identidades nacionais com vieses homogeneizantes, que, segundo Hall (2003), na contemporaneidade estão cada vez mais sendo questionados.

A proposta desse capítulo é apresentar como a produção bibliográfica sobre a história da região está conectada à memória que se deseja construir sobre a Baixada Fluminense. Assim, serão apontados alguns trabalhos chamados “memorialistas” sobre a Baixada Fluminense, bem como estudos considerados “acadêmicos”, enfatizando os agentes sociais da produção desse conhecimento e o significado que o lugar social oferece a quem escreve, e quais as intenções e as projeções da escrita.

Estamos considerando a trajetória na Baixada Fluminense diante de uma escrita sobre região vinculada a projetos locais de poder e identidade (ENNE,2002). Do mesmo modo, também entendemos que a temática do patrimônio, da história e da memória das culturas afro se faz presente no campo da produção acadêmica, repercutindo em ações que se identificam com uma proposta de educação para o patrimônio. Dessa forma, identificar as produções dos diferentes agentes e suas instituições é um caminho para entender as disputas de poder que envolvem a memória e, conseqüentemente, como as práticas patrimoniais são impactadas ou impactam a escrita acadêmica da história, que é um dos veículos, atualmente, mais legitimados de produção de memórias coletivas.

Os primeiros levantamentos permitem perceber a emergência de eventos, exposições, cursos, enfim, de ações de pesquisa e educação patrimonial com ênfase em temáticas das culturas e histórias afro-brasileiras, com foco nas repercussões dessas temáticas para a compreensão da história da Baixada Fluminense. A presença dos historiadores e de outros pesquisadores da cidade de Duque de Caxias nesse movimento é algo que buscamos examinar, sendo o MVSb um espaço selecionado para analisar as relações entre as produções de conhecimento e as práticas patrimoniais. Dessa forma, buscamos identificar, através das disputas de memórias na região, como se materializa na história da cidade as leituras de patrimônio das culturas afro brasileiras, especialmente, a partir das produções de conhecimento existentes.

O próprio conceito de Patrimônio permite confundir o que é reconhecidamente Patrimônio Nacional, como se um termo não excluísse o outro e, dessa forma, se aplicasse uma naturalização na seleção. Os bens culturais tidos como representação da nação são os que recebem um significado simbólico e passam a pertencer a um conjunto de bens que compõe a herança cultural de uma nação. Assim, o termo patrimônio oculta algumas questões, como: Quem decide o que deve ou não ser preservado? O que realmente representa o nosso passado? (NAJJAR, 2010).

No Brasil, foi durante o Estado Novo (1937-1945) que os debates sobre nação e a identidade nacional passaram a fazer parte das políticas de Estado. Naquele momento, foi institucionalizada a preservação cultural, com a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (Sphan), atuante até 1970, quando passou a ser chamado de Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan). Essas instituições tinham as atribuições de estabelecer

[...] normas e dispositivos para identificação, seleção, conservação e restauração de bens culturais de natureza material (áreas urbanas, imóveis rurais, edificações, objetos moveis, em geral de cunho religioso) e imaginária, ou integrados à arquitetura, como forros, altares etc., enquadrando-os na categoria de patrimônio nacional (CHUVA, 2012, p.67).

Vale lembrar que o termo “tombamento” também faz parte de uma série de debates que envolvem a questão de propriedade, a gestão dos bens tombados, a classificação ou seleção de patrimônio. A palavra “tombamento” é proveniente do direito português e, no Brasil, foi utilizada pela primeira vez, em termos de patrimônio cultural, por Mario Andrade, em 1936, no anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Contudo, a hierarquização do valor do patrimônio parece ser naturalizada, e não se

destaca que o patrimônio tem seu papel político e ideológico de construção de memórias (PEREIRA, 2012).

Julia Wagner Pereira (2012) diz que o processo de legalização e institucionalização da presença do Estado na vida política e cultural do país se insere em um momento de transformação do Estado brasileiro, cujo o objetivo seria adequar a uma realidade interna e externa do pós-segunda guerra. Assim, a autora ressalta que, durante o Estado Novo, muitos órgãos foram criados com o objetivo de organizar e controlar a “nação”, e que, nesse sentido, também se encaminhava a estruturação formal da área da cultura. Dentre esses órgãos, o Sphan, juntamente com outras instituições, como Instituto Nacional do Livro (INL), Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), entre outras fazem parte da estruturação da área cultural. Desse modo, “[...] a política cultural foi igualmente instrumentalizada no projeto de se criar um novo sistema de representação para o Estado Novo, cuja finalidade era forjar uma ‘alma nacional.’” (PEREIRA, 2012, p.161).

Pereira entende que “patrimônio nacional” foi considerado um dos meios de construção do imaginário sociopolítico da nação. Seria responsável por “homogeneizar” e “civilizar” o povo, ou seja, fazendo-o amar e respeitar eventos, heróis e datas consagradas pelas elites; no entanto, essas seleções seriam referências para todos (PEREIRA, 2012). O Sphan consolidou um conceito único de “patrimônio nacional”, definindo critérios de seleção dos bens culturais a partir de uma interpretação do passado da nação, demarcado dentro de uma corrente modernista, ou seja, a partir de uma produção barroco-colonial, identificada como “a origem da nação”. Essa seleção de exemplares arquitetônicos e artísticos do período colonial seria uma forma de comprovar a herança europeia em território nacional (PEREIRA, 2012).

E o “tombamento” de bens culturais, mais do que um conjunto de ações administrativas, burocráticas e jurídicas, conforme disposto no Decreto-lei n. 25/1937, é, nesse sentido, um processo pelo qual se constroem historicamente sentidos e significados sobre a nação (PEREIRA, 2012, p.165).

Assim, desde a criação do Sphan, em 1937, a preocupação com a preservação dos patrimônios vinculados aos fatos memoráveis da história do Brasil – ou com valor arqueológico e arquitetônico – já existia, pois os sítios arqueológicos eram considerados como constitutivos do Patrimônio Nacional. A preservação se dava através do tombamento, o que se mostrou inadequado, pois inviabilizava qualquer pesquisa, já que a arqueologia interferia significativamente no sítio.

A Lei número 3924, de 1961, altera a forma de preservação dos patrimônios arqueológicos, que passam a ser protegidos, mas não tombados. Além disso, o Iphan passa a ser responsável pela autorização de pesquisas aos profissionais reconhecidos, com apresentação de projetos que minimizem a ação destruidora do sítio. Já a portaria 07/1988 inclui que a preservação dos sítios arqueológicos pressupõe a socialização dos dados de pesquisas neles realizadas, não ficando mais restrito aos meios acadêmicos, uma vez que a Constituição Federal do Brasil de 1988, através do artigo 216, apresenta os sítios e os artefatos arqueológicos como bens da União, prevendo sua proteção em função de seu papel na construção da identidade nacional. O Iphan, em 2002, lançou a Portaria número 230, que obriga, no processo de licenciamento ambiental e arqueológico de um empreendimento, seja construção de estradas, usinas, etc.,

[...] a execução de um projeto de “Educação Patrimonial” no bojo do projeto de pesquisa arqueológica e discussões sobre os homens e mulheres que lá viviam em épocas anteriores ao presente e que, com os “cacos” e ruínas de seus artefatos e construções, constituíram os sítios arqueológicos, históricos e pré-históricos existentes na região (NAJJAR, 2010, p.149).

Najjar chama atenção que não é a portaria que cria um movimento de Educação Patrimonial ligado a arqueologia, e que essas ações são anteriores à portaria, vinculadas principalmente aos museus. Contudo, apesar de muitos projetos se limitarem à produção e à socialização de pequenos panfletos e informações pontuais, outros estão preocupados com atividades educativas e com parcerias, principalmente com professores. Assim, ocorre a busca de um diálogo para compreensão de que o passado não é morto, e que permite reconstruir identidades. Dessa forma, vale recuperar a ideia de Najjar referente à Educação Patrimonial, que, para ele precisa, ter o envolvimento cada vez maior dos educadores, pois

Como educadores, e como cidadãos devemos participar ativamente das discussões relativas aos projetos de Educação Patrimonial, inclusive dos ligados aos trabalhos de pesquisa arqueológica. Esses projetos são difíceis porque lidam com dois conceitos por si só complexos, o de Educação e o de Patrimônio. Nem toda educação leva à emancipação humana. Pelo Contrário, dependendo da prática educativa, pode estar desenvolvendo a desumanização e a barbárie. Análise semelhante pode ser feita frente a questão do patrimônio cultural, que dependendo da concepção que se tem pode levar à construção de identidades que se querem uma; em um processo de negação da diversidade (NAJJAR, 2010, p. 151).

Nesse sentido, vale recuperar um texto produzido por Mário Chagas, com o título “Patrimônio é o caminho das formigas”, a partir de um projeto realizado com os jovens do museu Vivo do São Bento, em 2013. O texto de Chagas está de acordo com a proposta de

Najjar ao destacar as disputas e os conflitos existentes quando se opera no campo do patrimônio.

O texto de Chagas, que não possui data, foi enviado para uma reunião dos membros do museu em 2015¹⁰. Nessa produção, Chagas revela um pouco das expectativas dos agentes do museu, percebidas por ele, mas que também constam entre as finalidades do museu. Através das palavras produzidas pelos “jovens”, Chagas tenta traduzir o que seria patrimônio para eles. Os jovens são os alunos que participam de um dos projetos desenvolvido para formação no museu e que estão vinculados ao projeto “Jovens Agentes do Patrimônio”. De acordo com as imagens do projeto e com os registros textuais, são estudantes de diferentes faixas etárias.

Assim, através da definição de patrimônio desenvolvida pelos “Jovens Agentes do patrimônio”, do Museu Vivo do São Bento, Mario Chagas realiza uma análise ampliada sobre esse conceito. Ele permite reviver uma experiência desses jovens traduzindo um pouco da construção dessa instituição. Trata-se de um destaque ao processo que envolve o movimento de transmissão e recepção do patrimônio, impactado pelo sentido atribuído, ou seja, o significado e o valor que pode ser conferido a algo.

Chagas lembra que a palavra patrimônio é derivada do vocábulo “patrimonium”, do latim, com o sentido de “herança paterna”, ou seja, o que é transmitido de pais para filhos. Assim, vincula-se o patrimônio a transmissão de bens, e esses não são isentos da responsabilidade da recepção. Para tanto, não é suficiente a realização da entrega, mas também é necessário o desejo de receber, e, para Chagas, isso faz parte de um ciclo, que implica em um compromisso de uma nova transmissão. A definição destacada por Chagas defende que:

Patrimônio é o caminho das formigas...os botões que a Jaqueline achou enterrado, é a tristeza e é a morte, é a comunidade. Todas as coisas ao nosso redor são patrimônio: o que é importante e o que parece não ser importante, a conversa com a amiga, o dia-a-dia, as pessoas, a vergonha. É um patrimônio saber que a gente é uma comunidade. (MVSB, *Apud* CHAGAS, 2015)

O texto de Chagas desenvolve e analisa cada fragmento dessa construção coletiva, e reconhece que “desde sua criação até a atualidade o Museu vem desenvolvendo ações de mapeamento, identificação, pesquisa e proteção do patrimônio cultural de Duque de Caxias” (CHAGAS, 2015, p.5). O autor reforça que essas atitudes geraram impactos para o conhecimento sobre e a história local e para a preservação do patrimônio cultural. Com isso, o autor afirma que a construção coletiva dos estudantes sobre o conceito de patrimônio faz parte

¹⁰ Acervo pessoal de Nielson Bezerra.

de um processo de lutas que entendem a patrimonialização como um caráter processual. Para tanto, é necessário realizar uma construção coletiva que não se limita a “uma lista oficial definidora do que é ou não é patrimônio”. Essa perspectiva de ação coletiva está presente entre as finalidades que compõem o documento de institucionalização do MVSB, presentes nos seguintes parágrafos

- II- Afirmar o território caxiense como um lugar de Memória e de História;
- III – Assegurar a importância dos sujeitos históricos que aqui viveram e vivem como atores de sociais construtores do seu tempo
- IV – Investigar as heranças herdadas, pensando a cidade na longa duração, permitindo assim a projeção do que queremos para a mesma.
- V – Assegurar a construção de sentimentos e pertencimento e de coletividade¹¹

Essas construções coletivas são indicativos de percurso, e o já mencionado texto de Chagas é construído ao redor desta mesma noção. “O MVSB se organiza em torno de um caminho que articula patrimônio material, imaterial, cultura e natureza, trabalho, lazer, festa e cotidiano, casa e rua, identidade e diferença, história e memória, antiguidade e contemporaneidade” (CHAGAS, 2015, p.6). Existiria, então, uma percepção da leitura, atuação e descoberta que o caminho oferece. Do mesmo modo, o sentimento “de que é necessário ser perseverante, persistente, militante, guerreiro, para construir caminhos” (CHAGAS, 2015, p.6).

Outro trecho merece atenção: “todas as coisas ao nosso redor são patrimônio: o que é importante e o que parece não ser importante” (CHAGAS, 2015, p.13). Essa reflexão sinaliza o campo das disputas e conflitos que imperam no campo do patrimônio, e que o “‘importante’ está associado a um saber dizer e ao afirmar que ‘o que parece não ser importante’ também é patrimônio e anuncia-se a arbitrariedade desse mesmo saber dizer” (CHAGAS, 2015, p. 13).

Esses fragmentos são significativos para reflexão das escolhas temáticas abordadas pelo museu. Resultado da experiência de professores, o MVSB possui uma dimensão educacional. Nesse sentido, Chagas (2015) salienta que a relação com a comunidade não está no passado, mas sim nas lutas e nas conquistas diárias. Dentro do campo da “Museologia Social”, o compromisso é com as classes populares, com os movimentos sociais, em um processo constante que busca a redução das desigualdades sociais, reafirmando a importância dos sujeitos nesse processo constante de patrimonialização. Assim, o texto de Chagas dialoga com as principais atribuições propostas no projeto que o museu propõe desenvolver na cidade, conforme o artigo abaixo presente na Lei 2224/08:

¹¹ Lei N. 2224, de 03 de novembro de 2008. Capítulo II, parágrafo II a V. Disponível em: <www.museuvivodosaobento.com.br/> Acesso em: 16/05/2016.

Art. 6º Das atribuições:

- I Revitalizar e potencializar os Lugares de Memória e os marcos patrimoniais do percurso;
- II – Promover a educação patrimonial nas instituições educativas e junto às comunidades da cidade;
- III – Preservar a História do Município de Duque de Caxias, com especial atenção para o núcleo de ocupação antiga a cidade e das Cercanias da Guanabara;
- IV- Instituir espaços museais e culturais a serviço da população da cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense;
- VI – Incentivar a produção artesanal e cultural local;
- VII- favorecer as trocas culturais e promover a constituição de iniciativas análogas em outras áreas do município.

A proposta do museu vai de encontro ao que Chagas sugere, que é promover projetos que possam provocar um sentimento nos agentes envolvidos de que o patrimônio gera um compromisso, envolvendo a recepção e a transmissão. Dentre os programas e projetos do museu estão cineclube, formação continuada, jovens agentes do patrimônio, mulheres artesãs e quintais culturais. Para a formação continuada, os membros do museu entendem que os professores e os alunos são os agentes da produção do conhecimento. Assim, eles destacam que:

O trabalho formativo se efetiva a partir da realização de cursos sobre a cidade de Duque de Caxias e a Baixada Fluminense, bem como temas específicos que abranjam aspectos patrimoniais, culturais, históricos deste território; Trabalhos de Campo que consistem em visitas a percursos temáticos pela Baixada Fluminense, pelo município e por territórios vizinhos que dialogam com a história e o meio ambiente local; Grupos de Estudos realizados no interior da escola, a partir de eixos temáticos definidos por esta; Palestras, Seminários e Debates que contemplem, de forma ampla ou mais específica, as questões ligadas ao Patrimônio, à História e à Memória de nossa gente¹².

Essa perspectiva de entendimento do que deve oferecer suas práticas patrimoniais está relacionada ao próprio conceito de museologia integral. Segundo Paulo Knauss (2011), desde 1950 ocorre no Brasil um debate sobre a relação entre os museus e as práticas educativas, mas foi somente a partir de 1980 que o assunto sobre o sentido do trabalho educacional dos museus se consolidou. Esse movimento teve início com a declaração realizada em Santiago do Chile em 1972, com uma forte influência do conceito de museu integral. Knauss apresenta, ainda, que a relação entre o museu e a educação foi tema de um debate significativo no Brasil, através de um Seminário realizado no Museu Imperial, na década de 1980, no qual se discutiu o tema geral sobre uso educacional dos museus e os monumentos. Foi possível cunhar, na

¹² Trecho da apresentação do projeto “Formação Continuada”. Disponível em www.museuvivodosaobento.com.br/ Acesso em: 20/08/2016.

ocasião, o termo *educação patrimonial* que, para Knauss, pode ser definido pela metodologia proposta por Maria de Lourdes Horta Barreto:

o objetivo e estratégia fundamentais do trabalho da educação patrimonial são o de levar as pessoas a perceber, compreender e se identificar com o drama histórico, social e cultural encapsulado em cada objeto, em cada artefato, cada expressão cultural que preservamos em nossos museus e fora deles, como referências para o presente e para o futuro. (BARRETO *Apud* KNAUSS, 2011, p. 595).

Verifica-se que o MVSB, com uma base constituída por professores em sua origem, opera nessa perspectiva de educação patrimonial. Através da documentação percebe-se que esse espaço opera no sentido de formação. Foram identificados alguns eixos de atuação: formação de professores, jovens agentes do patrimônio, e atividades com mulheres artesãs. Todos são atravessados pela temática das culturas afro brasileiras, no sentido de “enquadramento da memória”.

Nesse sentido, a relação entre a memória e a história é evidenciada na construção desse território através das seleções constantes que marcam a relação entre o saber e o poder. Isso pode ser visualizado através do patrimônio, entendido como forma de escrita do passado. Jose Ricardo Oria Fernandes (1993), no artigo “Patrimônio e cidadania: uma proposta alternativa ao ensino de história”, trata do crescimento do interesse da ampliação do conceito de patrimônio cultural, bem como da participação da sociedade civil organizada para a preservação dos bens culturais. Ele explica que a ideia de “Patrimônio Histórico-Artístico” foi substituída pelo conceito de “Patrimônio Cultural”. Dessa forma, ele seria constituído por bens culturais, que podem ser definidos como:

toda produção humana de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia. (GODOY *Apud* FERNANDE, 1993, p.268)

E o autor ainda apresenta que a atual Constituição, no seu artigo 216, seção II – Da Cultura, de certa forma conceitua o Patrimônio Cultural dizendo que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (FERNANDES, 1993, p.269). Com isso, o autor problematiza o direito à cultura, à produção e ao acesso aos bens culturais. Para ele, os caminhos para o efetivo acesso ao patrimônio cultural devem compreender ações do poder público e da sociedade civil “como um todo, em três grandes áreas de atuação, a saber: a Educação Patrimonial, a Pesquisa e a Preservação.” (FERNANDES, 1993, p.273).

Nessa perspectiva, acompanhamos o percurso dos agentes atuantes na cidade de Duque de Caxias e suas conexões entre as pesquisas, a preservação e as práticas patrimoniais. É necessário lembrar que esses agentes, recorrentemente, se organizaram em espaços que os identificavam como professores e pesquisadores, com práticas de preservação, produções e divulgações sobre a história local, atividades culturais e visitas a espaços considerados “lugares de memória”. Isso reforça o exercício contínuo de relacionar as pesquisas e escritas às práticas patrimoniais da cidade.

A escrita da cidade de Duque de Caxias faz parte de uma operação de hegemonia, que, no sentido de Gramsci, entende que “o que possibilitava às classes dominantes tomar o poder e mantê-lo não era apenas a força bruta, mas também, e talvez mais fundamentalmente, a obtenção da dominação cultural”. (BUTTIGIEG, 2003, p. 39). Nesse sentido, a perpetuação do poder passa por operações de hegemonia e incluem uma rede organizações de instituições educacionais e culturais, que apresentam suas concepções de mundo e seus valores.

Dessa forma, estamos operando com conceito de Estado Ampliado, no qual o Estado não é apenas um aparato do governo com controle sobre regras e leis, através da coerção. “Ao Estado se integra também o conjunto de instituições vulgarmente chamadas de “privadas”, agrupadas por Gramsci no conceito de sociedade civil” (ACANDA, 2006, p. 179). No capitalismo, a burguesia busca organizar o consenso dos dominados, e isso ocorre através da disseminação de normas políticas, culturais e sociais das instituições “privadas” da sociedade civil. O Estado é a combinação da sociedade civil e da sociedade política, uma instituição que pode pertencer ao mesmo tempo a uma ou outra. Acanda (2006) defende que a penetração da sociedade política na sociedade civil não serviu apenas para fortalecer a hegemonia burguesa, mas também permitiu projetos de contestação, nos quais é possível observar que “o conflito social se expressa na sociedade civil” (ACANDA, 2006, p. 181).

O conceito de sociedade civil teria um duplo aspecto para o sistema hegemônico da classe no poder, uma vez que ela pode ser composta por agentes favoráveis à hegemonia, ou ser composta por grupos que tentam subverter a hegemonia dominante. Seria uma “confrontação ‘sociedade civil *versus* sociedade civil’” (ACANDA, 2006, p. 181). Nas palavras de Acanda (2006, p.181)

A sociedade civil é o cenário legítimo da confrontação de aspirações, desejos, objetivos, imagens, crenças, e projetos que expressam a diversidade constituinte do social. A habilidade do grupo que detém o poder não reside em tentar impedir as manifestações dessa diversidade, e sim em cooptá-las para seu projeto global de construção da trama social. É isso que Gramsci chama de Hegemonia (ACANDA, 2006, p. 181)

Nesse sentido, as escritas produzidas pelos agentes de Duque de Caxias constituem uma operação de hegemonia que busca ressignificar a relação entre os sujeitos e as representações do território. Do mesmo modo, as agências e os agentes permitem pensar como os intelectuais se organizam de modo coletivo, em aparelhos que buscam inserir suas demandas em formato de instituições criadas e reconhecidas pelo poder municipal. Eles disputam a configuração do Estado na sociedade local.

Pensar as culturas afro brasileiras dentro dessa perspectiva implica em considerar que o processo de construção dessa temática passa por projetos coletivos e ações individuais visando o estabelecimento de um projeto de memória na região. A maneira como esses autores produzem sobre a região e se relacionam no espaço – visto como periférico – também faz parte de um esforço de aproximação entre a educação básica e as universidades. Nesse sentido, quais seriam os envolvimento institucionais desses agentes. Como a região permitiu a construção de determinadas representações, e como a invenção, a demarcação, a disputa pelo que será reconhecido como “patrimônio” permitiram e/ou permitem que determinadas temáticas sejam forjadas nas representações sobre o território, sua história e sua população, como a temática em tela, das culturas afro-brasileiras.

No presente capítulo, argumentamos que há uma longa “tradição” de escrita sobre a história local do que hoje é a Baixada Fluminense. Diferentes temáticas e modos de escrita caracterizam esse processo. Assim, é necessário reconhecer que a emergência da temática da cultura afro brasileira na produção acadêmica sobre a Baixada é antecedida por “operações de hegemonia” e de “enquadramento” da memória anteriores.

1.2 O Território de Duque de Caxias e os movimentos pela sua memória

A forma como os agentes “acionam” esse passado, como buscam monumentalizar a memória e como problematizam determinados espaços e temáticas, deve ser entendida diante de outras relações, e não apenas através do vínculo “apaixonado” com o território. Assim, recuperamos os marcos da historiografia sobre a Baixada Fluminense, com ênfase na cidade de Duque de Caxias, afim de situar o contexto no qual a temática das culturas afro-brasileiras emerge na produção de pesquisa e educação patrimonial da região.

Não se deve esquecer que o próprio conceito de Baixada Fluminense é polissêmico, possuindo diferentes definições que são articuladas a partir do objeto de pesquisa. Dessa

forma, “seu recorte se altera a partir do pesquisador, dos objetivos das instituições de pesquisa e dos órgãos públicos”. (SOUZA, 2014, p.16)

Marlúcia Souza (2014) apresenta as diferentes definições para a Baixada Fluminense: sob a perspectiva fisiográfica; a imagética representada pelos jornais; a partir das instituições como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC), com roteiros de visita; da Fundação para desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), entre outras.

No presente estudo também há um recorte. Assim, estamos considerando a definição de Baixada Fluminense a partir da FUNDREM, criada em 1975 e extinta em 1989. A FUNDREM adotou critérios como o grau de urbanização, violência e densidade populacional, limitando a região à denominação de Unidades Urbanas Integradas a Oeste (UUIO) (SILVA, 2015). Assim, a Baixada Fluminense seria composta pelos atuais municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita (SOUZA 2014, p.15).

Considerar o recorte espacial a partir do critério da FUNDREM implica em um entendimento de que esse cenário é marcado pela imagem de violência e pobreza. Isso também impactou e impacta as escritas e as representações desse território, refletindo nas produções bibliográficas sobre a Baixada Fluminense, na perspectiva de uma constante construção de valorização e fortalecimento de uma identidade (ENNE, 2002).

Nesse sentido, vale lembrar que o processo de emancipações municipais da Baixada Fluminense faz parte de disputas territoriais e, por conseguinte, de poder, que estão imbricadas nas representações da região. Souza (2003) chama atenção que o processo de emancipação da cidade de Duque de Caxias esteve relacionado à formação de um grupo local, que organizou a União Popular Caxiense (UPC), e à reforma territorial realizada por Amaral Peixoto, durante o Estado Novo. Assim,

A UPC era formada por jornalista, por médicos e políticos locais. Os objetivos iniciais dessa organização eram: assegurar a busca de soluções para os problemas locais; organizar o trabalho de filantropia e promover o lazer (SOUZA, 2003, p.37).

A comissão Pró Emancipação foi criada em 1940, formada por Silvio Goulart, Rufino Gomes Jr., Amadeu Lanzoloti, Joaquim Linhares, José Basílio, Carlos Fraga e Antônio Moreira. Esse grupo entendia que os problemas locais seriam solucionados pelo rompimento com o domínio de poder de Nova Iguaçu. Mesmo com o esforço do grupo UPC, a emancipação aconteceu a partir do controle dos interventores das esferas estadual e federal,

uma vez que, Amaral Peixoto, em 1940, organizou uma comissão que objetivava avaliar a reforma administrativa do Estado do Rio de Janeiro (SOUZA, 2014).

Importante lembrar que, até a década de 1940, o município de Nova Iguaçu estava dividido administrativamente em nove distritos: Nova Iguaçu, Queimados, José Bulhões, São João de Meriti, Bonfim, Xerém, Nilópolis, Caxias e Estrela. A partir de 1943, iniciou-se o processo de emancipação e fragmentação de Nova Iguaçu a partir de seus distritos. Surgem, então, novos municípios: Duque de Caxias (1943), São João de Meriti e Nilópolis (1947), Queimados e Belford Roxo (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999). (SOUZA, 2014, p.87).

Somente em 1943 que o 8º distrito de Nova Iguaçu, sob a denominação de Caxias, teria adquirido autonomia política, tornando-se o município de Duque de Caxias. Naquele momento, Duque de Caxias passa a ser composto pelos distritos de Duque de Caxias (sede), Merity e Imbariê.

Dessa forma, consideramos que é importante entender a construção desse território e as representações desse espaço. O recorte desta pesquisa é o município de Duque de Caxias, que atualmente está dividido em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elísios, Imbarie e Xérem. Primeiro, segundo, terceiro e quarto distritos, respectivamente. Destaca-se o papel de determinadas instituições na cidade de Duque de Caxias, e como elas estão se relacionando com as leis e com o processo de reconhecimento e valorização do patrimônio.

Deve-se considerar que a representação desse território tem na obra “Memória da Fundação de Iguassú”, de José Matoso Maia Forte em 1933, uma primeira referência para a historiografia da região. Essa obra estava inserida em um “modo de fazer história” específico, como apresenta a análise de Rui Fernandes (2009) sobre os “usos do passado” na escrita no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930-1950. A história local foi apropriada pelos discursos políticos, associando a história com as chamadas tradições do Estado. O livro de Forte teve por característica reconstruir detalhes da formação do território com um esforço de construir uma identidade do município, em torno da vocação agrícola.

Ana Lucia Enne (2002) também considera que, desde a década de 1930, as obras tinham uma preocupação em contar a história da Baixada Fluminense:

Desde a década de 30 já é possível encontrar publicações que procuram ‘contar a história da Baixada’, como por exemplo, os trabalhos dos ‘primeiros memorialistas’. No entanto, nos últimos cinco anos este campo se ampliou de forma significativa, resultando, (...) em uma complexa configuração de agentes e agências sociais envolvidos nesta produção, a qual apresenta analiticamente como uma rede. (ENNE, 2002, p.135-136)

Numa tentativa de sistematizar a historiografia sobre a Baixada Fluminense foi possível identificar, ao longo do século XX, diferentes investimentos locais na escrita da história da região, no registro de memórias e iniciativas de preservação de acervos e patrimônios. Um exemplo importante dessa prática de articulação entre escrita da história local e projetos políticos é apresentado através da obra de Amália Dias “Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)” (2014). A comemoração do centenário da criação da Vila de Iguaçu, em 1933, promoveu uma série de solenidades, sendo apontadas pela autora como uma estratégia para firmar a narrativa histórica na qual a citricultura e os seus produtores seriam os responsáveis pelo progresso local.

Dias (2014), interessada nos debates acerca da instrução agrícola e da educação escolar, buscou entender como os projetos dos grupos locais no distrito sede de Nova Iguaçu foram parte de projetos políticos e econômicos defendidos pelas elites locais e também pelos governos estaduais fluminenses, preocupados com a modernização das atividades agropastoris para o desenvolvimento econômico do Estado. O Jornal local “Correio da Lavoura” foi um instrumento utilizado para a campanha do movimento ruralista fluminense no município de Iguaçu. Assim, “[o]s temas de saneamento, da higiene e da instrução constituíam a base de um projeto de adaptação do território da Baixada Fluminense e de sua população ao desenvolvimento das atividades agropastoris que, em Iguaçu, ganhou impulso com a citricultura.” (DIAS, 2014, p. 80).

O jornal “Correio da Lavoura” foi trabalhado, pelos intelectuais de sua redação, como um espaço destinado à propaganda ruralista no município de Nova Iguaçu. Desse modo, Dias apresenta como o projeto, oriundo das camadas dominantes agrárias, defendia um programa de instrução primária e de ensino agrícola¹³ que desejava convencer, pela educação, sobre a importância do trabalho na terra. A citricultura, nas operações de hegemonia realizadas, representou um símbolo de prosperidade, modernidade e progresso para o distrito sede de Nova Iguaçu, nos anos de 1920 e 1930.

Entre as comemorações do centenário, merece destaque a encomenda de um livro sobre a história do município pelo então prefeito Sebastião de Arruda Negreiros.

Essa ação nos remete à prática corrente no período, contida nos projetos da intelectualidade fluminense, de construir a história do estado do Rio de Janeiro,

¹³A autora faz um acompanhamento da função da instrução primária para uma educação rural “ Não se trata apenas de educar as populações rurais, de introduzir mais escolas no meio rural, mas de ruralizar o ensino de modo a sustentar o desenvolvimento da agricultura” Para ver mais (DIAS, 2014, p. 114)..

movimento que interessou e envolveu os dirigentes políticos do estado e participantes de movimentos culturais. José Matoso Maia Forte, a quem foi encomendado o livro sobre a história de Nova Iguaçu, integrava o rol de autores que participaram de um movimento que marcou a escrita da história do estado do Rio de Janeiro, a partir da década de 1920 (DIAS, 2014. p.333).

Rui Fernandes (2009), que analisa as obras fluminenses desse período, destacou que a preocupação era com argumentos de uma construção de futuro que enfatizasse os grandes avanços do presente. Isso permite um melhor entendimento desse processo que, no caso de Iguaçu, teve a citricultura como protagonista. As obras das primeiras décadas republicanas seriam produzidas dentro da perspectiva do projeto de Nilo Peçanha, com o compromisso de oferecer dados e argumentos que apontam um presente com grandes avanços. Assim, o livro de José Matoso Maia Forte também faz parte desse processo de “usos do passado”, ajudando a entender como a escrita da história local é uma estratégia política das elites da Baixada fluminense pelo menos desde os anos de 1930.

Dias defende que o enquadramento de memória, realizado através do jornal “Correio da Lavoura” para as comemorações do centenário, criou uma memória da citricultura nos trabalhos historiográficos posteriores. Estes privilegiaram a laranja nos discursos sobre a região. Isso implica em leituras das primeiras produções sem criticidade sobre as intenções desse recorte, que ignorava a presença dos trabalhadores, e, como consequência, gerou uma reprodução dessa visão nas produções seguintes.

Nielson Bezerra (2014) também corrobora com essa análise, ao avaliar a invisibilidade da mão de obra escrava nas primeiras produções sobre a Baixada Fluminense, entendida pelo autor como uma historiografia tradicional. Assim, ele considera que o foco das obras era político e administrativo. Isso seria o reflexo da “(...) continuidade dos trabalhos que perpetuaram a visão historiográfica sobre a Baixada Fluminense inaugurada por ocasião do centenário da Vila de Iguaçu” (BEZERRA, 2014, p. 4).

O autor aponta que a historiografia tradicional sobre a Baixada Fluminense tem nos trabalhos de Waldick Pereira (1977) um ensaio para o que a Escola dos Annales conceituou ser uma “história problema”, com um esforço teórico para análise, elaboração de hipótese e um cuidado de mencionar as fontes consultadas e as referências. Os trabalhos daquele autor apontam algumas questões sobre a presença dos africanos na Baixada Fluminense, mas não aprofundam a análise, muito menos os consideram protagonistas da história na região. Além disso, sua obra é marcada por uma visão político-administrativa da História, como pode ser observado em “Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu”. Nesse trabalho, os

produtos que se tornaram “ciclos econômicos” de Iguaçu são o foco de sua análise. Isso reflete as influências historiográficas de Pereira.

Dentre essas influências, Bezerra aponta José Matoso Maia Forte (1933), com sua obra “Memória da Fundação da Vila de Iguassu”. Nesse trabalho, chama atenção como Maia Forte apresenta a mão de obra africana, pois ele diz que a produção de açúcar, por exemplo, é realizada pelo engenho e não pelos escravos. Percebe-se, então, que, na visão do autor, a condição de escravizado despersonalizava aqueles sujeitos que, nesse sentido, seriam como meras ferramentas utilizadas no engenho. Assim, essa historiografia é baseada em um ponto de vista de que a História é a ciência dos grandes homens, com caráter exemplar para a sociedade. Nesse caso, predomina uma visão política e administrativa da história da Baixada Fluminense, sendo os africanos praticamente invisíveis nessas primeiras obras. A mão de obra africana é relatada em listas documentais para exemplificar a riqueza dos proprietários de canaviais ou de armazéns de café. Tanto os africanos e os afrodescendentes são elencados como componentes para a produção na região (BEZERRA, 2014).

De uma outra forma, pode ser percebido como a escrita da história é uma estratégia política, da qual os intelectuais que lidaram com as mudanças políticas, econômicas e sociais na região ao longo do tempo precisaram para legitimar suas ações. O trabalho de Maria Lucia Bezerra da Silva Alexandre (2015), “A Arcádia Iguaçuana de Letras de Nova Iguaçu entre os períodos de 1955 e 1970”, apresenta como essa instituição, a AIL, fundada no município de Nova Iguaçu durante a década de 1950, estava inserida nas disputas locais. A partir das obras literárias produzidas pelos arcadianos, baseadas nas suas memórias sobre a citricultura, a autora apresenta as transformações socioeconômicas e políticas no distrito sede da cidade de Nova Iguaçu. Assim, ela diz que, com o declínio da citricultura diante das alterações de interesses econômicos nacionais, era possível perceber que

Um conjunto de intelectuais formado por advogados, médicos, jornalistas, professores e representantes do poder público se reuniu em torno deste novo projeto histórico. O objetivo foi construir uma literatura com base nas memórias de seus membros, principalmente, sobre as benesses em torno da laranja (ALEXANDRE, 2015, p 22).

A autora menciona que essa foi a forma dos intelectuais reconhecerem as transformações econômicas da região, mas ao mesmo tempo se colocarem como interlocutores nesse processo. Os arcades desejaram cultuar um passado como uma “idade de ouro”. Deste modo, eles “utilizaram suas memórias e registros anteriores como forma de significar sua representatividade no tempo presente” (ALEXANDRE, 2015 p.33):

A AIL preocupou-se com a escrita da literatura local e o enaltecimento da “história dos vencedores”. Desta forma, sua memória não estaria perdida frente as mudanças conjunturais. Foi uma manobra política para tornarem-se referências históricas sobre Nova Iguaçu. (ALEXANDRE, 2015, p.49).

Percebe-se que o projeto de produção de conhecimento desses intelectuais, considerados “memorialistas”, faz parte de uma proposta de projeto fluminense que investiu nos campos da cultura e da educação, com o objetivo de produzir livros, documentos, estatísticas e monografias sobre regiões tradicionalmente ligadas a agricultura. Na Baixada Fluminense, Nova Iguaçu foi o mais contemplado. Desse modo, há a necessidade de entender como as produções locais direcionaram suas temáticas, bem como qual passado desejaram colocar em evidência, considerando que as produções são parte de seus tempos.

Relevante salientar que a historiografia do Rio de Janeiro, por um longo tempo, se caracterizou pelos relatos descritivos, normalmente seguindo uma ordem cronológica, baseada nas memórias de estrangeiros e nacionais. Com o estabelecimento dos cursos de pós-graduação a partir de 1970, o ensino de teoria e metodologia nas Universidades, e a criação de centros de pesquisas – com a Casa de Rui Barbosa e o CPDOC –, esse quadro se modificou (FERNANDES, 2009).

Rui Fernandes (2009), ao avaliar o volume de dissertações e teses, em história, produzidas entre 1974 e 2005 pela Universidade Federal Fluminense, verificou um desequilíbrio entre as produções referentes à cidade do Rio do Janeiro e as referentes às demais regiões do Estado. Os trabalhos sobre a cidade do Rio de Janeiro correspondiam a praticamente metade de todas as outras produções sobre as demais regiões do Estado. Ele afirma que, além da produção universitária privilegiar a cidade do Rio de Janeiro em suas análises, ela também passou a desqualificar os estudos historiográficos realizados fora desses espaços, especialmente, após a implementação das pós-graduações na década de 1970. Nesse sentido, as produções anteriores seriam tudo o que a universidade não é, ou seja:

a historiografia produzida fora dos círculos universitários é estigmatizada como tradicionalista, factual, evolutiva, política, com forte cunho biográfico e autobiográfico, que tende para o pitoresco, o anedótico, o exótico (FERNANDES, 2009, p.24).

Entretanto, nesse conjunto de produções consideradas “memorialistas” estariam contidos diferentes tipos de trabalhos. Além de obras com pequenas notas, outros trabalhos extensos sobre a história de uma cidade ou região foram produzidos. Rui Aniceto chama atenção para o perigo de homogeneizar essas produções, e considera-las como meros

trabalhos informativos e não como parte de momentos históricos, com formas específicas de escrita e integrantes de projetos políticos econômicos. (FERNANDES, 2009).

Nesse sentido, estamos considerando que muitas dessas obras fazem parte de projetos políticos e econômicos. Além disso, elas também compõem o conjunto de ações e práticas do território, no sentido de pressionar uma determinada memória, de acordo com as influências dos seus períodos de produção, seja econômico, social ou político. Isso pode ser percebido através dos movimentos de construção da história de cada município que foram se emancipando de Nova Iguaçu, a partir da década de 1940.

A cidade de Duque de Caxias possui um histórico de escritas que (re)constrói seus projetos de memórias sobre a região, utilizando-se de aparelhos institucionais para consolidar suas visões de mundo. Isso é evidenciado desde sua emancipação política, em 1943.

Marlúcia Santos de Souza (2014) apresenta um balanço das produções realizadas sobre o município de Duque de Caxias, destacando três autores: José Lustosa, Laís Costa Velho e Dalva Lazaroni de Moraes. Souza ressalta que esses autores possuem um vínculo “(...) com o aparato burocrático municipal e com os grupos dominantes locais”. Esses lugares ocupados pelos autores sinalizam seus silêncios sobre as lutas e resistências na cidade (SOUZA, 2014, pp 33). Isso permite entender como se processam as disputas sobre as diferentes concepções de memória e da história na região e como as primeiras obras estão inseridos na perspectiva de legitimar suas ações e produções em aparelhos privados de hegemonia.

Assim, Souza evidencia a obra de José Lustosa “Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município: dados gerais” (1958). Esse livro foi produzido com a proposta de comemoração do 15º aniversário da criação do município, propondo-se a esquematizar os “principais feitos da gente deste território, desta terra, desde a colônia, sesmaria, aldeia, freguesia, distrito, cidade” (LUSTOSA, 1958, p16). A segunda obra é “Caxias, ponto a ponto (1953-1957)”, de Laís Costa Velho, publicada em 1965 pela Editora Agora. Segundo Souza (2014), ele apresenta um conjunto de artigos e charges, e o autor utiliza-se de fontes de Maia Forte. Ele é mineiro, jornalista, radialista e político de Caxias. E a terceira obra é de Dalva Lazaroni, “O esboço histórico-geográfico do município de Duque de Caxias”, publicado pela Arsgráfica Editora Ltda, em 1978. A obra foi organizada em três capítulos. O primeiro com informações sobre “geografia, a gente e a economia” (SOUZA, 2014, p. 33), o segundo conta a história do município; e o terceiro, informações turísticas. O trabalho ainda aponta os chamados grandes personagens, que teria na figura do patrono da

cidade, Duque de Caxias, um destaque. (SOUZA, 2014). Essas são algumas produções que indicam o percurso das ações e escritas desses autores na região.

É importante recuperar, um pouco mais, alguns dados sobre a obra de José Lustosa (1958). Essa produção, considerada a escrita que inaugura a historiografia sobre o município de Duque de Caxias, diz muito sobre o lugar social do autor e os projetos relacionados à escrita da época. Apesar de Lustosa preocupar em destacar os patrimônios locais, vale lembrar que essa prática está diante de uma perspectiva do estado que se reconhece como responsável pela preservação da memória, bem como “[a]s ações implementadas no campo educacional e cultural, na interventoria de Amaral Peixoto e no seu governo de 1951-1954, colocam-no como defensor das tradições e da história local e seu regenerador” (FERNANDES, 2009, p. 14).

O livro de Lustosa indica a preocupação em falar “da gente desse território” (LUSTOSA, 1958, p. 16). Mas que gente seria essa? E qual seria a relevância de falar sobre esse espaço? Logo em seguida o autor completou, justificando a importância de sua obra, pois, para ele falta, o merecido destaque às “contribuições dos caxienses, dos brasileiros, dos homens de qualquer nacionalidade, para o patrimônio material e cultural da grande Pátria” (LUSTOSA, 1958, p.16).

Lustosa produz uma obra dentro de uma perspectiva da Baixada Fluminense que, em fase de emancipações, pretende afirmar-se como espaço de referência histórica para os demais municípios. São muitas as menções aos monumentos. A cidade é vinculada aos ditos grandes vultos históricos. Por exemplo, quando Lustosa faz referência ao busto de bronze em homenagem a Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

Povo do Município de Duque de Caxias – olhai bem para o alto, fitai o firmamento, vê de o céu, atentei bem, e nele verei a tela maravilhosa, lá está Luiz Alves de Lima e Silva, lá estão páginas da história pátria, exemplos a serem imitados. (LUSTOSA, 1958, p. 18).

O autor apresentou um apanhado de tudo que considerava relevante para o entendimento do passado da cidade, por vezes se lamentando pelo abandono histórico de determinados espaços, como as igrejas, que seriam para ele, “verdadeiros monumentos históricos que deviam ser restaurados para perpetuação de um passado que devemos cultuar com respeito” (LUSTOSA, 1958, p.41).

Diante dessa proposta de legitimar a grandeza da cidade de Duque de Caxias, com referências às distintas contribuições para a região, desde um balanço das instituições

escolares, das culturas, das artes, Lustosa também justificou determinados limites devido à recente emancipação do município.

Duque de Caxias é município novo, no sentido da sua personalidade municipal, pois completará este ano o seu 15o aniversário. Assim, como a herança que nos coube, foi principalmente de luta com território devastado e assolado. É natural que não se possa exigir demais (LUSTOSA, 1958, p.208).

Assim, o trabalho alega se preocupar com os detalhes dessa “gente” que muito fez para construção e produção da região. Contudo, é preciso analisar como essa obra pioneira da cidade aborda o papel do negro e suas contribuições culturais. Visto que, ao mencionar a população negra, ele os chama de o “elemento negro” (LUSTOSA, 1958, p.25;50;205) ou “elemento escravo” (LUSTOSA, 1958, p.25). Assim, será necessária uma melhor análise sobre a relação que o autor estabelece entre a região e a temática das culturas afro brasileiras. Adiante destacaremos como Lustosa aborda o que ele chama “elemento negro”. Nesse momento, interessa entender como esses recortes históricos fazem parte de um projeto para a Baixada Fluminense, no sentido de estabelecer marcos históricos e comemorativos para, a partir disso, forjar referências patrimoniais e históricas para região. A construção dessa história passa pelos símbolos, estátuas, bustos, arquivos e outros espaços de memória que são devidamente selecionados e acionados nas escritas dos intelectuais da região.

Percebe-se, em apontamentos realizados pelos agentes das produções recentes sobre a Baixada Fluminense, um destaque dado ao seu caráter informativo, consideradas memorialistas. Eles não negam a importância dessas obras, e até mesmo reconhecem a relevância desses autores para o registro sobre a cidade/região. Entretanto, pouco se reconhece sobre as relevâncias estratégicas dessas produções, ou seja, como elas são parte dos interesses presentes no seu “lugar de produção socioeconômico, político e cultural”. (CERTEAU, 1982, p. 56).

Vale lembrar que Enne (2002), operando com o conceito de redes, entende que a produção da “memória” e da “história” na Baixada Fluminense faz parte das interações sociais construídas por agentes que não seriam parte de grupos fechados, mas parte de uma rede com fluxos constantes. Para ela, “os significados para ambas (tanto a “memória” quanto a “história”) estão sendo culturalmente construídos a partir de fronteiras móveis por agentes posicionados, que vão lidar com o passado a partir de demandas presentes” (ENNE, 2002, p. 135, grifo da autora).

O que estamos querendo dizer é que tantos os “memorialistas”, quanto os “acadêmicos”, são constituintes das relações entre seus espaços ocupados socialmente, as

conexões que estabeleceram e estabelecem na região, e os interesses presentes em cada produção. Assim, como nosso recorte é pós 2000, foi identificado um volume de trabalhos, relacionados às populações afro brasileiras na cidade, inseridas nas chamadas produções “acadêmicas”. O lugar social ocupado por esses agentes reforça suas escolhas temáticas e, conseqüentemente, o destaque para outros agentes e temas na cidade, que não somente as abordagens ufanistas do território, característicos das primeiras produções.

Bezerra (2014) considera que é possível perceber que a partir da década de 1990 há um novo movimento acadêmico de produção historiográfica sobre a Baixada Fluminense, que faz parte de um processo que permitiu novos olhares sobre a região e seus agentes históricos. Segundo Bezerra, o trabalho mais exemplar da inauguração de um novo modo de escrita da história sobre a Baixada é a dissertação de Marlúcia Santos de Souza, “Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias”, defendida em 2002 e publicada em 2014. Na apresentação da obra, Bezerra ressalta que esse estudo é uma referência para a Baixada Fluminense e para a historiografia nacional, pois aborda o cenário e as disputas políticas, com destaque para as expressões culturais, a militância política e dos movimentos sociais que envolvem as camadas mais empobrecidas, além de apresentar as relações de força na primeira metade do século XX, especialmente na chamada Era Vargas.

Bezerra também ressalta a abordagem metodológica dessa obra, com destaque não apenas para o volume de material pesquisado em arquivos, mas sobretudo para a problematização da história da cidade e a construção de uma narrativa crítica, que historiciza o processo de construção da cidade de Duque de Caxias, tendo em perspectiva sua condição periférica, os problemas sociais, econômicos, os conflitos pelo poder, etc. Assim, essas produções são indicativos de relações entre eventos educativos, culturais e acadêmicos diante de iniciativas de educação patrimonial na cidade de Duque de Caxias. Analisar essas obras permite acompanhar como determinadas temáticas se configuram, e como a memória é acionada por determinados agentes no tempo e no espaço.

Essas produções, consideradas “acadêmicas”, estão inseridas em um momento histórico que tem permitido um avanço dos debates sobre relações, as contribuições e os significados das populações afro brasileiras. Importante considerar que esse grupo de autores está estabelecendo um diálogo com as produções acadêmicas, logo, é influenciado pelos debates e metodologias que circulam nesses espaços. Schlickmann (2015) destaca que:

As transformações políticas, os novos cursos de pós-graduação e aportes teóricos metodológicos também influenciaram os estudos africanos no Brasil. As mudanças foram expressas através de novos temas e abordagens advindas de demandas para o

entendimento do passado e do presente do continente africano. (SCHLICKMANN, 2013, p. 49)

A autora chama atenção para os novos temas abordados, como a história das mulheres e as questões de gênero, das lutas armadas, dos trabalhadores rurais e urbanos. Temáticas que foram contempladas devido à ampliação das fontes e os diálogos com outras áreas de conhecimento, como arqueologia, antropologia, linguística. Nesse sentido, os historiadores chamados “acadêmicos” na Baixada Fluminense também estão sendo influenciados pelas novas perspectivas de produção do conhecimento.

A obra de Marlúcia Santos é uma referência para os estudos recentes sobre a região. A autora realizou um mapeamento dos vários grupos de poder, analisando o cenário da Baixada Fluminense, não apenas associado a imagens dos Barões e “grandes nomes”. Faz parte de sua obra considerar as trajetórias das principais lideranças locais e regionais, as memórias das disputas políticas na cidade entre o “Amarilismo” e o “Tenorismo”, que rivalizavam a representação e os votos dos trabalhadores, além da obra destacar as memórias das organizações e experiências dos trabalhadores. Essa é uma das produções que se propõe a pensar o território e evidenciar as contradições e as dinâmicas na construção da cidade.

Tania Amaro e Antônio Augusto Braz (2010), no livro “de Merity a Duque de Caxias”, também oferecem um panorama sobre os processos e as transformações sofridas na região. A ênfase, nessa obra, está na passagem do rural ao urbano e nos impactos das imigrações para esse espaço. Os autores utilizam da história oral, e, através de depoimentos de antigos moradores, apresentam os desafios e as formas como determinados bairros se constituíram.

Esses autores são ligados aos movimentos que se propõem à valorização e divulgação da histórica local, tendo, ao longo dos anos, apresentado esforços de articulação para divulgar suas obras. Antônio Augusto e Marlúcia Santos são membros da Associação dos Amigos do Instituto Histórico (Asamih), sócios fundadores da Associação dos Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio) e professores das redes públicas na cidade. Marlúcia Santos é coordenadora geral do Museu Vivo do São Bento¹⁴, e Antônio Augusto é professor na Universidade do Grande Rio (Unigranrio), diretor de pesquisa do CRPH e professor da rede pública de ensino no município¹⁵. Tania Amaro é atual diretora do Instituto Histórico de Duque de Caxias, realiza doutorado na Unigranrio e também é professora na mesma

¹⁴ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>> acesso:14/07/2016.

¹⁵ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>> acesso:14/07/2016.

instituição e na rede pública¹⁶. Esses intelectuais exercem na cidade um compromisso político de promoção e preservação da história e da memória sobre a região. São percebidos nesse estudo como intelectuais orgânicos, que entendem a importância da cultura para a atuação e interferência na sociedade.

Em 2014, no mesmo ano de publicação do livro de Marlúcia Santos, Tania Amaro lança o livro “Olhares sobre uma cidade refletida: Memória e Representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)”. Esse trabalho é resultado de sua dissertação de mestrado produzida na Universidade do Grande Rio (Unigranrio). A obra se propõe a um diálogo entre a História e a Literatura, através das obras de Silbert dos Santos Lemos, uma coletânea sobre a cidade de Duque de Caxias intitulada “Crimes que abalaram Caxias”. Através das obras de Lemos, Amaro mostrou como a prostituição, a jogatina e a violência na cidade revelavam as vivências diárias de uma população à margem dessa sociedade, destacando as relações diárias de resistências e sobrevivências. A obra de Tânia Amaro foi publicada pela Asamih, já o livro de Marlúcia Santos foi publicado pela editora APPH-Clio.

O primeiro livro publicado pela editora APPH-Clio data do ano de 2003. O trabalho se tornou referência aos estudos sobre Baixada Fluminense. Trata-se do livro “Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense”, de José Cláudio Souza Alves. Tanto o livro de Alves quanto os livros publicados a seguir sinalizam que eles encontraram vias que permitissem uma circulação das pesquisas produzidas sobre a região. Isso possibilitou que algumas das dissertações e teses de professores tivessem suas pesquisas projetadas. (BRAZ, 2010); BEZERRA, 2011 e 2012; AMARO, 2014; SOUZA, 2014). Esses materiais receberam um elevado índice de procura nos últimos anos, especialmente no último concurso para os cargos de professores em Duque de Caxias (2016). A história local foi um dos conteúdos da prova/ seleção para muitos cargos, e, dessa forma, essas obras circularam ainda mais, especialmente entre os profissionais da educação.

Desse modo, devemos considerar que a análise da produção do conhecimento sobre a região é um caminho para entender como contribuiu e/ou contribui a temática das culturas afro brasileiras voltadas para as práticas educativas sobre o patrimônio da cidade. Nesse sentido, busca-se analisar quem produz essa história e para quem interessa. Assim,

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um

¹⁶ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>> acesso:14/07/2016.

texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’. (CERTEAU, 1982, p.56).

Por todos os lugares que se passa pela região, independentemente do município, na Baixada Fluminense é perceptível a presença de afrodescendentes. Também é possível perceber a presença das culturas afro brasileiras, seja nas expressões artísticas, nos cultos religiosos, nas tradições orais ou na memória coletiva (BEZERRA, 2014). Considerando que a cidade de Duque de Caxias, com seus 770.865 habitantes, é a terceira cidade mais populosa do Estado do Rio de Janeiro, perdendo apenas para São Gonçalo (com 889.828) e para o município do Rio de Janeiro (5.851,914)¹⁷, é necessário examinar como a história do território e dessa população está sendo representada na produção acadêmica.

Como foi mostrado anteriormente, Ana Lucia Enne (2002) apresenta uma reflexão sobre a escrita da Baixada Fluminense. Em sua tese, a partir das trajetórias individuais dos diversos agentes envolvidos na produção de conhecimento, a autora buscou entender as inserções desses sujeitos e seus pertencimentos em termos de identidades sociais, bem como se esses agentes e as instituições estariam envolvidos nas inserções coletivas na escrita sobre a região. Assim, ela destaca “fluxos e interações” que se constituíam de redes, sub redes e elos, que estabeleceram uma rede de memória e da história na Baixada Fluminense.

Para a autora, “a relação entre a construção da memória e da história tem um papel fundamental na configuração de identidades sociais no âmbito da Baixada Fluminense” (ENNE, 2002, p. 15). Os agentes atuantes nessa produção de conhecimento, para ela, buscam identidades positivas pertencentes ao passado, seja no sentido de recuperar as imagens de glamour – um passado dito de ouro com grandes barrões –, ou no sentido de construir uma nova história, na qual o passado passa ser pensado criticamente com o objetivo de transformar o presente.

Enne salienta que existiriam redes constituídas por indivíduos com interesses e alguns métodos semelhantes. Dentro dessas redes, os agentes se auto referenciavam e se amparavam por interesses para uma produção de memória e história. Um dos grupos seria composto pelos acadêmicos, que, para a autora, estaria constituído, em sua maioria, por professores da rede pública de ensino. Isso seria um indicativo da ponte entre o saber historiográfico e a preocupação didática em sala de aula para a divulgação e valorização da história local. Importante lembrar que Enne chama atenção para o fato de que os agentes da sub rede dos

¹⁷ Dados do Censo 2010 (IBGE). In (SOUZA, 2014, p 17).

“acadêmicos” são oriundos de movimentos de militância política, que buscam os “esquecidos” na história oficial. Eles entenderiam o “fazer histórico” como militância política.

Essa sub rede, que Enne chama de “acadêmicos”, se reconhece por uma produção de conhecimento que dialoga com produções e pesquisas embasadas nas fontes, na teoria e na metodologia. Eles entendem que estão realizando um “fazer histórico” com uma visão crítica do passado, se contrapondo aos estudos da sub rede intitulada por Enne de “memorialistas”, que estariam produzindo uma narrativa linear com verdades históricas. Desse modo, a autora menciona que os acadêmicos buscam legitimar suas produções. Assim,

[...] nos trabalhos escritos, há a busca permanente de diálogo com uma outra instância de interação, um *elo*, formada pelos trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses) que funcionam aqui como legitimadores de um “olhar científico (ENNE, 2002, p. 207, grifo da autora).

Essas produções indicam ações e militâncias envolvidas em um processo de positivação e fortalecimento de identidades. Cabe entender como os agentes, em Duque de Caxias, se articularam para fortalecer suas ações educativas e culturais, através de suas produções de conhecimento na região, bem como qual o impacto que isso oferece para os estudos e práticas voltados à população afro brasileira na cidade.

Através do levantamento das teses, dissertações, artigos e livros produzidos sobre Duque de Caxias, foram identificados alguns agentes recorrentes na produção de conhecimento sobre a cidade. São eles Marlúcia Santos, Antônio Augusto, Tania Amaro, Alexandre Marques, Ercília Oliveira, Sandra Pereira e Nielson Bezerra. Esses agentes, entre outros, direta ou indiretamente, foram protagonistas para a criação de instituições na cidade, como a Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio) e a Associação dos Amigos do Instituto Histórico (Asamih). Essas organizações foram geradas em espaços de referência na cidade, a FEUDUC e o IHDC, respectivamente, com o objetivo de ampliar a atuação e divulgação de suas escritas e ações educativas e patrimoniais na região. Assim, convém entender como a APPH-Clio e a Asamih se constituíram, suas atribuições e relevâncias para a produção e divulgação de conhecimento na cidade.

1.2.1 Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH- CLIO): uma trilha para o diálogo acadêmico

A recorrência de articulação entre os agentes na cidade de Duque de Caxias pode ser percebida em um movimento desses agentes, a Associação de Professores e Pesquisadores de

História (APPH-Clio), criada em 1999. Essa associação é parte de um movimento anterior de professores e alunos da Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC). Essa instituição, que apresentou uma preocupação em sistematizar os conhecimentos já produzidos na região e ampliar as abordagens com vínculos acadêmicos, foi fundada em 1969 e, até 1999, foi a única instituição de ensino superior a oferecer o curso de História¹⁸ na Baixada Fluminense.

Essa Instituição, em 1971, era a Faculdade de Estudos Sociais da FEUDUC, uma vez que somente em 1999 o curso foi dividido entre História e Geografia. Esse espaço proporcionou que a relação entre a teoria e a prática fosse se configurando nas ações de determinados agentes (MARQUES, 2002). A partir desses movimentos, foi notória a necessidade de formação de um Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense (CEMPEDOC-BF) e a criação da Associação de Professores Pesquisadores de História – Clio (APPH-Clio). Em 1992, foi fundado o Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da Baixada Fluminense (CEMPEDOC/BF), com o objetivo de desenvolver as pesquisas sobre História Local (SOUZA, 2011). O Centro de Memória tinha a preocupação de incentivar pesquisas sobre a região, manter e armazenar acervo para contribuir com a produção científica.

Na FEUDUC a teoria e a prática tornaram-se objeto de reflexão. Após promoverem várias oficinas em sala de aula os professores Antônio Augusto Braz e Marlúcia Santos Souza elaboraram em 1994 o projeto ‘Repensando o Ensino de História de Duque de Caxias’ e organizaram o ‘I Encontro de Professores e Alunos de História de Duque de Caxias (MARQUES, 2002, p.83).

O primeiro evento permitiu outros seis encontros. No ano 2000, essa iniciativa foi vinculada à organização do I Congresso de Professores e Pesquisadores da História da Baixada Fluminense, seguido por outro Congresso em 2001. E em 1999, os professores da FEUDUC criaram a Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH- CLIO). Nesse espaço, os agentes iniciaram debates e aulas “preparatórias” para as seleções de mestrado. Essa fase demonstrou que as atividades e as produções necessitam de um diálogo com a academia (considerando que, após a década de 1970, os programas de pós-graduação se fortaleceram como espaços legitimadores do conhecimento). Nesse sentido, percebe-se que a APPH-Clio passou a ser um espaço de preparação, produção e divulgação do conhecimento produzido. (SOUZA, 2011).

¹⁸ O curso de História na FEUDUC oferece somente licenciatura.

A APPH-Clio tinha como referência a atuação em pesquisa local e regional, com ênfase na Baixada Fluminense. Muitos trabalhos monográficos foram produzidos, motivados por uma abordagem da Nova História, preocupados com a história de um tempo presente (MARQUES, 2002).

Essa opção norteou os projetos desenvolvidos: ‘Conhecendo a nossa História’, ‘Visitando nossa memória’, ‘Grupo Pró- Mestrado’, que depois se chamaria “Grupos de Leituras”, ‘Repensando o Ensino da História’ e a exposição iconográfica ‘De Iguassú à Baixada Fluminense’. (MARQUES, 2002, p.88).

A preocupação estava em se posicionar sobre as problemáticas apresentadas pela Baixada Fluminense em oposição às visões idealizadas do século XIX. Para esses agentes, a literatura existente sobre a região era de cunho memorialista e documentarista. Seria necessário novas abordagens e uma sistematização dos trabalhos e documentos dispersos em distintas instituições (MARQUES, 2002).

A tese de Ana Lúcia Enne (2002), “Lugar, meu amigo, é minha Baixada: Memória, Representações Sociais e Identidades”, é um trabalho fundamental para o entendimento desse processo de construção de narrativas sobre história da região e suas disputas. A autora destaca que, a partir da década de 1990, muitos agentes realizaram esforços para preservação das diferentes leituras sobre a Baixada Fluminense. Esse trabalho permite acompanhar como se configurou a produção de conhecimento na região.

Enne (2002) refletiu sobre a importância de estudar a memória relacionada à identidade, privilegiando como princípio metodológico o objeto/sujeito para pensar as redes e sub redes que desejava analisar. A autora parte do conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs para definir os quadros sociais que compõem a memória na região. Em seu trabalho, ela chama atenção para uma “rede memória” que se estabelece na Baixada Fluminense, na década de 1990. Importante ressaltar que ela também analisa os elos entre essas redes, mas interessa nesse momento pensar quem seriam os integrantes das redes dos “memorialistas” e dos “acadêmicos”. Nesse sentido, chamo atenção que, assim como Enne, também estou considerando que os movimentos anteriores de escrita e produção de conhecimento na Baixada Fluminense são constitutivos de projetos que representam as disputas da memória sobre esse território. Logo, operando com o conceito de “memória coletiva”, que, para ela,

[...] de certa forma, a busca do controle sobre a memória institui uma identidade para o agente social nela envolvido, no sentido de gerar um lugar dentro de uma rede

específica de circularidade e fluxo, que (ela) está chamando de rede de memória e história na Baixada Fluminense. Além disso, seus posicionamentos acerca desta apropriação também indicam pertencimentos, dentro desta grande rede, a uma das sub-redes principais, com as quais tais posições se alinham (ENNE, 2002. p.122-123 grifo meu).

A autora partiu das trajetórias individuais dos diversos agentes na Baixada Fluminense para entender suas inserções coletivas e seus pertencimentos em termos de identidades sociais. A sub rede 1 seria formada pelos “memorialistas”, agentes ligados a instituições “tradicionais”, como os institutos históricos, com vínculos com as esferas governamentais. Uma das características desses agentes, para Enne, seria a concepção da história como “narrativa”, seguindo uma cronologia ligada a história nacional. Já a sub rede 2 seria composta pelos “acadêmicos”, formados praticamente por graduados em cursos de História e com algumas produções “acadêmicas”, como artigos, monografias, e/ou trabalhos ligados aos meios universitários locais. Para a autora, “(..) seus membros são explicitamente antagônicos a uma história “positivista”, mesmo que respeitando o trabalho dos “memorialistas”, mas se colocando como portadores de um tipo de fazer histórico mais comprometido com a ‘Ciência’” (ENNE, 2003. p.40).

Os acadêmicos, sendo oriundos de movimentos sociais, estariam preocupados com a temática dos “excluídos” da historiografia oficial, como os escravos, as mulheres, os imigrantes, entre outros. Eles teriam como estratégia a inclusão desses debates nas universidades, e também a maneira como enxergariam a história através da “problematização” das fontes, com a utilização não só de documentos escritos, mas também com a metodologia da oralidade. Outra marca desse grupo seria o entendimento de que os acervos históricos deveriam ser democratizados, configurando-se, então, como uma crítica às “instituições tradicionais” (ENNE, 2003).

Esse estudo sobre a rede de memória produzido por Enne é importante para avançarmos em relação à análise das produções sobre a região. A autora, mesmo demarcando diferenças entre os grupos, considera que existe uma “identidade partilhada” por eles. Ela diz que eles são “diferentes, *pero no mucho?* ” (ENNE, 2002, p.357). Esse título, com o qual ela abre o último capítulo de sua tese, tem o objetivo de abordar as convergências entre os grupos, para afirmar que a identidade de “morador da Baixada Fluminense” seria um elemento amalgamador. Nesse sentido, tanto “memorialistas” quanto “acadêmicos” estariam embasados para buscar no passado símbolos de valores positivos, principalmente os monumentos históricos com campanhas de preservação.

No grupo dos acadêmicos, quase todos são professores da rede pública na Baixada Fluminense, o que gera uma ponte entre o fazer historiográfico e a preocupação com a prática em sala de aula. Enne (2002) realiza um mapeamento das trajetórias desses autores, através de entrevistas. Dentro desse grupo estariam Antônio Jorge Matos, Antônio Augusto Braz, Marlúcia dos Santos Souza, Alexandre dos Santos Marques, Paulo Pedro da Silva, Ercília Coelho de Oliveira, Maria do Carmo Gregório, Shirley da Silva Costa, Maria José Rodrigues de Carvalho, Marize Conceição de Souza, Elizabeth Silva de Oliveira, Cecília Cunha França, Nádia Aparecida Felix, Nielson Rosa Bezerra, Jorge Luís Rocha, Rodinei Knopp, Otair Fernandes, Valéria Lima Guimarães, Raquel Paz dos Santos, Linderval Augusto Monteiro e Josinaldo Aleixo (ENNE, 2002:p.14).

É necessário entender que determinadas ações realizadas por esses agentes foram resultados das relações estabelecidas por eles ao longo do tempo, permitindo que se constituíssem vínculos que os identificassem como membros com características comuns. Assim, o estudo de Souza nos auxilia no entendimento dessas conexões entre os agentes e os motivos da formação dos estudos na cidade e sobre a cidade, ainda que, nesse trabalho, tenhamos interesse na presença da temática das histórias e culturas afro-brasileiras na historiografia recente sobre a Baixada.

Marlúcia dos Santos de Souza¹⁹ relata, em artigo publicado no livro “Professoras pensam a Cidade” (DAVID, RUFINO, ALVARENGA, 2011), como se construiu a relação entre as produções geradas pelo grupo considerado acadêmico presentes na cidade de Duque de Caxias, ligados à FEUDUC.

Na FEUDUC, encontrei outras pessoas que militavam nos movimentos sociais negros, no SEPE – Núcleo de Duque de Caxias (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação), nos partidos políticos recém-criados após a instalação do multipartidarismo. O incômodo era coletivo. A lógica partilhada do homem como sujeito de seu tempo trazia reflexões acerca do nosso lugar e do homem enquanto construtor de sua História (SOUZA, 2011: p. 201).

A proposta estava marcada por uma intenção de romper o silêncio sobre a história da resistência e dos movimentos sociais e sindicais na cidade. Souza diz que, ingressando no corpo docente da FEUDUC, no Departamento de História, uma equipe de professores e alunos iniciou um processo de estudo e mapeamento das fontes relativas à história local, a

¹⁹ Souza é indicativo que esses atores estão intimamente atuantes com a relação entre Memória e Patrimônio. Mestre pela Universidade Federal Fluminense, em 2002, defendeu sua dissertação “Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias (1900-1960)”. Atualmente é Coordenadora Geral do Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias. Permanece atuando na educação básica, e em atividades de cunho patrimonial no Museu Vivo do São Bento.

partir de 1992. Esses professores passaram a realizar suas próprias produções, ofereceram oficinas, material didático, cursos com professores nos anos de 1980 e 1990, em parceria com o SEPE, entre outras atividades. Nesse sentido, Souza sinaliza que ocorreu um movimento para o reconhecimento acadêmico das ações:

Apesar do alargamento das fronteiras do trabalho realizado, enfrentávamos as dificuldades da ausência de recursos financeiros e de tempo; assim como, dos limites de nossa própria formação. Professores da FEUDUC e formados pela instituição decidiram organizar um grupo de estudos para melhor qualificar o fazer docente e ampliar as possibilidades de pesquisa (SOUZA, 2011, p.202).

Através das atividades desses agentes percebe-se que eles desejavam estabelecer um elo entre as experiências das produções em curso realizadas na cidade de Duque de Caxias e, conseqüentemente, a necessidade de diálogo com outras produções dentro do espaço acadêmico. Contudo, consideramos que as trajetórias desses agentes não estão voltadas, necessariamente, para uma carreira universitária, mas que o espaço acadêmico foi o seu canal de atuação.

Enne (2002) ainda aponta que os agentes da região estão articulados a uma rede maior de “memória” e “história” da Baixada Fluminense, que inclui atores não necessariamente agindo diretamente na região, mas sobre ela refletindo ou produzindo trabalhos memorialistas e historiográficos. Esses trabalhos analisados pela autora estariam inseridos nessas redes com interesses e métodos que se alinhavam, mas também se amparavam e se auto referenciavam. Ao eleger os agentes e as agências da cidade para pensar a produção da escrita histórica, ela também destaca como a imprensa influenciou em seu percurso. A produção jornalística permitiu que ela mapeasse as práticas discursivas sobre a região, percebendo como a escrita da história da Baixada Fluminense estava preocupada em produzir referência de identidades, nesse caso positivas, em oposição às imagens da imprensa.

Através de entrevistas e observações, Enne utilizou como referência, para entender as construções discursivas desses agentes, a produção de livros, artigos, textos, crônicas e ensaios publicados. Entende-se que esses atores continuaram suas carreiras por distintos caminhos, e que a realização do mestrado sinaliza para uma exigência acadêmica no sentido de dar continuidade às suas ações na Baixada Fluminense. Seria, então, a pós-graduação um meio de legitimar as narrativas realizadas por esses agentes em seus campos de atuação? Como foram se estabelecendo as práticas e as escolhas de pesquisa? Entender essas continuidades ou rupturas com seus discursos de memória e patrimônio na Baixada

Fluminense permitirá entender como as produções na região vão sendo construídas e ligadas aos temas das culturas afro brasileiras.

Desse modo, alguns agentes e suas trajetórias acadêmicas permitem entender como as escolhas temáticas de estudos possuem relações com suas vivências e com os movimentos acadêmicos que eles constroem. Enne (2002) afirma que Antônio Augusto e Marlúcia Souza foram fundamentais para a composição da associação de professores APPH-Clio. A partir dessa parceria e com o auxílio de ex-alunos e alunos da FEUDUC, eles foram compondo material sobre a história local, e com isso a associação foi se configurando (ENNE, 2002).

Antônio Augusto Braz se formou em 1987 na FEUDUC e, em 1989, já lecionava na mesma instituição. Em entrevista realizada para o estudo de Enne (2002), Braz justifica que seu interesse pela história local estava conectado com a relação que possuía com o movimento político e social. A conexão entre sua trajetória e a produção escrita pode ser identificada através de suas produções, como os textos “ISEB, aparelho ideológico do Estado” (1990) e “A história do município de Duque de Caxias: uma nova abordagem” (1994) (ENNE, 2002, p. 211). Ele também desenvolveu a dissertação, no programa de História da Universidade Severino Sombra, sobre as transformações na cidade de Duque de Caxias, sob o título: “Vidas em transição: a cidade e a vida na cidade em Duque de Caxias (RJ) nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX” (2006).

Marlúcia Souza, também em entrevista para o estudo de Enne, fala de sua militância em diversas pastorais sociais na Igreja Católica. Souza participou de debates da Teologia da Libertação e cursos sobre educação popular. Além da militância político-religiosa, ela se envolveu em movimentos reivindicatórios na cidade, como a criação de passarelas na Rodovia Presidente Washington Luiz. Através das atuações de militância, Souza sofreu influência na sua produção acadêmica e profissional. Sua monografia foi sobre a participação das mulheres na História do Brasil (1988). Essa produção teve influência de sua participação em um grupo de estudos formado unicamente por mulheres no MUB (Federação Municipal das Associações de Moradores em Duque de Caxias) (ENNE, 2002). Souza realizou o mestrado na UFF e, em 2002, defendeu a dissertação sobre a História Política da cidade de Duque de Caxias.

Um agente importante para pensar a produção de conhecimento sobre as “culturas afro brasileiras” é Nielson Bezerra. Ele se formou em 1998 pela FEUDUC, concluindo especialização em 2000 em História Social na mesma instituição. Durante a realização da especialização ele já estava participando na Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio). De acordo com Enne (2002), o interesse dele pela história local aconteceu durante um curso do professor Antônio Augusto, quando fora preciso realizar uma

monografia sobre um bairro de Duque de Caxias, para a qual ele escolheu o bairro do Pilar. Durante o período da especialização, Nielson Bezerra também desenvolveu uma pesquisa sobre escravidão no século XIX, sendo esse o interesse de suas primeiras temáticas (ENNE, 2002). Ele realizou o mestrado e doutorado abordando a temática da escravidão no espaço hoje conhecido como Baixada Fluminense. É possível perceber que, apesar do professor Bezerra ser um dos autores com significativa produção sobre escravidão relacionada à Baixada Fluminense, ele, dentro dessa rede de memória, não aborda, especificamente, a cidade de Duque de Caxias. Já Marlúcia Souza e Antônio Augusto Braz trabalham com outras abordagens, que não lidam, especificamente, com o significado da população negra na cidade, permanecendo com escritas vinculadas a cidade de Duque de Caxias. Marlúcia Souza, ainda, oferta uma preocupação mais ampliada, com abordagens sobre diferentes agentes sociais na região (SOUZA, 2003,2009,2011).

Tanto Bezerra quanto Souza e Braz possuem vínculos de atuação no Museu Vivo do São Bento, uma agência que indica a culminância de atuação desses profissionais e que, atualmente, tem apresentado projetos com um enquadramento sobre as culturas afro brasileiras. Isso sugere a manutenção de uma parceria que contribui para ações patrimoniais com uma abordagem, talvez, influenciada pelo dever de memória sobre as populações afro brasileiras. A realização desses projetos patrimoniais na cidade de Duque de Caxias indica que a trajetória profissional e acadêmica desses agentes muito contribui para leituras do passado da população, que contribuem para o fortalecimento das identidades afro brasileiras, como será abordado no próximo capítulo.

Esses agentes possuem, além das escritas, práticas vinculadas às escolas na cidade. O grupo é composto, quase em sua totalidade, por professores da rede pública da região. Assim, “grande parte de suas reflexões e preocupações estão ligadas à prática pedagógica, também sendo pensada aqui como estratégia política” (ENNE, 2002, p. 207).

Desse modo, o grupo que compõe essa rede dos “acadêmicos” carrega a bandeira de defender a produção de uma história crítica. Com objetivo de se opor à produção dos chamados “memorialistas”, eles desejavam se desvincular de um discurso “elitista”. Os “acadêmicos” são, quase todos, oriundos de movimentos políticos sociais, e isso configuraria um a proposta de olhar os “esquecidos” nas produções, o que também influenciou a escolha pelo curso de História como opção de carreira para esses agentes, bem como alimentou suas pautas temáticas nas produções de conhecimento. Dentre as diferentes formas de atuação estavam os cursos, as publicações de textos e a realização de pesquisas (ENNE, 2002). Eles

também foram se articulando e ocupando instituições criadas e reconhecidas pelo poder municipal. Eles disputam a configuração do Estado na sociedade local.

1.2.2 A Associação dos Amigos do Instituto Histórico (Asamih): conexões de uma rede de memória

O Instituto Histórico de Duque de Caxias (IHDC) se destaca por representar um dos pilares do lugar de produção para os diferentes agentes que se propõem a escrever sobre a cidade. Fundando em 1973, o IHDC ocupa um espaço dentro da câmara municipal da cidade, com proposta de preservar a documentação, mas também produzir e divulgar as escritas sobre a região.

Alexandre Marques (2005), no mestrado do programa de História da Universidade Severino Sobra, estudou as políticas culturais elaboradas pelos governos militares em Duque de Caxias entre 1950-1980. Ele chama atenção que também nessa década foram criados na cidade de Duque de Caxias a Biblioteca José do Patrocínio (1970), o Departamento de Educação e Cultura (1972), e o Conselho Municipal de Cultura (1974). Esses espaços se articulavam e eram ocupados por intelectuais ativos na produção de conhecimento na cidade, como Dalva Lazoni, inicialmente, na direção da Biblioteca e Hilda do Carmo Teixeira, irmã de Moacyr do Carmo²⁰, na direção do Departamento de Educação e Cultura, que foi auxiliada por Stélio Lacerda, entre outros. Marques reforça o papel dessas instituições de pesquisa para época, e as relações sociais, ele diz que:

Projetos dessa natureza enquadravam-se no projeto militar de construção de identidade nacional que valorizava os institutos históricos, as academias de letras e as bibliotecas públicas, homogeneizando as relações culturais e a percepção do passado, numa área que sofria um intenso processo migracional. (MARQUES, 2005, p. 115)

Determinados cargos de alguns agentes do IHDC e suas conexões com representantes políticos da cidade sugerem as articulações entre saber e poder. São responsabilidades estratégicas que indicam o direcionamento e a possível consolidação de projetos de memória para região. A primeira diretora do IHDC foi Elaine Estácio da Silva, irmã do ex-prefeito da cidade, Francisco Estácio da Silva, que era presidente da câmara quando a cidade foi considerada área de segurança nacional (1971). Elaine teve Dalva Lazoni como sucessora

²⁰ Moacyr do Carmo foi prefeito da cidade em dois mandatos: o primeiro no período de 1967-1971 (voto direto), e o 2º mandato entre 1993-1996 (voto direto).

na direção, irmã de Elias Lazaroni, que foi chefe de gabinete no governo de Moacyr do Carmo, no primeiro mandato (MARQUES, 2005).

Dalva Lazaroni é natural de Itaperuna, RJ. Ela dirigiu a Biblioteca José do Patrocínio, que funciona dentro da Câmara Municipal de Duque de Caxias, na década de 1970. Ficou no cargo por um período de 18 anos. Formada em Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional, Letras pela FEUDUC e Direito pelo Centro Universitário Augusto Motta (SUAM), também é uma das fundadoras do Instituto Histórico e Geográfico de Duque de Caxias. Em 2001, quando era presidente da Casa França Brasil, realizou uma parceria com o Governo do estado para a exposição “Devoção e esquecimento – presença do Barroco na Baixada Fluminense” (ENNE, 2002, pp. 180, 181).

Segundo Enne (2002), Dalva, através de entrevista, conta que a procura de títulos sobre a cidade e a região, por moradores e pesquisadores de Caxias, na biblioteca municipal, teria revelado a carência do acervo. Isso despertou seu interesse sobre a história da cidade, bem como sua iniciativa para criação do Instituto Histórico. Além disso, Dalva realizou um projeto de regionalização do livro didático, juntamente com autoridades federais. Com isso, ela escreveu seu primeiro trabalho sobre a Baixada Fluminense, que foi distribuído pela prefeitura entre as escolas municipais. Enne afirma que “[d]esse esforço inicial para pesquisar sobre a cidade, surgiu o interesse em formar um acervo que atendesse a outros pesquisadores, resultando na criação do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias.” (ENNE, 2002, p. 181).

O IHDC representa, então, um espaço que aglutina a participação e atuação de diferentes agentes, especialmente após 2001, com a criação da Associação dos Amigos do Instituto Histórico (Asamih). Essa associação tem o “objetivo de a sociedade civil participar, acompanhar e apoiar as atividades do Instituto Histórico de Duque de Caxias”²¹. A Asamih se apresenta como parceira de diferentes instituições e atividades na cidade, dentre elas o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH), o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed), o Teatro Procópio Ferreira, o Fórum Cultural da Baixada Fluminense, o Conselho Municipal de Cultura, e o Conselho Deliberativo do Centro de Referência Patrimonial de Duque de Caxias. Os profissionais que atualmente compõem a Asamih se apresentam como atores que estão articulados para a realização de atividades com a rede pública de ensino, a divulgação de material didático, a realização de seminários e estudos de campo e a publicação de livros²². A Asamih apoia a publicação da Revista Pilares

²¹ Disponível em: <www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/> Acesso em: 27/07/2016.

²² Disponível em: <www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/> Acesso em: 27/07/2016.

da História e de pesquisas e publicações produzidas pelos seus membros colaboradores, como as pesquisas realizadas por Tania Amaro, Antônio Augusto Braz, Nielson Bezerra, Alexandre Marques e Marlúcia Santos de Souza.²³

Contudo, é necessário lembrar que a primeira Associação do Instituto Histórico foi fundada em 1992, por Barboza Leite, Stélio Lacerda, Rogério Torres, Armando Valente, Guilherme Peres e Ana Lúcio Castro (SILVA, 2012). Esses membros foram e são atuantes em diferentes agências da cidade, além de possuírem produções, dentre as quais podem ser destacadas “O chão dos caminhos” (LEITE, 1979), “Caxias de ontem: um pouco de memória” (LACERDA, 2003), “Antes que o tempo apague” (LACERDA, 2007), “A fábrica de tecido do Corte Oito” (LACERDA, 2007), “Uma passagem pela Caxias dos anos 60” (TORRES, 2001), “Baixada Fluminense: os caminhos do ouro” (PERES, 1996).

Essas obras estão disponíveis para consulta no IHDC, confirmando que esse espaço promove a circulação das escritas da intelectualidade local. As produções e as conexões desses agentes permitiram que fossem se constituindo as relações entre o poder e o saber na cidade. Isso é evidenciado pelos espaços educacionais e culturais ocupados por esses agentes em Duque de Caxias.

Stélio Lacerda auxiliou Hilda do Carmo Siqueira no Departamento de Educação e Cultura em 1972. Em 1976, o Departamento Municipal de Cultura tinha em sua direção Stélio Lacerda, que em algumas atividades solicitou apoio a Rogério Torres e Barboza Leite. Esses vínculos remontam ao período no qual Guilherme Peres, Barboza Leite e Laís Costa Velho eram docentes do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), na década de 1970. Já Newton Menezes, Rogério Torres, Edílio Mendonça e Stélio Lacerda eram discentes nessa mesma Instituição. Essas relações permitiram, além das produções escritas, outras intervenções em Duque de Caxias, como por exemplo o Hino de exaltação a Duque de Caxias, de autoria de Barboza Leite (MARQUES, 2005). A cidade possui um histórico de agentes atuantes na escrita e nas ações culturais e educacionais na região.

Vinicius Marcelo Silva (2012) ressalta que, em 2009, a Asamih foi considerada um Ponto de Cultura pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, com o projeto “Tecendo as ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro”. A associação teria passado a apoiar o Instituto Histórico com atividades diversas, dentre elas “exposições, lançamentos de livros, cordéis e vídeos, quase todos relacionados à história, educação e cultura do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense”, além de atividades abertas à comunidade, como

²³ Disponível em: <www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/> Acesso em: 27/07/2016.

Café com História e Rodas e Memórias (SILVA, 2012, p.68). Em parceria com o CRPH e o CEPEMHED também teria desenvolvido estudos de campo, com visita ao patrimônio histórico da cidade de Duque de Caxias. Nessa perspectiva, percebe-se como as escritas, através de seus autores, promovem ações que se configuram em atividades de preservação que direcionam a uma educação patrimonial.

Dessa forma, partir das produções de conhecimento para compreender os significados que as práticas patrimoniais operam na cidade é considerar que a escrita é um reflexo das práticas e das intenções de articulação que a temática permite construir. “Não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber” (CERTEAU, 1982, p.88).

1.3 Temática das culturas afro brasileiras: campo de disputas

Os usos da história pela universidade para produção do conhecimento, bem como as influências das primeiras pesquisas sobre a África são relevantes para se pensar o debate e os avanços da temática na atualidade. Mariana Schlickmann (2015), em sua dissertação “A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959-1987”, apresenta como a produção historiográfica brasileira sobre estudos africanos cresceu consideravelmente nos últimos anos. A autora destaca que os números de embaixadas brasileiras na África também sofreram um aumento significativo no mesmo período, o que evidencia outros interesses, em especial os comerciais. Isso sugere uma maior criticidade ao aumento e incentivos de produções que visam o conhecimento sobre o continente africano.

Assim, com o objetivo de entender o processo de introdução dos estudos africanos no Brasil, a autora considerou avaliar a importância de obras clássicas para o desenvolvimento do debate atual e de alguns centros de estudos como parte do processo de institucionalização das pesquisas sobre os estudos africanos no Brasil. Alguns autores ganham destaque como precursores dos estudos africanos brasileiros: Nina Rodrigues (1932), Gilberto Freyre (1933,1936), Arthur Ramos (1934,1940), Thales de Azevedo (1953) e Edson Carneiro (1937). Já os primeiros Centros de Estudos Africanos no Brasil seriam o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade da Bahia (UFBA), fundado em 1959; o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos (IBEAA), fundado em 1961 e transformado em 1973 em Centro de Estudos Afro-asiáticos, juntamente com à Universidade Cândido Mendes (UCAM), do Rio de

Janeiro; e o Centro de Estudos e Cultura Africana, fundada em 1963, com à AFFLCH/USP chamada atualmente de Centro de Estudos Africanos (CEA) (SHLICKMANN, 2012, p.20).

Desse modo, é preciso entender os diferentes contextos e as distintas intenções que estimulam a produção da escrita sobre a temática, que envolve não somente os estudos africanos no Brasil, mas também as relações entre os africanos e seus descendentes, considerando também os debates mais recentes sobre as ações afirmativas e as relações étnico raciais. Assim, é preciso considerar que, desde os anos 1990, ocorre no Brasil um aumento das discussões sobre ações afirmativas e “direitos de reparação para populações afrodescendentes. Mas, sem dúvida, seus fundamentos repousam na Constituição Federal de 1988” (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2010 p.23).

Os artigos n. 215 e n. 216 da Constituição de 1988 determinam a proteção às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. O artigo n. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT no 68), concedeu direito à terra aos descendentes de escravos através da titulação dos quilombos (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2010). Seguido de uma série de medidas intervencionistas, crescendo os debates e propondo ações e políticas sobre a questão, destacam-se alguns exemplos importante desse movimento: o “Decreto n. 3.551 de 4 de agosto de 2000, que instituiu um patrimônio cultural imaterial a partir da valorização da cultura afro-brasileira” (ABREU;MATTOS; DANTAS, 2010 p.24); a promulgação do Decreto n. 4.228, de maio de 2002, que institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da Administração Pública Federal; a Lei n. 10.639 de 2003, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira; o Decreto n. 4.886 de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); e o Decreto n. 4.887 de novembro de 2008, que regulamenta e agiliza o direito à terra aos descendentes de escravos. Somado a essas ações, a partir de 2000 muitas manifestações culturais afro-brasileiras receberam o título de Patrimônio Cultural do Brasil, como o samba de roda, o jongo e o acarajé (ABREU; MATTOS; DANTAS ,2010).

A partir dos anos 2000, o Brasil tem vivenciado uma série de discussões que envolvem questões culturais e identitárias, seguidas de uma série de medidas políticas que evidenciam um processo de democratização. Alguns marcos políticos devem ser mencionados como propulsores dessas ações, tais como a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001 e a convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005, ambos documentos elaborados pela organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Também cabe destacar a participação do Brasil na 3ª

Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU em 2001, na cidade de Durban, África do Sul.

O trabalho produzido por Abreu, Mattos e Dantas, “Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores” (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2010 p.21), permite entender como a temática vem se configurando no Brasil e como os debates historiográficos tem apresentado um questionamento sobre o papel do historiador diante de muitas e diferentes visões dos usos do passado. Nesse sentido, elas apontam

Qual o papel da história, enquanto conhecimento controlado, produzido a partir de determinadas regras compartilhadas, sobre questões específicas proposta ao passado, em relação à explosão da memória, entendida como presença do passado no presente, como força política? O que fazer com os passados que se recusam a passar? (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2010 p.22).

Atualmente, em diversas partes do mundo tem acontecido movimentos de reivindicações por “políticas de reparação”, realizados por grupos que foram “oprimidos” ou “derrotados” em algum período da história. Essa prática de reivindicação “se convencionou chamar de ‘dever de memória’, ou seja, a garantia, por parte do Estado e da sociedade, de que determinados acontecimentos não serão esquecidos” (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2010 p.21).

Esse debate, produzido pelas autoras, contribuiu no sentido de entender a “função” do historiador que é acionado para legitimar – ou não –, através de seu ofício, a patrimonialização de algo, ou mesmo inserido no debate relacionado às políticas afirmativas. Assim, considero que o estudo proposto pelas autoras também colabora para problematizar a participação do historiador na construção de dossiês e/ou laudos que permitem o reconhecimento e valorização de um determinado objeto ou rito como patrimônio nacional, e o quanto o debate que envolve representações identitárias é um campo de muitas disputas. Desse modo, cabe pensar que o passado está vinculado a usos políticos de muitos grupos, objetivando a consolidação de determinados projetos.

Ainda no estudo de Abreu, Mattos e Dantas, é interessante observar as repercussões sobre as Diretrizes educacionais nas produções historiográficas e artigos publicados em jornais por historiadores renomados no campo da escravidão no Brasil, como José Roberto Pinto de Góes. O debate abarca o papel do profissional de história nas discussões de ações afirmativas e direitos de reparação para as populações afrodescendentes. As autoras demarcam as divergências intelectuais de acadêmicos sobre as ações afirmativas, tendo como

proposta destacar o quanto o conhecimento histórico foi acionado como instrumento político nos debates sobre o passado e o enquadramento de uma determinada memória coletiva representada, no caso brasileiro, pela memória da escravidão e seus significados.

Assim, são apresentados alguns artigos publicados por historiadores na imprensa contrários ou favoráveis às ações afirmativas, dentre elas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. A proposta do estudo apresentado pelas autoras é:

Além de mostrar uma história pressionada pela memória, como muitos historiadores no Brasil e na França têm sinalizado, queremos entender como a História interfere e se mantém como elemento importante nas disputas memoriais” (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2010 p.29).

José Roberto Pinto de Góes destaca os processos de negociação dos escravos como elementos que minimizam o peso de estigma e opressão dos escravos, chamado de “engenho e arte” (ABREU; MATTOS; DANTAS 2010 p.30). Além disso, o autor considera que a ideia de raça é preconceituosa, sendo ele defensor de políticas universalistas. Para ele, as políticas em bases raciais seriam contrárias à própria constituição republicana.

Já Marta Abreu, que publicou um artigo no jornal “O Globo”, em 4 de junho de 2006, destaca que o chamado “engenho e arte” dos escravos deveria ser entendido como parte ativa da resistência dos afrodescendentes à escravidão. Esse debate reforça ideia que “o conhecimento empírico comum não implica em leituras do passado semelhantes” (ABREU; MATTOS; DANTAS 2010 p.30).

Esse debate passa pela própria noção de quem são os descendentes de africanos no Brasil, e o que pode ser definido como culturas afro brasileiras. Nesse sentido, estariam os que, de um lado, defendem e consideram as identidades raciais – em especial a identidade negra –, como resultado de uma construção histórica marcada pela experiência coletiva de opressão e discriminação associada à memória da escravidão moderna. Logo, exigem uma reparação referente ao passado que marca relações de desigualdades presentes. Em contrapartida, há os que defendem, entre eles Góes, que não separa a noção de raça de uma origem biológica, outrora tida como científica, mas atualmente negada. Assim, o passado escravista não poderia ser reparado no presente (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2010 p.31).

Dentre os inúmeros exemplos apresentados pelas autoras para justificar o argumento de Góes e os argumentos delas para justificar suas posições políticas, é necessário destacar, “portanto, para além das controvérsias históricas e historiográficas, [que] é a memória

coletiva que está em jogo, a presença do passado no presente, suas formas de apropriação e representação” (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2010 p.33).

É possível refletir que o passado sempre está presente, desde que seja acionado por determinado grupo. Isso realmente independe do historiador, já que “vivemos um tempo nas sociedades ocidentais contemporâneas em que ganharam força os investimentos sociais nas tarefas de memória” (GUIMARÃES, 2007). Isso permite uma reflexão sobre as apropriações que a sociedade faz das políticas governamentais e as ações desses grupos sociais que “empurram” a produção de escrita sobre determinadas temáticas²⁴ que consequentemente geram políticas públicas.

Nesse sentido, o artigo “Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil” (MATTOS, ABREU, GURAN, 2014), que trata da produção do “Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil”²⁵, é oportuno para pensar com a produção do conhecimento também é responsável por legitimar e mobilizar demandas sociais.

O estudo apresenta que o inventário está inserido dentre, como já mencionado, as inúmeras ações que, a partir de 2000, impactam para o reconhecimento da escravidão e do tráfico como “crimes contra a humanidade”, com o caso, da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001 (MATTOS, ABREU, GURAN, 2014 p 256). A temática apontada nesse trabalho reconhece os princípios de Resistência, Liberdade e Herança.

Destaca-se que, entre as diversas ações propostas pelo Inventário, estaria a produção de trabalhos científicos, desenvolvimento de materiais pedagógicos para o Ensino de História da escravidão e do tráfico de escravos, entre outros. Logo, a proposta era identificar “locais de memória” e realizar um “enquadramento de memória”.

Justifica-se o trabalho com a necessidade de tornar pública uma temática que durante muito tempo foi ignorada. Assim, “[a] estratégia de dar visibilidade a estes temas através da visita dos locais de memória não só consolidava novas formas de rememoração, para públicos que desconheciam ou se recusavam a falar desse passado” (MATTOS, ABREU, GURAN, 2014 p.258). A proposta é tratar sobre uma temática que envolve dor e vergonha – o

²⁴ Como por exemplo a Lei 10639/2003 e o Decreto n. 3.551 de 4 de agosto de 2000, que instituía o patrimônio cultural imaterial a partir da valorização da cultura afro-brasileira.

²⁵ O trabalho é resultado da solicitação da Unesco em 2011 – ano escolhido pela Instituição como ano internacional dos afrodescendentes. O Inventário foi realizado a convite de Milton Guran, então representante no Brasil do Comitê Científico Internacional do Projeto da Unesco Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade Disponível em: <<http://www.labboi.uff.br/nodel/1507>>. Acesso em: 14/10/2015.

tráfico de escravos –, mas também pensar que a memória da diáspora africana envolve legados culturais, resultado das resistências dos escravizados.

Percebe-se que as produções de conhecimento, que demarcam disputas de memória, também são envoltas de posicionamentos políticos. E que a temática das populações afro brasileiras, diante das medidas públicas, pós 2000, sugerem que as escritas estão diretamente influenciadas por práticas e participações políticas, ou mesmo que as próprias pesquisas influenciam em ações intervencionistas, como poderá ser verificado no próximo capítulo.

Assim, metodologicamente, adotamos “culturas afro brasileiras” como uma expressão síntese da hipótese que sustentamos de ter havido uma maior inserção da temática na produção acadêmica sobre a Baixada, com ênfase em Duque de Caxias. A mesma emergência também deveria reverberar sobre algumas práticas patrimoniais do mesmo grupo de agentes, organizados em diferentes agências da cidade, como demonstramos nesse capítulo 1. Dessa forma, no rastro das “culturas afro brasileiras”, foi possível identificar diferentes temáticas que tangenciam o tema e que produzem subsídios para novas disputas e práticas pelo “dever de memória” em Duque de Caxias.

2 PELO CAMINHO DAS LETRAS: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E CULTURAS AFRO BRASILEIRAS EM DUQUE DE CAXIAS

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural [...]. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 1982, p.57).

Esse capítulo propõe examinar as produções de conhecimento sobre o patrimônio, a memória e a culturas afro brasileiras em Duque de Caxias e como os agentes dessas produções articulam seus estudos na região. Inventariar a produção de conhecimento recente sobre a temática em Duque de Caxias permitirá entender o papel de determinadas instituições na cidade, e como essas produções estão se relacionando com as leis e com o processo de valorização do patrimônio cultural das populações afro brasileiras. A proposta é identificar como os agentes de produções estão conectados às agências na cidade de Duque de Caxias e, nessa perspectiva de articulação dos agentes e das agências, analisar como as produções estão sendo projetadas para divulgação e ações patrimoniais na cidade.

Dessa forma, serão investigados os intelectuais e suas relações com as redes educativas na cidade de Duque de Caxias, com o objetivo de entender como a produção do conhecimento está relacionada às disputas políticas que envolvem a memória, o patrimônio e a história. Através do levantamento realizado sobre as produções acadêmicas nos programas de pós-graduação em História e em programas de pós-graduação em Educação de universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, será apresentada a produção bibliográfica sobre a temática entre os anos de 2000 e 2014. Consideram-se as transformações na legislação educativa brasileira a partir dos anos 2000, bem como políticas culturais para pensar o desenvolvimento da temática nas ações e apropriações dos agentes. Já o limite de produção inventariada, no ano de 2014, refere-se ao período do término de registros que antecederam a escrita da presente dissertação.

Em um primeiro momento, é necessário destacar como a produção acadêmica sobre a temática da cultura afro brasileira está se configurando naquela localidade. Para tanto, foi realizado um levantamento das produções bibliográficas, como teses, dissertações, artigos e livros produzidas sobre Duque de Caxias que abordam a população negra em diferentes aspectos sociais e culturais, no sentido de verificar como a população, na cidade de Duque de Caxias, majoritariamente negra e parda, está sendo representada nas produções de conhecimento. Nesse sentido, identificar se ocorre, e quando ocorre, um enquadramento de

pesquisas e práticas patrimoniais sobre as culturas afro brasileiras diante da escrita acadêmica sobre Duque de Caxias.

É necessário destacar que serão utilizados os termos “populações afro brasileiras” e “populações negras”, ciente da complexidade que envolve tais definições. Como afirma o antropólogo Kabengele Munanga, professor-titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em entrevista concedida a Revista Estudos Avançados, não é fácil definir quem é negro no Brasil. Porém, ele alega que, politicamente, os que atuam em movimentos negros organizados classificam como negro qualquer pessoa que tem essa aparência. (MUNANGA, 2004). Isso não suaviza o debate, mas sugere heranças e práticas que identificam as relações construídas ao longo do tempo, diante do que estamos considerando como heranças geracionais. Paul Lovejoy lembra que a diáspora africana precisa ser pensada como um processo de dispersão de pessoas e disseminação de culturas, considerando as complexidades sociais do continente africano. (LOVEJOY, 2000).

Assim, consideramos identificar as produções que se propõem a um estudo sobre as vivências históricas das populações afro brasileiras em Duque de Caxias. A proposta é verificar se essas produções contribuíram ou se contribuem – e como contribuem – para as práticas patrimoniais na cidade, com o objetivo de valorização e divulgação do patrimônio, seja material ou imaterial, dessas populações. Estamos entendendo o patrimônio como um conjunto de bens e significados que caracterizam e identificam um grupo social, considerando-se, sobretudo, os valores construídos a partir de uma perspectiva geracional. Isso significa que o Patrimônio sintetiza as heranças culturais de uma determinada sociedade (CHAGAS, ABREU, 1995). Do mesmo modo, também estamos operando com um destaque ao reconhecimento do patrimônio imaterial, que faz parte de um processo perpetrado por diferentes grupos preocupados com o reconhecimento de elementos da cultura, dita popular, que, por muito tempo, foi vista como menor, ou mesmo não cultura (NAJJAR, 2010).

Foram identificados trabalhos referentes à escravidão, ao pós abolição, à diáspora africana, às trajetórias de lideranças negras, às práticas educativas antirracistas, ao movimento negro e às práticas culturais diversas. Nessa perspectiva, um primeiro ponto de chegada foi perceber que sob a rubrica “culturas afro-brasileiras” gravitam diferentes possibilidades de estudo e temas.

O levantamento foi realizado nos seguintes acervos: sites dos programas de pós-graduação em História e Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do

Rio de Janeiro (UFRRJ), e Universidade Severino Sombra (USS). Foram selecionados nesses sites as dissertações e teses referentes ao recorte temático e à cidade de Duque de Caxias. Essa identificação foi feita através dos títulos dos trabalhos, bem como de seus resumos. Dessa forma, é importante ressaltar que, muito provavelmente, alguns trabalhos não foram incluídos, por não atenderem aos critérios escolhidos.

Entretanto, mesmo não contemplando toda produção, o registro e o cruzamento de dados quantitativos selecionados foram parte integrante da análise, a fim de verificar a emergência e/ou permanência das temáticas do patrimônio, das culturas afro-brasileiras da história da Baixada Fluminense, e das discussões sobre educação patrimonial e relações étnico raciais. No exame da produção identificada, serão examinadas como essas categorias são mobilizadas, quem são os agentes produtores e as intenções sociais da produção.

A escolha das instituições levou em consideração as conexões entre as agências e os agentes que circulam na cidade de Duque de Caxias. Por esse motivo, selecionamos as universidades públicas presentes no Estado do Rio de Janeiro. A escolha de uma universidade privada, a Universidade Severino Sombra, ocorreu por que identificamos, ao longo da pesquisa, uma relação direta dos agentes da cidade com esse espaço acadêmico.

Também foram selecionados os livros disponíveis no Instituto Histórico de Duque de Caxias, bem como os artigos publicados nas revistas Pilares da História, produzida a partir daquele instituto, e a Revista Hidra de Igoassu, que, produzida por professores e pesquisadores de Duque de Caxias, configurou-se como uma iniciativa dos profissionais da APPH-Clio. As revistas receberam o critério de seleção geográfica e relação direta com os agentes envolvidos com um dos principais projetos de intervenção patrimonial na cidade, o Museu Vivo do São Bento.

Desse modo, pretende-se operar com três grandes grupos de temática para a análise das dissertações e teses: os trabalhos sobre a escravidão, os trabalhos sobre as relações étnicos raciais e o campo educacional, e as temáticas de culturas afro brasileiras e/ou identidades. A partir desse critério de classificação serão identificadas as abordagens das obras, quem são os autores, o recorte temporal da pesquisa, suas fontes, e os vínculos institucionais, quando identificáveis. Em seguida, serão analisados os artigos presentes nas revistas locais, no sentido de identificar as recorrências de autores e/ou temáticas que buscam uma projeção de divulgação na cidade, bem como os livros.

O recorte limitado aos cursos de História e Educação se justifica pela preocupação em examinar a relação entre pesquisas e práticas patrimoniais que impactam tanto na educação formal como na não formal. Assim, consideramos como hipóteses que as produções

bibliográficas estariam envolvidas pelas demandas do debate nacional, como a própria Lei 10 639/2003, que institui a obrigatoriedade de ensino de História da África e da Cultura Afro brasileira, e as Diretrizes Curriculares de 2004, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), propondo a Educação das Relações Étnicas Raciais. Mas, também, a produção está imbricada com questões locais do movimento de escrita da história e de defesa do patrimônio na cidade de Duque de Caxias. Enfatizamos, assim, a relação entre memória e história, considerando o aspecto seletivo que direciona ao “enquadramento da memória”. Desse modo, a memória é aqui entendida como uma chave de análise que permite a constituição de campos de disputas políticas, ideológicas, institucionais, pedagógicas e cotidianas dos indivíduos, representando no “dever de memória” expresso por Le Goff (2003).

Importante mencionar que esse trabalho objetiva um estudo qualitativo dos dados levantados, considerando também que o mapeamento das dissertações, teses, artigos e livros, certamente, não contempla todas as produções relacionadas a temática na Baixada Fluminense. Entretanto, tal mapeamento permitiu identificar como os trabalhos que giram em torno do tema “culturas afro brasileiras” incluem distintas possibilidades de estudos e abordagens. Essas produções, que fazem parte da construção de conhecimento na região, têm indicado uma nova apropriação por agentes na cidade de Duque de Caxias para a construção de saberes que devem ser ensinados e valorizados, através das práticas patrimoniais.

2.1 Cultura afro-brasileira e cultura popular: posicionamentos políticos

As práticas culturais na diáspora africana são comumente associadas a ideia de cultura popular, diante de um entendimento que vigora entre a cultura popular *versus* cultura erudita. Contudo, entende-se que o conceito de cultura “popular” e de “cultura afro-brasileira” precisam ser problematizados. Assim, percebe-se a importância de apontar algumas percepções e abordagens sobre cultura popular antes de uma análise sobre as escritas que abordam a temática das culturas afro brasileiras na Baixada Fluminense.

Martha Abreu (2003), em seu artigo “ Cultura popular: um conceito e várias histórias”, lembra que a ideia de cultura popular sempre esteve envolvida em juízos de valores e com disputas teóricas e ideológicas. Para autora, o termo cultura popular equivaleria, para uns, ao folclore, associado a tradições culturais de uma região ou país; para outros, teria desaparecido devido à expansão da cultura de massa (televisão, rádio, entre outros). Nesse sentido, Abreu

encaminha um balanço sobre os estudos a respeito da cultura popular, que muito permite entender como esse conceito possui tantas histórias.

Na década de 1930, o folclore e os folcloristas tiveram destaque na política nacional que vinculava identidade nacional, miscigenação e a positivação de uma cultura popular. O governo de Getúlio Vargas, nesse período, atrairia as manifestações culturais populares, como as escolas de samba, para a esfera do Estado (ABREU, 2003).

A cultura popular esteve associada ao populismo latino-americano, diante da necessidade de oficializar as imagens tidas como populares às identidades nacionais para legitimar os governos, especialmente nas décadas de 1940-1950. Também os grupos de esquerda se apropriaram do conceito em uma perspectiva de referência crítica aos oprimidos. Dessa forma, o conceito foi verificado entre diferentes intelectuais, desde o “(...) cinema novo, da teologia da libertação, dos centros populares de cultura e entre os educadores ligados aos princípios de Paulo Freire” (ABREU, 2003, p.85).

O folclore, associado à valorização do tradicional, como a integração cultural das três raças, passou a receber fortes críticas da sociologia, em especial da USP, direcionadas por Florestan Fernandes, nas décadas de 1950 e 1960. As culturas populares foram questionadas e os folcloristas, acusados de não-científicos e apontados como mais descritivos que interpretativos. Também estariam identificadas as linhas mais conservadoras da sociedade, que ignorava as desigualdades sociais. Esse debate gerou uma marginalização da expressão folclore, deixando para segundo plano as discussões sobre os significados das práticas e das trocas culturais. Nesse período, os estudos sobre as transformações no Brasil em uma perspectiva moderna da sociedade e as razões econômicas das reproduções das desigualdades sociais ganharam fôlego (ABREU, 2003).

Abreu, em seu estudo, chama atenção para alguns trabalhos com relevância no debate historiográfico. Dentre eles o de Carlo Ginzburg, que fez parte, na década de 1970, de um movimento de historiadores ligados à história social, com uma perspectiva de “história vista de baixo”. Destacam-se nesse movimento sobre a discussão de cultura popular Peter Burke, Mikhail Bakhtin, Robert Darnton, E. P. Thompson e o próprio Ginzburg.

No Brasil, em 1987, foi publicado o livro de Carlo Ginzburg, “O queijo e os vermes”. Nessa obra, que aborda o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido na inquisição da Itália, no século XVI, o autor,

[...] aprofundou questões que se tornaram fundamentais para os historiadores: a relação entre a cultura das classes subalternas (termo cunhado por Gramsci) e das classes dominantes. Até que ponto há subordinação? Até que ponto é alternativa?

Como entender a circularidade, ou, em termos tropicais, os sincretismos culturais e religiosos? (ABREU, 2003, p.90, grifo da autora).

Outro trabalho que Abreu aborda é o estudo de Thompson que, envolvido com as mudanças do século XVII, avaliou a cultura diante do movimento dos trabalhadores em defesa de seus costumes. Thompson considera que a cultura é um campo de disputas e conflitos entre diferentes interesses.

Nas suas reflexões, cultura é um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole. É uma arena de elementos conflitivos localizados dentro de específicas relações sociais e de poder, de exploração e resistência à exploração (ABREU, 2003, p. 92).

O debate passa pela compreensão da relação entre as culturas ditas tradicionais e as populares, diante das transformações da modernidade que impactam na chamada cultura de massa ou globalizada. Nestor Canclini chama atenção para o fato de que as culturas populares podem ser prósperas e, ao mesmo tempo, híbridas. Para ele, é necessário desconstruir a visão sobre o popular, o culto e a cultura de massa, e estudar o que ele vai chamar de hibridismo. Assim, Abreu, lembra que “o importante, então, diferentemente da perspectiva do folclorista, não seria buscar o que não muda; mas por que muda, como muda e interage com a modernidade” (ABREU, 2003, p.93).

Abreu ainda lembra que o termo cultura popular deve ser enfrentado nos estudos, uma vez que uso do termo implica uma posição de evidenciar as pessoas menos favorecidas economicamente. Assim, o termo está carregado pelas disputas e conflitos sociais em torno das questões culturais e que deve ser contextualizado.

O conceito só emerge na busca da maneira como as pessoas comuns, as camadas pobres ou populares (ou pelo menos o que se considerou como tal) enfrentam (ou enfrentaram) as novas modernidades (nem sempre tão novas assim); da maneira como criam (ou recriam), vivem (ou viveram) [...], conferem (ou conferiram) significados a seus valores, suas festas, religião e tradições, considerando sempre a relação complexa [...] (ABREU, 2003 p.95, grifos da autora).

No que se refere, em especial, aos estudos que abordam a temática da religiosidade, que atravessa o campo da imaterialidade, percebe-se atualmente uma preocupação dos pesquisadores em pensar e repensar seus objetos de pesquisas, suas fontes e as relações hierárquicas de saberes. Assim, refletir sobre a complexidade de estudar, por exemplo, as culturas afro-brasileiras considerando que existe um “entre lugar” para operar, o que gera um repensar a metodologia e a complexidade dos debates.

Dessa forma, a própria ação da escrita sugere os cuidados com as categorizações e hierarquias. Não se pode ignorar como os objetos, as falas, os corpos possuem significados e ressignificados. Isso implica em algumas ações e reflexões metodológicas, como por exemplo reavaliar a própria fonte oral, diante de falas do corpo, criar novas formas de pensar as fontes, ou seja, as relações entre o escrito e o oral, e a existência dos significados nos objetos.

Revel (2009) entende que a cultura tem se apresentado na atualidade como uma chave de leitura privilegiada para os historiadores, e isso teria provocado um momento de reflexão crítica das disciplinas, especialmente sobre os seus modos de fazer. No que se refere especificamente à história, Revel aponta que o reflexo também ocorreu não somente no método, mas também no discurso histórico. Assim, se por um lado ocorreu uma renúncia aos paradigmas existentes de análise, por outro lado “toda uma série de debates foi assim aberta em torno dos objetos sobre os quais trabalhamos e sobre os instrumentos conceituais de que dispomos para tentar apreendê-lo” (Revel, 2009, p.99).

Ocorre uma redefinição da própria noção de cultura, ou do que era definido nesses termos. Assim, torna-se possível reconhecer, desde então, um aumento dos objetos que eram reconhecidos como “culturais”. A relação próxima entre história e antropologia cultural gera uma multiplicação dos objetos e mudança do uso das fontes. A própria escolha pelos historiadores pelo objeto como o popular e as definições que dele são construídas demarcam a posição do profissional no campo cultural (REVEL, 2009, p.164).

Desde os anos 1960, a cultura popular passa a ser um dos campos de pesquisas e reflexão histórica mais frequentados. Assim, ao aceitar operar com o termo cultura popular, deve-se observar que,

Essas práticas são sociais: elas se efetivam em estratégias de concorrência (ou de solidariedade), no plano de hierarquias de conflitos (ou de alianças) existentes entre os diversos grupos sociais. Mas elas se definem uma em relação às outras e definem seus objetos dentro de um espaço próprio, o campo cultural, dentro do qual se constituem os efeitos de hierarquização, de antagonismo de concorrências etc. (REVEL, 2009, p. 181-182).

Nesse sentido, encaminha-se a proposta de investigação dos estudos sobre a temática das culturas afro brasileiras na Baixada Fluminense, com recorte no município de Duque de Caxias. Diante de uma abordagem política pretende-se examinar muitos mais que uma valorização das temáticas relativas a cultura, mas sim as dimensões políticas dessas produções bibliográficas na região, os modos pelos quais a temática tem sido inserida nos estudos sobre a região, os usos políticos, etc.

Marcelo Badaró Mattos (2014), em “As bases teóricas do revisionismo: culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”, indica que em pelo menos uma década o número de trabalhos no eixo da história cultural teve um aumento expressivo. Contudo, esse volume de estudos não é suficiente para definir um determinado encaminhamento teórico predominante. Assim, “para perceber o peso do culturalismo, é necessário ir além da análise dos títulos dos artigos, dossiês e simpósios, para conferir em alguma medida o conteúdo dos trabalhos apresentados” (MATTOS, 2014, p.71).

Ao abordar os trabalhos brasileiros, Mattos destaca o uso frequente do conceito “cultura política”, sendo este um elemento “agregador” para análise do passado e do futuro. Para o autor, essa abordagem exclui os conflitos e as contradições que envolvem as práticas sociais e institucionais. Assim, Mattos não descarta o uso do termo cultura, mas problematiza o culturalismo. Em outra obra, “Cultura”, Mattos (2012) observa o quanto é importante fugir do culturalismo, sem com isso, ter que abdicar da noção de cultura. Citando Ciro Cardoso, ele lembra que o conceito é polissêmico e que poderia ser substituído por noções mais claras como,

[...] pelo menos selecionar, entre suas acepções excessivamente numerosas, as que preservem o vínculo indissolúvel entre o cultural e o social, bem como o laço entre o sociocultural e o natural em lugar de preferi as que, operando recortes unilaterais, cindem, de tal modo, a unidade do humano (CARDOSO *Apud* MATTOS, 2012, p127).

Josep Fontana (2004), ao tratar da relevância da história na atualidade, no sentido de sua eficácia de formação de opinião, de legitimação para conflitos entre povos, sociedades, também salienta que não se pode esquecer da função social da história. Seria então preciso, para o autor, recuperar fundamentos teóricos e metodológicos que permitam uma reflexão sobre os problemas reais dos homens e mulheres do mundo.

Assim, o momento intelectual atual sugere a necessidade de muitas trocas de experiências e diálogos sobre as novas temáticas de estudo. Como se diz em determinados espaços religiosos de matrizes africanas, seria o “trocar folhas”. Desse modo, analisar os debates e as reflexões teóricas e metodológicas de quem está pesquisando e operando com a cultura na região é um caminho para examinar como os agentes estão se posicionando politicamente.

Atualmente, um espaço que tem apresentado abertura a esses agentes, e, com isso, contribuído para pensar o patrimônio das culturas afro brasileiras, é o Museu Vivo do São Bento (MVSb). A diretoria do museu é, atualmente, composta pelos professores Antônio

Augusto Braz e Marlúcia Santos Souza. E a diretoria do Centro de Referência Patrimonial e Histórico (CRPH) – parte integrante do MVSB – é composta pelos professores Arilson Mendes Sá, Aurelina de Jesus Cruz Carias, Filomena Cristina Pires, Flavia Andreia da Silva, Nielson Rosa Bezerra, Mariza Gonzaga da Silva, Paulo Pedro da Silva e Risonete Martiniano de Nogueira²⁶. Assim, vale analisar como as produções sobre a temática tem se “materializado” através de um “lugar de memória” e de educação patrimonial, representado pelo Museu Vivo do São Bento.

Esse museu de percurso reforça que a consolidação de um trabalho patrimonial na cidade é resultado de uma caminhada na qual as produções de conhecimento, as pesquisas e as publicações são parte do processo. Como afirma Mario Chagas, o museu é resultado de muitas escolhas e resultante de leituras distintas, de acordo com as tensões presentes na sociedade. Assim:

Admitir a presença de sangue no museu significa também aceitá-lo como arena, como espaço de conflito, como campo de tradição e contradição. Toda a instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade. Este discurso, como é natural, não é natural e compõe-se de som e de silêncio, de cheio e de vazio, de presença e de ausência, de lembrança e de esquecimento. (CHAGAS, 1998, p.19)

Chagas ainda reforça que os museus são espaços que podem ser utilizados para celebrar a memória do poder ou podem ser “equipamentos interessados em trabalhar democraticamente com o poder da memória” (CHAGAS, 1998, p. 20). Seriam, então, essas disputas constituintes desses espaços de memória, que, construídos pelos agentes ora apresentados, permitem acompanhar como a temática das culturas afro brasileiras se adapta aos olhares e as seleções desses projetos.

Como nos lembra Revel (2009), o termo cultura tem sido uma chave de leitura para os historiadores. Para o autor, ocorre um aumento dos objetos reconhecidos como “culturais”. Isso está de acordo com a análise realizada por Viana (2016), que apresenta que os agentes do MVSB e dos centros de memória em Duque de Caxias possuem um histórico de lutas e resistências, entendidos por ele com um patrimônio da cidade. Assim, esses pesquisadores, operando no campo das suas lutas cotidianas, passam a entender que a cultura deve ser inserida em suas pautas reivindicatórias na cidade. Nesse sentido, será possível identificar a relação entre as abordagens pesquisadas e as ações patrimoniais com foco sobre as populações afro brasileiras na região. A própria escolha pelos historiadores pelo objeto como o popular e

²⁶ Disponível em: < / www.museuvivodosabento.com.br/ > Acesso em:16/05/2016.

as definições que dele são construídas demarcam a posição do profissional no campo cultural. (REVEL, 2009, p.164).

Os agentes que estão produzindo com temáticas de resistências também escolheram essa perspectiva do popular para análise sobre a seleção das memórias das populações afro-brasileiras, e para os usos de passado na atuação dos cursos e nas atividades de estudos de campo. Eles acionam pesquisas e pesquisadores com abordagem sobre as resistências escravas, o movimento negro e lideranças e intelectualidade negras. Esses assuntos serão recorrentes nos estudos, nas pesquisas e nas publicações, como foi identificado nas escritas, além das ações de divulgação patrimonial na região (que serão melhor relacionados no próximo capítulo) através dos projetos desenvolvidos pelos agentes do MVSb.

2.2 As histórias afro-brasileiras na cidade de Duque de Caxias: distintos olhares

Investigamos como as diferentes referências culturais africanas e afro-brasileiras identificadas no Patrimônio Cultural presente na Baixada Fluminense tem sido historicizadas nas escritas sobre o município de Duque de Caxias. Em função da valorização da temática da cultura afro-brasileira nos debates acadêmicos e das políticas afirmativas e patrimoniais, tencionamos a reverberação desse contexto na escala dos movimentos de pesquisa acadêmica e de educação patrimonial na cidade.

José Lustosa (1958), em sua obra “A Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município”, menciona a população negra e sua participação para construção desse espaço. Acharmos pertinente recuperar um pouco dessa obra, posto que é considerada um marco da escrita sobre a história local de Duque de Caxias.

Lustosa apresenta informações sobre a história de Duque de Caxias desde o período colonial até a década de 1950. Marlúcia Souza (2014) traz um olhar relevante para a compreensão dessa obra. Ela afirma que esse livro foi publicado pela gráfica IBGE, contando com a mediação de Barbosa Leite, que era funcionário desse instituto, também poeta e membro do grupo cultural caxiense Arte Comunicação (ARCO), com o qual Lustosa manteve relações, tendo sua obra publicada pelo grupo ARCO. Ele era dentista e residia em Caxias, onde possuía seu consultório dentário. Apesar de sua formação profissional, ele “era um memorialista preocupado em construir uma História sobre a cidade” (SANTOS, 2014, p.32).

Para Lustosa, “A contribuição dos caxienses, dos brasileiros, dos homens de qualquer nacionalidade, para o patrimônio material e cultural da grande Pátria, jamais foi colocado em

merecido relevo” (LUSTOSA, 1958, p14). Diante dessa preocupação com a contribuição dos caxienses, qual seria o papel da população negra nessa sociedade? Em um tópico específico para falar do escravo, o autor utiliza a referência “ elemento negro”, que ele diz que é de origem africana e que foi introduzido no Brasil como “ESCRAVO” (LUSTOSA, 1958, p.50, grifo autor). Com o objetivo de definir, ele descreve as origens dos escravos, mas não faz referência de suas fontes para tal análise. Lustosa informa que esse “elemento” pertencia a dois grupos: sudaneses, sendo Nagôs, Geges e Minas, e os tapas, que eram da Costa da Guiné. Ele diz que os escravos teriam sido direcionados mais para a Bahia, depois se espalhando pelo Brasil. O outro grupo eram os bantus, dos quais fariam parte os Congos ou Cambindas, os Benguelas e os Macuas, estes vindos de Angola e de Moçambique. Eles teriam entrado pelos portos do Recife e Rio de Janeiro, se espalhando pelo território do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. O autor, mesmo considerando as diferentes procedências, não reconhecia diversidades e muito menos reconhecia qualquer elemento de cultura. Para Lustosa (1958, p.50-51)

Desgarrados dos antigos tetos, onde vegetavam humildemente sob a sombra dos senhores, eles se viram isolados em sua independência, sem saber o que fazer, como dirigir seus passos. Sem cultura, em geral analfabetos, ignorando a técnica, só poderiam continuar nos campos, no trabalho braçal, explorados da mesma forma sob o regime de meias e das terças, artimanhas estudadas ardentemente para que a escravidão continuasse, embora de forma diferente.

Para ele, os escravos viveram a escravidão de forma passiva e humilde. Em sua análise, seria o “negro, rudimentar, humilde e afetivo, dado ao trabalho bruto, de rara resistência, em geral comedido e sóbrio” (LUSTOSA, 1958. p.50). O autor não menciona nenhum conflito ou resistência no pós abolição, ou mesmo reconhece qualquer atividade cultural na cidade. Para Lustosa, Duque de Caxias não tinha “uma organização cultural, porém, já tornou uma cidade que atrai turistas e estudiosos pela beleza do seu folclore” (LUSTOSA, 1958, p.179).

Nessa cidade sem luz e sem calçamento estiveram nomes internacionais...todos esses elementos cultos vieram a Caxias para ver as suas folias de Reis no ciclo natalino, os seus calangos no ciclo junino, os seus sambas no ciclo carnavalesco e as suas macumbas e candomblés espalhados na cidade (LUSTOSA, 1958, p.179).

Duque de Caxias seria uma cidade muito divulgada pelo seu folclore, segundo o autor. “Na Europa se fala em Caxias, não pelos seus crimes, mas pelo seu populário que empolga pelo colorido e musicalidade” (LUSTOSA, 1958, p. 180). Essa abordagem ignora qualquer participação e contribuição para ações culturais ou educativas na cidade. Tanto que ao falar

das associações e agremiações presentes em Duque de Caxias, como por exemplo ao se referir a União Cultural dos Homens de Cor (UHC), ele só indica os nomes dos representantes sem nenhuma informação sobre objetivos e ações.

Nesse sentido, na obra de Lustosa a população negra é mencionada apenas para justificar sua presença como um “elemento”. Não ocorre reconhecimento, valorização ou destaque para qualquer produção ou manifestações culturais do negro na cidade. Cabe dizer, por exemplo, que tanto a UHC e o Centro Cultural José do Patrocínio (CCJP) foram importantes instituições que apresentaram a participação e as estratégias do movimento negro em Duque de Caxias, entre o final dos anos de 1940 e o final dos 1960. Essas instituições representaram as demandas do movimento negro no âmbito regional dentro de uma perspectiva internacional.

Sandra Pereira, em seu trabalho de mestrado “Vozes afro-caxienses: ecos políticos-culturais dos movimentos de resistência negra em Duque de Caxias (1949-1968)”, permite um diálogo com o estudo de Lustosa, pois ela apresenta os significados e as contribuições dos movimentos da UHC e CCJP para Duque de Caxias, desde a década de 1940. Pereira avança o estudo para um período mais contemporâneo, com o intuito de acompanhar os avanços e ações do movimento negro na cidade, após a abertura política. Trata-se também de outro regime de escrita da história, que atende aos procedimentos acadêmicos, enquanto, na década de 1960, Lustosa escrevia uma obra encomendada pelo prefeito, em função do aniversário de emancipação da cidade.

Pereira (2006) destaca os objetivos comuns do movimento negro, que seriam a inserção no plano político e social brasileiro. Ela também chama atenção para as dificuldades de definir o encaminhamento das questões que pudessem viabilizar essa efetiva participação (PEREIRA, 2006 p.12). Em Duque de Caxias, a UHC foi fundada em 1949, no mesmo ano de fundação no Distrito Federal e em Niterói. Essa instituição já estava presente em pelo menos onze estados, como Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná. Dentre as principais características estava a rede de militância que desejava atingir as esferas político partidárias para ascensão social do negro. Para isso, a UHC valia-se da estrutura política já estabelecida. “Assim, deputados, médicos, advogados, jornalistas e homens negros com visibilidade social e política eram convidados a integrar a organização e tinham na rede um sustentáculo.” (PEREIRA, 2006, p. 35).

Essas agremiações representavam as estratégias ou as redes de sociabilidades que se estabeleciam. A CCJP, especialmente, se preocupava com a escolarização, criação de uma

liga para preparação de candidatos, e com a realização de acordos com as elites integrantes da esfera política nacional ou poder local (PEREIRA, 2006).

O estudo de Pereira sobre essas agremiações abarca o quanto esses movimentos e a participação do movimento negro são reflexos dos debates internacionais no pós-guerra e, conseqüentemente, com o fim do Estado Novo. Essa produção oferece elementos para entender a participação do movimento negro na cidade, demonstrando o período que as instituições políticas voltaram a se articular – inclusive o movimento negro. Assim, surgem grupos de debates por todo Brasil, como o Teatro Experimental do Negro, a Frente Negra Trabalhista, jornais e a União dos Homens de Cor.

A autora segue o estudo apresentando uma análise a partir da dimensão da História Política e como o movimento negro na cidade também se destacou no período reabertura política pós ditadura militar. Destaca que Duque de Caxias possui uma participação ativa do movimento negro, que estaria se reorganizando desde a década de 1980, no período de redemocratização do país. Dentre as indicações de ações das lideranças políticas na cidade, chama atenção a relação entre os mandatos políticos e atuações no que se refere a símbolos com referências patrimoniais. Assim, ela menciona os “monumentos e os lugares de memória” que foram construídos nas últimas décadas, em especial nos “dois mandatos do vereador José Zumba, negro, identificado com a causa e conduzido à Câmara em especial por sua atuação nos movimentos de bairros, nas comunidades eclesiais de base” (PEREIRA, 2006, p. 3). Essas ações representam o que se deseja construir como lugar e referência de memória para cidade, em especial a imagem de resistência e luta. Isso fica representado com a estátua de Zumbi do Palmares, que foi erguida pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade e por lideranças do movimento negro. Esse movimento em Duque de Caxias também se configura, e Pereira (2006, p.65) destaca que o

Dinamismo que vai recriando a cada geração de novos militantes do movimento negro em Duque de Caxias (...) propondo a construção de sua identidade cultural e de novas relações com as esferas políticas que abrem espaço para a instauração da Semana da Consciência Negra, para a construção da estátua de Zumbi, para o encaminhamento de projeto de lei que inclui nos currículos escolares a “História da África” para o ensino fundamental, proposta pelo vereador José Zumba.

Diante dessa perspectiva de trabalhos que abordam as ações do movimento negro na cidade, é importante destacar os estudos de mestrado de Ercília Coelho de Oliveira (2005; 2010). Ela chama atenção para a atuação de lideranças negras nos movimentos eclesiais de

base. Oliveira (2010) aborda a participação do movimento negro na Baixada Fluminense desde a década de 1970.

Atuação política e cultural da Pastoral Afro-Brasileira no Cenário da Baixada Fluminense, teve início no final da década de 70 e ao longo dos anos 80. Vários movimentos culturais, tais como: Movimento Negro Unificado, a Pastoral do Negro, o Grupo de Mulheres, diversos partidos políticos e as demais Pastorais Sociais se manifestaram no cenário da Baixada buscando uma maior participação na vida política local (OLIVEIRA, 2010. p.55).

Esse movimento também se fortaleceu com a Campanha da Fraternidade de 1988, “Ouvi o Clamor Deste Povo – A Fraternidade e o Negro”. Assim, na campanha da fraternidade, muitas comunidades foram estimuladas a realizar celebrações “inculturadas afro”. Nessas celebrações, o local é preparado com tecidos coloridos, músicas com instrumentos de percussão, água de cheiro, invocação aos antepassados, ofertório com frutas, dentre outros elementos (OLIVEIRA, 2010).

Um destaque da Pastoral Afro Brasileira foi o Pré Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) que foi implementado em São Joao de Meriti em 1992, por frei Davi. Os PVNCs se espalharam por toda Baixada Fluminense. A Pastoral Afro Brasileira também teve participação no Conselho de Igualdade Racial, que foi implantado em 2003 com a Lei 10.639/03 (OLIVEIRA, 2010). “A Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti sempre esteve envolvida nas questões sociais mais importantes para a comunidade dos excluídos e negras e os negros lutaram para que através das CEBs, conseguissem viabilizar suas lutas” (OLIVEIRA, 2010, p.53).

Esses estudos muito contribuem para o acompanhamento sobre as visões acerca da participação das populações negras na história de Duque de Caxias, desde o pós abolição. Outra produção que apresenta a preocupação em entender as contribuições e ações e reações dos negros na região é o livro de Nielson Bezerra (2014). Essa obra pode ser analisada diante de uma nova perspectiva de escrita, inserida nos debates atuais sobre as diferentes contribuições dos distintos agentes na formação brasileira. Trata se do livro “A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e pós abolição no Recôncavo da Guanabara” (BEZERRA, 2012).

A publicação desse livro foi resultado do edital do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC. Chamada Pública 024-2011, Memória Fluminense – Livros de História e Patrimônio Local e Regional – Edição 2011 da Secretaria do Estado de Cultura do Rio de Janeiro. Assim, essa obra tem como objetivo questionar a participação dos escravos e seus

descendentes na história da região, se inserindo nas políticas públicas de divulgação do patrimônio cultural. Este livro se encontra no interior de uma proposta de divulgar, debater e reconhecer o patrimônio local e regional, que esteve “invisível” durante muito tempo na historiografia.

No livro “A cor da Baixada”, Bezerra (2012) salienta a invisibilidade temática em obras sobre a região, e acrescenta de forma provocativa o quanto a injustiça social está relacionada à discriminação racial. O autor se propõe a contribuir, através de sua produção, para reverter o processo de invisibilidade da população negra e parda da Baixada Fluminense.

Assim, ele trabalha com uma metodologia que relaciona a quantificação e a interpretação intensiva das fontes. A partir da análise desses dados, o autor justifica a necessidade de um olhar cuidadoso para o impacto cultural e social nas sociedades que viveram o tráfico de escravos. Além disso, fornece informações sobre o aspecto econômico da região que demonstraram que o Recôncavo Guanabara permaneceu ativo ao longo do tempo. Bezerra considera que a Baixada Fluminense tem “a cor da diversidade” (BEZERRA, 2012, p.187) e, com isso, traça um caminho para demonstrar como o patrimônio da população de negros e pardos se constituiu na região.

Dentre as diferentes faces da escravidão africana no Brasil, o autor aborda a vida dos africanos livres²⁷ na região. Ressalta que tanto os escravizados, quanto os africanos livres viveram uma história de resistência e significados da liberdade na Baixada Fluminense. As transformações no Brasil na segunda metade do século XIX também tiveram seus impactos no Recôncavo da Guanabara, com fugas, rebeldias e negociações.

A região teria vivido uma confluência entre o mundo rural e urbano, pois os trabalhadores estavam envolvidos com a roça e o escoamento das mercadorias (BEZERRA, 2008). Isso permitiu diferentes espaços de negociações e conquistas de autonomia, dentre elas a formação das famílias, o cultivo de roças e a mobilidade espacial.

As famílias escravas estavam relacionadas ao campesinato e estabeleceram vínculos através do compadrio. “Todas essas relações foram aspectos dos complexos relacionamentos que os escravos forjaram entre si e com pessoas de outros segmentos sociais” (BEZERRA, 2012, p. 189). Nessa trajetória, o autor considera o processo de enraizamento social dos que já viviam e a estabilização dos que chegaram no pós abolição. O livro permite entender um pouco do processo de construção da cidadania no pós abolição para as populações afro

²⁷ As pessoas apreendidas após o tráfico de africanos ter sido declarado ilegal pela Lei de 1831 seriam consideradas livres, mas não poderiam “viver sobre si” por 14 anos. Nesse período, ficavam à disposição do Estado ou por conta de uma tutela particular. Ver MOREIRA, 2005.

brasileiras, além de o autor questionar o lugar ocupado pela “população de cor” da Baixada Fluminense durante a Primeira República e a Era Vargas.

A Escola Regional de Meriti, fundada em 1921, uma das mais antigas escolas da região, é um exemplo dessa análise do autor sobre as resistências diárias em contextos distintos que marcam a presença e permanência de uma identidade na região. Através de relatórios e fotos da instituição, ele observa informações sobre a vida da comunidade de Meriti até 1926. Dentre essas informações, o autor destaca que a maior parte dos alunos era das famílias de negros e pardos que ali viviam. O autor conseguiu perceber, também, que as condições de vida das crianças refletiam a ausência de assistência médica na cidade de Duque de Caxias.

Seriam muitas as formas de resistência implícitas nas ações das crianças e familiares perante a Escola Regional de Meriti. Uma delas era o fato de que matricular as crianças era um símbolo de ascensão social e uma esperança para futuras gerações. Os relatórios também apontavam para o não entendimento dos pais para a responsabilidade dos alunos em limpar a escola, e a ausência das crianças nos sábados. Bezerra considera que a diretora, Armanda Alberto, não entendia que o sábado era um dia de folga desde o tempo da escravidão, e que limpar a escola remetia ao tempo do cativo. Outro exemplo dessa transição era o desejo das crianças em levar para casa os cadernos de leitura, questionado pela diretora. Contudo, diante de pouco acesso material dessas pessoas, a aquisição de um bom material seria um símbolo da possibilidade de ascensão social (BEZERRA, 2012).

Através da vivência dos povos escravizados na região, e dos processos de resistência e negociações, passando pela identificação de enraizamento e estabilização na região, o autor defende e apresenta que, em distintos contextos, as heranças africanas persistiram na região, significadas e resignificadas. Esses trabalhos sobre atuação das populações negras na região, em especial em Duque de Caxias, permitem acompanhar como o espaço foi se configurando e como diferentes leituras são realizadas a partir de uma determinada ótica.

Dentre as obras até o momento abordadas, é possível perceber que os estudiosos destacaram ações e as resistências na cidade de Duque de Caxias. Contudo, recentemente, como sugere a obra de Bezerra (2012), as abordagens se voltam para questões que durante muito tempo foram ignoradas pela produção acadêmica, como a participação e atuação da população negra no pós-abolição. Essa omissão sugere um cuidado em não abordar o que já mencionamos como o “dever de memória”. Provavelmente, a partir das políticas públicas após o ano 2000, as produções acadêmicas tenham sofrido impactos para a abordagem sobre a temática, no sentido de assumir e reconhecer as contribuições culturais que durante muito

tempo foram ignoradas. Desse modo, cabe identificar como as demais produções acadêmicas após o ano 2000, na cidade de Duque de Caxias, estão tratando a temática, sob qual perspectiva e se esses estudos refletem em ações de problematizações, divulgação e valorização das culturas afro brasileiras.

Assim, é possível perceber a necessidade das reflexões teóricas, que corroboram para descrições das mudanças nas políticas públicas impactadas e impactando sobre as ações que visam uma nova agenda cultural e uma nova produção de conhecimento. Cabe avaliar como as escritas sobre “as culturas afro brasileiras” estão sendo abordadas na cidade, a partir de um levantamento bibliográfico sistemático.

O que seriam, então, “culturas afro brasileiras” para essa historiografia? Para Lustosa (1958), seriam apenas mais um “elemento” no cenário da cidade, sem problematização. A obra desse autor se insere na perspectiva da produção do conhecimento com valorização administrativa e econômica. Assim, por mais que reconheça a diversidade com descrições étnicas e que fale sobre práticas culturais, o autor não problematiza o assunto em sua preocupação historiográfica.

As obras de Pereira (2006) e Oliveira (2010) estão inseridas na proposta da FEUDUC e da APPH-Clio, com uma abordagem que trabalha com a “história problema”. Essas autoras se preocuparam em tratar dos movimentos de resistências na região, com foco para o movimento negro e suas atuações. O grupo em que estavam inseridas, os chamados “acadêmicos”, operava com outras fontes, com a histórica oral, e outras questões, não apenas produções ufanistas sobre a cidade de Duque de Caxias.

Já a obra de Bezerra (2012) é resultado de um edital público sobre Patrimônio Cultural do INEPAC. Ele também é oriundo do movimento dos professores e pesquisadores da APPH-Clio, FEUDUC e Asamih, e, com isso, contemplou em seus debates outras metodologias, novas fontes e outros agentes históricos, com a preocupação de problematizar novas questões. Contudo, essa produção faz parte de novo movimento nacional de valorização da cultura material e imaterial, no qual o INEPAC se propõe à divulgação e à valorização dos patrimônios no Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, Bezerra chama atenção para a invisibilidade de valorização e reconhecimento sobre determinados espaços com leituras que ignorem as contribuições culturais dos negros na Baixada Fluminense.

Desse modo, percebe-se que a temática das “culturas afro brasileiras” é uma construção nas produções de conhecimento recentes, no sentido de valorizar e divulgar as práticas e as vivências das populações negras nas sociedades. Isso diante de um processo de

enquadramento que objetiva identificar as heranças culturais, ou seja, o que deve e o que não deve ser patrimonializado.

2.3 Culturas afro brasileiras: uma temática em construção na Baixada Fluminense

Como mencionado, desde os anos 2000 vem ocorrendo um crescimento de debates e produções sobre a temática das culturas afro brasileiras. Isso é reflexo do processo de redemocratização do país e do fortalecimento dos movimentos sociais, assim como da emergência de novas temáticas e perspectivas teóricas nas universidades.

Para compreender o papel de determinados agentes e agências para a consolidação de estudos sobre a temática, vale recuperar o estudo de Mariana Schlickmann (2015). Ela chama atenção para o crescimento de produções sobre temas africanos e afro brasileiros nos últimos anos, e como a criação dos centros de estudos Africanos no Brasil foi um motor propulsor para o aumento desses estudos. Esse estudo permite identificar como os centros universitários são espaços que permitem uma produção de conhecimento com caráter legitimador. Além de interações com outras instituições de pesquisas, organização de acervos específicos, direcionados à temática, e divulgação através de publicações e revistas. Schlickmann menciona a importância dos CEAs para o desenvolvimento dos estudos africanos, e reforça que os departamentos universitários foram decisivos para esse processo. Ela ressalta que

As universidades, salvo exceções, não contratavam especialistas para trabalhar exclusivamente nos laboratórios e dedicar-se unicamente à pesquisa; elas contratavam professores. E foram estes, a partir dos esforços deles dentro dos departamentos, que disciplinas sobre África foram criadas e alunos foram orientados na produção de suas monografias, bem como recursos para pesquisas foram obtidos. “ (SCHILICKMANN, 2015, p. 102).

Os esforços de determinados professores para a implementação e consolidação de estudos sobre temas africanos e afro brasileiros no âmbito nacional também pode ser percebido no âmbito local, através das produções acadêmicas de determinados autores em Duque de Caxias. As escritas recentes sobre a temática na cidade, identificadas através do levantamento realizado, apontam que os trabalhos são frutos de determinadas atuações profissionais e culturais na região. Isso sugere um sentido, nesses trabalhos, de investigação sobre o território com reflexos de uma perspectiva de mudanças ou mesmo intervenções. Tais dados podem ser identificados nas apresentações gerais das dissertações e teses, mas também

nos agradecimentos, que indicam redes de sociabilidade e laços institucionais, ou mesmo vínculos culturais na região pesquisada.

As dissertações e teses apontadas nesse estudo são fruto de um levantamento que, certamente, não contém todas as obras, uma vez que, foi utilizado o critério títulos e resumos para identificar as produções. Assim, a busca por palavras relacionadas a temática pode sugerir uma margem de erro para o filtro da pesquisa, que ocorreu via *web* através dos bancos de dissertações e teses dos programas de pós-graduação dos cursos de História e Educação. O mesmo filtro foi realizado para a base das bibliotecas on line das universidades, no sentido de identificar as obras que não foram disponibilizadas para consulta, mas que, devido às normas acadêmicas, deveriam constar nas bibliotecas das instituições.

Dessa forma, os trabalhos que abordam a temática mas que não tem o espaço como problematizador da pesquisa podem não ter sido identificados no presente trabalho. Assim, esse estudo não tem a pretensão de esgotar um mapeamento das produções sobre a temática, e nem se propõe a uma análise historiográfica dessas escritas, mas considerou importante apresentar um painel dos trabalhos que tivessem a abordagem das culturas afro brasileiras, em especial em Duque de Caxias. Busca-se, ainda, comparar a repercussão desses trabalhos e a atuação dos autores nos investimentos recentes, também mapeados aqui, de práticas de educação patrimonial – com ênfase nas culturas afro-brasileiras – na cidade de Duque de Caxias

Nessa perspectiva, examinar as produções sobre a temática em Duque de Caxias exige um exercício de variação de escalas, e com isso o entendimento de como as escritas da cidade estão se configurando na própria Baixada Fluminense. Assim, em um levantamento mais amplo, foram identificados oitenta e cinco (85) trabalhos, sendo setenta e sete (77) dissertações e oito (8) teses sobre diferentes temas na Baixada Fluminense, entre os anos de 2000 a 2014, nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em História e em Educação das universidades públicas do Rio de Janeiro. Essas produções indicam um crescente movimento de pesquisas que consideram esse território, e, também, apontam que determinadas cidades estão sendo privilegiadas. No total dos oitenta e cinco (85) trabalhos, vinte e sete (27) pesquisas estão com recorte amplo, ou seja, abordam a Baixada Fluminense – desde freguesias a Recôncavo da Guanabara, dezessete (17) são sobre Nova Iguaçu, trinta e cinco (35) sobre Duque de Caxias, três (3) sobre Mesquita, dois (2) sobre São João de Meriti e uma (1) sobre Nilópolis.

Quadro 1: Recorte geográfico das dissertações e teses sobre a Baixada Fluminense - (2000-2014).

RECORTE GEOGRÁFICO	VOLUME
Baixada Fluminense/ Recôncavo da Guanabara	27
Duque de Caxias	35
Nova Iguaçu	17
Mesquita	3
Nilópolis	1
São João de Meriti	2
Total	85

Fonte: A AUTORA, 2016. Elaborado a partir dos Sites dos respectivos programas de pós-graduação.

Recuperar o volume por instituições auxilia no entendimento que determinados espaços e programas favoreceram tais pesquisas. São trinta e duas (32) pesquisas realizadas no programa de pós graduação em Educação da UERJ/Febf, unidade de Duque de Caxias; onze (11) no programa de pós-graduação em Educação da UERJ, *campus* Maracanã; três (3) no programa de pós-graduação em Educação da UERJ, *campus* São Gonçalo; três (3) no programa de pós-graduação em História da UERJ, *campus* Maracanã; doze (12) no programa de pós-graduação em Educação da UFRJ; quatro (4) no programa de pós-graduação em História da UFRJ; seis (6) no programa de pós graduação em História da UFF; seis (6) no programa de pós graduação em educação da UFF; quatro (4) no programa de pós graduação em História da UFRRJ; dois(2) no programa de pós graduação em Educação da UFRRJ; e duas (2) no programa de pós graduação em Educação da UNIRIO. Assim, o programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação da UERJ, *campus* Duque de Caxias, promoveu um volume de produções sobre a cidade, totalizando trinta e dois (32) trabalhos, mesmo sendo um programa recente, iniciado no ano de 2009. Além disso, foram identificados mais dez (10) dissertações sobre a Baixada Fluminense em uma instituição privada, a Universidade Severino Sombra (USS). Verificamos que o programa de pós-graduação em História da USS contribui para as diferentes atividades patrimoniais desenvolvidas em Duque de Caxias. Assim, considerando esse volume de produções da USS, o volume de pesquisas sobre a Baixada Fluminense aumenta para noventa e cinco (95) trabalhos.

Quadro 2: Dissertações e Teses sobre Baixada Fluminense (2000-2014).

INSTITUIÇÃO	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO	PROGRAMA DE HISTÓRIA	TOTAL
UERJ	11	3	14
UFF	6	6	12
UFRJ	12	4	16
UFRRJ	2	4	6
UNIRIO	2	0	2
USS	0	10	10
UERJ/FFP	3	0	3
UERJ/FEBF	32	0	32
			95

Fonte: A AUTORA, 2016. Elaborado a partir dos Sites dos respectivos programas de pós-graduação, 2000-2014.

Percebe-se, que os agentes de Duque de Caxias que desejavam estudar sobre a cidade, ou mesmo sobre a Baixada Fluminense, no início dos anos 2000, procuraram outras instituições, como a Universidade Severino Sombra, no programa de História. Esse é o caso dos professores/pesquisadores associados a APPH-Clio, que seguiram para o programa de pós-graduação da Universidade Severino Sombra em Vassouras – RJ. Este se tornou, conforme o quadro abaixo, um espaço que permitiu o desenvolvimento de pesquisas sobre temática da Baixada Fluminense. Foram identificados dez (10) pesquisas sobre a Baixada Fluminense, mas, nesse caso, apenas separamos os estudos com abordagem mais específicas sobre as populações negras, sendo sete (7) trabalhos. Assim, entre os noventa e cinco (95), vinte e sete (27) estudos são sobre temas relacionados às “culturas afro brasileiras”, nos programas de História e de Educação. São sete (7) do programa de História da USS; onze (11) dos programas de História das instituições públicas e nove (9) dos programas de Educação das instituições públicas do Rio de Janeiro.

Quadro 3: Dissertações sobre escravidão e população afro brasileira na Baixada Fluminense (2000-2014)
Programa de pós-graduação em História da Universidade Severino Sombra (USS).

Ano	Autor	Título	Orientadores
2000	Ivonete Cristina Campos	As permanências da escravidão: portos periféricos (1850-1880)	Profa. Dra. Maria Philomena da Cunha Gebran
2004	Nielson Rosa Bezerra	As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguaçu e Estrela (1833-1888)	Prof. Dr. Carlos Eugênio
2005	Ubiratan Cruz	Família na Freguesia de N. Sra. do Pilar do Morobahí: Estrutura Social e Padrões de Sociabilidade (Capitania do Rio de Janeiro, 1759-1793)	Profa. Dra. Miridan Britto Knox Falci
2005	Joanice de Souza Vigorito	CANDOMBLÉ A identidade Africana, o Axé, no Objeto Sagrado, no corpo Imaginário (Baixada Fluminense (1967-1983)	Profa. Dra. Maria Philomena da Cunha Gebran
2005	Ercília Coelho de Oliveira	As CEB's Duque de Caxias e São João de Meriti: "Um modelo de igreja voltado para o Social" (1960-2005)	Prof. Dr. José D'Assunção Barros
2006	Aline Fernandes Pereira	Cultura Material – A Fábrica Santo Aleixo: Importância de uma Indústria Têxtil como exemplo de Trabalho Manufatureiro Livre em uma Sociedade Escravista (1848-1860)	Profa. Dra. Lucia Silva
2006	Sandra Godinho Maggessi Pereira	Vozes Afro-Caxienses; Ecos político-culturais dos movimentos de resistência negra em Duque de Caxias (1949-1968)	Prof. Dr. José Jorge Siqueira

Fonte: A AUTORA, 2016. Elaborado a partir do Site da Universidade Severino Sombra

<http://bibliweb.uss.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Acesso em (20/01/2016).

A Universidade Severino Sombra foi um espaço de relevância para a produção de pesquisas sobre Baixada Fluminense e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de trabalhos de autores que também estavam envolvidos com abordagens sobre as culturas afro brasileiras. Essas produções permitem identificar como os autores oriundos das agências de Duque de Caxias, como a APPH-Clio e a FEUDUC, possuem produções com abordagens políticas, ou seja, diante de suas intenções de militância e disputas de memórias na região. O programa de História dessa instituição ofereceu uma diversidade de orientações, sendo quatro

(4) professoras orientadoras e três (3) professores orientadores. Alguns possuem trabalhos e inserções de pesquisas sobre populações negras. O professor Carlos Eugenio, que tem pesquisas de referência sobre capoeira, também orientou sobre escravidão. O professor José Siqueira atua com temas como escravidão, preconceito e discriminação.

Os trabalhos oriundos do campo da História sofreram influências das mudanças no campo historiográfico e no tratamento das fontes, em especial no Rio de Janeiro, de modo que houve um crescimento dos estudos relacionados à escravidão. Do mesmo modo, essas pesquisas sinalizam que ocorreu uma abertura, em determinadas universidades, para o desenvolvimento da temática e a consolidação de projetos de pesquisa de extensão e projetos pedagógicos em diferentes instituições.

Quadro 4: Teses e Dissertações sobre Escravidão e Culturas Afro brasileiras na Baixada Fluminense (2000-2014) (Continua)

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2005	Maria do Carmo Gregório	Solano Trindade: Raça e classe, poesia e teatro na trajetória de um afro brasileiro. (1930-1960)	Dissertação	UFRJ
2008	Carlos Eduardo Coutinho da Costa	Campesinato negro no pós-abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimento: Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)	Dissertação	UFRJ
2008	Denise Vieira Demétrio	Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII	Dissertação	UFF
2010	Luiz Anselmo Bezerra	A Família Beija-Flor	Dissertação	UFF
2010	Nelson Henrique Moreira de Oliveira	Forros senhores da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu, fins do século XVIII	Dissertação	UFRRJ
2010	Nielson Rosa Bezerra	Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)	Tese	UFF
2012	Elizabeth Castelano Gama	Mulato, Homossexual e macumbeiro: que rei é este? Trajetória de João da Goméia (1914-1971)	Dissertação	UFF
2013	Ana Paula Souza Rodrigues	Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade	Dissertação	UFRRJ

Quadro 4: Teses e Dissertações sobre Escravidão e Culturas Afro brasileiras na Baixada Fluminense (2000-2014) (Continuação)

		do Jacutinga, século XVII-XVIII)		
2013	Rubens da Mota Machado	A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila de Iguaçu, 1840-1880)	Dissertação	UFRJ
2013	Carlos Eduardo Coutinho da Costa	De Pé Calçado: Família, Trabalho e Migração no Pós-Abolição da Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940). Ano de obtenção: 2013.	Tese	UFRJ
2014	Denise Vieira Demétrio	Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques	Tese	UFF

Fonte: A AUTORA, 2016. Elaborado a partir dos Sites dos programas de Pós-graduação em História UFF/UERJ/UFRJ/UFRRJ/UNIRIO/USS, 2000-2014.

Esses estudos, relacionados no quadro acima, que abordam as culturas afro brasileiras, somados às pesquisas desenvolvidas pela USS totalizam dezoito (18) trabalhos no campo da História, com forte recorrência de produções sobre a escravidão. Assim, convém salientar que, entre as décadas de 1980 e 1990, a historiografia brasileira desenhava novos rumos para a temática da escravidão. Com isso, foi possível identificar uma forte concentração de pesquisas relacionadas à questão do negro no campo da escravidão, também visível nas produções realizadas sobre a Baixada Fluminense²⁸. O trabalho de João Reis e Eduardo Silva (1989) contribuiu ao romper com a dicotomização entre escravo rebelde e escravo submisso. Assim, através do debate sobre as dinâmicas das relações na sociedade escravista, os autores operaram na perspectiva da “negociação e do conflito”

Outro trabalho significativo para essas produções foi a obra “A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)”, de Mary Karasch (1987). A autora oferece forte contribuição aos estudos sobre escravidão. Em sua pesquisa sobre o cotidiano dos escravos na Corte Imperial, ela apresenta o escravo enquanto sujeito de sua história, e ainda ressalta suas condições sociais, identidades coletivas e lutas contra a condição de cativo.

Interessante perceber que as produções sobre a Baixada Fluminense têm na obra de Flávio Gomes (2006), “Histórias de Quilombolas”, forte referência. Ao trabalhar as relações econômicas entre os pequenos proprietários e os senhores de escravos na região atualmente

²⁸ Sobre historiografia e escravidão na Baixada Fluminense ver BEZERRA; LAURENTINO, 2016.

conhecida como Baixada Fluminense, o autor oferece uma rica análise sobre a composição geográfica da região. Esse livro passou a ser referência nas pesquisas na região, não apenas para os estudiosos da escravidão, mas também para os trabalhos que abordam diferentes temáticas.

Também é notável que as renovações no campo historiográfico permitem uma produção sobre a escravidão no Brasil a partir de outras perspectivas. As abordagens sugerem uma análise sobre as relações de sociabilidade, as redes de solidariedade, a formação de famílias e as percepções de identidades. (CAMPOS, 2000; BEZERRA, 2004; CRUZ, 2005; PEREIRA, 2006; OLIVEIRA, 2010; BEZERRA, 2000; RODRIGUES, 2013; MACHADO, 2013; DEMETRIO, 2013). Seguido, então, por trabalhos na atualidade que encaminham para os estudos do pós-abolição, problematizando as condições da população negra e as implicações na região (COUTINHO, 2008, 2013; DEMETRIO, 2008) e os trabalhos que envolvem as reflexões sobre o racismo e religiosidades (GREGÓRIO, 2005; GAMA, 2012). Esse movimento de produções parte de novas demandas da sociedade e de elementos conjunturais que favorecem o desenvolvimento de trabalhos na própria produção historiográfica nacional.

É preciso lembrar que o crescimento das produções sobre a Baixada Fluminense também é reflexo das condições estruturais. Um exemplo significativo é a fundação do Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu (UFRRJ), em 2009. A criação do curso de graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História na UFRRJ foi fundamental para o crescimento e o desenvolvimento de novos estudos sobre a região.

Outra contribuição para as novas pesquisas foi em período anterior, no ano de 2004. A Universidade Federal Fluminense, através do Laboratório de História Oral e Imagens (Labhoi), desenvolveu, sob a coordenação das professoras Hebe Mattos e Mariza Soares, a digitalização da documentação eclesiástica referente às freguesias que formavam o Recôncavo da Guanabara²⁹. Isso proporcionou que alunos da graduação em História da UFF e moradores da Baixada Fluminense participassem como bolsistas do projeto e depois realizassem dissertações e teses sobre a Baixada Fluminense e sobre escravidão. (DEMÉTRIO, 2008; BEZERRA, 2010. DEMÉTRIO, 2015).

A contribuição da criação de programas de pós-graduação em universidades públicas do Rio de Janeiro para o desenvolvimento de pesquisas sobre as populações afro-brasileiras também pode ser verificada para o campo da Educação. Contudo, as temáticas, nessa área,

²⁹ Disponível em: < www.uff.br/curias/ > Acesso em: 27/03/2016.

indicam uma maior concentração nos debates sobre as relações étnico-raciais, como pode ser observado no quadro a seguir. O levantamento realizado para o campo de Educação contemplou os seguintes programas de pós-graduação das universidades públicas do Rio de Janeiro: UERJ (programas em educação dos *campi* Maracanã, São Gonçalo e Duque de Caxias), UFRJ, UFF, UNIRIO e UFRRJ. Buscamos examinar se é possível perceber a afirmação da temática na produção acadêmica sobre e da região.

Nos programas de pós-graduação em Educação foram identificados nove (9) trabalhos, nos quais os títulos e os resumos das obras mencionavam os seguintes recortes: a Lei 10.639/03, pós abolição, culturas afro brasileiras, movimento negro e diversidade étnico racial. Dos nove trabalhos, quatro (4) são dissertações produzidas na FEBF/UERJ, uma (1) tese na UERJ, *campus* Maracanã, uma (1) dissertação na UFF, uma (1) dissertação na UNIRIO, e duas (2) na UFRRJ, como se observa no quadro a seguir.

A pesar do volume de produções não ser expressivo, devemos considerar que ocorre uma ênfase no impacto da Lei, o que configura um indicativo que ainda há necessidade de pesquisas que contemplem avaliações sobre os impactos e as repercussões da Lei n. 10.639 de 2003. A referida Lei estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira.

Quadro 5 - Teses e Dissertações sobre a população afro brasileira na Baixada Fluminense (2000-2014) (Continua)

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2009	Yvone Costa de Souza	Atravessando a linha vermelha: programa “Nova Baixada” de educação infantil- discutindo diversidade étnico racial e cultural na formação docente	Dissertação	FEBF/UERJ
2010	Deise Guilhermina da Conceição	Formação docente para a educação antirracista no município de Duque de Caxias.	Dissertação	UFF
2010	Luís Claudio de Oliveira	Dos limites ideológicos da Lei 10639/03: Representações sobre religiões afro brasileira na formação de professores	Dissertação	FEBF/UERJ

Quadro 5: Teses e Dissertações sobre a população afro brasileira na Baixada Fluminense (2000-2014).
(Continuação)

2010	Katia Vicente da Silva	A Implementação da Lei 10.639/03 no Município de São João de Meriti: Limites e possibilidades	Dissertação	UNIRIO
2011	Fernando Resende Nóbrega	Educação, Negros e Subjetividade; Produções e Pesquisas dos pós-graduandos negros das Universidades da Baixada Fluminense	Dissertação	UFRRJ
2013	Claudia Regina de Paula	Pilares negros: educação, fé e política na Diocese de Duque de Caxias	Tese	UERJ
2014	Cristiane Maria Medeiros Laia	Produção cultural na Baixada Fluminense: Lira de ouro, revolução molecular	Dissertação	FEBF/UERJ
2014	Jorge Roberto Ribeiro Braga Junior	Os pontos de cultura como aspectos não formais de ensino: práticas educativas na Baixada Fluminense	Dissertação	FEBF/UERJ
2014	Ana Paula Cerqueira Fernandes	Relatos docentes sobre estratégias pedagógicas de promoção da igualdade racial: permanências, desafios e conquistas no chão das escolas iguaçuanas.	Dissertação	UFRRJ

Fonte: A AUTORA, 2016. Elaborado a partir dos Sites dos programas de Pós-graduação em Educação UFF/UERJ/UFRRJ/UFRRJ/UNIRIO, 2000-2014.

Além da recorrência do debate sobre as relações étnico- raciais, também foi identificado um volume expressivo de trabalhos produzidos a partir do *campus* FEBF/UERJ. Isso é relevante, visto que se trata de um programa recente, como mencionado. Essas produções e pesquisas indicam campos de inserção de militantes de movimentos sociais e de professores das redes públicas de ensino, o que reflete as disputas das representações sobre o território.

A própria existência do *campus* da UERJ em Duque de Caxias é parte do movimento de profissionais da educação da cidade. Melo e Lima (2013) recuperam a trajetória da FEBF/UERJ, destacando a criação do curso de Pedagogia, depois denominado de Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF). Eles apresentam a íntima relação desse espaço com a existência do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, que foi instituído através do Decreto Estadual n. 8272/1962. Em 1965, teve início o curso de Formação de

Professores para o Ensino Normal (CFPEN), transformado em 1971 em curso de Pedagogia. Ofereceu habilitações do Magistério das matérias pedagógicas do 2º Grau, Administração Escolar, Orientação Escolar e Supervisão Escolar. O quadro de docentes era composto por professores da rede Estadual, e entre os anos de 1971 a 1981 funcionou com curso de Pedagogia.

Os diplomas do curso de pedagogia do IEGRS eram emitidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF), uma vez que, de acordo com a Lei 550/68 Art. 27, as faculdades isoladas de ensino deveriam ter seus diplomas expedidos por uma instituição universitária pública. Entretanto, em 1975 com a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado da Guanabara (UEG), passa a ser a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desobrigando a UFF de emitir os diplomas. Isso provoca um outro estágio de lutas para a incorporação do curso de Pedagogia na UERJ, que ocorreu através da Lei 472/1982.

Após muita mobilização para a transformação do curso de Pedagogia em Unidade Universitária, em 1988 ficou legitimada a criação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Isso permitiu uma organização departamental própria e autonomia para pensar as peculiaridades de atuação de acordo com a realidade socioeconômica da Baixada Fluminense. (MELO; LIMA, 2013).

O espaço físico ainda era um complicador, pois sofriam com o limite de horário para acesso as salas, restringindo a possibilidade de atividades de extensão, e o próprio uso da biblioteca, que era dividido entre o IEGRS e a FEBF. Assim, os estudantes do Centro Acadêmico e os docentes, com apoio do SEPE, promoveram passeatas na cidade e um movimento de reivindicação por um espaço próprio. A prefeitura apresentou algumas possibilidades e, de acordo com as condições, optaram pelo espaço atual, o CIEP 090, no Bairro da Vila São Luís, desde 1988. As ações para a primeira instituição superior de educação na Baixada Fluminense evidenciam as lutas pela educação nesse território

Assim, a amostragem das produções realizadas no programa de pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da FEBF/UERJ sobre a temática das culturas afro brasileiras da Baixada Fluminense oferece um painel dos trabalhos com uma preocupação de avaliar as ações na região para práticas educativas que impliquem em ações afirmativas, especialmente com ênfase na educação formal.

O balanço das produções sobre culturas afro brasileiras na Baixada Fluminense, no campo da Educação, em todas as instituições pesquisadas, também aponta para um crescimento de produções nos últimos cinco anos, com um total de oito (8) pesquisas

(CONCEIÇÃO, 2010; OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2010; NOBREGA, 2011; PAULA, 2013; LAIA, 2014; JUNIOR, 2014; FERNANDES, 2014), além de indicar a ausência de trabalhos entre 2000 e 2008, com apenas uma (1) produção em 2009 (SOUZA, 2009). Isso indica que o recente programa de pós-graduação em Duque de Caxias, com quatro (4) estudos entre os nove (9) identificados, está oferecendo oportunidades de atuação acadêmica de profissionais que estão pensando a temática na cidade, e que essas produções recentes estão contribuindo para o “dever de memória” com as populações afro brasileiras através de práticas patrimoniais nas cidades, no sentido de desenvolvimento de ações e militâncias em um processo de posituação e fortalecimento de identidades.

Publicações recentes reforçam que os usos do passado pelos agentes na cidade de Duque de Caxias configuram-se como uma pratica recorrente no processo de disputas de memórias. A editora APPH-Clio, fundada em 2003, é uma extensão do próprio movimento de associação dos professores organizados na FEUDUC. Como abordado no Capítulo 1, a editora passou a ser canal para publicações dos trabalhos dos professores e pesquisadores na região, com publicações dos trabalhos dos membros integrantes da associação.

Entretanto, em 2014, por ocasião das comemorações do centenário de Joaozinho da Gomeia na cidade de Duque de Caxias, a editora inaugurou a Série Recôncavo da Guanabara, com publicação de agentes externos à associação. Foi realizado o lançamento de dois títulos referentes ao Babalorixá Joaozinho da Gomeia. A série possui a direção do professor Nielson Rosa Bezerra. O conselho editorial da série é composto, significativamente, por professores e pesquisadores atuantes nos programas de Graduação e Pós-Graduação em universidades da Baixada Fluminense: Álvaro Nascimento (IM- UFRRJ), Amália Dias (FEBF/UERJ), André da Rocha (UFRRJ), Andrea Pessanha (UNIABEU), Katia Soares (FABEL), Kelly Russo (FEBF/UERJ) e Tania Amaro (UNIGRANRIO), além de contar com outros professores, como Fernanda Delvalhas Piccolo (UFRJ). Esses agentes possuem trabalhos sobre diferentes temáticas abordando o território, e de certa forma, estão envolvidos em uma rede de memória e história na região. Eles circulam em diferentes espaços, fortalecendo a produção e divulgação sobre os estudos da Baixada Fluminense.

A presença desses professores, que possuem carreiras acadêmicas consolidadas, no corpo editorial indica o fortalecimento da editora APPH-Clio e a valorização dos trabalhos por ela publicados. Do mesmo modo, fortalece as ações políticas de determinadas temáticas que se apresentam no debate nacional e que também ganham espaço localmente, como o próprio tema sobre religiões afro brasileiras. Esse movimento abre trilhas para divulgação das produções já realizadas, ou mesmo em curso.

A série *Recôncavo da Guanabara* teve nas suas primeiras publicações um recorte temático direcionado à questão afro brasileira. Isso tem relação com a trajetória profissional de Nielson Bezerra. Ele é diretor acadêmico da FEUDUC, diretor de pesquisa do Museu Vivo do São Bento, professor da UERJ/Febf, um dos sócios fundadores da APPH-Clio e membro da Asamih³⁰. Possui produções sobre a temática e aproximações com produções sobre assunto, seja através de orientações, ou mesmo, através da coordenação do grupo de pesquisa *A cor da Baixada*.

Bezerra também é autor de três livros, dois publicados pela editora APPH-Clio e um pela editora EdUFF. São eles: “As chaves da liberdade”: “Confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888” (EdUFF, 2008), “Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX” (APPH-CLIO, 2011), “A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós Abolição no Recôncavo da Guanabara”, Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

Os dois primeiros volumes da série são sobre Joaozinho da Gomeia. O volume 1, de autoria de Andrea Mendes, é intitulado “Vestidos de realeza: fios e nós centro-africanos de Joaozinho da Gomeia”, e o volume 2, de Elizabeth Castelano Gama, sob o título “Mulato, Homossexual e Macumbeiro: que rei é este? Trajetória de João da Gomeia (1914-1971)”. Os livros foram lançados no Museu Vivo do São Bento na comemoração do Centenário de Joaozinho da Gomeia. Essas publicações também são parte integrante dos eventos comemorativos na cidade, o que reforça as práticas políticas dos autores em vincular suas escritas com eventos que celebram algum acontecimento na região.

Essas produções apresentam como os agentes estão mobilizando a rede de memória na cidade para articular produção de conhecimento e práticas patrimoniais. Através da publicação das obras, com a editora da APPH-Clio, e o lançamento em um espaço cultural, como o museu Vivo do São Bento, ele e os demais professores desses espaços promovem a divulgação e a valorização das “culturas afro brasileiras”. Isso reforça que os integrantes da APPH-Clio reconhecem a importância da divulgação das pesquisas.

No que se refere às obras sobre a temática, convém mencionar que, além das produções da Série *Recôncavo*, outros livros foram publicados contemplando diversos espaços da Baixada Fluminense³¹. Contudo, para o nosso recorte espacial foi possível identificar três obras que tem o cenário de Duque de Caxias com destaque para a temática das

³⁰ Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/> > Acesso em: 14/07/2016.

³¹ Ver apêndice A.

culturas afro brasileiras, a partir de 2000. São os livros já mencionados, de Mendes (2014) e Gama (2014), além do livro de Maria do Carmo Gregório (2009) “Solano Trindade: Poeta das artes do povo”. Essas obras privilegiaram a análise de personagens negros, e são trabalhos com perfis biográficos.

Um líder negro com representatividade nas obras é Solano Trindade. O livro produzido por Gregório foi publicado em 2009, fruto de sua dissertação de mestrado defendida na UFRJ, em 2005. A pesquisa sobre Solano se preocupa em apresentar a trajetória do militante relacionada às instituições fundadas com a contribuição do poeta. A autora foi militante do movimento negro e professora da rede pública de ensino. Ela também é membro fundadora da APPH-Clio, ou seja, faz parte da rede memória. Além de ter sido aluna de uma instituição pública, a UFRJ, Gregório parece ter utilizado outros caminhos para publicação. Essa obra foi publicada pela editora CEAP, contando com financiamento da Petrobras. Atualmente, a autora é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFF e desenvolve a pesquisa com o título “Memórias de uma vida entrelaçado em outras vidas”³².

As outras duas obras são de autoras externas de instituições na cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Andrea Mendes³³ é doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da UNICAMP, que atualmente desenvolve a pesquisa sobre práticas culturais centro africanas na diáspora. O seu livro é resultado da dissertação produzido no mestrado (2012), realizado na mesma instituição. Essa obra destaca a dimensão estética e artística presente no terreiro de Joãozinho, além da abordagem religiosa.

Já o trabalho de Gama (2014), também fruto da pesquisa de mestrado entre os anos de 2010 a 2012, trata-se de um estudo que propõe investigar o candomblé no Rio de Janeiro a partir das experiências de vida de João da Gomeia. Gama apresenta a trajetória desse sacerdote³⁴ baiano, que teria se *iniciado* em 1930. Ele chegou no Rio de Janeiro em 1946, e abriu uma casa de santo em Duque de Caxias (GAMA, 2014, p.19). Atualmente, ela realiza doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFF,³⁵ com pesquisa intitulada “Lugares de memórias do povo-de-santo: patrimônio cultural entre terreiros e museus”.

Desse modo, estamos considerando que os agentes na cidade, além da publicação e divulgação de suas obras, também estão atentos às produções de conhecimento que abordam o território. Seria esse um dos caminhos que relacionam as escritas como instrumentos legitimadores das memórias que se deseja imprimir na cidade. Essas publicações são

³² Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>> Acesso em:14/07/2016.

³³ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>> Acesso em:14/07/2016.

³⁴ O termo “sacerdote” é utilizado na obra pela autora.

³⁵ Disponível em:<<http://lattes.cnpq.br/>> Acesso em: 14/07/2016.

indicativos de que as dissertações e teses produzidas sobre a temática, com destaque ao recorte espacial, possuem um canal para publicação e circulação na cidade, que fazem parte de um novo projeto que almeja inserir a cultura afro brasileira em práticas e ações patrimoniais. A produção sobre as culturas afro brasileiras, em Duque de Caxias, parece ter uma porta aberta a novas publicações, possivelmente, após a série Recôncavo da Guanabara.

Nesse sentido, interessa entender como esses agentes, que se propõem a uma escrita crítica do passado/presente, estão produzindo ou acionando o conhecimento sobre as culturas afro brasileiras. Surgem, então, diversas questões. Quem produz? Por que produz? Para quem produz? Quais as universidades? Quais os vínculos institucionais dos autores? Qual a abordagem da temática? São promovidas ações na cidade de Duque de Caxias, a partir dessas escritas? A seleção das obras específicas sobre Duque de Caxias, tanto nas revistas, como as teses e dissertações, permitirá entender quais os caminhos e quais as temáticas que prevalecem quando se fala em culturas afro brasileiras na cidade, ou ainda, quais temáticas podem ser pensadas como constituintes de um campo de estudos que chamamos aqui de culturas afro-brasileiras.

2.3.1 Teses e Dissertações: as produções em Duque de Caxias

O levantamento realizado sobre as dissertações e teses acerca das culturas afro brasileiras em Duque de Caxias resultou na identificação das obras a partir dos seguintes eixos das produções: escravidão, pós abolição, diáspora africana, trajetórias de lideranças negras, práticas educativas antirracistas e relações étnico-raciais, movimento negro e as práticas culturais. Estamos considerando investigar como os agentes dessas produções são resultado de suas experiências profissionais e/ou militâncias, e se essas produções resultam em práticas patrimoniais na cidade. Assim, é necessário identificar se existem relações entre as produções de conhecimento e as ações de divulgação e valorização do patrimônio, da memória e das culturas afro brasileiras na cidade de Duque de Caxias.

O levantamento de dissertações e teses através dos próprios programas de pós-graduações sinalizou a fragilidade dessa investigação. Em algumas instituições os programas são recentes e a organização do material não permite um acesso direto, como no caso do programa de pós-graduação em educação da UFRRJ, criado em 2009 com o curso de mestrado, com início do curso de doutorado em 2015. Nessa base de dados não constam os nomes das dissertações defendidas, somente no campo discente, no próprio site do programa,

é possível identificar os projetos de cada aluno por turma, e através do cruzamento com o currículo lattes foi possível confirmar títulos e anos de defesa. Além dessa relação entre o currículo e o projeto, também foi realizada uma busca geral na base de dados da biblioteca da instituição. Outra situação que indicou a necessidade de distintos métodos de pesquisa foi o site do programa de pós-graduação em educação da UFF. Essa base de dados também não dispõe de consulta direta ao banco de dissertações e teses. Assim, o filtro foi realizado através do banco de dados da Capes³⁶ e do site da biblioteca da própria instituição³⁷.

Convém lembrar que, se o autor da produção não autorizar a publicação, o site do programa não pode divulgar esse material através do banco de dados. Então, consideramos oportuno realizar uma busca das obras nas bibliotecas das instituições, pois o autor, dentro de suas obrigações acadêmicas, precisa entregar sua produção para o acervo da instituição. Desse modo, o site da biblioteca foi um recurso metodológico importante para essa pesquisa. Entretanto, diante do volume de produções recentes nos programas, realizar a busca específica de obras com recorte em Duque de Caxias e com uma temática ampla como “culturas afro brasileiras” é uma tarefa que envolveu muitos riscos. Foi preciso inserir palavras-chave que envolvessem nossos eixos de investigação, como escravidão, pós abolição, diáspora africana, trajetórias de lideranças negras, práticas educativas antirracistas e relações étnico raciais, movimento negro, Baixada Fluminense e Duque de Caxias.

Os dados levantados permitem examinar algumas conexões entre agentes e agências na cidade de Duque de Caxias. Nesse sentido, destacamos, entre os vinte e um (21) trabalhos sobre a temática, somente aqueles que estão diretamente relacionados à cidade de Duque de Caxias. Assim, foram identificadas, no total, seis (6) produções que abordam questões sobre as populações afro brasileiras em Duque de Caxias, nos campos de História e Educação. São dois (2) trabalhos realizados nos programas de pós-graduação em História em instituições públicas (GREGÓRIO, 2005; GAMA, 2012); dois (2) trabalhos realizados nos programas de Educação em instituições públicas (CONCEIÇÃO, 2010; PAULA, 2013); e outros dois (2) trabalhos foram realizados através do programa de pós-graduação em História da Universidade Severino Sombra. (OLIVERIA, 2005, PEREIRA, 2006).

As duas produções realizadas em instituições públicas na área de História são a dissertação “Solano Trindade: Raça e classe, poesia e teatro na trajetória de um afro brasileiro (1930-1960)”, de Maria do Carmo Gregório (2005), e a dissertação “Mulato, Homossexual e

³⁶Disponível: < <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/>> Acesso em: 13/11/2016.

³⁷Disponível: < http://www.bibliotecas.uff.br/catalogo_online> Acesso em: 13/11/2016.

macumbeiro: que rei é esse? Trajetória de João da Goméia (1914-1971)”, de Elizabeth Castelano Gama (2012). Elas foram defendidas na UFRJ e UFF, respectivamente

Outros trabalhos foram produzidos com um recorte espacial mais amplo sobre o que conhecemos atualmente como Baixada Fluminense. Entretanto, esse estudo optou por investigar as conexões entre as escritas sobre a cidade e suas práticas patrimoniais, mesmo sabendo que muitos outros agentes envolvidos nessa rede de memória produziram ou estão produzindo pesquisas sem a delimitação espacial da cidade de Duque de Caxias.

As dissertações, com recorte espacial sobre a cidade, sugerem que existe uma recorrência de atores que estão envolvidos nas escritas sobre a temática. São os casos de Gregório (2005) e Gama (2012), dissertações que foram publicadas. A partir da apresentação dessas pesquisas é possível captar as redes e certos significados que os objetos de estudo suscitam nas autoras. Tais fatos indicam que o crescente volume de produções no cenário nacional também favorece a emergência de trabalhos oriundos das práticas e vivências para uma absorção no mundo acadêmico, o que pode ser verificado nas duas obras citadas.

Gama relata o primeiro momento que ouviu falar de Joaozinho da Goméia, tema de sua dissertação, que foi “[n]uma tarde de sábado movimentada, há alguns anos, na minha casa de santo...” (GAMA, 2014, p. 13). Ela conta que seu pai (possivelmente de santo), comentou que os modos de decorar um barracão de candomblé teriam mudado ao longo do tempo. E que o uso de bolos, como se fossem de aniversário de 15 anos, por exemplo, era devido às ações do Sr. Joao da Goméia, sendo ele o primeiro a incluir essas ornamentações. Segundo Gama, tudo antes seria mais simples, ligado a um padrão mais tradicional, ou como ela chama, ligado aos costumes africanos. A autora diz que tal informação lhe pareceu banal, pois “(...) não (lhe) passava pela cabeça naquele momento o quanto um bolo cheio de açúcar num ritual religioso era um fato transgressor” (GAMA, 2014, p. 13)

Ela prosseguiu apresentando sua trajetória acadêmica e os movimentos que geraram o projeto de mestrado, na abertura de sua obra. Dessa forma, menciona que durante a produção de sua monografia a documentação e as referências a esse nome eram recorrentes. Gama partiu de sua vivência religiosa para indicar que mesmo para ela, que é do candomblé, o nome de Joaozinho e algumas práticas atuais na religião não tinham tanta conexão. A obra de Gama operou com o papel da memória e da história. Sua dissertação é um estudo que teve como fonte principal a imprensa da época, com a qual ela tentou recuperar os impactos das ações desse agente tanto na vida religiosa, quanto na sociedade brasileira. Esse destaque à memória de Joaozinho passou pelo próprio recorte da pesquisa, que finaliza com a disputa atual dos

descendentes “pela memória do pai de santo” (GAMA, 2014, p. 21) e a atual busca de transformar o espaço do terreiro em um Centro Histórico.

Essa pesquisa destacou a relevância da análise biográfica com a utilização da escrita da história que enfatiza o contexto e as transformações sociais e culturais vividas, não somente pelo indivíduo. Assim, a autora analisou as ações e as conexões políticas do babalorixá. Ela diz que Joaozinho da Gomeia foi colunista do jornal *Diário Trabalhista*, escrevendo a coluna “Ao cair dos búzios”, entre os anos de 1949 e 1951. Ele também possuía contatos com pessoas consideradas de alto prestígio, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Tenório Cavalcanti, entre outros. Era protagonista de muitos mitos, além de ser “o sacerdote que se vestira de mulher no carnaval, despertando a ira de Mae Menininha do Gantois, que exigiu sua expulsão do culto” (GAMA, 2014, p. 20). Gama destacou que ele era “um mito construído pela imprensa, mas também pela tradição oral” (GAMA, 2014, p. 20).

Todas essas polêmicas, a trajetória de um sacerdote baiano e as suas contribuições para o crescimento da religião no Estado do Rio de Janeiro também são analisadas a partir do não vivido por ele, ou seja, da memória de sua vida recontada através de muitas histórias. A pesquisa de Gama se preocupou com as visões sobre o candomblé, considerando os estigmas apresentados nos artigos sobre o assunto. Além de investigar a trajetória de articulação das experiências de Joãozinho da Gomeia, ela também abordou os debates sobre as relações raciais no Brasil nos anos de 1940 e 1950, que envolviam resistências da sociedade carioca em relação aos negros, em especial o espaço ocupado pelos negros na imprensa.

Essa obra também considerou as mudanças nas produções historiográficas sobre o candomblé no campo da história. Através das escritas sobre Joaozinho da Gomeia, Gama apresentou como o sacerdote foi se transformando em o rei do Candomblé. Trata-se de um trabalho que busca as memórias, mas também se afirmar como produtor desses registros. Esse estudo se insere entre as produções atuais que reivindicam o “dever de memória”, uma vez que, como a autora salienta, “para além das operações de memória ou de esquecimento, o texto advoga direito à história a João da Gomeia” (GAMA, 2014, p. 26).

Também na perspectiva do “dever de memória”, expresso por Le Goff (2003), a obra de Gregório (2005) apresentou que “a construção da autoestima do negro brasileiro e de referências positivas em relação ao passado e ao presente foram uma constante” na poesia de Solano Trindade (GREGÓRIO, 2005, p.77). A autora apontou, em sua obra, o protagonismo de Solano nas ações que geraram o debate para as questões étnico-raciais.

A proposta de Gregório foi abordar a trajetória desse poeta, e com isso reconstruir as ações e as instituições das quais ele tinha participado, relacionando as experiências de Solano

Trindade com as pautas do movimento negro. O recorte temporal de sua produção é 1930-1960, contemplando o período de chegada do poeta a Duque de Caxias, na década de 1940. Ela analisou as obras de Solano que expressavam “os anseios pessoais, e os do grupo social onde Solano Trindade estava inserido (...)” (GREGÓRIO, 2005, p. 68). Dentre as fontes, ela privilegiou os documentos orais, como as entrevistas concedidas à imprensa e as entrevistas de familiares e contemporâneos ao poeta.

A autora abordou a situação do negro na sociedade brasileira e, com isso, ela tinha a preocupação de tratar dos “militantes negros quando interagindo com as categorias analíticas construídas e adotadas por esses intelectuais” (GREGÓRIO, 2005, p.20). Ela também abordou as relações de Solano com a pauta do movimento negro inaugurado no Rio de Janeiro, com, por exemplo, o Teatro Experimental do Negro. A dissertação de Gregório teve um foco na visão revolucionária do poeta.

Gregório defendeu sua dissertação em 2005 na UFRJ, um período que, segundo alguns professores da região, havia pouca abertura a debates sobre a Baixada Fluminense nos programas de pós-graduação das Universidades públicas do Rio de Janeiro. Isso também é evidenciado na pesquisa de Fernandes (2005), como já mencionado, posto que as pesquisas realizadas nas universidades, nesse período privilegiavam os estudos sobre a capital do Rio de Janeiro.

Gregório também foi fundadora da Associação de Professores e pesquisadores de História (APPH-Clio), fundada em 1999 pelos professores da FEUDUC, que objetivam um espaço de preparação e divulgação dos estudos sobre história local. Ela também fez parte do conselho editorial da Revista Hidra de Igoassú, um produto da ação dos professores da APPH-Clio. Contudo, ela foi um dos poucos membros a ocupar espaço nas universidades públicas, para a realização do mestrado, naquela época. Uma parte significativa dos membros da APPH-Clio cursaram o mestrado na USS.

Dentre os trabalhos desenvolvidos através da USS, dois são sobre assuntos relacionados à população negra e suas atuações na cidade de Duque de Caxias: “As CEB’s Duque de Caxias e São João de Meriti: Um modelo de igreja voltado para o Social” (1960-2005), de Ercília Coelho de Oliveira (2005), e “Vozes Afro-Caxienses; Ecos político-culturais dos movimentos de resistência negra em Duque de Caxias (1949-1968)”, de Sandra Godinho Maggessi Pereira (2006).

Pereira (2006) pesquisou os significados e as contribuições dos movimentos da União dos Homens de Cor (UHC) e Centro Cultural José do Patrocínio (CCJP), importantes instituições que apresentaram a participação e as estratégias do movimento negro em Duque

de Caxias, entre o final dos anos de 1940 e o final da década de 1960. O estudo de Pereira apresenta a representatividade das demandas do movimento negro no âmbito regional dentro de uma perspectiva internacional.

Essas agremiações seriam uma forma de representação das estratégias ou das redes de sociabilidades que se estabeleciam na cidade. A CCPJ, especialmente, se preocupava com a escolarização, a criação de uma liga para preparação de candidatos e o estabelecimento de acordos com as elites integrantes da esfera política nacional ou poder local (PEREIRA, 2006). Tanto a obra de Pereira (2006) como de Oliveira (2005) foram também abordadas no capítulo I, pois são pesquisas de referência ao debate sobre a construção do tema das culturas afro brasileiras em Duque de Caxias.

Importante mencionar que Pereira não possui currículo Lattes, de modo que não foi possível identificar sua trajetória profissional atual, do mesmo modo que não circula mais pelo grupo da APPH-Clio ou mesmo pela FEUDUC. Entretanto, Pereira parece ter sido um dos fortes elos da rede memória em Duque de Caxias, pois durante um período significativo ela foi membro do corpo editorial da revista Pilares da História.

Já Ercília de Oliveira, de acordo com seu Lattes, é presidente da APPH-Clio, professora da FEUDUC e permanece na rede estadual de ensino³⁸. A dissertação de Ercília Coelho de Oliveira (2010) é sobre a atuação de lideranças negras nos movimentos eclesiais de base. Oliveira (2010) aborda a participação do movimento negro na Baixada Fluminense desde a década de 1970. Ela afirma que esse movimento também se fortaleceu com a Campanha da Fraternidade de 1988 “Ouvi o Clamor Deste Povo – A Fraternidade e o Negro”. Um destaque da Pastoral Afro Brasileira foi o Pré Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) que foi implementado em São Joao de Meriti em 1992, por frei Davi. Os PVNCs se espalharam por toda Baixada Fluminense e a Pastoral Afro Brasileira também teve participação no Conselho de Igualdade Racial, que foi implantado em 2003 com a lei 10.639/03. (OLIVEIRA, 2010) “A Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti sempre esteve envolvida nas questões sociais mais importantes para a comunidade dos excluídos e negras e os negros lutaram para que através das CEBs, conseguissem viabilizar suas lutas. ” (OLIVEIRA, 2010, p.53).

São produções que abarcam o papel do movimento negro na cidade, seja através das trajetórias de determinados indivíduos, ou mesmo da participação e articulação da população negra em algumas instituições, como a própria igreja católica, ou através dos espaços

³⁸Disponível em:< <http://lattes.cnpq.br/>> Acesso em:14/07/2016.

culturais. Assim, os agentes que estão escrevendo sobre questões relacionadas ao negro na cidade têm apresentado uma preocupação de analisar a construção dessa inserção do movimento negro na sociedade, destacando as conquistas.

Tanto a produção de Gama (2012), com uma abordagem de memória e história, quanto as produções realizadas por Gregório (2005), Pereira (2006) e Oliveira (2010), que contemplam uma abordagem política, foram apropriadas para temas de estudos dos cursos de formação continuada na cidade de Duque de Caxias, com destaque para o “Curso de Formação continuada de Patrimônio, Memória e Cultura Afro Brasileira” (2014) e o curso “Diásporas africanas em Duque de Caxias” (2015). Isso reforça que diferentes temas e abordagens gravitam no que estamos considerando como um processo de valorização e divulgação das culturas afro brasileiras, especialmente no sentido de recuperação e apropriação de escritas que abordem o que deve ser ensinado e trabalhado em uma perspectiva de educação formal ou informal.

Nesse sentido, ganham relevo os estudos no campo da educação. As produções identificadas com recorte espacial de Duque de Caxias apresentam uma análise dos ganhos obtidos através do movimento negro, em especial para as práticas educativas. São trabalhos de agentes relacionados com a cidade e atuantes na região. Temos a dissertação de Deise Guilhermina da Conceição (2010), “Formação docente para a educação anti-racista no município de Duque de Caxias”, e a tese de Claudia Regina de Paula (2013) “Pilares negros: educação, fé e política na Diocese”. Trabalhos realizados na UFF e UERJ- *campus* maracanã, respectivamente.

O trabalho de Claudia Regina de Paula (2013) tem um diálogo com obra de Ercília de Oliveira (2005), que estudou a atuação das CEBs na Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti e as práticas sociais. O estudo de Paula (2013) aborda a atuação do que ela denomina como “movimento negro católico”. Paula é membro do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros (Leafro), um espaço significativo de produções sobre a temática da UFRRJ. Ela também apresenta suas outras conexões na região, evidenciadas através dos agradecimentos da tese. Paula agradece à professora Tania Amaro, do IHDC, e aos professores Jose Claudio e Marlúcia Santos, bem como ao professor Antônio Lacerda, do arquivo da Diocese de Nova Iguaçu.

A pesquisa de Paula tem foco na ação educativa do movimento negro no Brasil, que tem como base a igreja católica. A autora tem como principal documentação o jornal *Pilar*, uma produção da igreja, considerado por ela como uma produção alternativa e um espaço de

resistência e afirmação da população afro brasileira. A autora se concentra na identificação do projeto político e pedagógico vinculado ao jornal.

Ela “parte da compreensão de que, em diferentes contextos e a partir de especificidades, o movimento negro e seus agentes atuam como sociedade civil organizada e fomentam novas políticas” (PAULA, 2013, p. 25). Desse modo, a autora apresenta as etapas de participação do movimento negro católico e as ações e conflitos via campanha da fraternidade e em especial na construção da diocese de Duque de Caxias. Além disso, ela aborda como os militantes da cidade tem suas origens nos movimentos sociais católicos – Comunidades eclesiais de base (CEBs) – e como perceberam “a lacuna de formação necessária para a continuidade de suas lutas antirracistas, como uma ação pedagógica” (PAULA, 2013, p.64).

A pesquisa de Deise Guilhermina da Conceição (2010) também se insere em uma proposta de análise da educação, em uma perspectiva antirracista. A autora investiga os impactos de uma formação continuada para professores sobre História da África na cidade de Duque de Caxias, em 2006. Ela salienta os limites dessa iniciativa e as necessidades de ampliação do debate, e com isso realiza uma análise dos discursos das professoras que participaram da formação continuada. Conceição considera que o sucesso de uma formação continuada para a educação das relações étnico-raciais precisa oferecer formação de qualidade, que possa permitir uma mudança de currículo por parte dos professores, e ofertar oportunidades aos docentes para reflexão de memórias e identidades construídas em uma sociedade racializada (CONCEIÇÃO, 2010, p. 8).

Conceição atualmente é professora da Escola de Serviço Social da Universidade do Grande Rio, em Duque de Caxias. Também é professora atuando como tutora e supervisora na rede municipal no Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira³⁹. Em sua dissertação, a autora menciona sua participação nos cursos de História da Baixada Fluminense e como essa experiência motivou suas pesquisas. Assim:

A pesquisadora teve a oportunidade de participar de uma dessas formações no início de sua carreira, quando tinha pouco mais de vinte anos de idade e ainda era estudante de História na Universidade Federal Fluminense. A dinâmica das aulas, a presença de uma historiografia que não aparecia no currículo da faculdade de História encantou-a e dirigiu suas pesquisas para a História da Baixada Fluminense. No ano de 2003, a pesquisadora entregou a monografia de conclusão de curso que tinha o título: Duque de Caxias – Uma Cidade Formada por Loteamentos Periféricos. (CONCEIÇÃO, 2010, p. 55).

³⁹ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>> Acesso em: 14/07/2016.

Essas produções que contemplam as culturas afro brasileiras em Duque de Caxias são reflexos das atuações de determinados agentes na cidade. São seis (6) trabalhos com um certo equilíbrio temporal, três (3) obras entre 2000 e 2010 (GREGÓRIO, 2005; OLIVERIA, 2005, PEREIRA, 2006), de autoras envolvidas com temáticas de resistência e lutas do movimento negro na cidade, obras que vão reaparecer nas revistas, que serão analisadas adiante. São agentes ligadas diretamente a instituições na cidade de Duque de Caxias.

Já os trabalhos dos últimos cinco anos são três (3): uma obra sobre Joaozinho da Gomeia (GAMA, 2012) e duas (2) do campo educação (CONCEIÇÃO, 2010; PAULA, 2013), preocupadas em avaliar ações educacionais com foco nas relações étnico-raciais. Essas produções são marcadas por interesses individuais, mas inseridos em ações institucionais. Nas palavras da orientadora de Gama (2014) “um trabalho que contou com o interesse de Beth em transformar vivência religiosa em conhecimento critico, sem prejuízo de nenhuma das partes”⁴⁰. Tanto a APPH- Clio, que foi um dos pilares de articulação dos professores e pesquisadores na região para a produção e divulgação da história local, como o IHDC, um espaço de circulação dos pesquisadores na cidade, foram espaços em comum para esses pesquisadores. Assim, praticamente todos os trabalhos identificados nesse estudo circularam pelos mesmos espaços de pesquisa, e tiveram como base os escritos de alguns agentes que estão pensando e atuando na cidade de Duque de Caxias. Além de suas produções circularem via revistas locais, e contribuir para a divulgação e circulação das pesquisas sobre a cidade e sobre a Baixada Fluminense.

2.4 Revistas em Duque de Caxias: Divulgação dos projetos de memórias

A produção acadêmica da região ganhou espaço em diferentes revistas que foram criadas para registrar e divulgar novas e antigas ideias sobre esse território. Dentre essas revistas, estamos considerando examinar duas que são produzidas em Duque de Caxias. Essa seleção corresponde ao fato de serem revistas que foram organizadas e publicadas por agentes em Duque de Caxias. A primeira é a Revista Hidra de Igoassú, criada em 1999 através da APPH-Clio, com última edição em 2012, e a outra é a Revista Pilares da História, criada em 2002 através do IHDC, com publicação semestral e edição mais recente do primeiro semestre

⁴⁰Apresentação realizada por Ana Maria Mauad ao livro de Gama, 2014, p.11.

de 2016. Esses espaços editoriais apresentam alguns projetos de memória da cidade e evidenciam como os agentes estão pautando culturalmente a região.

2.4.1 Revista Hidra de Igoassú: faces da resistência

A Revista Hidra de Igoassú Cadernos de textos sobre a história local e regional Baixada Fluminense foi criada em 1998. Vinculada à APPH-CLIO, a revista se apresentou como um esforço do Departamento de História da Feuduc, que, em 1992 criou o CEMPEDOCH/BF – Centro de Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense. O objetivo do centro de pesquisa era identificar, catalogar e divulgar as fontes relativas a História da Baixada Fluminense e de suas cidades, em particular Duque de Caxias. Nesse sentido, a partir do incentivo à produção e à publicação de pesquisas realizadas pelo Departamento da FEUDUC, um meio de divulgação se fez necessário. A Revista Hidra de Igoassú foi um produto desse período⁴¹.

A revista não recebeu financiamento de Instituições públicas e/ou privadas, o que gerou um limite de publicações. Duas (2) edições ocorreram em 1999 (Ano I, n. 1, abril de 1999, Ano I, n.2 julho de 1999); uma (1) edição em 2000 (Ano II, n. 3, abril/maio/junho de 2000); uma (1) edição especial em 2000 (Ano II, Edição Especial); uma (1) edição em CD em 2001; com uma interrupção até 2012 quando aconteceu um esforço da própria equipe em realizar uma (1) nova publicação que saiu em fevereiro de 2012 (Ano I n. 1, fevereiro de 2012),⁴² somando um total de cinco (5) números impressos e um (1) em formato CD. Esse caderno em especial, do ano de 2012, revela os interesses e a que se propõe esse trabalho na região, demarcando as intenções dos agentes envolvidos nessa produção e o significado desses periódicos na Baixada Fluminense.

Adotávamos o simbolismo desse nome para intitular nossa Revista. Queríamos, com essa decisão, homenagear esses homens e mulheres que lutaram contra o horror da escravidão e assinalar aos que nos leriam, que pretendíamos, tal qual a Hidra de Iguassú, travar um combate de resistência, dessa vez intelectual, provocando a região a falar de si mesma e refletir sobre suas questões.⁴³

Assim, na apresentação da Revista de 2012 os autores, que ficaram onze anos sem realizar publicações, utilizam-se de um elemento simbólico para reforçar que essa produção

⁴¹Texto de apresentação In Hidra de Igoassú. Edição especial Ano I no 1 fevereiro de 2012.

⁴² Esses volumes estão disponíveis para consulta no acervo da APPH-Clio, localizado na FEUDUC.

⁴³Texto de apresentação In Hidra de Igoassú. Edição especial Ano I no 1 fevereiro de 2012.

ainda existia. Eles também falam da relação entre o nome da revista e o passado de resistências dos escravizados da região. No texto do editorial é destacado o estudo de Flávio dos Santos Gomes (1992), que aborda a resistência escrava ocorrida em Iguassú, lugar onde diversas comunidades de escravos fugitivos surgiram pouco depois de 1800. No caso desses quilombos, foram enviadas inúmeras diligências do Governo Imperial, que visavam destruir esses espaços. O Ministro da Justiça exigia medidas especiais para pôr fim aos quilombos que existiam na região. Assim, os quilombos de Iguassú são comparados à “Hydra de Lerna”, da mitologia grega, ou seja, quase indestrutíveis. As “cabeças” do monstro são relacionadas às comunidades de escravos fugitivos da região que atormentavam moradores e autoridades policiais.

Dessa forma, se justificava a reedição da revista que sofreu uma longa interrupção, e que em 2012 destacava os desafios e as conquistas de um grupo de pesquisadores preocupados com a “defesa do Patrimônio, da História e da Cultura na nossa cidade e em nossa região”. Esse grupo se reconhecia como os “militantes da memória” e expressavam claramente suas intenções e significados de ação levantando a bandeira da função social da História. Na parte final da apresentação da edição está uma citação do historiador Josep Fontana: “As elites dominantes não temem a História. Elas são capazes de criar aquela História que melhor lhes convém. O que eles temem são os historiadores que elas não podem controlar”⁴⁴.

Durante as primeiras publicações⁴⁵, o corpo editorial era inicialmente composto por Antonio Jorge Mattos (FEUDUC), Marlúcia Santos de Souza (FEUDUC), Maria do Carmo Gregório (APPH-Clio) e Maria José Rodrigues. Nas edições seguintes⁴⁶ não aparece o nome de Gregório. Contudo, ainda são nomes dos membros da APPH-Clio e/ou professores da FEUDUC. No ano de 2012, o corpo editorial da revista contava com Antonio Augusto Braz (MVSB), Alexandre dos Santos Marques (APPH-Clio), Nielson Rosa Bezerra (MVSB) e Tania Maria Amaro (IHDC, UNIGRANRIO). Membros presentes tanto na sociedade civil como na sociedade política e que atualmente são os responsáveis pelas principais atividades culturais e acadêmicas no cenário da Duque de Caxias. Eles têm apresentado a escrita da cidade como operação de hegemonia, buscando, através dessas produções de conhecimento, ressignificar a relação dos sujeitos com as representações do território.

⁴⁴ Na apresentação da edição consta a citação do historiador Josep Fontana, mas não consta referência a obra. Hydra de Igoassú. Edição especial Ano I no 1 fevereiro de 2012.

⁴⁵ Revista Hydra de Igoassú. Edições: Ano I, n. 1, abril de 1999; Ano I, n.2 julho de 1999.

⁴⁶ Revista Hydra de Igoassú, Ano II, n.3 d. especial abril/maio/junho 2000.

Na apresentação da edição especial da revista que ocorreu em 2001 também é possível destacar a importância da revista para a produção historiográfica na região. Essa apresentação foi realizada pela professora da UFRJ, Maria Aparecida Rezende Mota. A professora menciona que desde 1999 estava desenvolvendo um Programa de Leituras sobre Teoria da História e Historiografia com os professores e pesquisadores da região. Ela comenta que a proposta era atualizar o professorado da rede pública municipal e estadual, com seminários, encontros e cursos, na busca de aperfeiçoamento e formação dos próprios quadros do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense (CEMPEDOCH-BF). A professora chamou atenção para o fato de que a edição especial é fruto das pesquisas desenvolvidas por esse grupo. Alguns resultados desse trabalho foram apresentados no XXI Simpósio Nacional da ANPUH, realizado na Universidade Federal Fluminense no ano de 2001, na sessão de comunicações coordenadas intitulada “Baixada Fluminense: História, Memória e Identidade Local”.

Nesse sentido, a Revista Hidra de Igoassú é importante para avaliar a inserção da temática das culturas afro brasileiras entre os artigos. Esses profissionais que se reconhecem como “militantes da memória” também reforçaram, na apresentação de 2012, o quanto estão contribuindo para pautar a história local e regional. O documento ainda destaca que “os textos são capítulos de dissertações de associados da APPH-Clio, que levaram para o seio das Universidades, como uma estratégia de consolidação e visibilidade, os temas da cidade e da região dentro do campo da História”⁴⁷. A edição de 2012 contou com a organização dos professores Nielson Bezerra e Tânia Amaro, membros da APPH-Clio e Asamih.

A edição de 2012 contou com apenas três artigos e a promessa de novas publicações. Foram os artigos de Marlúcia Santos (2012), “Entre o Rural e o Urbano-industrial: A produção de uma Região Moderna e as Disputas Políticas Locais”, “A cultura em Duque de Caxias: os espaços de disputas de poder e a rede de sociabilidade da elite local (1930-1950)” (MARQUES, 2012) e “As CEB’s na Baixada Fluminense” (OLIVEIRA, 2012). Os artigos resultaram das dissertações produzidas pelos autores, como fora apresentado no tópico sobre as teses e dissertações.

A análise dos cinco volumes da revista, que foram publicados, com um total de quinze (15) artigos resultou nos seguintes temas principais: disputas políticas e administrativas, com seis (6) artigos; dois (2) trabalhos sobre as relações entre memória e história; um (1) sobre espaços históricos; um (1) sobre movimento social; cinco (5) trabalhos que abordam as

⁴⁷Edição especial Ano I no 1 fevereiro de 2012.

contribuições e a presença da população negra na região. Sobre a temática das culturas afro brasileiras são os seguintes: “Pau para toda obra: A importância da madeira na história econômica do Recôncavo Guanabarrino” (BEZERRA, 1999); “‘De quando dar os anéis’: a estrutura fundiária da Baixada Fluminense e suas transformações” (ROCHA, 2000); “Memória de Joões: Exílio e sobrevivência na Baixada Fluminense”(GREGÓRIO, 2001); “A busca da construção do movimento negro em Duque de Caxias e São João de Meriti nos anos 80 e inícios dos anos 90: CEB’s, Identidade Negra e Cidadania”(OLIVEIRA, 2000) “Rebeldia e Repressão na Baixada Fluminense- séc. XIX” (BEZERRA,2001).

Desses trabalhos, apenas um tem o debate sobre a temática com Duque de Caxias como cenário. Trata-se do artigo de Ercília Coelho de Oliveira (2000) “A busca da construção do movimento negro em Duque de Caxias e São João de Meriti nos anos 80 e inícios dos anos 90: CEB’s, Identidade Negra e Cidadania”. Esse texto é uma contribuição para refletir sobre a construção da identidade negra e a cidadania a partir da igreja católica em São João de Meriti e Duque de Caxias. O trabalho de Oliveira permite entender o processo histórico de participação do negro na esfera política e educacional dos municípios de São Joao de Meriti e Duque de Caxias, a partir da participação do negro na vida eclesiástica. Esse artigo parece ser um ensaio de sua dissertação, defendida em 2005.

Os agentes de produção apresentam como principal chave de interpretação os debates sobre as disputas políticas e as questões administrativas na região, sendo esses o maior volume de trabalhos. Interessante observar que até nas pesquisas que tem como foco de análise as contribuições e as relações sociais e culturais privilegiando as populações negras, também existe a presença de estudos com um recorte administrativo/político (BEZERRA, 1999; ROCHA, 2000).

Apesar de entender que a produção sobre as populações afro brasileiras, para esses agentes, também está equilibrada comparando aos demais temas, ainda não é possível identificar a presença de estudos com recorte para práticas culturais. Somente o estudo de Oliveira (2000) aponta para uma abordagem das ações educacionais, mas ainda é um estudo marcado, como os demais, pelo foco nas resistências e nas participações políticas das populações afro brasileiras na região.

Além de um espaço para apresentações de pesquisas acadêmicas, a revista também apresentou propostas de divulgação das atividades pedagógicas desenvolvidas pelos autores. Uma edição, realizada em setembro de 2001 na versão em CD, foi distribuída em curso de formação continuada realizado em Duque de Caxias para os professores das redes estadual e

municipal. No CD constava um título: “Hidra de Igoassú Baixada Fluminense na Sala de Aula”.

A produção da Revista Igoassú sugere as conexões entre o fazer pedagógico desses agentes e suas intenções de produção acadêmica. Destaco uma parte do texto de apresentação da revista publicada via cd:

O Caderno Especial da Hidra de Igoassú é fruto das nossas investigações e do uso do investigado em nosso fazer pedagógico. É fruto do esforço de troca.

As experiências relatadas devem ser compreendidas como registros de nossas práticas e não como receitas. Elas foram feitas através de atividades para facilitar a sistematização.

O Caderno Especial titulado ‘A Baixada Fluminense em Sala de Aula’ é fruto também da solicitação da Associação de Professores e Pesquisadores de História – APPH/CLIO e do Centro de Memória e Documentação da História da Baixada Fluminense / FEUDUC. As duas instituições apontaram a importância de favorecer o acesso dos professores a um conjunto de documentos específicos da História da Baixada Fluminense. Nesse sentido, optamos por oferecer o acesso através da edição do material que aqui apresentamos. O uso ou o esquecimento do caderno é permitido, assim como, a possibilidade de operar de forma diferenciada os documentos apresentados.⁴⁸

Esse trecho reforça os laços institucionais e os interesses desses agentes, que tem como foco a divulgação das pesquisas sobre a História Local. Nesse caso, o espaço acadêmico – a revista – se ressignifica para apresentar propostas pedagógicas. Essa edição oferece atividades educativas, com músicas, documentos oficiais, imagens, mapas e materiais que se propõem a auxiliar os professores. Dentre os trabalhos, estão atividades sobre a criação do mundo, através de mitos de criação indígenas e africanos, atividades de história em quadrinhos com os orixás, entre outras.

A Revista Hidra de Igoassú apresentou uma proposta de romper o silêncio da história das resistências e dos movimentos sociais e sindicais na cidade. Os autores estão presentes na educação básica na região, e relacionam-se à identificação e à divulgação de locais de memória, em especial, com olhar para os agentes excluídos da historiográfica tradicional. Enne (2002) lembra que:

A visão de que a história deve ser problematizada e não somente narrada; a construção de um discurso explicitamente contrário aos “memorialistas”; a militância política através da prática profissional se somam outros tantos (pontos) que servem para caracterizar a *sub-rede 2*; apesar de ainda haver uma ênfase sobre o período colonial e, principalmente, pelo século XIX, já é possível perceber, em ampla medida, a escolha de temas ligados à “cultura popular” já começam a ser explorados em pesquisas (ENNE, 2002, p. 207, grifo meu)

⁴⁸Trecho retirado da apresentação da Revista Hidra de Igoassú, versão CD. Revista Hidra de Igoassú, Caderno especial setembro de 2001.

Nesse sentido, percebe-se um movimento dos agentes, com a intenção de contar uma história dos excluídos. As temáticas são ligadas às resistências, com abordagem sobre quilombos, mulheres e camponeses. Muitos autores dessa revista reaparecem através de suas publicações, com livros, teses e dissertações. Eles carregam suas bandeiras temáticas nas produções de conhecimento, como caso de Ercília Oliveira, com artigos e dissertação sobre as CEB's e Identidade Negra na cidade de Duque de Caxias, como já abordado anteriormente. Nesse sentido, esses agentes apontam que o compromisso estava pautado nas relações entre essas atividades de pesquisa acadêmica com projeção desses saberes em práticas pedagógicas. Assim, desde 1999, podemos considerar que mesmo não existindo um direcionamento de valorização das chamadas “culturas afro brasileiras”, como será percebido a partir de 2011 na revista Pilares da História, esses agentes já incluíam leituras de atuação tanto no campo da resistência (BEZERRA, 1999, 2001; ROCHA, 2000), quanto das lideranças e das intelectualidades negras (OLIVEIRA, 2000; GREGÓRIO, 2001). Esses temas serão recuperados para atuação nas práticas de valorização e divulgação do patrimônio da cidade.

2.4.2 Revista Pilares da História: Preservar e divulgar

A Revista Pilares da História foi fundada em 2002. Trata-se de uma Revista trimestral, com edição conjunta do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias e da Associação dos Amigos do Instituto Histórico (Asamih), que teve sua edição mais recente publicada no primeiro semestre de 2016⁴⁹. A revista é composta por uma média de 5 a 8 artigos por edição, e desde a 4ª edição também apresenta entre 2 a 3 textos de estudantes de graduação, na seção *Visões Universitárias*. Além das produções, existem três seções sobre diferentes formas de documentação: Seção Transcrição, com a transcrição de documentos, normalmente do acervo do IHDC; Seção Memória Viva, com entrevistas, que contemplam o acervo de História Oral do instituto; e a Seção Iconografia, que “objetiva divulgar os documentos iconográficos que integram o acervo do Instituto Histórico e das demais instituições que abrigam esse tipo de documentação”⁵⁰. Em relação à Seção Transcrição, chama atenção o objetivo divulgado pela revista, que indica a preocupação dos agentes em fortalecer a identidade local através da produção de conhecimento. A Seção estaria objetivando a divulgação de documentos, e com isso,

⁴⁹Revista Pilares da História. Ano XV, edição especial, maio de 2016.

⁵⁰Revista Pilares da História Ano IV, n.6. abril de 2006. p.87.

visando a preservação das informações das fontes, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local⁵¹.

Cada número da Revista, além do editorial, apresenta uma “Mensagem do presidente da câmara municipal de Duque de Caxias”, quase sempre com uma página de texto fazendo uma abertura sobre a edição ou falando sobre a importância da história e do Instituto para a preservação, tais como; “ Historiadores reafirmam a importância de Duque de Caxias”⁵², ou “A valorização da cultura e da história”⁵³. Essas mensagens apresentam a relação entre agentes da sociedade política com atuação e interferências na e para sociedade civil. Cientes do papel da cultura e da educação para a construção do consenso, as mensagens da revista, realizadas pelos presidentes da câmara, demonstram a importância da revista como um instrumento de valorização da memória e da história na região, ao afirmar que “uma cidade que não preserva seu passado é uma cidade sem futuro”⁵⁴, bem como seu “compromisso e investimento no futuro”⁵⁵. Para o presidente da Câmara, em 2012, o vereador Dalmar Lirio Mazinho de Almeida Filho⁵⁶, a maioria dos textos receberam títulos, desde a edição de n. 9 de 2009 até a edição especial de maio de 2012, com ênfase na relação entre cultura e educação. Na edição de 2011 ele afirma que:

As questões relativas à cultura e educação tem despertado cada vez mais interesse, mas apesar de estarem acontecendo várias ações relacionadas ao patrimônio histórico, muito ainda falta a ser implementado para que a população redescubra verdadeiramente a importância de sua própria cultura.⁵⁷

Do mesmo modo, o presidente posterior, o vereador Eduardo Moreira da Silva⁵⁸, também reafirma os significados desse espaço para a sociedade política, e o sentido do Estado Ampliado, nessa esfera local, ao afirmar “incentivar ações que se recuperem o nosso

⁵¹ Revista Pilares da História. Ano III, n5 maio de 2005. p.97.

⁵² Revista Pilares da História. Ano VI, n. 7, maio de 2007, p.3.

⁵³ Revista Pilares da História. Ano VII n. 8, maio de 2008, p.3.

⁵⁴ Revista Pilares da História. Ano II, n.5, maio de 2005, p.5

⁵⁵ Revista Pilares da História. Ano X, n.12, dez de 2011, p.5

⁵⁶ Segundo mandato de Vereador – Partido PDT Partido Democrático Trabalhista Fonte: Disponível em: <http://www.cmdc.rj.gov.br/?attachment_id=3072> Acesso em :25/10/2016.

⁵⁷ Revista Pilares da História. Ano X, n.12, dez 2011. p. 5

⁵⁸ Segundo mandato como vereador. Partido do PT e filho de Geraldo Moreira, influente político local. Disponível em: www.cmdc.rj.gov.br/?attachment_id=3072/. Acesso em: 25/10/2016.

patrimônio histórico cultural também são atribuições do poder público”⁵⁹. Esse espaço destinado à mensagem do presidente da câmara municipal de Duque de Caxias configura essa imbricação dos projetos políticos e as disputas de memórias.

A revista também contemplou edições com destaque para as comemorações sobre a cidade. A edição do Ano II, n.3 de dez/2003 dedicou-se à emancipação política e administrativa de Duque de Caxias. O presidente da Câmara do período, o vereador Laury de Souza Villar⁶⁰, fez um texto sob o título “Duque de Caxias 60 anos de História e desenvolvimento”. Em outra edição especial, também comemorativa, o presidente da câmara, o vereador Eduardo Moreira da Silva, afirma:

Comemoremos, então, nossos setenta anos, e comemoremos, também, os setenta e seis anos do Poder Legislativo e os quarenta do Instituto Histórico, pois ao comemarmos e refletirmos, avançamos como nossa história e criamos um legado para os que virão.⁶¹

Nessa edição constam apenas três artigos: “Instituto Histórico: 40 anos de História”, de Tania Amaro, “Duque de Caxias: implementação do poder legislativo”, de Tania Amaro, e “Duque de Caxias: de distrito a município”, de Tania Amaro e Antônio Braz. Agentes tanto da sociedade política, no caso de Amaro com o próprio Instituto, e representantes da sociedade civil, como Braz, diretor do MVSB, e membro da Asamih.

Apesar dessa edição especial ter contemplado um tema comemorativo, a revista realizou poucas edições especiais, e o interessante é que são edições com foco cultural. A partir desses volumes pode-se pensar um marco com publicações com recorte específico nas práticas culturais da cidade, e nesse sentido também incluir as “culturas afro brasileiras”.

A revista n. 10, agosto de 2011, contemplou as monografias sobre “manifestações culturais na cidade”. Na edição especial 2012, os editores falam da importância da rede composta pela APPH-Clio, IPABH, CRPH, CEPEMHed e o Fórum Cultural da Baixada Fluminense para consolidação de políticas públicas que contemplem as demandas patrimoniais defendidas por eles. Também comemoraram a inclusão da Revista na qualificação Acadêmica Qualis⁶², e a reedição da revista Hidra de Igoassu. Vale lembrar que os agentes do conselho editorial da Revista Hidra, em 2012 eram Antonio Braz, Alexandre Marques, Nielson Bezerra e Tania Amaro. Os mesmos que integravam o corpo editorial da

⁵⁹ Revista Pilares da História, Ano XII, n.13, maio de 2013. p.5.

⁶⁰ Vice prefeito de Duque de Caxias, no mandato de Alexandre Cardoso. (2012-2016).

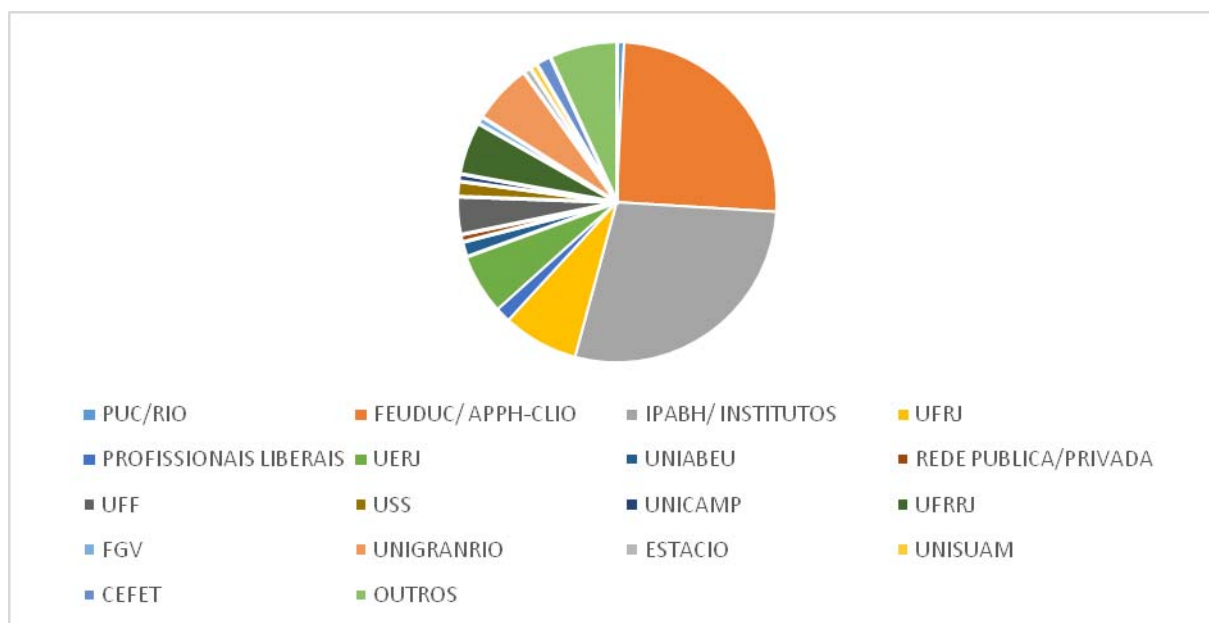
⁶¹ Revista Pilares da História. Ano XII, ed. Especial – out de 2013, p.3.

⁶² A revista está incluída na área de avaliação em História, com classificação B5. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>> Acesso :26/10/2016.

Revista Pilares, juntamente com Carlos Sá Bezerra, José Cláudio Souza, Marlucia Souza e Rogério Torres. Assim, a edição de 2012 da Revista Pilares se apresenta como o resultado da inclusão da Asamih como Ponto de Cultura, desde 2009, com o projeto: “Tecendo as Ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro”, que constitui um movimento dos agentes de instituições distintas, mas com a conexão das escritas e das práticas patrimoniais.

Outra maneira de entender o significado desses espaços de produção e divulgação do conhecimento são as páginas finais da revista, nas quais constam os nomes dos integrantes da Associação dos Amigos do Instituto Histórico (Asamih), desde os fundadores aos contribuintes. A revista possui publicações com autores externos às instituições locais. Contudo, boa parte da produção é de história, membros das agências locais e contribuintes e/ou fundadores, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Participação das Instituições na Revista Pilares da História (2002-2014) .



Fonte: A AUTORA, 2016. Elaborado a partir dos dados da Revista Pilares da História, 2002-2014 –18 números. Total de 131 artigos

O levantamento na Revista identificou uma produção significativa entre os agentes oriundos da FEUDUC – graduação e pós-graduação – e os agentes do IPABH e Institutos Históricos na Baixada Fluminense. Importante mencionar que consideramos as referências de identificação da atuação profissional e acadêmica dos autores nos artigos. Foi preciso utilizar uma categoria “outros” para textos com co-autoria de diferentes instituições ou autores sem identificação. Também estamos cientes que muitos dos agentes originalmente da Feuduc atualmente estão compondo outras instituições na cidade como o CRPH, o MVSB e o

CEPEMHED. Isso demonstra a complexidade da imbricação dos agentes que são professores da rede pública e/ou particular e também reaparecem nas diferentes instituições, mas que tiveram como referência inicial para produção a Associação de professores e pesquisadores (APPH-Clio), com vínculo com a FEUDUC. Esses agentes estiveram em oposição às produções dos considerados memorialistas, em especial os membros do IPABH. Entretanto, é interessante notar que eles convergem em um espaço comum, a Asamih/ IHDC. Chama atenção que os agentes na cidade valorizam e parecem entender que as disputas de memórias passam pelo poder local. No caso de Duque de Caxias, é através de um aparelho privado, com o IHDC, e com a organização e atuação da sociedade civil, através dos pesquisadores que se reorganizam na Asamih.

A Asamih, no primeiro número da revista⁶³, apresenta o conselho deliberativo composto por nove (9) efetivos e nove (9) suplentes, e uma diretoria executiva, composta por Tania Amaro, como diretora, Genesis Torres, como diretor adjunto, e Nielson Bezerra, como tesoureiro. Também tinha um conselho fiscal com três (3) efetivos e três (3) suplentes. Além de um volume expressivo de sócios fundadores, apresentados em ordem alfabética, com um total de cento e sessenta e quatro (164) nomes. Esses membros estavam em duas listas seguidas, a primeira com cinquenta e um (51) e a segunda com cento e treze (113). Não foi possível identificar a distinção, mas o texto introdutório informa que a Asamih, em seu estatuto aprovado pelos sócios, previa

[...] um número ilimitado, mas composto atualmente por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades assemelhadas, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e um programa de captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.⁶⁴

Essa revista integra agentes da Revista Hidra de Igoassú e reforça o quanto na cidade de Duque de Caxias existe uma forte imbricação entre a sociedade civil e a sociedade política. Ainda na primeira edição em 2002, convém recuperar os integrantes do corpo editorial: Alexandre Marques (membro da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias), Carlos de Sá Bezerra (jornalista, fundador e diretor da Revista Rio Magazine), Odemir Capistrano Silva (jornalista), Ruyter Poubel (Figura proeminente na cidade de Duque de

⁶³Revista Pilares da História. Ano I, n. 1, out, nov e dez/2002.

⁶⁴ Revista Pilares da História, Ano I, n.1 out/nov/dez 2002, p. 119.

Caxias, ex-prefeito, empresário e jornalista)⁶⁵, Sandra Godinho Pereira (membro da APPH-Clio), Tania Amaro de Almeida (Diretora a IHDC). Todos membros da Asamih.

A primeira apresentação editorial não foi assinada, o que permite inferir um projeto conjunto dos pesquisadores da região que integrou tanto os “memorialistas”, como no caso de Ruyter Poubel, como os “acadêmicos”, como Alexandre Marques. Contudo, no editorial intitulado “Uma História sobre Pilotis”, a primeira chamada é para o “rigor acadêmico”, com ênfase que a produção de conhecimento deve ocorrer em “uma perspectiva ou um olhar não necessariamente sacralizado, mas obrigatoriamente atento ao rigor da pesquisa acadêmica”⁶⁶. O editorial ainda chama atenção para o lugar social, na perspectiva de Certeau, para falar da importância que tem a operação historiográfica para a escrita sobre a história local e regional. Esse texto suscita novas questões: seria um novo momento de produção do conhecimento na região para esses agentes, a partir da criação da Associação e Amigos do Instituto Histórico?

Enne (2002), em seu estudo sobre a rede de memória na região, apontava que tanto os agentes da sub rede 1, “memorialistas”, e os da sub rede 2, “acadêmicos”, ofereciam múltiplas possibilidades de desdobramentos para análise. A rede de memória seria uma “teia de relações sociais, envolvendo diversos agentes e agências” (ENNE, 2002, p.290). Isso implicaria nas relações que os agentes vão configurando de acordo com os contextos. Desse modo, isso pode ser observado não apenas no trabalho de Enne, realizado em 2002, mas também no conselho editorial da revista em 2016, que é composto por agentes de instituições distintas na região. Alexandre Marques, Nielson Bezerra, Antônio Augusto e Marlúcia Souza seriam componentes da sub rede chamada *acadêmicos*. Tanto Marlúcia Souza, Nielson Bezerra e Antônio Augusto são integrantes no MVSb. Alexandre Marques é integrante do conselho de projetos culturais na prefeitura de Duque de Caxias.

Na segunda edição da revista, o corpo editorial passou a contar com Rogério Torres (IPABH), também considerado um “memorialista”. Foram poucas mudanças no conselho ao longo dos anos. Os membros que estão presentes desde a primeira edição, são Alexandre Marque, Tânia Amaro, Carlos Sá Bezerra⁶⁷ e Rogério Torres. As alterações ocorreram no Ano VII, n. 8 (2008), com a saída de Godinho e Ruyter Poubel. Somente nos números seguintes – a partir do Ano VIII, n.9 – seriam incluídos outros nomes, como Nielson Bezerra (MVSb, UERJ); Antonio Augusto Braz (MVSb), José Cláudio Souza Alves (UFRRJ), Marlúcia

⁶⁵Poubel foi Vice-Prefeito, governou por 111 dias, nas licenças solicitadas pelo Prefeito Dr. Moacyr do Carmo. Disponível em: < http://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452# > Acesso em 16/11/2016.

⁶⁶ Revista Pilares da História, Ano I, n.1 out/nov/dez 2002, p. 1.

⁶⁷Ele foi jornalista e ficou no conselho até o ano de 2013, e faleceu em 2014.

Santos de Souza (MVSB), incluída no Ano X, n. 12 e André Santos da Rocha (UFRRJ), incluído no Ano XII, n.13.

Desse modo, o atual conselho editorial da revista é composto por Alexandre dos Santos Marques (SME, Asamih), Antônio Augusto Braz (MVSB, Asamih), André Santos da Rocha (UFRRJ), José Cláudio Souza Alves (UFRRJ), Nielson Rosa Bezerra (MVSB, UERJ, Asamih), Marlúcia Santos de Souza (MVSB, Asamih), Rogério Torres da Cunha (IPABH, Asamih) e Tania Maria da Silva Amaro de Almeida (IHDC, UNIGRANRIO, Asamih).

Assim, Enne trabalha na perspectiva de rede que aponta os *elos* presentes nessa relação. O Instituto Histórico, na pessoa da professora Tania Amaro, e o professor Rogério Torres são considerados *elos intermediários* nessa rede, pois transitam entre os *acadêmicos* e os *memorialistas*. Do mesmo modo que o próprio IHDC é entendido por Enne, como um espaço que aglutina, em certos momentos, os diferentes pontos de vista (ENNE, 2002). Percebe-se que as imbricações entre os agentes e as agências permanecem nos dias atuais e se mantem para articulação e divulgação das produções na cidade.

Os apoios à revista vêm das instituições nas quais esses agentes ocupam cargos e atuam para divulgação do conhecimento e o patrimônio da região. Eles, segundo a revista, “participaram direta ou indiretamente da produção (...)” além do “empenho no difícil processo da permanente construção e reconstrução da nossa história”⁶⁸. São as seguintes instituições: O CRPH, CEPEMHed, Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), o Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA/ UERJ/ Febf) e o Fórum Cultural da Baixada Fluminense. Como indica Enne (2002), a Baixada Fluminense é composta por uma grande rede de memória, composta por elos e sub elos. A Revista Pilares da História é um espaço que expressa essa realidade, pois contempla agentes dos chamados grupos “memorialistas” e do grupo dos “acadêmicos”.

Essas instituições e seus agentes são parte integrante dessa rede de memória na região, que, segundo Enne (2002), estão envolvidos com muitas relações. E, nesse sentido, os agentes do IHDC foram e são importantes para estabelecer os *elos*, apontados por Enne. Ela fala que, inicialmente, os agentes do instituto, em especial a professora Tania Amaro, se aproximaram dos agentes da Feuduc, e foi se configurando uma maior proximidade, desde o lançamento de um dos cadernos da revista Hidra de Igoassu no espaço do instituto até a revitalização da Associação de Amigos do Instituto, com membros das duas sub redes, como

⁶⁸ Revista Pilares da História – ano 15 – edição especial – maio de 2016. p.2

já fora apresentado. Esses laços foram se configurando desde as primeiras instituições, como a Feuduc e o IPABH, uma das instituições de referência para a sub rede dos “memorialistas”, criado em 1999. Os principais nomes ligados ao IPAHB eram Gênesis Torres, Guilherme Peres, Marcus Monteiro, Ney Alberto e Rogério Torres (ENNE, 2002, p. 150).

Nos dias atuais, é possível perceber que o IHDC, ainda com a direção da professora Tania Amaro, permanece com relações com os agentes de antigas instituições. Os agentes se reconfiguraram em outras instituições, como o CRPH e o CEPEMHed, bem como instituições universitárias como a UERJ/Febf. Nas palavras de Jose Ricardo Fernandes:

A pesquisa, enquanto o componente de uma política para o Patrimônio Cultural, deverá constituir-se em elemento de informação para as diversas instituições e entidades que lidam com o Patrimônio e aos “profissionais da memória” – historiadores, antropólogos, arquivistas, museólogos e educadores (...) (FERNANDES, 1993, p.275).

São agentes e agências que entendem a produção do conhecimento e a divulgação dessas pesquisas como parte integrante dos “propósitos da Cidadania Cultural e da Educação Patrimonial”⁶⁹. O editorial da revista, publicada no primeiro semestre de 2016, reforça essa ideia ao afirmar que:

As ações que conduzimos objetivam dar, à luz da pesquisa e da divulgação, mas subsídios aos leitores-cidadãos para que, empoderados dessas preciosas informações históricas, possam dispor de mais uma ferramenta intelectual na luta pela cidadania plena em nossa região.⁷⁰

Esses profissionais também organizaram um curso de pós-graduação *Lato Sensu* – História Social da Baixada Fluminense – com início em 20/03/2010 e término no dia 02/04/2011. Infelizmente, as monografias realizadas não foram arquivadas, sendo possível obter apenas uma lista com os alunos e títulos dos trabalhos. Contudo, a revista também divulgou parte dessas produções em três (3) artigos⁷¹.

Muitos dos artigos publicados na Seção Universitária da Revista são de alunos que realizaram trabalhos na pós-graduação *Lato Sensu* em História Social da FEUDUC. Alexandre Marques, Nielson Bezerra, Antonio Braz e Marlucia Souza também foram professores nesse programa e orientaram estudos que foram publicados na revista. Entre os vinte dois (22) textos no total publicados na Seção Visões Universitárias, treze (13) são de

⁶⁹Revista Pilares da História – ano XV – edição especial – maio de 2016. Editorial p.3 não tem o link?

⁷⁰ Revista Pilares da História – ano 15 – edição especial – maio de 2016. Editorial p.3

⁷¹Revista Pilares da História: Um artigo no Ano X, n.11 maio de 2011; e dois (2) artigos na revista Ano XI, edição especial, maio de 2012.

alunos da Feuduc, três (3) de alunos da UFF, quatro (4) alunos da UNIGRANRIO e dois (2) de alunos da UFRRJ.

O levantamento dos artigos demonstrou que no total de cento e trinta e um (131) publicações – sem contar os textos da seção Visões Universitária – de modo geral, é possível classificar as produções em três grandes eixos de trabalhos: treze (13) sobre História/memória; trinta e quatro (34) sobre lugares/espços históricos; vinte e quatro (24) sobre abordagens geográficas e/ou do território. De um modo geral, o volume maior de produções é com foco em espaços e problematizações sobre o território da Baixada Fluminense. As demais publicações são sobre ditadura militar, quatro (4); abordagem econômica, três (3); História da educação, oito (8); impacto industrial, cinco (5); personalidades, dezesseis (16); diversos, três (3).

No tocante aos trabalhos que abordam as populações afro brasileiras na Baixada Fluminense, foram identificados vinte e um (21) artigos. Depois das análises com ênfase na história do território, ou com ênfase na relação história e memória, podemos verificar um crescimento de estudos sobre as populações negras na região. Dentre as pesquisas sobre a temática, foram sete (7) trabalhos sobre sistema escravista (BEZERRA, 2003, 2004, 2011; PERES, 2007, 2013; PEREIRA, 2008; MACHADO, 2011); três (3) sobre o movimento negro (SOUZA, 2003; PEREIRA, 2004; OLIVEIRA, 2010); quatro (4) sobre religiosidade (ISAAC, 2006; NETO, 2009; MENDES, 2011; PERES, 2014); três (3) sobre práticas culturais (SILVA, 2011; FERREIRA, 2011, FILHO, 2011), e quatro (4) sobre liderança/intelectualidade negra (GREGÓRIO, 2008; SOUZA, 2008; PERES, 2008, 2009). Assim, desde o ano de 2003 podem ser identificados trabalhos com essas chaves de análise, mas somente a partir de 2008, com uma adição especial, comemorando o centenário de Solano Trindade, que revista recebeu quatro (4) publicações sobre o assunto. E na edição especial de 2011, sobre práticas culturais na cidade, a revista recebeu seis (6) artigos envolvendo a temática.

A revista é um canal de atuação, para que diferentes visões de mundo possam compor esse campo de disputas temáticas internas na cidade. São autores que, envolvidos com o território, desejam pautar o patrimônio da região. Pode -se dizer que autores preocupados em debater as populações negras na cidade também tiveram esse espaço para apresentação de suas pesquisas.

Assim, entre os cento e trinta e um (131) artigos analisados da revista, consideramos que desde o ano de 2003 foi possível identificar a presença de pesquisas com seguintes os

eixos: escravidão, pós abolição, diáspora africana, trajetórias de lideranças negras, práticas educativas antirracistas e relações étnico-raciais, movimento negro e prática culturais.

Desse modo, os agentes que escrevem sobre a temática são autores recorrentes de produção nos últimos anos, pois os eixos e os autores das teses e dissertações reaparecem na revista. O quadro abaixo apresenta como esses trabalhos estão, recentemente, destacando a temática de Joaozinho da Gomeia (NETO, 2009; MENDES, 2011; PERES, 2014). Do mesmo modo, outros temas também passam a compor as abordagens que se propõe ao reconhecimento e valorização das práticas culturais na cidade, tais como a capoeira e o samba (FILHO, 2011; FERREIRA, 2011). Essas abordagens também serão recuperadas nos projetos relacionados ao tema e nas práticas patrimoniais, como será apresentado no capítulo três.

Quadro 6: Artigos sobre a população afro brasileira em Duque de Caxias (2000-2014). (Continua)

- Revista Pilares da História Ano	Autor	Título
Ano II –n.2 Maio/ 2003	Marlúcia dos Santos Souza	O debate étnico e a união dos homens de cor em Duque de Caxias
Ano III- n. 4 maio/ 2004	Sandra Godinho Maggessi Pereira	A trajetória do movimento negro em Duque de Caxias: uma análise em construção
Ano VIII – n9 Maio/2009	Waldemar Alvarenga Neto	O princípio da Gomeia
Ano VII – n8 Maio/2008	Maria do Carmo Gregório	Solano Trindade e os dilemas da identidade negra
Ano VII – n8 Maio/2008	Guilherme Peres	Solano Trindade: o poeta da Resistência
Ano VII – n8 Maio/2008	Antônio Carlos de Oliveira Magalhães	Visões Universitárias: pré-vestibular para negros e carentes e biblioteca comunitária. Duas histórias, um nome Solano Trindade
Ano VII – n8 Maio/2008	Eldemar de Souza	Solano Trindade e eu
Ano X. Ed. Especial Agosto/2011	Alexandre Marques e Geraldo Filho	Trajetória da Capoeira em Duque de Caxias
Ano X. Ed. Especial Agosto/2011	Leonardo Fernandes Ferreira	E a “cartolinhas” se foi: órfãos e herdeiros do Samba em Duque de Caxias

Quadro 6: Artigos sobre a população afro brasileira em Duque de Caxias (2000-2014). (Continuação)

Ano X-n 11 Maio/2011	Andrea Mendes	“Sua Majestade Tata Londirá: Joãozinho da Gomeia e a expansão do rito Angola no Sudeste brasileiro”
Ano XIII – n14 Maio /2014	Guilherme Peres	João da Gomeia: Sacerdote do candomblé em Duque de Caxias

Fonte: A AUTORA, 2016. Elaborado a partir da Revista Pilares da História, 2001. 18 números. Total 131 artigos.

Os artigos de Marlúcia Souza (2003) e de Sandra Pereira (2004) abordam a participação do União dos Homens de Cor (UHC) em Duque de Caxias. São trabalhos que se preocupam em apresentar a atuação do movimento negro na cidade. Marlúcia é autora do livro “Escavando o passado da cidade” (2014) e, nessa obra, também trata da ação dos diferentes movimentos de resistência na cidade. Já Godinho parece ensaiar sua pesquisa de mestrado, defendida em 2006, dentro de um exercício que parece cíclico dessas produções: artigos, dissertações e livros.

Outros três trabalhos são sobre Joaozinho da Goméia (NETO, 2009; MENDES 2011; PERES, 2014). Peres é atual diretor da Asamih e possui ampla produção sobre a Baixada Fluminense, com artigos sobre a temática em outros períodos (PERES, 2007;2009; 2013). Importante lembrar que o Instituto Histórico também possui um acervo significativo sobre o babalorixá, que contribuiu para produção local, como as fotos da Coleção Joaozinho da Goméia, divulgadas na Seção Iconografia (Ano X, n.11, maio de 2011, p.107). Já Mendes (2011) apresenta parte de sua pesquisa de mestrado (2012), que também gerou a publicação do livro (2014), por ocasião das comemorações do centenário de Joaozinho da Goméia.

A exemplo de outros momentos na região, as escritas parecem compor as atividades comemorativas, especialmente no contexto de comemorações centenárias. Como no caso dos artigos de Gregório (2008), Peres (2008), Magalhaes (2008) e Souza (2008), produções que compõem um número da Revista Pilares, em 2008. Esses artigos parecem que contemplaram parte das comemorações do centenário de nascimento do poeta. Um dos atores diz que “tal iniciativa tem razão ser, pois foi neste município que Solano viveu vários anos das décadas de 40/50” (SOUZA, 2008, p.25).

Assim, além da edição da revista outras atividades aconteceram, dentre elas a visita de integrantes do Conselho Municipal em Defesa do Direito do Negro e Promoção da Igualdade Racial e Étnica (Codedine) à Estância Turística em Embu das Artes, em São Paulo. Segundo Souza, a visita contemplava outros interesses, tais como:

Os caxienses não foram lá apenas marcar presença, como representantes de um conselho de pluralidade étnica. Se o fizessem, estariam cumprindo seu papel, mas foram dispostos a negociar a extensão do evento a Caxias, através de diversas atividades realizadas na cidade, ao longo do primeiro semestre deste ano. (SOUZA, 2008, p. 25).

O movimento que articula escrita, eventos e a participação política é expresso no texto de Souza que contém uma página. O texto “Solano Trindade e eu” apresenta as relações que o autor reconhece ter com o poeta. Souza é jornalista e escritor, e diz que o primeiro contato com Solano ocorreu em São Paulo. Ele apresenta um pouco da vida do poeta e de seu cotidiano apontando dados como: “em sua casa, entre residentes, agregados, vizinhos e turistas de várias procedências, passei fins de semana memoráveis (...)” (SOUZA, 2008, p. 25). O texto de Souza é um dos que compõe, de certa forma, uma homenagem a Solano Trindade. Além de noticiar alguns dados que envolveram as etapas de comemorativas, ele também apresenta um pouco de sua vida e a vida do poeta.

Os outros artigos contribuem com a ideia de recuperar um pouco da trajetória de Solano Trindade. Este é o caso do texto de Peres (2008), que, além de contar um pouco da vida do poeta, também mostra memórias e atuações culturais realizadas na cidade através de dados da imprensa, especialmente no jornal “Grupo”. Além de terminar o artigo com o tópico “resgate”, lembrando que:

No dia 14 de julho de 2008, José Francisco Solano Trindade faria 100 anos de existência. É hora de Duque de Caxias resgatar sua memória, transformando esse monstro sagrado da poesia em nome de rua, praça ou escola, em agradecimento ao seu trabalho e aos poemas que ele semeou em homenagem à cidade (...) (PERES, 2008, p.24).

Esse registro aponta as diferentes formas que os agentes acionam temas do passado para pensar e atuar na cidade, sendo recorrentes em eventos comemorativos. O último artigo que compõe a homenagem é de Gregório (2008), que reaparece no cenário, com parte de sua dissertação, como consta no próprio artigo. Ela informa que “este texto é um fragmento da minha dissertação de mestrado defendida em 2005 no PPGHIS/IFCS-UFRJ” (GREGÓRIO, 2008, p.7).

Além dos artigos, na revista também foi divulgado, através das seções, um pouco do acervo sobre os temas abordados. Na Seção Transcrição (Ano VII, n.8, maio de 2008, p.72-73), são apresentados os poemas de Solano Trindade, que integram um livro “Tem Gente com Fome e Outros Poemas; Antologia Poética, RG DG10”, 1988. Na Seção Iconografia (Ano IV, n.6, abril de 2006, p. 95) são apresentadas fotos de Joaozinho da Gomeia e de Pai Waldomiro

Baiano, lideranças religiosas de terreiros de Candomblé em Duque de Caxias. E a Seção Memória Viva (Ano VI, n.7, maio 2007, pp. 77-82) apresentou a entrevista realizada por Alexandre Marques com o senhor José Barbosa da Silva, Mestre de Capoeira. Essas seções apresentam em suas justificativas a preocupação da divulgação das fontes, mais do que apenas preservar. Como pode ser evidenciado nas aberturas da Seção Transcrição:

A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania.⁷²

Nos últimos cinco anos, a Revista tem apresentado mais artigos e documentação associada à “cultura popular”, na perspectiva de não hierarquizar saberes. A edição Especial (Ano X, Edição Especial, agosto de 2011) foi resultado de um concurso de monografias aos pesquisadores da cidade para que apresentassem “o tema Cultura em suas mais diversas manifestações”⁷³. O editorial reforça que a Asamih, como Ponto de Cultura, afirma a responsabilidade de expor através da revista “a oportunidade de nossa gente falar de si, ler a si mesma e construir, pela interpretação mais segura de sua realidade, instrumentos de ação cidadã”⁷⁴.

Essa edição, com artigos sobre capoeira, samba e escravidão, demonstra como o tema das “culturas afro brasileiras” está sendo forjado na cidade nos últimos 5 anos, e que a escrita é um instrumento legitimador para o reconhecimento desses patrimônios. O texto *Mensagem do Presidente da Associação e Amigos do Instituto Histórico*, escrito por Paulo Christiano Mainhard⁷⁵, afirma que a cultura, “ao contrário do que pensam alguns, é todo o conjunto do fazer, pensar e sentir. Por isso, além de ter um caráter erudito, tem também importante expressão social”⁷⁶. Ele reforça que os integrantes da Asamih se sentem orgulhosos com a publicação dessa revista, pois ela fez “uma radiografia da cultura caxiense e revela, trazendo à cena, estudiosos, pesquisadores e analistas, os quais vêm brilhantemente se debruçando sobre esse importante patrimônio da sociedade e da nossa cidade”⁷⁷.

São diferentes temas abordados nessa edição, tais como Folia de Reis (SILVA, 2011), demografia escrava no Recôncavo da Guanabara (MOTA, 2011), Fazenda São Bento

⁷²Revista Pilares da História Ano X, n.11, maio de 2011, p.98.

⁷³Revista Pilares da História. Ano X, Edição Especial, agosto de 2011, p.1.

⁷⁴Revista Pilares da História. Ano X, Edição Especial, agosto de 2011, p.1.

⁷⁵Paulo Christiano Mainhard era diretor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. (FEBF). A UERJ em Duque de Caxias. Desde o Ano X, n. 10 foi o presidente da Asamih.

⁷⁶Revista Pilares da História. Ano X, Edição Especial, agosto de 2011, p.5.

⁷⁷Revista Pilares da História. Ano X, Edição Especial, agosto de 2011, p.5.

(SILVA, 2011), samba (FERREIRA, 2011), militante comunista (SIQUEIRA, 2011) e capoeira (MARQUES; FILHO, 2011). Nessa edição sobre “cultura”, os textos sobre cultura afro brasileira em Duque de Caxias são os textos de Leonardo Ferreira (2011), “E a ‘cartolinhas’ se foi: órfãos e herdeiros do Samba em Duque de Caxias”, e o texto de Alexandre dos Santos Marques e Geraldo da Costa Filho (2011), “Trajetória da capoeira em Duque de Caxias”.

Sobre o texto da capoeira, Marques é recorrente no debate sobre a temática na cidade, em especial, por que foi o coordenador nacional da ação Griô Nacional, na cidade de Duque de Caxias. Filho além de especialista em História Social, é mestre de capoeira. Já o texto de Ferreira é uma abordagem nova entre os artigos apresentados na revista, e o autor não é citado entre a rede de memória recorrente na cidade. Ele não possui currículo na plataforma Lattes, o que inviabilizou recuperar sua trajetória profissional e acadêmica.

Assim, outros olhares sobre as vivências das populações afro brasileiras na cidade, no sentido de valorização, se configuram. Tanto que a Lei que dispõe sobre o Tombamento de Bens Materiais e Imateriais no Município de Duque de Caxias é de 2009 (Lei 2300 de 16 de dezembro de 2009). Esse documento consta na Seção Transcrição (Ano XII, n.13, maio 2013). O tema sobre o samba também passa a compor as páginas da revista, contando, entre outros, com o depoimento na seção Memória Viva do “sambista e militante cultural Bira da Vila” (Ano X, n.11, maio 2011 p. 101). Ele lançou o CD “O canto da Baixada”, com compositores da Baixada Fluminense. Na edição de 2014, também na seção Memória Viva, consta o depoimento do vice-secretário de Cultura, André Oliveira, sobre os desfiles dos Blocos carnavalescos de Duque de Caxias.

Tanto as fontes produzidas ou utilizadas pelos pesquisadores foram divulgadas na revista, com destaque para as vozes e as ações de determinados agentes, que foram escolhidas por esses pesquisadores para contar a história de Duque de Caxias. Isso tem visibilidade desde o projeto sobre a história dos bairros realizado pelo professor Antônio Augusto na Feuduc, em 1995. Ele diz que o acervo era “focado na vida dos protagonistas mais simples da História da Baixada Fluminense. Homens e mulheres migrantes, recém-chegados à região, que enfrentando enormes sacrifícios construíram suas vidas e de suas famílias”⁷⁸. Nesse sentido, percebe-se uma recorrência de autores nas produções que demonstram não apenas a temática posta em pauta, mas também os usos da escrita para uma reflexão sobre os significados desse espaço para esses agentes.

⁷⁸Revista Pilares da História. Ano VIII, n. 9, maio de 2009, p.100.

Através da recorrência dos escritores nessas produções é possível perceber como eles são acionados ou se apresentam para determinadas edições da revista, de acordo com as circunstâncias conjunturais dos debates na cidade. Verifica-se, também, que, apesar da recorrência dos agentes, eles também realizam convites a outros pesquisadores que não estão, necessariamente, presentes na cidade ou produzindo na cidade, mas que, em certa medida, falam sobre ela. Seriam os estudos de outros pesquisadores, como no caso de Andrea Mendes.

Esses estudos, que tratam da Baixada Fluminense, no sentido de fortalecer e divulgar a história e as memórias desejadas, são acionados pelos agentes na região. Como já apontando por Enne (2002), os agentes que produziam na Baixada Fluminense estavam se relacionando com os agentes que realizavam produções da Baixada Fluminense.

Assim, era uma prática recorrente dos agentes um diálogo com os autores que ela configura como *elos fantasmagóricos*. No caso da sub rede dos “memorialistas”, eram mencionados ou referenciados certos nomes que não estavam presentes fisicamente, mas que suas obras eram referências, como José Lustosa, Waldick Pereira e Jose Matoso Maia Forte. Para os “acadêmicos”, os *elos fantasmagóricos* eram Mário Grynszpan, Flávio Gomes e José Cláudio (ENNE, 2002, p.15). Isso reforça o quanto os agentes dessa rede de memória consideram as produções do conhecimento com parte integrante de seus projetos de memória e história, e desse modo estão em constante diálogo com as produções e pesquisas sobre a região.

As produções sobre a temática na cidade de Duque de Caxias permitiram apontar algumas instituições que favorecem a participação dos agentes. Eles se articulam, produzem, publicam e dialogam com outros pesquisadores, no sentido de promover a valorização das culturas afro brasileiras e buscando na rede de memória espaço que convergem com seus projetos de memória sobre a região.

Nota-se que um conjunto de professores e pesquisadores buscam consolidar em Duque de Caxias um projeto de memória. A proposta é evidenciar as experiências e as contribuições históricas de diferentes segmentos da população, não apenas das elites. Nesse sentido, as revistas parecem ser canais na cidade de Duque de Caxias para a relação entre pesquisas e práticas patrimoniais. Assim, na busca de trabalhos relacionados às “culturas afro brasileiras”, foi possível identificar obras que desde os anos 2000 tem as populações afro brasileiras como foco de análise para participação e atuação histórica no território. Nessa perspectiva, com as recentes medidas públicas relacionadas ao patrimônio imaterial, também foi possível identificar um foco, ou um crescimento de produções, a partir do ano 2011 para uma leitura

das práticas culturais e as vivências religiosas, com ênfase de valorização e divulgação (MENDES, 2011; FILHO, 2011 e FERREIRA, 2011; PERES, 2014).

Com uma significativa presença de trabalhos que foram resultados de pesquisas sobre o território, percebe-se que as revistas são uma ferramenta adequada para a divulgação das temáticas em questão. Assim, as teses e dissertações passam a circular em outro formato – artigos – o que permite o acesso e divulgação dessas escritas, em especial como material para debates nos cursos de formação na cidade. Nesse sentido, tanto a Revista Hidra de Igoassú quanto a Revista Pilares da História, em suas apresentações e editoriais, revelam o desejo de substanciar a educação escolar e patrimonial sobre a cidade de Duque de Caxias. Cabe investigar se essa presença confirmada de temas ligados às culturas afro-brasileiras – identificados na produção bibliográfica em temáticas como escravidão, pós-abolição, cultura popular, intelectuais negros, etc. – também estão repercutindo num dos principais projetos de intervenção patrimonial desses mesmos agentes e agências, ou seja, o Museu Vivo do São Bento.

3 -PELO CAMINHO DAS FORMIGAS: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AS CULTURAS AFRO BRASILEIRAS NO MUSEU VIVO DO SÃO BENTO

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.

Michel Pollak

Desde os anos 1990 ocorre no Brasil um aumento das discussões sobre ações afirmativas e direitos de reparação para populações afrodescendentes. O debate tomou consistência a partir da Constituição de 1988. Assim, a partir dos anos 2000 ocorre um aumento das políticas públicas e o incentivo público e privado ao desenvolvimento de projetos que promovam a divulgação e a valorização das culturas afro brasileiras. Nesse sentido, a variação de escalas permite compreender como o MSVB está dialogando com as políticas públicas nacionais ou mesmo sendo influenciado por elas.

Duque de Caxias é uma cidade com população majoritariamente negra e parda. Contudo, mesmo com longo período de atuação dos agentes do museu na região, somente nos últimos anos os projetos direcionados à divulgação das culturas afro brasileiras são evidenciados. Isso indica que os agentes que compõem o MVSb também estão sofrendo os efeitos do “dever de memória” referente à temática.

Entendemos que a institucionalização do Museu Vivo do São Bento (MVSb) faz parte de um processo de disputas de memórias na Baixada Fluminense, resultado das lutas dos movimentos sociais em Duque de Caxias nas décadas de 1980 e 1990. O protagonismo de agentes envolvidos em ações e reações de atuação no campo da escrita e das práticas patrimoniais pretende repercutir sobre a educação escolar e não escolar da população local.

Na página da web do MSVB consta que, atualmente, a Diretoria Executiva do MVSb possui uma equipe composta por Marlúcia Santos Souza e Antônio Augusto Braz, que são os diretores do Museu Vivo do São Bento e coordenam o Programa de Formação de Professores. Além deles, Aurelina de Jesus Carias é a coordenadora geral do CRPH, Arilson Mendes Sá é coordenador de Políticas Ambientais, Filomena Cristina Pires está na coordenação do Programa Mulheres Artesãs, Flávia Andreia Paes Leite na coordenação administrativa, Marisa Gonzaga da Silva na coordenação de Assuntos Institucionais, Nielson Rosa Bezerra na coordenação de Pesquisas e Arquivo e do Programa de Formação de Professores, Paulo da Silva no Departamento Pessoal e Coordenação dos Guias do Percurso, e Risonete Martiniano

de Nogueira na Coordenação do Programa Jovens Agentes do Patrimônio. Além da equipe que compõe a diretoria executiva, o museu também possui em quadro de pessoal uma equipe com três pessoas, responsáveis pela pesquisa e apoio pedagógico; uma equipe de tecnologia e comunicação, também composta por três pessoas; e uma equipe administrativa, entre apoio, secretaria, vigias e guias, sendo no total sete pessoas⁷⁹. Esses membros estão e estiveram presentes em diferentes agências na cidade de Duque de Caxias, inseridos em movimentos de lutas e resistência das disputas de memórias, como observado nos capítulos anteriores.

Esse capítulo abordará as ações patrimoniais desenvolvidas na Cidade de Duque de Caxias, destacando como se “materializaram” os debates e as produções acadêmicas através de um “lugar de memória”, representado pelo Museu Vivo do São Bento. A proposta é identificar se e como as práticas patrimoniais estão dialogando com as escritas locais, no sentido de legitimar suas ações e disputas de memórias. Consideramos importante avaliar alguns projetos do museu desde de sua institucionalização. Desse modo, foi identificado que a instituição opera com três eixos principais de atuação: formação de professores, formação com os jovens, e formação com as mulheres do entorno do museu. Através desses eixos pretendemos analisar as imbricações entre a escrita da história local e as ações de educação patrimonial na cidade, com ênfase no tema da história, do patrimônio e da cultura afro brasileira. Além disso, desejamos identificar como as ações do museu estão dialogando com as políticas públicas nacionais no âmbito cultural, tal como o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Nesse sentido, entendemos que o museu está inserido entre as escalas do movimento social e político sobre a escrita da história da cidade, mas também consideramos a relação do museu com a políticas públicas macro.

Atualmente, o processo de interpretação da cultura vai além do material. O recente Decreto 3.551/2000, de 4 de agosto de 2000, “[...] institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências”⁸⁰. Nesse sentido, o tema da cultura afro brasileira, para este estudo, está relacionado aos trabalhos e às ações patrimoniais que propõem a investigação, valorização e/ou divulgação das vivências e atuações da população negra e parda que viveram e vivem na cidade.

⁷⁹Disponível em: < www.museuvivodosabento.com.br/> Acesso em:20/08/2016.

⁸⁰Dados sobre Programa Nacional do Patrimônio Imaterial está disponível em: <portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20/01/2016.

Destaca-se que as heranças africanas são diversas. Não é possível falar em uma cultura negra singular, mas em um complexo conjunto que estabeleceu um Patrimônio Cultural de origem africana nas Américas. A ideia de que o comércio atlântico de escravos não transportou qualquer mercadoria, mas, sobretudo, pessoas, permite demonstrar que esses agentes eram portadores e disseminadoras de suas memórias, hábitos e expectativas. Assim, eles representavam conexões entre dois mundos (LOVEJOY, 2000).

Entender quais as abordagens e os projetos produzidos na cidade através das ações patrimoniais desenvolvidas pelos agentes do MVSB torna-se um meio de identificar as valorizações da “materialidade” e “imaterialidade” associadas às vivências da população negra e parda na região. Para tanto, serão utilizados os relatórios anuais da instituição, que apresentam uma prestação de contas pública sobre as atividades realizadas. Através dos projetos pedagógicos e culturais desenvolvidos pelo Museu Vivo do São Bento, esperamos entender como esse grupo está pensando a cidade e ressignificando espaços considerados como patrimônios históricos.

Nas últimas três décadas, os movimentos indígenas e dos negros desenvolveram ações para a constituição de identidades de resistência e, conseqüentemente, na construção de uma outra perspectiva do Patrimônio Cultural (NAJJAR, 2010). Assim, a proposta é identificar como a cultura afro brasileira é acionada nos projetos desenvolvidos ao longo dos anos através das ações patrimoniais do MSVB. Estamos considerando que o patrimônio é a representação de uma seleção de memória. Nesse sentido, cabe entender como esses agentes, que estão produzindo e discutindo a história local, estão relacionando a memória das culturas afro brasileiras, através das escritas, com as práticas patrimoniais desenvolvidas através do MVSB.

Nesse estudo, será analisado desde o primeiro relatório em 2007 aos relatórios de 2015, considerando todos os arquivos que os compõem. Esses relatórios são produzidos, anualmente, pelo MVSB para prestação de contas com apresentação pública e estão disponíveis no arquivo do museu. Essa documentação está organizada em CDs, por ano, e não possui um padrão, mas são compostos por arquivos diversificados. Contém textos em PDF, arquivos de imagens dos eventos realizados, alguns arquivos com a agenda das atividades mensais, e composição de informações e imagens para apresentações em Power Point. Também constam três produções textuais, nos relatórios de 2010, 2011 e 2015, sobre projetos e trajetórias do museu. Desse modo, serão indicadas as páginas, quando o arquivo estiver em formato texto ou apresentação em formato PDF. Também irá compor esse estudo a

Lei 2224/2008, que institui o Museu Vivo do São Bento, e o documento do Plano Nacional de Cultura, com a Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

É necessário destacar que os relatórios do MSVB são compostos por muitas fotografias. Essas imagens estão presentes na composição para análise dos projetos, pois entendemos que são parte integrante do processo de construção de fontes históricas com o objetivo de monumentalizar os espaços e as vivências dos pesquisadores do MVSb. Assim, mais do que belas imagens, são, no dizer de Ciavatta “os efeitos conotativos da fotografia, as legendas ou informações que a complementam compõem um painel educativo que estrutura determinada memória e participa da escrita de uma ‘verdade’ histórica” (CIAVATTA, 2004, p. 38).

Desse modo, no cruzamento dessas fontes busca-se um entendimento dos esforços de registros de novas memórias, através das imbricações entre a escrita e a práticas patrimoniais na cidade de Duque de Caxias. Diante de um processo contra hegemônico, que demarca o quanto os agentes dessa instituição são parte constituinte de um movimento de atuação constante da sociedade civil, em diálogo e inserção na sociedade política para controle e elaboração de políticas públicas educacionais e culturais para a cidade.

3. 1 A institucionalização do Museu Vivo do São Bento

Recuperaremos a trajetória da fundação do Museu, que atualmente é o primeiro museu de percurso da Baixada Fluminense, investigando a função desse equipamento no processo de desenvolvimento de uma educação voltada ao patrimônio cultural, tendo em perspectiva a relação do Museu com os movimentos sociais da cidade. Nessa perspectiva, acompanhar as etapas de institucionalização e as experiências vividas nesse processo de construção dessa rede de memória, a partir do acervo documental da instituição, é também uma forma de investigação da consciência formada ao *fazer-se* (THOMPSON, 1987) desses agentes, bem como investigar como as seleções temáticas são construídas nesse território, a partir de suas práticas e costumes.

Assim, as atividades e projetos do museu indicam uma interface com a “formação docente”, e revelam as marcas de um grupo de professores, atuando no campo da museologia, que destacam a relevância da pesquisa e da produção do conhecimento inerentes ao seu ofício. Essa relação entre pesquisa e práticas patrimoniais é exemplificada através das produções e publicações de membros da instituição, em livros, como “Professoras pensam a cidade”

(SILVA; SOUZA, 2009) e “Memórias e patrimônios: experiências em formação de professores” (SOUZA, 2011). São obras que relatam a trajetória desses agentes para a consolidação desse espaço. Além das publicações em livros, também existem dois textos⁸¹ que estão contidos nos relatórios de 2010 e 2013 do MVSb, respectivamente.

Os textos produzidos para os relatórios revelam que, desde a década de 1990, existe uma experiência que gerou o museu, resultado do investimento de determinados agentes e instituição, em uma rede de memória e história. Vale recuperar um pouco dessa trajetória, que aponta como os professores da rede pública, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe-Caxias), juntamente com professores do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC) apresentavam uma demanda de preservação e produção sobre a história local, como apresentado no capítulo dois. Essas ações são exemplos de como esses profissionais atuaram em diferentes frentes da sociedade civil e se reconheciam responsáveis pela consolidação da relação entre Memória e História. Sonia Mendonça (2014) nos lembra que

[...] a transformação social só pode ser obtida, para Gramsci, a partir da manutenção dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil – ou seja, das visões de mundo/projetos (ou vontades coletivas organizadas) – que disputam entre si, todo o tempo, a manutenção de um projeto hegemônico ou a imposição de um contra-hegemônico, em busca da hegemonia. (MENDONÇA, 2014, pp.37,38)

Esses agentes estão considerando as escritas sobre o território como um instrumento para legitimar as visões de mundo que operam e atuam no sentido contra hegemônico, ocupando espaços de reconhecimento municipal para atuar e fomentar políticas públicas. Isso explica como a articulação desses agentes se multiplicava em vários níveis e com isso construíam uma rede de atuação e articulação de seus interesses. Assim, também atuaram no campo da arqueologia, com o objetivo de um mapeamento do acervo arqueológico da Baixada Fluminense. Organizaram um curso de arqueologia voltado aos alunos de graduação da FEUDUC. Com a parceria do Museu Nacional, esse movimento foi institucionalizado através do Laboratório de Arqueologia Brasileira, o que permitiu um desenvolvimento desses estudos na região e no país (SOUZA, 2011). Esse movimento também estava envolvido e preocupado com a preservação do patrimônio material e imaterial, ameaçado constantemente na região devido as iminências de especulação imobiliária, as obras de “modernização” e expansão

⁸¹Texto sem autoria no relatório 2010. “Museu Vivo do São Bento: Um novo olhar, novas possibilidades na Cidade de Duque de Caxias”. Arquivo com título: “Breve Histórico do Museu Vivo do São Bento” e o texto “Texto/ Relatório 2013”. Souza, Marlucia Santos. Nascimentos: Experimentações em Educação Patrimonial instituídas pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, Museu Vivo do São Bento e C.E Guadalajara.

urbana, que geravam mais inquietações a esses agentes. Nesse sentido, é possível visualizar como foi se constituindo uma mobilização social e política preocupada em operar com um processo que promovesse a apropriação e a valorização de uma herança cultural. Assim, esses atores começam a se enxergar como produtores de memória social. Souza destaca:

Na medida em que a Rede vem estabelecendo um campo de memória e de História, a partir de suas práticas – publicações das pesquisas realizadas, montagem de exposições as praças e em eventos, mostras cartográficas e iconográficas, elaboração de curtas, materiais didáticos, cursos e realização de trabalhos e campo pela Baixada Fluminense e pelas regiões vizinhas que mantiveram relação com a História das cercanias da Guanabara, como Paraty, Minas e Vale Paraíba- tecemos e refazemos uma memória social (SOUZA, 2012, p.204).

Souza salienta a “Rede” que, para a autora, foi parte de um processo no qual foi necessário “envolver o conjunto da sociedade nas atividades em curso” (SOUZA, 2012, p.204). Esse movimento perpassou uma série de estágios e vivenciou influências conjunturais, mobilizando novas demandas na agenda educacional e cultural na cidade. Contudo, somente em 2005⁸², contando com a pressão popular de ocupação da Câmara Municipal e a mobilização dos movimentos sociais, os vereadores aprovaram aquela demanda, abrindo diferentes possibilidades para que a pesquisa e o ensino sobre a cidade de Duque de Caxias e a Baixada Fluminense ganhasse fôlego, o que pode ser melhor identificado na atualidade. Esses setores buscaram inserir na sociedade política a institucionalização e apoio público das suas ações pela preservação do patrimônio e da história local.

Nesse sentido, as agências pela defesa do patrimônio e da história construídas em Duque de Caxias resultam de ações de resistências e lutas protagonizadas por agentes preocupados em construir e contribuir para o processo de democratização da educação pública. O Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH) e o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed) são exemplos dessas ações. Esses órgãos mistos, com participação da sociedade civil, resultam da proposta de profissionais da educação da rede pública municipal de ensino de Duque de Caxias nas negociações da data-base da categoria em 2005.

Uhelinton Viana (2016), em sua tese “Educação com o patrimônio e a educação como patrimônio: uma política na formação de professores”, aborda como a criação do CRPH e do

⁸²No ano de 2005 foram criados os decretos que institucionalizaram os centros de memória CRPH e CEPEMHed. Decreto de n. 4806 de 23 de dezembro de 2005 e o Decreto n. 4805 de 23 de dezembro de 2005, CRPH e CEPEMHed, respectivamente.

CEPEMHed em Duque de Caxias são frutos da atuação dos professores, com o apoio do SEPE (Sindicato dos Profissionais da Educação). Ele apresenta como a cidade é ressignificada por esses agentes e como, através das narrativas das comunidades, são constituídos os bens culturais de forma política para que a população da cidade reconheça seu valor como produtora de culturas. A luta desses agentes por direitos sociais seria um patrimônio da cidade. O autor chama atenção que:

[...] as lutas pelas questões básicas da população avançaram até o reconhecimento do valor cultural do cotidiano. Esta questão vai demandar a consolidação de bens culturais de valor. O movimento de professores, ao conjugar o resgate da história da cidade à luta pelo patrimônio cultural na perspectiva da população, engendra a criação de instituições de preservação, pesquisa e educação da memória da cidade (VIANA, 2016, p.158).

Recuperar a trajetória de consolidação dos centros é necessário para entender como determinados agentes estão atuando na cidade na perspectiva de uma educação voltada para o patrimônio. Jorge Najjar (2010) permite refletir sobre o conceito de Educação Patrimonial, pois considera que tanto os intelectuais que trabalham nos órgãos governamentais, quanto os que estão nos movimentos sociais sabem das disputas políticas relacionadas ao Patrimônio cultural.

Os centros são a materialização dos patrimônios produzidos por esses profissionais da educação que reinventam suas atuações na cidade. Esses patrimônios resultam dos processos de disputas de memórias, que envolvem as construções de identidades. A relação entre Patrimônio e Memória é uma ferramenta para analisar como a cultura afro brasileira da Baixada Fluminense se constituiu, pois “lidar com o Patrimônio Cultural e, portanto, com a constituição de identidades, é mover-se em um território quente política e ideologicamente” (NAJJAR, 2010, p.147).

O CRPH e CEPEMHed se constituíram através das ações de agentes inseridos nas disputas de poder que envolvem a memória na região. O Decreto n. 4805 de 23 de dezembro de 2005, cria o CEPEMHed, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. Esse espaço tinha por objetivo a preservação da história e memórias da educação da cidade e da Baixada Fluminense, com estímulo à produções e divulgações de pesquisas, formação de professores, desenvolvimento de atividades voltadas à educação patrimonial e tratamento e arquivo de documentos coletados. E o CRPH, através do Decreto de n. 4806 de 23 de dezembro de 2005, tinha o objetivo de promoção de um espaço museológico, pesquisa e documentação da história local, formação continuada que favoreça a inclusão nos currículos das escolas públicas, especialmente em Duque de Caxias, da história da cidade, com desenvolvimento de

material didático. Outra iniciativa foi o Núcleo de Estudos e Pesquisa da História Oral e Regional (Arca), criado em 2007 e composta por alunos e ex alunos do curso de História da FEUDUC. Com foco em um banco de História Oral na Baixada Fluminense⁸³, esse grupo desejava a inclusão das memórias da população no acervo da história da região (SOUZA, 2011).

Ainda em 2007, essas atividades vão se configurando e ganhando novo formato. Souza (2009) considera que essas experiências são constituintes de uma “Rede de Memória e Patrimônio” (SOUZA, 2009, p.206), que passam a se integrar à Rede de Museus, Memórias e Movimentos Sociais (DEMU), instituída pelo então Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN. Ela ainda ressalta que essa parceria se revelava como uma possibilidade de ampliar a rede local, adquirir assessoria, absorver experiências e ampliar conhecimentos teóricos sobre a museologia. Desse modo, foi se consolidando uma relação mais consistente entre a teoria e a prática desses atores, que em sua maioria são professores de formação, e não museólogos. Em 2008, através da Lei n. 2224, de 07 de novembro é instituída a criação do museu de percurso “no município de Duque de Caxias com a denominação de Museu Vivo do São Bento e efetiva o tombamento dos lugares de memória e das edificações patrimoniais do percurso”.⁸⁴ A sede administrativa do museu está situada na rua Benjamin da Rocha Junior, s/n, São Bento, Duque de Caxias, RJ. Contudo, sobre a natureza e a constituição do espaço, destaca-se que,

Art. 2º O Museu Vivo do São Bento é um complexo museológico instituído no território do Grande São Bento, no município de Duque de Caxias. Caracteriza-se como um museu de percurso, também denominado museu território ou ecomuseu.⁸⁵

O MVSB se insere na Nova Museologia, um movimento teórico e metodológico que propõe uma renovação dos museus. A Declaração de Quebec de 1984 defende uma museologia ativa, e não um espaço limitado aos acervos (VIANA, 2016). Em uma entrevista realizada para o estudo de Viana (2016), Marlúcia Santos, atual diretora do MVSB, fala sobre as parcerias que ajudaram a pensar o processo de constituição do museu. Dentre elas, destaca-

⁸³Grupo de Pesquisa de História Oral organizado por Antônio Augusto Braz e formado por alunos da FEUDUC, como Ignácio Ferreira, Everaldo Athanásio, Alexandre Barros, entre outros.

⁸⁴Disponível em:< www.museuvivodosobento.com.br/> Acesso em:16/05/2016.

⁸⁵ Lei n. 2224, de 03 de novembro de 2008. Disponível em:< www.museuvivodosobento.com.br/> Acesso em:16/05/2016.

se Mario Chagas. Chagas⁸⁶ é poeta e museólogo de formação. Foi um dos responsáveis pela Política Nacional de Museus, em 2003, é do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), fundador da Revista Brasileira de Museus e Museologia, professor da UNIRIO, e participa de muitas atividades no campo da museologia e das práticas sócias de memória e patrimônio. Souza informa que foi preciso também participar de fóruns e congressos sobre museus de percurso.

A professora Marisa Gonzaga, diretora do SEPE/Caxias e voluntária no CRPH, também reforça o olhar externo para o entendimento do que estava sendo desenvolvido através das ações e produções desses agentes. Em entrevista realizada para o estudo de Viana (2016) ela diz:

A Marlúcia e os professores de História faziam o percurso mostrando os pontos históricos de Duque de Caxias, da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro. Até o Mario Chagas disse: "o que vocês estão fazendo está dentro da Nova Museologia e do museu território, é um ecomuseu". Estávamos fazendo uma coisa, mas não tinha nem teoria (VIANA, 2016, p. 177).

Marlúcia Santos chama atenção que, no caso do espaço onde é localizado o museu, as demandas são outras. Nas experiências observadas nos eventos que ela participou, os museus eram em áreas nobres, com preocupações direcionadas à proteção ambiental. Já no caso do MVSB, seria um "museu de percurso em áreas populares, pobres, urbanas e periféricas. Mas tínhamos em mente que esse projeto de museografia urbana geraria mudança, intercâmbio e melhorias para as comunidades de Duque de Caxias; luz e investimentos em políticas públicas" (SOUZA *Apud* VIANNA, 2016, p.204).

E as ações patrimoniais desses agentes indicam objetivos de mudanças transformadoras no local, o que pode ser identificado nas etapas de consolidação do museu. Através dos relatórios é possível acompanhar os processos de construção física do museu, como a divulgação pública, em 2007, do lançamento do Museu, com imagens dos espaços que compõem esse percurso. O museu, atualmente, possui sua sede compartilhada com os centros de memória do CRPH e do CEPEMHed.

Renata Spadetti Tuão (2014), que analisou o processo de formação do CEPEMHed, aponta que os procedimentos da execução das obras da sede dos Centros precisaram de acompanhamento contínuo. Ela, através da análise do memorial do CEPEMHed de 2009, apresenta que somente em 2011 a sede é entregue ao CEPEMHed e ao CRPH.

⁸⁶Disponível em:< www.lattes.cnpq.br/> Acesso em:20/08/2016.

A análise da documentação permite observar um esforço dos seus integrantes em apresentar as lutas e as construções coletivas que resultaram no projeto do museu. Um texto⁸⁷ produzido e apresentado na prestação de contas de 2010 oferece elementos sobre as classificações do museu, e reforça que ele é “concebido como uma ferramenta de lutas e direitos”⁸⁸. Assim, trata-se de um

Museu de Percurso, também denominado Museu de Território ou ECOMUSEU, (que) qualifica a ação do ser humano em seu tempo histórico e em seu lugar. Essa ação, compreendida através das intervenções humanas, são recontadas como ação político-pedagógica⁸⁹.

Esse documento (o texto produzido e divulgado no relatório 2010) ainda apresenta imagens do percurso do MVSB. Vale destacar que esses espaços são fixados na Lei 2224/08⁹⁰ que efetiva o tombamento desses lugares de memória. Contudo, convém lembrar que o museu de percurso, ao longo de sua trajetória, indica, através da documentação, uma necessidade dos agentes em (re)pensar suas vivências e revisitar suas pegadas.

Sendo um museu de percurso, ele está inserido na perspectiva de museu que interage com a comunidade, se inserindo, com isso, na proposta de museu integral, conceito presente na Declaração de Santiago do Chile. A declaração definia como princípio “que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve”⁹¹. A declaração é resultado de uma mesa redonda que aconteceu no Chile em 1972, com o objetivo de discutir as situações dos museus na América Latina. A proposta de museu integral pressupõe mais que a musealização de um conjunto patrimonial, mas uma interação com espaço (Knauss, 2011). No caso do MVSB, também envolvido com os problemas sociais do entorno, o patrimônio passa a ser um instrumento de mudanças sociais.

Assim, cabem aos seus idealizadores uma análise dos objetos, dos lugares, mas, sobretudo, das relações sociais e significados históricos para os agentes ao longo do tempo. Isso evidencia tensões entre as diferentes temáticas e o enquadramento de memória contido em cada momento histórico e, conseqüentemente, nas representações patrimoniais.

⁸⁷Texto sem autoria no relatório 2010. “Museu Vivo do São Bento: Um novo olhar, novas possibilidades na Cidade de Duque de Caxias. Arquivo com título: “Breve Histórico do Museu Vivo do São Bento”

⁸⁸Texto sem autoria no relatório 2010. “Museu Vivo do São Bento: Um novo olhar, novas possibilidades na Cidade de Duque de Caxias.p.4 Arquivo com título: “Breve Histórico do Museu Vivo do São Bento”

⁸⁹Relatório/texto, Museu Vivo do São Bento: Um novo olhar, novas possibilidades na Cidade de Duque de Caxias, p.4. Relatório 2010. Arquivo com título: “Breve Histórico do Museu Vivo do São Bento”. Grifo meu.

⁹⁰A Lei de criação do museu é de 2008, mas a experiência que o constitui data de 2005 com a criação dos centros de memória, CRPH e CEPEMHed. Lei n. 2224, de 03 de novembro de 2008. Disponível em: <www.museuvivodosabento.com.br/> Acesso em:16/05/2016.

⁹¹Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/leis1.asp?id=1>>. Acesso em: 13/11/2016.

As ações desenvolvidas pelos professores do MVSb encaminham no sentido de atuar no campo da Educação e do Patrimônio, cientes das complexidades. Percebe-se como as atividades propostas pelo Museu se propõem a ressaltar que o patrimônio é vivo, e que existe uma plasticidade de leituras dos bens patrimoniais. Nesse sentido, operando na perspectiva de uma educação patrimonial voltada ao conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural, observa-se, através dos registros de projetos realizados pelo MVSb, um esforço de novas leituras sobre o território, especialmente porque o percurso,⁹² aprovado pela Lei que institui o museu, é composto por lugares que, em sua maioria, marcam o domínio de um projeto agrário⁹³ das elites na região, como pode ser percebido abaixo.

Art. 3º Fica instituído o percurso do Museu Vivo São Bento:

I – Portal Inicial do percurso do Museu Vivo do São Bento – prédio colonial existente nas dependências da FEUDUC adaptado como Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento;

II – Igreja Nossa Senhora do Rosário e Casarão Beneditino – sede da antiga Fazenda São Bento, tombados como Patrimônio Nacional pelo IPHAN;

III – Antiga Tulha da Fazenda São Bento e do Núcleo Colonial – edificação destinada para instalação do Espaço Cultural de Agregação Popular;

IV – Prédio da Fazenda São Bento, adaptado como Tulha, Posto Médico do Núcleo Colonial e Abrigo para Menores recentemente – destinado a abrigar um espaço museal da História e da Educação da Cidade de Duque de Caxias;

V – Prédio da Fazenda do São Bento adaptado como Escola Agrícola Nísia Vilela, escola do Núcleo Colonial – destinado como sede do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, e como Arquivo Público Municipal;

VI – Casa do Colono – casa de colono do núcleo que guarda os modos viventes do trabalhador rural no pós-30, destinada à instalação de um espaço museológico que restitui o ambiente interno da vida cotidiana do colono;

VII – Sambaqui do São Bento – sítio arqueológico que guarda os vestígios das ocupações humanas pré-cabralinas nas cercanias da Guanabara, destinado a instalação do Museu dos Povos das Conchas;

VIII – Casarão do Centro Panamericano de Febre Aftosa instituído no território do Grande São Bento na segunda Era Vargas;

IX – Elevação conhecida como Morro da Escadaria ou da Marinha, destinada como mirante do Grande São Bento e como espaço de reserva ambiental;

X – Novo São Bento – ocupação organizada pelo movimento social no início dos anos 90, espaço privilegiado para as ações de educação patrimonial e cultural.⁹⁴

⁹²Ver vídeo sobre o percurso do Museu Vivo do São Bento, realizado pela Série Museu do Rio. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_2T3hCLRDh8/> Acesso em:10/09/2016.

⁹³Os núcleos agrícolas visavam frear o movimento migratório urbano e assegurar o abastecimento de alimentos para capital federal. O Núcleo Colonial São Bento era parte desse projeto estatal que desejava o controle das terras públicas na região. Assim, ele foi instalado em Duque de Caxias pelo Decreto n. 22.226 de 14 de dezembro de 1932 e compreendia 102 quilômetros quadrados. (SOUZA, 2014).

⁹⁴Lei N. 2224, de 03 de novembro de 2008. Artigo 2º. Disponível em: <: www.museuvivodosaobento.com.br/> Acesso em:16/05/2016.

Vale lembrar que Manoel Guimarães ressalta o papel do historiador no campo do patrimônio, no sentido de construção de narrativas sobre o passado. Ele destaca que “o termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso” (GUIMARÃES, 2012. p.99). Com isso, percebe-se que a reflexão sobre o patrimônio está relacionada às agendas políticas contemporâneas e com a escrita da história. E, no caso do MSVB, isso pode ser identificado através da produção de textos que compõe os relatórios de 2010 e 2013, e no volume de registros visuais, pois reforçam a preocupação desses agentes, que são historiadores, em sua maioria, com a tarefa de registrar e escrever sobre o percurso das práticas patrimoniais desenvolvidos por eles. Do mesmo modo, tem por obrigação promover incentivos às novas produções, sendo uma das atribuições do CRPH “promover concursos de monografias para aprofundamento das pesquisas do território”⁹⁵. Além disso, são enfatizadas as disputas e os processos de leituras vivenciados. Um exemplo dessas (re)leituras do espaço é expresso pelo texto produzido para o relatório de 2010, com as seguintes informações:

o movimento permanente de fazer e refazer o percurso como a teia de Penélope e até o de desfazer, a exemplo da Moça Tecelã de Marina Colasanti, afirmando assim a caracterização de museu vivo de fato, um museu ‘onde há sinal de sangue a lhes conferir uma dimensão humana, demasiadamente humana. Admitir a presença de uma gota de sangue...significa também aceitá-lo como arena, espaço de conflito, campo de tensão, de tradição e de contradição.’ ‘Mário Chagas⁹⁶

No âmbito da temática das culturas afro brasileiras, o percurso composto por lugares que marcam o domínio das elites na região é pesquisado e divulgado a partir de novas leituras e significados para a população. A própria Lei que institui o museu, no capítulo II, sobre as finalidades, inclui um parágrafo único apresentando um pouco das leituras que os agentes do museu realizam dos espaços. Eles destacam que “o percurso valorizará os lugares de memória que guardam vestígios da presença humana [...] em várias temporalidades”. Nesse sentido, em um texto com uma página e meia consta um pouco da visão histórica que eles pretendem operar. No que se refere à contribuição das populações negras, há um registro do caráter de resistência

⁹⁵ Lei 225, de 07 de novembro de 2008. Lei de criação do Museu Vivo do São Bento. Capítulo II, artigo 5º, V parágrafo.

⁹⁶ Texto sem autoria no relatório 2010. “ Museu Vivo do São Bento: Um novo olhar, novas possibilidades na Cidade de Duque de Caxias. Arquivo com título: “Breve Histórico do Museu Vivo do São Bento” p. 3

[...] a Fazenda dos beneditinos passou a receber a denominação de Fazenda de São Bento do Aguassú. Suas construções possuem datações do século XVI, XVII, XVIII, XIX, o que a caracteriza como o mais importante patrimônio de nossa cidade juntamente com a Igreja Nossa Senhora do Pilar: ainda no século XIX, o território foi palco de presença de vários quilombos nomeados pelos órgãos de repressão da época da Hidra de Igoassú; a Fazenda tornou-se espaço de acolhimento de fugitivos, onde os escravos beneditinos teceram uma rede de proteção ao aquilombado. Por sua vez, os quilombos empreendiam a circulação de mercadoria produzida pelos escravos da fazenda nos seus momentos de folga; [...]⁹⁷

Essa leitura estabelece um diálogo com as produções acadêmicas sobre os quilombos. O trabalho de Flavio Gomes (2006), que se tornou uma referência para os estudos da escravidão na região da Baixada Fluminense, informa sobre a rede de proteção construída na região pelos quilombolas e como eles eram considerados indestrutíveis pela corte, sendo comparados à “Hydra de Lerna”.

A Hydra de Lerna também foi ressignificada pelos agentes que compõem o MVSB, como um símbolo de resistência da região, e como símbolo de resistência intelectual para a revista Hidra de Igoassu. A logomarca do museu até o primeiro semestre de 2016 era a Hydra de Lerna. Contudo, recentemente, durante um seminário realizado sobre Patrimônio⁹⁸ no museu, a equipe apresentou a nova logo que é composta por pegadas. Eles disseram que, desde a comemoração de 10 anos do museu, eles passaram a repensar a identidade visual da instituição e ressaltaram que “ [...] sendo o Museu Vivo do São Bento um Museu de percurso, somos e seremos sempre caminhantes [...]”⁹⁹. Isso reforça que esses agentes estão em constante leitura de suas ações e produções, o que pode ser evidenciado através de parte da justificativa que compõe a Lei n. 2224/2008

Afirmar o território caxiense como um lugar de Memória e de História é assegurar a importância dos sujeitos históricos que aqui viveram e vivem como atores sociais construtores do seu tempo. Pensar cidade na longa duração pode nos permitir investigar as heranças herdadas e projetar o que queremos.¹⁰⁰

Desse modo, os diferentes registros analisados sobre o museu apontam uma preocupação em entender a construção do território, e com isso demarcar as resistências vividas ao longo do tempo. Os espaços visitados são reconhecidos como lugares de memória,

⁹⁷Lei 2224 de 07 de novembro de 2008. Lei de criação do Museu Vivo do São Bento. Artigo 4º, Parágrafo Único.

⁹⁸Seminário Patrimônio: sentidos e conflitos na cidade de Duque de Caxias. Disponível em:< www.museuvivodosabento.com.br/novidades/nova-identidade-vidual-do-mvsb/> Acesso em; 18/08/2016.

⁹⁹Disponível em:< www.museuvivodosabento.com.br/novidades/nova-identidade-vidual-do-mvsb/> Acesso em: 18/08/2016.

¹⁰⁰ Lei 2224 de 07 de novembro de 2008. Justificativa.

que, através das visitas, passam a ser entendidos como parte ativa da educação patrimonial. Isso pode ser observado desde o texto produzido para o relatório de 2010, no qual destaca-se que o objetivo é realizar leituras dos espaços, para que os tornem monumentos e gerem sentimentos de preservação desses ambientes, enquanto patrimônios. Através do reconhecimento desses espaços como patrimônio, os profissionais envolvidos nessas práticas educativas do museu esperam a mobilização de mecanismos de resistências e denúncias de ataques ao patrimônio histórico, ambiental ou arqueológico. Assim, o território é concebido como:

[...] um lugar de vivência humana, sendo fundamental o esforço de torna-la documento a ser investigado para fins de análise dos diferentes usos que os homens fizeram dele. O território, portanto, guarda o efeito dos homens, tornando-se lugar de referências de significados. Ao conhece-lo, explora-se novas vias de interpretação da realidade, constrói-se outros significados, visita-se as heranças, compreende-se melhor o presente e inventa-se a vontade da preservação do descoberto¹⁰¹.

A preocupação está na produção, ou invenção, de “lugares de memória” (NORA, 1993). A memória aqui é entendida, então, como uma chave de análise que permite a constituição de campo de disputas políticas, ideológicas, institucionais, pedagógicas e cotidianas dos indivíduos, representado no “dever de memória” expresso por Le Goff (2003). Assim, a memória e a história se “materializam” nos patrimônios históricos envolvidos em diferentes operações de saberes e poderes, que se relacionam com as construções de identidades.

Desse modo, o processo de institucionalização do Museu Vivo do São Bento faz parte de ações e demandas de professores que estão envolvidos na relação entre a produção do conhecimento e as práticas patrimoniais. Eles entendem os espaços como construtores de identidades que precisam ser visitados e revisitados em seus estudos. As práticas educativas têm marcado uma necessidade de intervenção e atuação na cidade, especialmente no que se refere às temáticas pautadas, e fazem parte de um processo de disputas de memórias na região, atravessadas por experiências de resistência e responsabilidade com o patrimônio “descoberto”.

Assim, avaliar a consolidação do MVSb é entender esse lugar de memória, no sentido exposto por Pierre Nora (1993), como um iceberg, ou seja, a parte exposta de um profundo movimento. O estudo de Enne (2002) auxilia na análise da rede de memória que se estabelece na década de 1990 e de como as temáticas passam a compor essas disputas de produções e

¹⁰¹Texto sem autoria no relatório 2010. “ Museu Vivo do São Bento: Um novo olhar, novas possibilidades na Cidade de Duque de Caxias.p.3. Arquivo com título: “Breve Histórico do Museu Vivo do São Bento”

ações na região. Enne reforça a complexidade da rede memória, que é composta por elos e sub redes. Isso é muito visível na própria institucionalização do MVSB, que se confunde com os agentes do CRPH. Em 2008, foi promulgada a Lei que institui a criação do museu, no mesmo dia que são sancionadas as Leis que também instituem, no âmbito da Secretária Municipal de Educação de Duque de Caxias, o CRPH e CEPEMHed¹⁰².

As justificativas apresentadas nas respectivas Leis registram que as experiências dos militantes na cidade fazem com que os decretos¹⁰³ de criação do CEPEMHed e o CRPH, se tornem Leis municipais¹⁰⁴. Esse conjunto de Leis ajudam a entender as finalidades desses espaços e permitem analisar como o MVSB está organizado, quais os vínculos institucionais e como se estabeleceu ou se consolidou esse equipamento. Entender essas finalidades auxilia na leitura dos projetos e resultados apresentados nos relatórios que envolvem atividades produzidas pelos membros, tanto do CRPH, quanto do CEPEMHed, que serão apresentados. Com isso, entendemos que essas instituições não apenas dividem o espaço físico da sede administrativa do museu, mas também recebem atribuições específicas, uma vez que, no artigo 7º da Lei de institucionalização do museu fica determinado quem deve coordenar o espaço:

O Museu Vivo do Bento será coordenado pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e pelo Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, que se encarregarão da coordenação e do seu funcionamento.¹⁰⁵

É preciso entender que o CRPH e o CEPEMHed são organizações criadas no âmbito da Secretária Municipal de Educação com “caráter paraestatal mista”. Desse modo, elas não têm finalidade de lucro e suas respectivas Leis estabelecem que elas serão geridas por representação civil e do poder público. Os membros da Diretoria Executiva de cada centro são concursados e oriundos das Redes Públicas Municipal e Estadual.

Cada centro possui finalidades específicas que ajudam a compreender a participação dos membros na coordenação do MVSB. Nota-se que a atuação dos membros do CRPH parece contemplar mais a proposta do museu, o que se confirma através do volume de projetos

¹⁰²Lei n. 2223 de 07 de novembro de 2008, que institui o CEPEMHed; Lei n. 2225, de 07 de novembro de 2008, que institui o CRPH.

¹⁰³Decreto de n. 4806 de 23 de dezembro de 2005 e o Decreto n. 4805 de 23 de dezembro de 2005, CRPH e CEPEMHed, respectivamente.

¹⁰⁴Existe no acervo do IHDC um conjunto de Leis: Lei n. 2223 de 07 de novembro de 2008 – institui o CEPEMHed; Lei n. 2224 de 07 de novembro de 2008- institui o MVSB; Lei n.2225 de 07 de novembro de 2008, institui o CRPH; Lei 2226 de 07 de novembro de 2008 – institui o Museu Histórico do Duque de Caxias e da Taquara.

¹⁰⁵Lei n. 2224 de 07 de novembro de 2008- institui o MVSB. Capítulo III, Artigo 7º

apresentados nos relatórios, que compõem mais as atividades com referência à equipe do CRPH.

Art., 2º O CRPH tem por finalidade a promoção, a preservação e a guarda do patrimônio documental, tecnológico, arquitetônico, artístico, ambiental, arqueológico, e realizar pesquisas relativas à História da Baixada Fluminense de forma a:

- I. Estabelecer espaços museais em nossa cidade;
- II. Implementar a História do município de Duque de Caxias, nos currículos vividos nas escolas públicas municipais e estaduais, elaborando material didático;
- III. Ministras cursos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense para professores, alunos e comunidades locais;
- IV. Desenvolver ações de preservação e valorização patrimonial do conjunto espacial arquitetônico do Município.¹⁰⁶

Já o CEPEMHed possui em sua Lei quinze parágrafos no artigo 4º, que compõem sua finalidade, e nelas são enfatizadas atividades dedicadas à História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. São contempladas as pesquisas sobre História da Educação, a organização de acervos, curso de educação patrimonial, catalogação e higienização de documentação, entre outras. Os dois centros recebem como atribuição administrar o Arquivo Público Municipal. Chama atenção os seguintes artigos das atribuições do referido arquivo, por mencionar o papel da pesquisa:

- V. Levantar e produzir acervos relativos ao Município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense para fins de ampliação do corpus documental;
- VI. Incentivar pesquisas relativas à História do Município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense e da Educação Local e Regional.¹⁰⁷

A Lei referente à criação do MVSB não menciona como serão organizados os membros, mas as Leis do CRPH são claras quanto à composição e o funcionamento. Nesse sentido, é possível inferir sobre os cargos ocupados, entendendo, através do cruzamento do organograma do MVSB disponível no site¹⁰⁸ e nas informações que contemplam a Lei de instituição do CRPH, que o museu é composto, majoritariamente, pelos membros do CRPH. No artigo 19, parágrafo único da Lei de criação do CRPH, diz que

¹⁰⁶ Lei n. 2225 de 07 de novembro de 2008. Capítulo I, Artigo 1º

¹⁰⁷ Lei n. 2225 de 07 de novembro de 2008. Capítulo II, Artigo 6º

¹⁰⁸ Disponível em: < www.museuvivodosaobento.com.br/ Acesso em :20/08/2016.

Parágrafo Único: A Diretoria Executiva será indicada pelo Conselho Deliberativo e seus membros deverão ser oriundos das Redes Públicas Municipal e Estadual com reconhecida atuação no âmbito da pesquisa e da formação continuada em História local e regional.¹⁰⁹

Dessa forma, como a coordenação geral do CRPH está incluída na Direção Executiva do museu, entende-se que o quadro de pessoal é o mesmo. E que os membros que atuam na cidade, através de pesquisas, atividades culturais e educativas, se encontram nesses espaços, em especial em uma espécie de culminância no MVSB. A professora Marisa Gonzaga, em entrevista ao estudo de Viana (2016) corrobora com essa análise ao afirmar que:

A Marlucia e o Augusto são diretores, mas o trabalho aqui é mútuo. O CEPEMHed, também tem uma associação de amigos. Agora a Associação de amigos do CRPH também é o Museu. No começo o CEPEMHed administrava junto com o CRPH o Museu. Só que depois avaliamos que as realidades eram diferentes. Era muita coisa da Educação que eles tinham que pesquisar, e o CRPH permaneceu com o Museu. (VIANA, 2016, p.198).

Entre as principais lideranças do MVSB estão Marlucia Souza e Antônio Augusto Braz, os professores que tiveram um papel motivador e articulador do grupo que compõe o MVSB, através da atuação na FEUDUC. A FEUDUC está presente no mesmo bairro do MVSB, e foi fundada em 1968, sendo um espaço que permitiu que os professores se articulassem e desenvolvessem muitas atividades, como cursos de formação, pesquisas e estudos de campo. Com isso, tanto Souza quanto Braz estiveram envolvidos em um processo que promoveu o desenvolvimento de outras pesquisas sobre a região e que despertou o interesse de muitos alunos, que atualmente dividem espaços de atuação no próprio MVSB, como o professor Nielson Bezerra.

A rede de memória cresceu, e, como indica a documentação, também busca se fortalecer através dos vínculos com outros membros que compõem cargos estratégicos na cidade. Através da divulgação de pesquisas sobre a região, no sentido de valorização dos patrimônios locais, fica claro que as parcerias são importantes para que as propostas desenvolvidas pelos agentes do CRPH possam ganhar fôlego, uma vez que tudo passa pela aprovação de um conselho deliberativo, como apresenta o artigo 8º da Lei de institucionalização do CRPH.

Art. 8º A dinâmica organizacional e administrativa do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias – CRPH – deverá ser ditada pela constituição de um Conselho Deliberativo paritário e misto composto pela seguinte representação: Secretária Municipal de Educação; Secretária Municipal de Cultura; Coordenadoria Estadual da Região Metropolitana V – Metro V –

¹⁰⁹Lei n. 2225 de 07 de novembro de 2008. Capítulo IV, Artigo 19º, Parágrafo Único.

representado os setores públicos; e mais três entidades da sociedade civil organizada: Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – SEPE/ Núcleo Duque de Caxias; Associação dos Professores e Pesquisadores de História – APPH/CLIO e Associação de Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ CMDC.¹¹⁰

Desse modo, através do conjunto de leis é possível identificar que cabe à Secretária Municipal de Educação articular, junto ao poder público, condições de manutenção do espaço, como despesas de água, energia, telefone e materiais administrativos. Contudo, cada centro – CRPH E CEMPEHed – tem em suas finalidades gerais elaborar projetos para captar recursos para a realização das atividades e de pesquisa. Também foi possível verificar que as atividades do museu estão entrelaçadas às atividades desenvolvidas no CRPH, e que, dentre as finalidades do museu, percebe-se a relação entre as práticas patrimoniais que já eram desenvolvidas pelos agentes na cidade.

CAPÍTULO II – SOBRE AS FINALIDADES

Art. 4º São finalidades do Museu Vivo São Bento:

- I. Fortalecer o movimento de defesa do patrimônio material e imaterial do território do Grande São Bento;
- II. Afirmar o território caxiense como um lugar de Memória e História;
- III. Assegurar a importância dos sujeitos históricos que aqui viveram e vivem como atores sociais construtores do seu tempo.;
- IV. Investigar as heranças, pensando a cidade na longa duração, permitindo assim a projeção do que queremos para a mesma;
- V. Assegurar a construção de sentimentos de pertencimento e de coletividade.

Como aponta Barros (2007), a perspectiva de leitura da cidade exige esforços de conservação do patrimônio, ou seja, dos monumentos e das construções consideradas como registro de memória coletiva. Assim, essas leituras da cidade, e do que deve ser preservado, fazem parte dos projetos de memórias dos diferentes autores sobre a região. Eles apresentam, através dos seus relatórios, os esforços realizados com o objetivo de justificar as lutas para preservação e divulgação das práticas patrimoniais da cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Essas ações possuem uma dinâmica da relação entre o local e o global, pois, antes mesmo da Lei que institui o museu Vivo do São Bento, esse espaço já estava integrado a uma rede de museus do Rio de Janeiro e ao Departamento de Museus do IPHAN (DEMU) (VIANA, 2016, p.198).

Assim, esperamos que através dessa documentação seja possível identificar as confluências dos projetos desses agentes na cidade. Verifica-se que, durante pelos menos duas décadas, esses agentes se articularam para escrever novos patrimônios, ou reler antigos

¹¹⁰Lei 2225 de 07 de novembro de 2008. Capítulo II, Artigo 4º.

espaços a partir de outras perspectivas, também impactados e impactando nas políticas públicas nacionais.

3.2 A presença das culturas afro brasileiras nos projetos

O Museu Vivo do São Bento foi institucionalizado no mesmo dia do CRPH e CEPEMHed, e nesse sentido indica sinal de novos rumos das ações que os agentes pretendem configurar na cidade. O debate sobre o patrimônio e as ações de uma educação patrimonial são pontos de reflexão e atuação desses agentes a partir de suas práticas e estudos da história local. Sendo as disputas de memórias uma marca nas ações culturais e educacionais na cidade, convém entender como a categoria de Patrimônio é operada por esses agentes.

Desse modo, os relatórios do MVSb permitem sistematizar os trabalhos realizados desde os decretos, em 2005, que reconhecem os centros, mas também apontar uma consolidação de atividades com apresentação de novos financiamentos e com vínculos com outras parceiras, em especial com pessoas atuando na área da museologia. Assim, percebe-se que o debate no campo do patrimônio parece compor os debates internos entre os membros do museu, no sentido de (re)pensar suas ações ao longo tempo e configurar novos olhares sobre o que deve ser considerado patrimônio. Isso ganha destaque, especialmente, no âmbito imaterial, no sentido de entender o que é o patrimônio, além da pedra e cal. Através da documentação é possível identificar as investigações promovidas através do museu, que destacam as vivências culturais e as heranças de bens patrimoniais das culturas afro brasileiras. Ganha destaque as ações no campo religioso, como os projetos centenários de Joaozinho da Gomeia e Mãe Regina do Bamboxe. Ações patrimoniais que indicam a materialização das escritas divulgadas na cidade.

Assim, o MSVB, sendo um museu de território, precisa promover, desenvolver e/ou divulgar as pesquisas sobre o espaço, bem como um entendimento da história cotidiana. Dessa forma, através do patrimônio, esses agentes do museu estão materializando as memórias desejadas para a cidade. No que se refere às culturas afro brasileiras, destacam-se os projetos “Cultura Afro Brasileira no Museu: História, Arte e Música em comemoração ao Dia da Baixada” (2012), “As rodas de capoeira, através do projeto Griô” (2009), “Memorial Joaozinho da Gomeia” (2014), “Curso de formação sobre Patrimônio e Diáspora Africana” (2014), “Café com história” com lideranças de centros de candomblé na região (2015), banco de entrevistas com “Os filhos da Liberdade”(2014), oficina de produção de “Máscaras

Africanas” (2014), “Curso de formação continuada sobre “Patrimônio, Memória Cultura afro brasileira” (2014), evento internacional, com pesquisadores sobre as trajetórias de pessoas escravizadas, “Shadd Biography Project” (2015), evento “Tambores na Baixada Fluminense” (2015), Exposição da Mãe Regina do Bamboxe, “Vidas na Fé” (2015), Exposição “KUMBUKUMBU” (2015), e a realização do “I Seminário de escravidão na Baixada Fluminense” (2015). Esses projetos concentram-se em uma perspectiva do patrimônio intangível, que, segundo Gonçalves (2003), é o patrimônio para além da materialidade.

Essas propostas buscam os significados e as heranças imateriais, vinculando as produções de conhecimento sobre a população negra na região que evidencia as relações identitárias, as redes de solidariedade, os saberes e os fazeres da cultura tida como popular. Vale lembrar que, desde os anos 2000, o Brasil tem vivenciado uma série de discussões que envolvem questões culturais e identitárias, seguida de uma série de medidas políticas que evidenciam um processo de democratização. Com isso, o museu, através desses projetos, se insere no debate nacional e na divulgação das culturas afro brasileiras, configurando e (re)criando sentidos para a categoria de patrimônio na cidade.

Os agentes que lutaram por diferentes demandas na cidade e atuaram em muitas frentes de movimentos sociais também levaram suas “bandeiras” para as prioridades de leituras do território, como o movimento camponês, o debate sobre as mulheres e suas trajetórias e o imigrante nordestino. Os trabalhos desenvolvidos sobre a população negra ainda estavam muito relacionados às resistências quilombolas na região, e não às múltiplas contribuições culturais que os negros imprimiram e imprimem no espaço. Assim, acompanhar como os projetos nos diferentes eixos do museu foram atravessados pela questão das culturas afro brasileiras é entender as imbricações entre pesquisa, práticas patrimoniais e políticas públicas.

No primeiro relatório, produzido em 2007, não identificamos atividades com destaque para as populações afro brasileiras. Os agentes do museu parecem se preocupar em apresentar uma valorização, de modo geral, da história da cidade e das etapas de consolidação do museu. Os relatórios de 2008 contém um tema recorrente nas escritas na cidade, Solano Trindade, um intelectual e liderança do movimento negro. O relatório contém um arquivo “Imagens e poesias de Francisco Solano Trindade”

No relatório de 2009 foram identificadas informações do projeto Griô, a exposição sobre Barbosa Leite, com o quadro de Joaozinho da Goméia na abertura do evento. No relatório 2010 evidenciamos informações sobre os Grupos de Estudos sobre “escravidão e as

cercanias da Guanabara”, ou seja, outra referência recorrente nos estudos apresentados no capítulo 2.

No ano de 2011 identificamos novo título ao grupo de estudo referente às populações afro brasileiras. O título é “Grupo de Estudos sobre identidade afro-brasileira e as influências culturais africanas na Baixada Fluminense”, “apresentação da trajetória de Joãozinho da Gomeia na Semana das Tradições e Artes Negras Contemporâneas de Duque de Caxias, realizada em novembro de 2011”, “Jongo ou Caxambu do Quilombo São José se apresentando - presença dos bonecos Mariana Crioula e Manoel Congo”. No ano de 2011, ainda identificamos as parcerias com o projeto Ponto de Cultura ASAMIH, com “Depoimentos e cantorias de sambistas da Baixada Fluminense”, coordenação das entrevistas Bira da Vila, “Momento de trocas acerca dos fazeres no Brasil e Angola – 2010”, atividade de visita dos angolanos ao projeto das mulheres artesãs, e “aula de capoeira”.

Nos relatórios de 2012, os termos “cultura afro brasileira” são mais visíveis através das atividades “Cultura Afro brasileira no Museu: História, Arte e Música em Comemoração ao Dia da Baixada, em 22 de maio”. O evento contou com um dia inteiro de atividades no museu, com apresentação de poesias e inauguração da exposição “Agenor Nunes de Oliveira (ceramista autodidata afrodescendente) com entrega da escultura da “Hidra de Iguaçu”, especialmente construída para o acervo do museu”¹¹¹. Naquele ano, ainda aconteceu a “visita dos historiadores e africanistas Paul Lovejoy e Mariza de Carvalho ao Museu Vivo do São Bento”, “Visita do Museu Vivo a Superintendência de Igualdade Racial”, “Participação em evento na Câmara- Presença de Cadinho, filho do marinheiro João Cândido e de familiares”.

No ano de 2013, outros eventos foram identificados: visita ao Império do Gramacho para inclusão do bloco carnavalesco no Inventário da Diáspora Africana na Baixada Fluminense¹¹², “Encontro de Capoeira Associação de Capoeira do Engenho e Grupo do Museu Vivo do São Bento, na Universidade Veiga de Almeida, em abril (2013)”, “Encontro Feminino de Capoeira no Grupo Diretriz, em Santa Cruz da Serra. Participação das meninas do Grupo do Museu Vivo do São Bento - 26 de maio”, além de outros eventos de capoeira, “Religiosidade afrodescendente: as casas de matrizes africanas de Magé – Seminário e Inventário Institucional, 22 de junho e 6 de julho no Terreiro de Pai Paulo”, lançamento do livro “A Cor da Baixada, de Nielson Bezerra (lançamento no Instituto Histórico e na FEUDUC)”, “Participação e apoio na pesquisa e produção do Inventário junto ao INEPAC”,

¹¹¹Fonte: Relatório “A ciranda do CRPH 2012 (prestação de contas)”, p.41

¹¹²Ver: Nielson Rosa Bezerra (Coord.). *Nas sombras da diáspora: patrimônio e cultura afro brasileira na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: INEPAC/APPH-CLIO, 2013

projeto coordenado pelo professor Nielson Bezerra, com um agenda de atividades e a realização de uma exposição: “Primavera dos Museus: Exposição Presença da Diáspora Africana na Baixada Fluminense (Inventário do INEPAC)”.

No ano de 2014, evidenciamos que as atividades tiveram um aumento no volume, pois foi realizado um único material/relatório, exclusivo, com o título “Nos caminhos da Diáspora”. E no ano de 2015 foi percebida uma consolidação de novas leituras dos espaços na cidade, com a inclusão de lugares como representações de referências afro brasileiras. No relatório “Os segredos da cabaça” há um destaque ao roteiro de patrimônios na cidade de Duque de Caxias.

Dessa forma, foi possível perceber, nos projetos entre os anos de 2008 e 2010, de acordo com os dados analisados nos relatórios, que as atividades relacionadas às populações afro brasileiras estavam embasadas nas escritas sobre Solano Trindade, Joaozinho da Goméia e a escravidão. A partir de 2011, os grupos de estudos e os demais projetos também permanecem com influências dessas produções de conhecimento, mas com novos títulos: “identidade afro brasileira”, “cultura afro brasileira”, “religiosidade afro brasileira”

A inclusão de trabalhos com valorização das “culturas afro brasileiras” pelos agentes do MVSB está presente nas atividades, desde pelo menos o ano de 2008. As escritas sobre a temática favoreceram as leituras dos espaços, mas os incentivos de editais públicos e o debate sobre patrimônio também influenciaram as leituras dos espaços e no próprio roteiro do museu de percurso. A busca por financiamentos e participação em editais para o desenvolvimento de projetos é um indicativo de novas “bandeiras” no museu e leituras sobre os fazeres e saberes dessa população na cidade, configurando valor e, logo, valorização de identidades. Nesse sentido, cabe recuperar algumas atividades e como se configuram os projetos na região.

Apesar das apresentações nos relatórios não especificarem os agentes envolvidos nas atividades, na maioria delas consta o nome do professor Nielson Bezerra na coordenação geral. Isso foi identificado nas seguintes ações, que contaram com financiamentos de projetos: “Cultura Afro Brasileira no Museu: História, Arte e Música em comemoração ao Dia da Baixada” (2012), “Curso de formação sobre Patrimônio e Diáspora Africana” (2014), “Curso de formação continuada sobre “Patrimônio, Memória Cultura afro brasileira” (2014), evento internacional, com pesquisadores sobre as trajetórias de pessoas escravizadas, Shadd Biography” (2015), evento “Tambores na Baixada Fluminense” (2015), e “I seminário de escravidão na Baixada Fluminense”(2015). Além dos projetos com financiamento, o professor Nielson Rosa Bezerra, que é o atual coordenador de Pesquisas e Arquivo e do Programa de Formação de Professores e um pesquisador sobre a temática, esteve presente nas demais

atividades do museu. Do mesmo modo podemos lembrar que os agentes que estão pesquisando sobre a região, em especial sobre Duque de Caxias, estão na direção do museu, como Antonio Braz e Marlucia Souza. Isso significa que as articulações entre as disputas de memórias também tiveram, ao longo do tempo, novas leituras sobre as contribuições das populações negras no território.

Uma política pública local que chama atenção para o caminho que a temática se configura na região é a Lei municipal 1394/1998, que cria a Semana das Tradições e Artes Negras e Contemporâneas, no período de 14 a 20 de novembro. Essa comemoração passou a ser incluída no calendário municipal das atividades culturais da cidade. Antes da Lei 10.639/08, já são incentivadas sanções como descritas no Art. 6 da Lei 1394/08:

A SEMANA DAS TRADIÇÕES E ARTS NEGRAS E CONTEMPORANEAS será comemorada, anualmente, na semana que contiver o dia 20 de novembro, com eventos comemorativos realizados nas dependências da Câmara Municipal, nas escolas, nas praças, nos teatros e onde a Comissão Organizadora determinar.¹¹³

Verificar as práticas relacionadas ao patrimônio cultural das populações afro brasileiras permite acompanhar, como no caso do MVSb e suas parcerias, as formas pelas quais estão envolvidas com as leis e com o processo de reconhecimento e valorização cultural dessa população. Um programa que bem representa essas conexões, entre o local e o global, é o Programa Nacional Cultura Viva, criado em 2004 pelo Ministério da Cultura (MinC), que tinha como proposta principal a

[...] promoção de acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural e valorização de energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade. Entre seu público prioritário estariam as populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas; rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações ao combate de exclusão social e cultural. (LOPES, 2011, p. 140)

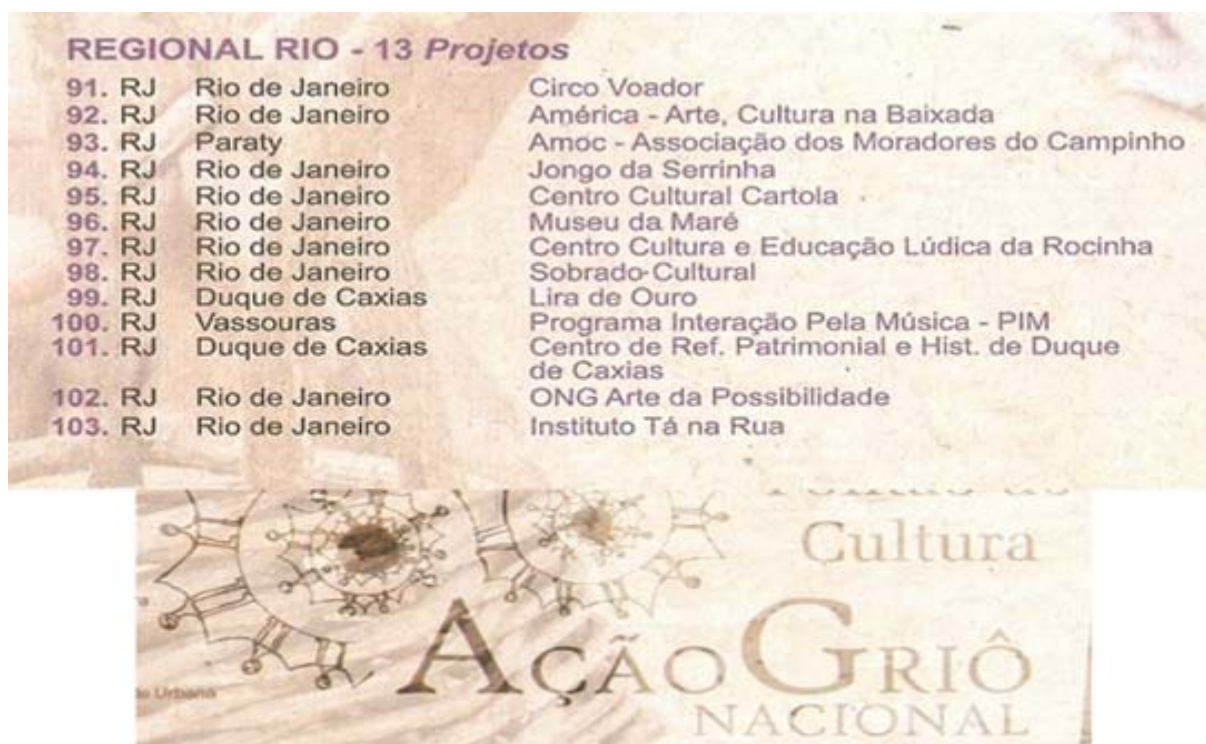
O programa é organizado em quatro ações: Pontos de Cultura, Escola Viva, Cultura Digital e Ação Griô Nacional. Ele se propõe a fortalecer os direitos culturais, sociais e políticos, em processo de “democratização e descentralização ao acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural” (LOPES, 2011, p. 142). Destaca-se entre as ações uma forma de reconhecimento do patrimônio imaterial. Trata-se do eixo Ação Griô Nacional, que objetivava “fortalecer a ancestralidade e a identidade do povo brasileiro por meio do reconhecimento do lugar político sociocultural e econômico de griôs e mestres de

¹¹³ Lei n. 11394 de 28 de abril de 1998. Art. 6. Disponível no acervo do IHDC.:

tradição oral na educação” (LOPES, 2011, p. 143 *Apud* PACHECO; CAÍRES, 2009). Seria uma articulação entre os saberes da tradição oral e os espaços formais da educação pública.

Juliana Leite (2011), em seu estudo “A Ação Griô: uma proposta política nacional” chama atenção para a divisão regional do programa. Seriam sete regionais, articuladas por Pontos de Cultura e griôs aprendizes regionais, assessores pedagógicos e parceiros/ produtores. O slide abaixo, presente no relatório de 2009 do MVSB, apresenta a inserção do CRPH nesse programa, e Duque de Caxias entre os 13 projetos que contemplam a Regional Rio.

Figura 2: Folder da Ação Griô Nacional – Duque de Caxias



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2009. Relatório Os Bordados do CRPH, 2009.

Os trabalhos sobre capoeira e a atuação de Alexandre Marques¹¹⁴, como articulador regional da Ação Griô Nacional, mostram as parcerias entre os agentes e a valorização de produção do conhecimento. Algumas das atividades relacionadas à valorização da transmissão oral fazem parte do MVSB e perpassam os diferentes eixos de atuação do museu, e também foram parte dos trabalhos realizados pelos centros de memória (CRPH/ CEPEMHED). O

¹¹⁴ Mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ. Professor da rede municipal de ensino. Membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Articulador regional da Ação Griô. Informações fornecidas pelo autor no artigo produzido com Tania Amaro “Conjunto da praça do Pacificador”. Revista Pilares da História, Ano X, n.11, maio 2011, p.7.

CEPEMHed¹¹⁵ também desenvolveu trabalhos diretamente ligados ao Programa Ação Griô, como o projeto “menina quem foi seu mestre”, que envolvia os mestres de capoeira da região e as alunas do curso normal do Instituto Governador Roberto da Silveira (MARQUES, DAVID, RUFINO, 2009).

Desde 2014, o MVSB está desenvolvendo o projeto “Filhos da Liberdade”, que consiste em criar um banco de entrevistas com descendentes de pessoas escravizadas. Através das memórias dessas pessoas esperar-se registrar um pouco das atuações e trajetórias das famílias negras na região. Esse projeto parece ser uma das muitas formas de valorização que o museu oferece aos registros orais. Dentre os projetos que envolvem depoimentos estão o “Café com História”, no qual eles convidam uma pessoa com atuação relevante na cidade para realizar uma entrevista no museu. O próprio convite sugere uma leitura do significado que é estar dentro de um museu e ocupar esse espaço como patrimônio, como pessoa e como instituição que representa. Um exemplo foi a entrevista realizada com a mãe Maria do Pantanal, que é uma liderança religiosa de um dos centros de candomblé mais antigos da região.

Através de atividades de pesquisas desenvolvidas pelo museu, buscando o conhecimento da ação dos diferentes agentes históricos, a presença das populações negras e suas experiências se revelam nos registros e nas investigações realizadas. Nesse sentido, é possível perceber um esforço através das pesquisas e da educação patrimonial em construir uma memória para legitimar as culturas afro brasileiras e as memórias do pós-abolição como constituintes desse território, que devem ser vistas como patrimônio.

Através da participação na Formação do Núcleo de Memória das Escolas, o museu promoveu três momentos com o Café com História, o Café vai à Rua, e o Café vai à Escola. O trabalho de formação promoveu um diálogo com a comunidade. Dentre as diferentes entrevistas, foi realizado a História de Vida com a Professora Iracema, uma das mais antigas da E. M. Barão do Rio Branco, no bairro Gramacho. A “entrevista foi realizada em parceria com a escola, o Projeto Comunidade Educadora, o CRPH e o CEPEMHed (setembro de 2009) „¹¹⁶.

Além das rodas de conversa, também eram promovidas atividades de palestras, grupos de debate, dentre outras “atividades com/ou/e nas escolas” (Relatório 2009). Duas palestras

¹¹⁵Também vale destacar que o CEPEMHed oferece anualmente o curso de Educação Patrimonial, com o objetivo de capacitar e instrumentalizar teórico e metodologicamente alunos de graduação e pós-graduação, professores da rede da educação básica para pesquisas nas instituições escolares, entendidas como patrimônio na região.

¹¹⁶Relatório 2009: “Os bordados do CRPH”. Slide 14.

foram relacionadas à temática das populações negras, em 2009: A escravidão africana na Baixada Fluminense – Século XIX, que ocorreu no CIEP 340, no bairro da Figueira, em 17 de novembro, a palestra: “Mosaicos africanos na formação da identidade brasileira”, que ocorreu na Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek, no bairro Jardim América. 4 de novembro. Em 2010, ainda ocorreu um Grupo de Estudo sobre identidades afro brasileiras e influências culturais africanas na Baixada Fluminense, nas seguintes escolas da cidade de Duque de Caxias: Escola Municipal Solano Trindade, Escola Municipal Lucia Rezende, Escola Municipal Zilla Junger¹¹⁷. Os grupos de estudos sobre escravidão contavam com a coordenação do professor Nielson Bezerra.

As atividades direcionadas à formação e ação dos professores se entrecruzam com outros projetos do Museu e geram alguns produtos. A imagem abaixo é de um caderno produzido a partir dos participantes do Grupo de estudo 3, direcionados ao projeto de formação dos professores, no primeiro semestre de 2010. Nesse grupo foram realizadas leituras de algumas obras da poeta Cora Coralina, e os alunos/professores, participantes do curso, foram convidados a trazer no formato de texto personagens marcantes em suas vidas. Assim foi produzido um caderno, no formato digital, com diferentes textos.

É necessário lembrar que os relatórios anuais são compostos por informações das produções pedagógicas, das visitas realizadas em outros espaços, dos cursos e de todas atividades oferecidas aos participantes no museu e realizadas pelos membros do museu. Assim, o próprio caderno produzido pelos alunos do curso de formação compõe a documentação do relatório de 2011¹¹⁸. Na apresentação do caderno há o registro que a proposta dos membros envolvidos é destacar que “ao trazer pessoas, estaríamos trazendo referências, vivências, cheiro e sabores, ou ainda dor” (CRPH, 2011, p.7). O caderno também

[...] acolhe narrativas construídas e os seus autores, num registro de troca de experiências e recordações. Memórias permeadas pelo viver na cidade de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé. Memórias dos andarilhos, dos trabalhadores, das mulheres e do mundo dos sonhos e dos desejos¹¹⁹

Nesse sentido, sobressai o texto “memória das educadoras negras de Duque de Caxias”, por Marilene Regis Emereciano (2010)¹²⁰, que compõe os textos do caderno. Ela relata sua trajetória de uma educação rígida e limitada à preparação ao casamento, oposta ao desejo da autora, que era estudar. Ela casou cedo, sofreu com a morte trágica do pai e pouco tempo

¹¹⁷ Relatório CRPH 2009 versão Word, p.6.

¹¹⁸ Os relatórios produzidos pelo museu possuem como característica incluir produções, na íntegra em anexo, de produtos realizados nas atividades do museu.

¹¹⁹ Relatório 2011: “Apego das Memórias da Baixada Fluminense” p.7.

¹²⁰ Relatório 2011: “Apego das Memórias da Baixada Fluminense” p.12,13.

depois também ocorreu a morte, também trágica, do marido. Depois ela teve um outro relacionamento, nasceu seu filho e ela conseguiu retornar aos estudos, inicialmente no Instituto de Educação Roberto Silveira, logo após cursando Pedagogia na Uerj/Febf. Na época do TCC, ela diz que decidiu pesquisar sobre as memórias das educadoras negras na cidade, objetivando apresentar o que, segundo ela, seria uma história carregada de emoção, pesquisas e ensino. A imagem do caderno produzido por esse grupo retrata a importância dessas experiências, que, na concepção de Thompson, trata-se do “reconhecimento dos sujeitos como reflexivos que, em suas ações, repõem continuamente o movimento da história” (SCHUELER, 2014, p. 105).

Figura 3: Imagem do Caderno CRPH



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2011. Relatório “Apeessoadas memórias”, 2011.

Essas atividades do museu retratam a memória de uma população que reivindica suas demandas culturais e educativas. Com isso, um certo direcionamento de alguns dos participantes das atividades promovidas pelo museu para um desejo de estudo sobre suas histórias afro brasileiras. As produções acadêmicas também se relacionam com essas demandas, e sugerem que novas produções vão se construindo a partir de práticas e costumes presentes na região. Tal como foi apresentado no capítulo II através da dissertação de Deise Conceição (2010).

O folder abaixo apresenta uma atividade realizada em 2014 - curso de extensão “Patrimônio, Memória e Cultura Afro Brasileira”. Essa atividade contou com o apoio de diferentes instituições, com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio de

Janeiro - FAPERJ¹²¹, e recebeu um número expressivo de alunos, o que reflete as ações de práticas educativas na cidade de Duque de Caxias, bem como a população da cidade apresenta uma busca de qualificação e desenvolvimento das produções acadêmicas.

Figura 4: Folder do Curso de Formação Continuada



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Nos caminhos da Diáspora”, 2014.

O MVSB também passou a contar, a partir do curso, com um público participativo nos projetos vinculados com a valorização das culturas negra. Isso foi evidenciado através dos últimos dois anos, 2014 e 2015, no quais os cursos realizados sobre o patrimônio da cultura afro brasileira tiveram o encerramento no dia 20 de novembro, dos respectivos anos. Em 2014, com entrega de certificados, aconteceu a inauguração do busto de Joaozinho da Gomeia, com feijoada, apresentação de capoeira e jongo. No ano de 2015, o encerramento do curso “Diáspora africana em Duque de Caxias”, uma continuidade do curso de 2014 sobre Patrimônio, Memória e Cultura afro brasileira na Baixada Fluminense, teve o encerramento no museu, com uma mesa de apresentações sobre o centenário de Mãe Regina do Bamboxé. A mesa foi composta por membros da casa de santo e com a fala de Elaine Gomes, que realizou dissertação sobre a homenageada, em 2012.

¹²¹Edital FAPERJ no 34/2013 Programa Apoio à Melhoria do Ensino em Escolas da Rede Pública Sediadas no Estado do Rio de Janeiro – 2013 – Coordenação Professor Doutor Nielson Rosa Bezerra.

O MVSB, no ano de 2014, possui um relatório para apresentar as diversas atividades realizadas ao longo do ano e outro, exclusivo, para as atividades relacionadas aos projetos sobre a Diáspora Africana, como pode ser observado na imagem abaixo da abertura do relatório. O documento está em formato PDF e contém 70 páginas com fotografias dos eventos, folders de divulgação e montagens com diversas imagens e algumas legendas das atividades.

Figura 5: Imagem de abertura do Relatório “Nos caminhos da Diáspora: as Conexões África- Brasil e a Baixada Fluminense”

Nos Caminhos da
Diáspora: as
Conexões África –
Brasil e a Baixada
Fluminense|

2014



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Nos caminhos da Diáspora”, 2014.

A imagem de abertura é resultado de uma oficina de escultura em madeira promovida pelo museu. Foi convidado um escultor nigeriano, Lukman Aladi Fakeye, para realizar essa atividade no projeto “mulheres artesãs”. Uma referência que naquele ano os projetos do museu privilegiaram atividades ligadas ao patrimônio das culturas afro brasileiras. A máscara produzida foi doada ao acervo do museu.

Figura 6: Montagem para apresentação em formato slide das Oficinas com Lukman Alade Fakeye

Oficinas com o nigeriano Lukman Alade Fakeye nas tardes de quinta-feira com as mulheres artesãs. A cultura yorubá unindo laços entre a África e o Brasil no passado e no presente. Lukman expôs sua obra no IHDC, abrindo o curso da Diáspora Africana e a Baixada Fluminense e no SESC de Nova Iguaçu.



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório 2014: “Nos caminhos da Diáspora”, p.23

A atividade seguinte apresentada no relatório de 2014 está inserida no projeto “Achadouros”, que tem por objetivo realizar pesquisas e levantar fontes nos bairros. A atividade promovida foi a visita ao Quilombo de Maria Conga, em Magé. O quilombo de Maria Conga está entre os 24 quilombos reconhecidos no Rio de Janeiro pelo Ministério da Cultura. Apesar de ter recebido o certificado em 2007 e ser o único quilombo reconhecido na Baixada Fluminense, os registros sobre esse espaço apontam sérios descasos para com esse patrimônio¹²². O relatório não contempla mais informações sobre as atividades desenvolvidas nesse espaço, e se outras visitas foram realizadas. Contudo, a imagem abaixo registra a parceria com a professora Célia Barros, da UERJ, e indica que, além dos primeiros contatos, foi feita uma visita guiada e entrevista com moradores do local, realizada no dia 25 de março.

¹²²Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/unico-quilombo-reconhecido-na-baixada-luta-para-sair-do-esquecimento-3274861.html>> Acesso em:14/09/2016.

Figura 7: Imagem do Relatório do Projeto “Achadouros”

ACHADOUROS Trabalho de Pesquisa

no Quilombo Maria Conga em Magé em parceria com a animadora cultural e pesquisadora Célia Barros. Participação de uma professora da UERJ.

18 de fevereiro – primeiros contatos

25 de março - realização das entrevistas e visita guiada pelo quilombo



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Nos caminhos da Diáspora”, 2014.

Assim, os registros sobre essa experiência, no relatório, são limitados e não é possível identificar os avanços dessa pesquisa. Contudo, outra atividade realizada foi a visita ao terreiro da Mãe Regina do Bamboxê¹²³. A imagem inicial do registro dessa atividade destaca: “Visita e Pesquisa no Terreiro de Mãe Regina de Bamboxê: fotografar o acervo e entrevistar as suas filhas de santo/ 25 de setembro”¹²⁴. Além das imagens do terreiro, também constam nas legendas alguns compromissos que os pesquisadores do MVSB firmaram com os representantes do terreiro, como pode ser verificado no destaque ao registro do relatório.

Ficou acordado com o Terreiro Axé Ilê Yamim o apoio do CRPH e do Museu Vivo na instalação de um memorial em homenagem a Mãe Regina e a de um Centro de

¹²³“O candomblé no eixo Salvador-Rio de Janeiro, de nação ketu dentro do axé Bamboxê, é trazido para o Rio de Janeiro pelos Babalaô Bamboxê Obitikó, seguido por seu neto Felisberto Sowzer (Benzinho Bamboxê) no final do séc. XIX e mantido através da bisneta de Bamboxê Obitikó e filha carnal de Felisberto Sowzer, a Yalorixá Regina de Bamboxê. Ela construiu uma casa de santo, o Axé Ilê Yamim, em Parque Eldorado, nas proximidades de Santa Cruz da Serra, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, em meados do século XX. Eles contribuíram para a formação do Candomblé no Brasil, assim como, para a sua propagação no eixo Salvador-Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1840-1886 e 1925-1957, chegando até os dias atuais. A tradição que lhe foi transmitida foi passada aos seus filhos de santo, cuja cultura e religiosidade foram repassadas, e ainda o são, através da oralidade, o que se pode observar na memória coletiva dos membros do Axé Ilê Yamim.

Vale a leitura da obra pioneira sobre a Mãe Regina: GOMES, Elaine Cristina Marcelina. Mãe Regina de Bamboxê. Diálogos entre o Rio de Janeiro e Salvador. Uma História Social do Axé. Niterói, Dissertação de mestrado pela Universidade Salgado de Oliveira, 2012.” Texto e citação na apresentação sobre as atividades. Relatório: “Prestação de contas CRPH 2014: Projetos centenários: Mae Regina do Bamboxê” p.17

¹²⁴ Relatório 2014: “ Nos caminhos da Diáspora”, p.5

Memória do terreiro com vistas a higienizar, catalogar e guardar o acervo existente e incentivar novas pesquisas e o registro do movimento da casa no Presente.¹²⁵

Figura 8: Registro do MVSb da visita ao terreiro de Mãe Regina do Bamboxê

Ficou acordado com o Terreiro Axé Ilê Yamim o apoio do CRPH e do Museu Vivo na instalação de um memorial em homenagem a Mãe Regina e a de um Centro de Memória do terreiro com vistas a higienizar, catalogar e guardar o acervo existente e incentivar novas pesquisas e o registro do movimento da casa no Presente.



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Nos caminhos da Diáspora”, 2014.

Essas atividades realizadas pelos agentes do museu em alguns casos parecem ter se multiplicado e se configurado em propostas que resultaram em outros produtos. No caso da visita ao terreiro da Mãe Regina do Bamboxê, a promessa dos agentes se materializou. Nesse mesmo dia da visita eles registraram que foi realizada

Entrevista realizada no dia 25 de setembro de 2014, no Terreiro Axé Ilê Yamim com Mãe Lina- Regina Damazia Pereira Maia, Virgínia Dantas Ferreira, Ana Cristina de Azevedo Souza e Ronaldo Brito. As entrevistas podem ser acessadas no Arquivo do Museu Vivo do São Bento e futuramente no Espaço de Memória do terreiro Axé Ilê Yamim.¹²⁶

Além das entrevistas também foram realizadas fotografias do espaço no tempo presente e fotos dos documentos e fotografias antigas do arquivo do terreiro Axé Ilê Yamim. No relatório das atividades de 2014 consta um arquivo intitulado “Projetos centenários”, com apresentação das pesquisas realizadas sobre Mãe Regina do Bamboxê e Joazinho da Gomeia. Parte das informações sobre Mãe Regina de Bamboxê que estão no CD/ relatório “Nos

¹²⁵ Relatório 2014: “ Nos caminhos da Diáspora”, p.15

¹²⁶ Relatório 2014: “ Nos caminhos da Diáspora”, p.14.

caminhos da Diáspora” são do registro que compõe o “projeto centenário”. Isso indica que o volume das atividades realizadas ao longo do ano sobre as culturas afro brasileiras foi expressivo, e com isso foram organizadas em um único documento.

Esse projeto centenário ganhou uma projeção e, no dia 10 de agosto de 2015, sob a realização do MVSb, foi inaugurada a exposição “Vida na Fé- Centenário de Iyá Regina do Bamgbosé”. A exposição do acervo da matriarca ocorreu na Biblioteca Leonel Brizola em Duque de Caxias, conforme folder/convite abaixo. E no mesmo ano o MVSb organizou um DVD “Memória e Identidade: Mae Regina de Bamgbosé”, com imagens da montagem da exposição, entrevistas e imagens contanto a trajetória dessa líder religiosa¹²⁷.

Figura 9: Folder Exposição “Vida na Fé”



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2016.

Ainda em 2014, a biblioteca Leonel Brizola recebeu outra exposição significativa relacionada às culturas afro brasileiras. A exposição “KUMBUKUMBU: África, Memória e Patrimônio”. Essa exposição foi, inicialmente, inaugurada no Museu Nacional- UFRJ em 14

¹²⁷ O DVD está disponível para consulta no Arquivo Municipal, localizado na sede do MSVB.

de maio de 2014, e em outubro do mesmo ano inaugurou a versão itinerante em Duque de Caxias, sob o título “KUMBUKUMBU: África, memória e patrimônio na Baixada Fluminense”. A exposição foi realizada com a curadoria da professora Mariza de Carvalho Soares. Ela é professora aposentada pela UFF e foi orientadora de doutorado do professor Nielson Rosa Bezerra. Nos últimos anos, a professora tem se aproximado das atividades do MVSB. Participou da roda de pesquisadores no evento “Tambores na Baixada Fluminense” e parece contribuir para ampliar a rede de sociabilidade da região.

Figura 10: Registro do MVSB da Exposição KUMBUKUMBU na Baixada Fluminense



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Nos caminhos da Diáspora”, 2014.

Além dessas atividades, foi realizado um estudo de campo em novembro de 2014, com a visita ao quilombo de São José em Valença e ao centro histórico de Vassouras. Esse estudo contou com a participação dos alunos do curso de formação de professores “Patrimônio, Memória e Cultura Afro Brasileira Fluminense” e teve duração de dois dias, com pernoite em Conservatória. No quilombo os alunos participaram da feijoada, da missa afro, da apresentação de jongo¹²⁸ realizada pelos moradores, e de uma palestra realizada por Toninho

¹²⁸O Jongo é uma expressão da cultura afro brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos mágicos poéticos. Em 2005 foi considerado Patrimônio Cultural Brasileiro e consta no livro das

Canecão, um dos líderes do quilombo. A conversa, realizada entre o líder e os alunos, destacou o histórico das pessoas desse quilombo, que durante anos lutaram para obter a titulação da terra. Anualmente, os moradores promovem, no dia 13 de maio, a festa do Preto Velho, que nos últimos anos tem recebido um volume expressivo de pessoas com a presença de lideranças de vários movimentos sociais, culturais e universidades. A festa tem seu ponto alto no momento da benção da fogueira e a apresentação do jongo.

Figura 11: Registro da visita ao Jongo no Quilombo São José com os alunos do curso de Patrimônio



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Nos caminhos da Diáspora”, 2014.

No segundo dia do estudo de campo foi realizada uma visita ao Memorial Manuel Congo. Importante dizer que entre as atividades do Museu Vivo do São Bento há uma preocupação de pensar a Baixada Fluminense através das conexões com a cidade do Rio de Janeiro e com o Vale do Paraíba, particularmente a cidade de Vassouras. Para isso, são organizados estudos de campo que visam buscar uma aproximação das experiências afro-brasileiras da Baixada Fluminense com outras regiões que já são referências. Neste sentido, vale lembrar que o Memorial Manoel Congo em Vassouras, por exemplo, é um local que representa a presença e a resistência negra serra acima, mas sua localização fica praticamente escondida em um canto da cidade e passa despercebido por muitos visitantes. Com isso, esses

agentes se propõem a evidenciar que as referências afro brasileiras são um desafio não apenas na Baixada Fluminense, mas em outras regiões que gozam de mais pesquisas e investimentos culturais e patrimoniais.

Figura 12: Registro da visita ao Memorial Manuel Congo



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Nos caminhos da Diáspora”, 2014.

Além dos estudos específicos realizados com os alunos do curso, os próprios integrantes do curso, que realizavam atividades culturais, também foram convidados a compor os registros de patrimônios da instituição. Entre os alunos do curso estavam mestres importantes para a história da região e da capoeira no Brasil, dentre eles Mestre Gege, Mestre Paulão, Mestre Raimundo, Mestre Nice e Mestre Fabio. Na programação do curso “Diáspora africana em Duque de Caxias” constava uma aula sobre a capoeira em Duque de Caxias, e eles foram convidados a realizar a aula. Através de uma entrevista, filmada, que passou a compor o banco de entrevistas do arquivo do museu, foram realizadas perguntas da turma e do professor organizador Nielson Bezerra aos mestres/alunos entrevistados. As atividades se articulam para que os espaço e as pessoas recebam novas leituras sobre o que é o patrimônio na cidade e o que deve ser pautado, a partir das seleções de memórias desses grupos que compõem o MVSB.

O relatório “Nos caminhos da Diáspora” ainda oferece elementos que possibilitam entender como a temática das culturas afro brasileiras passa a compor a pauta cultural e educativa da cidade, através das ações promovidas pelos pesquisadores do museu. Convém dizer que apesar das propostas possuírem algumas lideranças nas ações cotidianas, os registros são, quase sempre, sem identificação. No caso das culturas afro brasileiras, parece indicar maior atuação dos professores Nielson Rosa Bezerra e Marlucia Santos, conforme as imagens nos projetos, mas os relatórios, dificilmente, apontam nomes e, com isso, oferecem uma leitura da produção coletiva desses agentes. É o caso do evento abaixo, que apresenta os professores Nielson Bezerra e Marlucia Santos na composição da mesa, mas que contou com o apoio e organização da equipe, desde o designer para a divulgação do evento e da participação de outros diretores para a organização do espaço e recepção dos professores. O evento foi realizado no dia 31 de outubro de 2014 na Biblioteca Leonel Brizola, ainda compondo as atividades da exposição KUMBUKUMBU. Trata-se de uma conferência realizada com o professor João José Reis, professor do Departamento de História da UFBA, sobre “As revoltas escravas na Bahia do século XIX”, e com a professora Monica Lima, professora do Departamento de História da UFRJ, que apresentou um painel sobre as possibilidades de ensino de História da África nas escolas. As imagens mostram uma participação significativa no evento que aconteceu em uma sexta-feira à noite.

Figura 13: Registro da Conferência “As revoltas escravas na Bahia do século XIX”



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Nos caminhos da Diáspora”, 2014.

A legenda da imagem abaixo reforça a importância de receber o professor João José Reis em Duque de Caxias. O professor é um dos historiadores de referência sobre a temática da escravidão, e a professora Monica Lima, além de ser referência para escrita sobre a história da África, também é uma referência nos debates sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/03 nas escolas. Assim, verifica-se como os agentes da cidade de Duque de Caxias estão dialogando com a dimensão macro da escrita da história e com as políticas públicas nacionais. A conferência foi parte da exposição KUMBUKUMBU.

Figura 14: Registro do MVSB da Conferência “As revoltas escravas na Bahia do século XIX”



João José Reis é um dos mais importantes historiadores brasileiro especializado em escravidão, principalmente no que tange a rebeldia escrava.

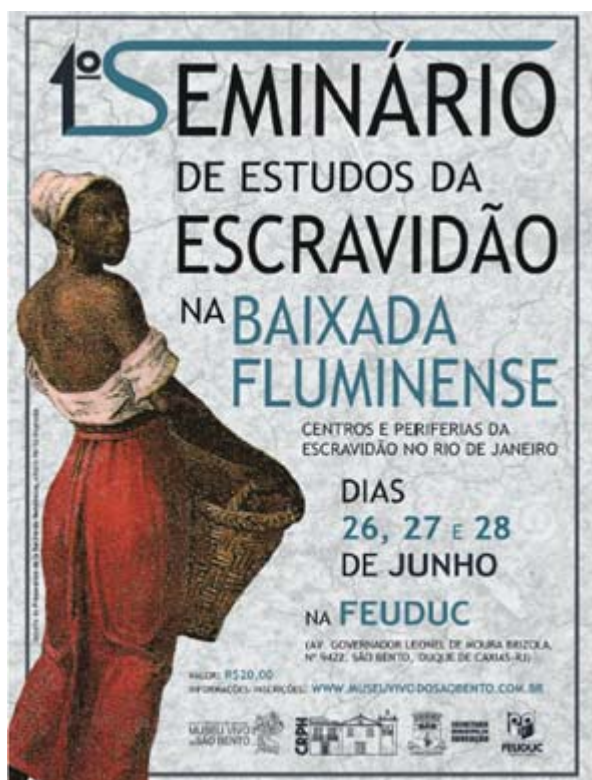
Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Nos caminhos da Diáspora”, 2014.

Os eventos ocorridos no ano de 2015¹²⁹ reforçam a participação de outros agentes que estão envolvidos com as produções acadêmicas e culturais sobre as populações afro brasileiras, bem como o interesse da população em investir nas produções sobre a temática na cidade. Assim, o curso “Patrimônio da Diáspora Africana em Duque de Caxias e na Baixada Fluminense”, realizado em 2015, ocorreu sem financiamento e é uma continuação das atividades realizadas em 2014, que indicam um movimento de valorização do patrimônio e da

¹²⁹O relatório de 2015 está organizado em diferentes arquivos, como “Importâncias 2015”; “Os Segredos da cabaça”; “O Caminho das Formigas”; “Personalidades ilustres”; “Dez anos de presença na cidade”, entre outros. São no total 12 arquivos em PDF, uma pasta com vídeos e uma imagem do convite de 10 anos no museu. Para esse estudo, estamos privilegiando os arquivos: “O segredo da Cabaça e “Importâncias 2015”.

cultura afro brasileira. O curso discutiu o histórico do Movimento Negro em Duque de Caxias, a capoeira, o samba e os reisados e a relação entre patrimônio e candomblé naquela cidade. Além disso, incluiu na programação a realização do “I Seminário de estudos da Escravidão na Baixada Fluminense”¹³⁰, com três dias de evento, 26, 27 e 28 de junho de 2015. Foram apresentados os pesquisadores de diferentes instituições, como UFF, UFRJ, UNICAMP e FEUDUC, e também aconteceram oficinas sobre organização de banco de dados, digitalização e organização de acervos, guia de fontes da escravidão da Baixada Fluminense, inventário da Cultura afro brasileira em Duque de Caxias e Africanos Livres da Baixada Fluminense - Anúncios de jornais. No último dia do evento, a programação indica o estudo de campo “Lugares de memória da escravidão na Baixada Fluminense”.

Figura 15: Registro com o Folder e fotos da abertura do I Seminário de estudos da Escravidão na Baixada Fluminense.



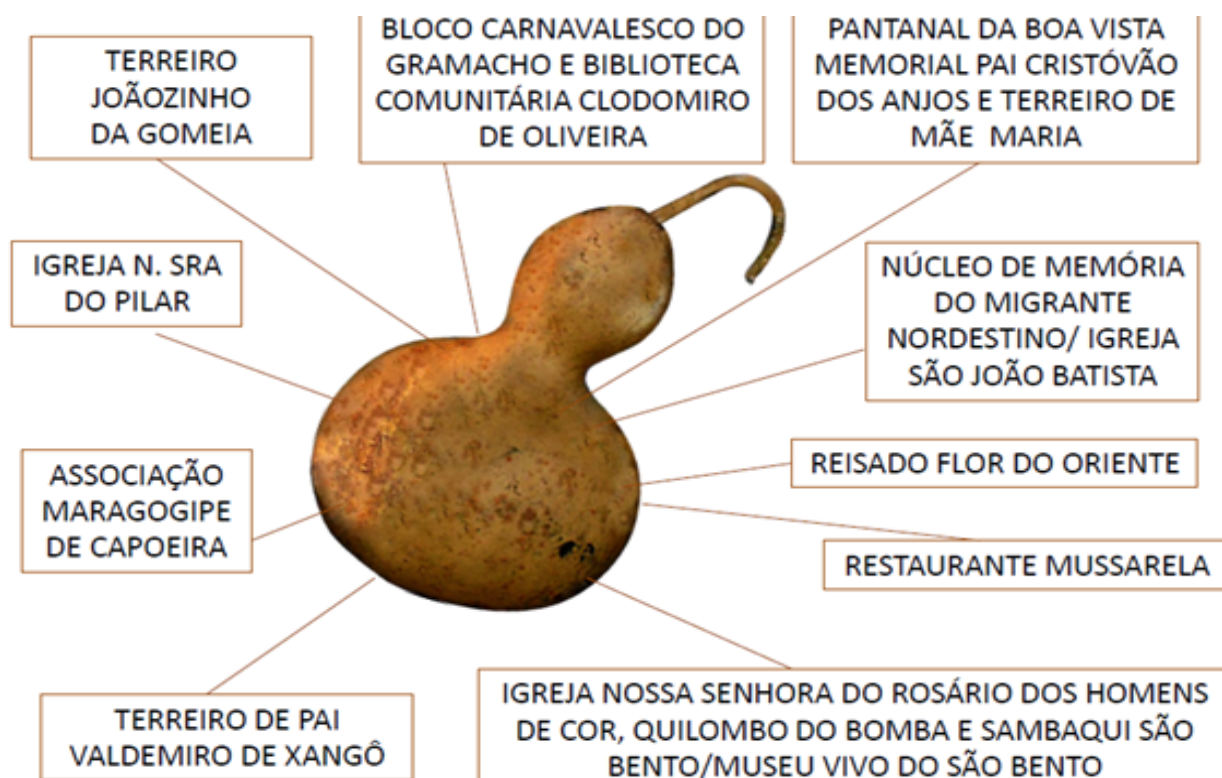
Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2015. Relatório “Importâncias 2015”, 2015.

Os agentes do museu, através das atividades de pesquisas, do diálogo com as produções escritas sobre escravidão, pós abolição, relações étnico-raciais e cultura afro brasileira, começam a consolidar espaços de memória da população afro brasileira. Pollak

¹³⁰ Disponível em: < <http://www.museuvivodosabento.com.br/novidades/i-seminario-de-estudos-da-escravidao-na-baixada-fluminense/> > Acesso em: 11/09/2016.

(1992) afirma que a associação, a produção ou a invenção de “lugares de memória” passa a configurar valores privilegiados de disputas na sociedade. Nesse sentido, a geração presente pode forjar seus interesses para encaminhar os projetos sociais e políticos com as referências sobre o passado. O relatório de 2015, “os segredos da cabaça”¹³¹, é composto por uma explicação que a cabaça é a cidade que revela segredos culturais e religiosos do território¹³². Esse relatório fornece elementos que indicam o esforço dos pesquisadores/professores do MVSb de construção de novas leituras da cidade e de consolidação de espaços/referências que incluem significados às populações das culturas afro brasileiras, como o Terreiro Joãozinho da Gomeia, o Memorial Pai Cristóvão e terreiro de Mãe Maria, a Associação Maragogipe de capoeira, o terreiro de pai Valdomiro de Xangô, a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens de cor e o Quilombo do Bomba. Esse relatório contém 102 páginas, com apresentação de cada espaço, e é resultado das pesquisas produzidas pelo museu.

Figura 16: Roteiro de Patrimônio na cidade de Duque de Caxias.



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2015. Relatório “Os Segredos da Cabaça” 2015.

¹³¹ Esse material ainda gerou a Exposição “Os segredos da Cabaça”, inaugurada em maio de 2016 no MVSb, que integra a programação da 14ª semana de museus. Disponível em:

<<http://www.museuvivodosabento.com.br/novidades/14a-semana-de-museus/>> Acesso em: 11/09/2016.

¹³² Relatório 2015: “Os Segredos da Cabaça”. p.5.

Esses espaços passaram a compor o percurso do MVSB e atualmente são incluídos nos estudos de campo e nos roteiros de visitas a serem apresentados. Isso pode ser percebido através das visitas realizadas pelos estudiosos sobre trajetórias de africanos no evento internacional “Shadd Biography Project”, sediado no MVSB e organizado em parceria com Universidade York- Canadá. Os participantes, além de visitar os arquivos públicos da cidade do Rio de Janeiro, também realizaram visitas aos espaços considerados referência às culturas afro brasileiras pelos agentes do museu, e que passaram a compor o roteiro, tal como o terreiro de Pai Cristóvão do Pantanal¹³³.

Figura 17: Registro da visita ao terreiro e ao espaço museal de Pai Cristóvão no Pantanal, bairro em Duque de Caxias



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2015. Relatório “Importâncias 2015”, 2015.

Muitos são os atuais projetos do museu que pretendem contemplar o debate sobre as vivências e os bens culturais das populações afro brasileiras, como A capoeira no Museu, O Samba no Museu, o Projetos Centenários: Joaozinho da Gomeia e Regina do Bamboxê, a oficina de escultura de mascaras africanas, as palestras e cursos de formação, o projeto Filhos da Liberdade, com entrevistas com descendentes de pessoas escravizadas, as conferências e os

¹³³Pantanal é um bairro na cidade de Duque de Caxias.

curros¹³⁴. Assim, muitos são os professores e pesquisadores que estão sendo influenciados por essa rede de memória ou influenciando novas pesquisas e outros tantos produtos. Pode ser mencionado, por exemplo, a produção do documentário sobre o Império do Gramacho, produzido pelo cineasta Heraldo HB (cine Mate com Angu), o próprio Projeto Centenário de Joaozinho da Gomeia, que continuou repercutindo na cidade através das ações de escavação pelo arqueólogo Rodrigo Pereira, doutorando da UFRJ. A UFRJ, em parceria com Museu Nacional, estabeleceu o terreiro de Joaozinho da Gomeia como um campo de investigação. Através do CRPH foi consolidada a parceria com a Secretaria Municipal de Cultura.

Assim, a atuação desses agentes sobre o patrimônio na cidade impacta na educação formal e não formal, pois passam a compor espaços de valorização das heranças das populações na cidade e das populações afro brasileiras na região. Desse modo, a relação entre o patrimônio com educação, e a educação como patrimônio, já estavam presentes nas atividades produzidas pelos membros dos CRPH e CEMPEHed, como foi evidenciado pela pesquisa de Uhelinton Fonseca Viana (2016). Ele apresenta como a pesquisa, a preservação e a divulgação sobre patrimônio estão atuando na formação de professores na cidade. As imagens abaixo apresentam as parcerias estabelecidas entre os diferentes órgãos, e como o terreno do terreiro de Joaozinho da Gomeia estava completamente abandonado. Através das ações de valorização desse ícone na cidade, o espaço ganhou visibilidade.

Figura 18: Terreiro de Joaozinho da Gomeia- Duque de Caxias: registro do MVSB antes das escavações



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2015. Relatório “Importâncias 2015”, 2015.

¹³⁴Fonte: Relatório 2014: “Nos caminhos da Diáspora ”; e Relatório 2015: “Importâncias 2015”; Relatório 2015: “Os Segredos da Cabaça”.

Com o início do processo de escavações no terreno, o assunto continuou repercutindo em outros espaços na cidade de Duque de Caxias. O Sesc realizou a programação “ÍMÓ: O despertar da consciência”¹³⁵, como contribuição aos debates no mês da consciência negra. O evento aconteceu entre os dias 3 a 29 de novembro de 2015. Dentre as atividades estava incluído o debate intitulado “Que rei é esse que veio da Gomeia?”. O arqueólogo Rodrigo Pereira participou com a representante do patrimônio imaterial do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), Luciane Barbosa de Souza.

Também estavam presentes no evento as netas de mãe Regina de Bamboxê, a mãe Lina de Oxumarê (Regina Damazia Pereira Maia), com as filhas de santo de Mae Regina, na mesa “Joãozinho da Gomeia: memória, patrimônio e a arqueologia dos terreiros. A preservação do seu legado, enquanto patrimônio histórico cultural do estado do Rio de Janeiro e do município de Duque de Caxias”¹³⁶. As imagens abaixo apresentam parte do processo de escavação do espaço.

Figura 19:Terreiro de Joaozinho da Gomeia- Duque de Caxias -Início das escavações no terreno



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2015. Relatório “Importâncias 2015”, 2015.

¹³⁵ Disponível em: / <http://www.sescrj.org.br/noticia/03/11/15/imo-o-despertar-da-consciencia-3>. Acesso em 11/09/2016.

¹³⁶ Disponível em: / <http://www.sescrj.org.br/noticia/03/11/15/imo-o-despertar-da-consciencia-3>. Acesso em 11/09/2016.

O MVSB na cidade de Duque de Caxias movimenta uma rede de memória que move muitos professores e pesquisadores para ações e reações às demandas das políticas públicas nacionais. Esses agentes que pressionam demandas públicas de atuação são atores de um processo contra hegemônico que, desse modo, influenciam e são influenciados pelas novas pesquisas e outras produções. São trabalhos que tem se apresentado com a preocupação em divulgar e valorizar as culturas afro brasileiras diante de um processo de construção e desenvolvimento do conhecimento, que passa pela formação continuada, uma marca de atuação do MVSB. Isso ocorre em atividades nas escolas, nos seminários promovidos, nos cursos de formação de professores, nas exposições e nos estudos de campos, e no constante registros dos membros do museu em atividades de auto formação. A pesquisa e as práticas patrimoniais vivem um ciclo de atuação e renovação das atividades, a partir de demandas reais experimentadas no cotidiano desses agentes do MVSB, que organicamente produzem e se articulam constantemente.

O mapeamento dos projetos apontou que as abordagens que os agentes do museu imprimem às ações patrimoniais se relaciona com as escritas identificadas na cidade, como fora apresentado no capítulo 2. Os estudos sobre resistências escravas, quilombos e identidades africanas foram frequentes nas produções da cidade e, do mesmo modo, refletiram nos primeiros grupos de estudos propostos pelos agentes do museu e foram seguidas as escritas sobre as lideranças e os intelectuais negros, com ênfase nas pesquisas sobre Solano Trindade e sua atuação no movimento negro. Desde os anos de 2012 as atividades do museu incluem essas pesquisas com estudos sobre as religiosidades africanas e práticas culturais diversas. Assim, a capoeira, os blocos carnavalescos e os terreiros de candomblé são considerados integrantes das identidades afro brasileiras no território, práticas culturais afro-brasileiras que receberam o título de Patrimônio Cultural do Brasil, desde 2000, como a capoeira, o samba e o jongo.

Os patrimônios imateriais, juntamente com o movimento negro e as resistências escravas, passam a incorporar a valorização das “culturas afro brasileiras”, especialmente nos anos de 2014 e 2015 com as comemorações de centenário de Joaozinho da Goméia e de Mãe Regina do Bamboxé. São temas que se inserem no contexto dos debates sobre a importância desses estudos para o campo da educação.

3.2.1 Os Jovens: algumas experiências afro brasileiras

Os projetos apresentados até o momento estão mais direcionados aos professores/pesquisadores e população em geral interessada na memória das culturas afro brasileiras. Contudo, é possível perceber que existem outros projetos no museu que também foram “atravessados” por essa temática e que representam como o museu está dialogando com as políticas públicas nacionais, especialmente no âmbito cultural, tal como o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

Para tanto, estamos considerando o relatório de 2013, que está organizado com três pastas de arquivos: ‘Guada’, “prestação de contas” e “vídeo”. Para a análise da presença de projetos relacionados às culturas afro brasileiras e aos “jovens” - como são chamados nos relatórios - estamos utilizando a pasta “prestação de contas”. Essa pasta contém 4 arquivos, exclusivos, sobre atividades promovidas no projeto “ Juventude semeando memória”, e o texto produzido por Marlucia Souza, com título “Nascimento”, que conta um pouco da trajetória desse projeto.

No texto produzido por Souza destaca-se que a relação com os jovens ocorre “não apenas por reconhece-los como sujeitos do conhecimento, mas como um percurso que assegura encantamento no ato da pesquisa, da descoberta e do reconhecimento do apreendido”¹³⁷. Desse modo, foram realizadas algumas experiências com os jovens/ alunos através de projetos como Caçadores de Histórias Perdidas e os Jovens Pesquisadores Populares, realizados em 2008.

E para contar um pouco sobre esses projetos, o texto da professora Marlucia Santos, intitulado “Nascimento: Experimentações em Educação Patrimonial instituídas pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, Museu Vivo do São Bento e C. E Guadalajara”, torna-se pertinente. Esse artigo está incluído no volume de informações do relatório 2013 e, conforme informação do próprio texto, ele foi publicado para o Seminário de Educadores de Museus na Chácara do Céu. O texto relata o nascimento dessas atividades educativas que configuram uma das ações desse Museu.

Souza, através do texto, conta que desde as atividades promovidas pelo Departamento de História da FEUDUC, a partir da APPH-Clio e coordenadas pelo professor Antônio Augusto, os jovens teriam iniciado pesquisas dentro de uma proposta denominada

¹³⁷Texto/ Relatório 2013. Souza, Marlucia Santos. Nascimentos: Experimentações em Educação Patrimonial instituídas pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, Museu Vivo do São Bento e C.E Guadalajara. p.2.

Monografias de Bairro. Contudo, tal documentação não permite identificar quem são esses “jovens”, mas como se tratam de “monografias sobre o bairro”, estamos inferindo que são pesquisas realizadas pelos alunos da Feuduc. Através do levantamento que realizei na APPH-Clio sobre os escritos da Baixada Fluminense, também identifiquei um significativo volume de trabalhos de pesquisas sobre os bairros realizados pelos alunos da graduação da Feuduc, através de uma disciplina chamada História dos bairros.

Essa experiência tinha o caráter coletivo e gerava material que impulsionava novas pesquisas e consultas. Esperava-se com isso maior participação dos pesquisadores em trabalhos de campo e lutas em defesa do patrimônio local. Outra experiência com vínculo direto com o chamado “chão da escola” foi a parceria estabelecida com o Colégio Estadual Guadalajara, em 2008. O MVSB passou a auxiliar no eixo memória e comunicação no projeto da escola. O Guada, como é conhecida a escola, estava desenvolvendo o Projeto Comunidade Educadora, em parceria com a CARE-Brasil, uma organização não governamental. O objetivo geral desse projeto era assegurar as permanências dos jovens na escola, especialmente por conta da violência do seu entorno, e afirmar o protagonismo desses jovens na realidade vivida. Simultaneamente, outra atividade com jovens estava sendo vivenciada por um professor do CRPH, através de um trabalho realizado com jovens do ensino fundamental na E. M. Aquino de Araújo. Esses alunos eram conhecidos como “Caçadores das Histórias da Vila São Luís” e se dedicavam a registrar as memórias de moradores mais velhos do lugar.

Com essas experiências, iniciou-se uma série de chamadas dos jovens de diversas escolas públicas do entorno para participar de um encontro de formação. A proposta dessa formação era direcionar ao uso das experiências já vividas nos projetos de “história de vida” e “café com história”. O interesse era capacitar para o trabalho com as entrevistas, além de discutir as “categorias memória e história”¹³⁸. A atividade foi realizada durante o final de semana no Guada. De acordo com o texto de Souza, a equipe que coordenou esse encontro considerou que as escolas enviaram “os jovens que possuíam mais dificuldades na escola”, e que essa teria sido uma boa escolha, por que esses alunos precisavam ser reconhecidos. E ela afirma que dessa forma nasceu o grupo “Jovens Pesquisadores Populares”.

Assim, muitas oficinas foram realizadas: fotografia, grupos de estudo relacionados a memória, patrimônio e história de vida, dentre outras. Esses meninos e meninas produziram

¹³⁸Texto/ Relatório 2013. Souza, MarluCIA Santos. Nascimentos: Experimentações em Educação Patrimonial instituídas pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, Museu Vivo do São Bento e C.E Guadalajara. p.5.

curta-metragem com a assessoria do Cineclube Mate com Angu, fotografaram, realizaram entrevistas, produziram livros digitais, exposição de jogos para crianças, gravaram depoimentos, entre outras atividades. Por que “não bastava apenas pesquisar, era preciso guardar, publicar e ofertar acesso”¹³⁹.

O Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias também iniciou uma parceria com uma organização não governamental italiana, Comunidade Empenho Serviço Voluntariado (CISV), em 2009. Com a aprovação do Projeto Comunidade Viva do São Bento, financiada por recursos do episcopado italiano, o CRPH e o Museu Vivo do São Bento passaram a contar com apoio financeiro para realização da formação dos jovens, bem como para o desenvolvimento dos outros eixos de atuação, como o Grupos de Estudos com os professores da rede de ensino no município e o Grupo LUTARTE (luta com arte). A partir desse momento, os jovens das escolas públicas do Grande São Bento foram convidados para a formação de agentes do patrimônio e guias do Museu Vivo do São Bento. O texto produzido por Souza reforça os aspectos positivos que o projeto com os jovens desejava promover, tais como:

Trabalhava-se culinária, musicalidade, cinema e jogos como caminhos de interação para pensar e construir amorosidade para com o museu, a comunidade e a cidade local. Patrimônio, cultura, museu, história, cidade, meio ambiente, capoeira, oralidade e corporeidade permeavam o trabalho com os agentes do patrimônio¹⁴⁰.

Desse modo, ocorreu a interação entre os jovens agentes do patrimônio e os pesquisadores populares. Diante da perspectiva de que através da pesquisa seria desenvolvido um sentimento de valorização e pertencimento, paralelamente à responsabilidade de cuidado do patrimônio. Isso fica visível através de alguns tópicos destacados no texto de Souza para as experiências compartilhadas pelos jovens:

- a importância do trabalho de pesquisa como ferramenta valiosa da valorização e investigação da memória social e da afirmação do sentimento de pertencimento dos jovens ao seu território e a cidade em que vive;

¹³⁹Texto/ Relatório 2013. Souza, MarluCIA Santos. Nascimentos: Experimentações em Educação Patrimonial instituídas pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, Museu Vivo do São Bento e C.E Guadalajara. p.5.

¹⁴⁰Texto/ Relatório 2013. Souza, MarluCIA Santos. Nascimentos: Experimentações em Educação Patrimonial instituídas pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, Museu Vivo do São Bento e C.E Guadalajara. p.5.

- a importância da construção de um caminho que afirme o comprometimento desses jovens para com o patrimônio local, quando estiver sendo ameaçado, e principalmente com a vida¹⁴¹

Esses jovens começaram uma “nova história” e os relatórios trimestrais produzidos pelo museu, como apresenta a imagem abaixo, são referentes ao projeto “Juventude semeando memória e cidadania”, que aconteceu no período de outubro de 2012 a outubro de 2014, com o financiamento da Casa da Moeda do Brasil. São oito relatórios trimestrais, sendo 4 apresentados em 2013 e 4 apresentados em 2014. Esses documentos foram produzidos com diagramação de qualidade e composto por textos, desenhos produzidos pelos jovens, e diversas fotografias das atividades realizadas durante esses períodos. Esse material contribui para afirmar como as temáticas são abordadas e como os jovens construíram suas demandas.

Figura 20: Capa do relatório do projeto Juventude Semeando Memória e Cidadania



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2013. Relatório CRPH, 2013

As atividades promovidas dentro do “Projeto Jovens Agentes do Patrimônio”, segundo o registro no MSVB, compreendem uma experiência pedagógica com jovens entre 12 e 18 anos. Esse projeto também permite entender como museu de percurso construiu/constrói suas ações de intervenção para defesa dos patrimônios na cidade, como as ações que envolvem a

¹⁴¹ Texto/ Relatório 2013. Souza, Marlucia Santos. Nascimentos: Experimentações em Educação Patrimonial instituídas pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, Museu Vivo do São Bento e C.E Guadalajara. p.6

comunidade para a responsabilidade, do que Chaga (2015) chamou de compromisso com a recepção do patrimônio. O projeto teve início em 2010 e é considerado como uma

ação de educação patrimonial-museal sonhada com o intuito de fortalecer vínculos de aprendizagens, tão mutuas quanto múltiplas, com a comunidade do grande São Bento, sempre a partir de abordagens que se articulam em torno de memória-patrimônio-afetos.¹⁴²

Antes de abordar as diferentes participações dos jovens em atividades relacionadas às culturas afro brasileiras no período do Projeto Juventude Semeando Memória e Cidadania, vale recuperar a relação desse projeto com algumas políticas públicas culturais, dentre elas as propostas do Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.345, em dezembro de 2010. O PNC tem por finalidade:

[...] o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País. (BRASIL, 2011).

Relacionar as políticas públicas nacionais aos investimentos que determinadas instituições ofereceram e oferecem a determinados projetos contribui para o entendimento da apropriação que os movimentos sociais realizam das ofertas de financiamento, ciente que são parte na elaboração das políticas, resultantes de muitos conflitos. Assim, é possível perceber que as empresas e as instituições compreendem essa dinâmica e operam no campo ideológico.

O plano de metas, que compõe o Programa Nacional de Cultura, contém 53 metas, constantes de documento aprovado em dezembro de 2011. Elas direcionam ações para dez anos (2010 a 2020), e o plano “foi construído com base em discussões ocorridas nas conferências municipais, estaduais e nacionais de cultura e consolidados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Por isso PNC reflete anseios e demandas de todo país, com respaldo poder público e da sociedade civil”¹⁴³, sendo um resultado da abertura política e da ação de diferentes agentes. Assim, como nos apresenta Sonia Regina de Mendonça (2007), “o essencial para análise do Estado e das políticas públicas é toma-las enquanto resultado do embate entre frações de classes distintas, em disputa pela inscrição de seus

¹⁴²Disponível em: <<http://www.museuvivodosaobento.com.br/projetos/jovens-agentes-do-patrimonio/>>. Acesso em :11/09/2016.

¹⁴³Disponível em: Metas para o Plano Nacional de Cultura, 3ª edição, 2013. Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/12/As-metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura_3%C2%AA-ed_espelhado_3.pdf>. Acesso em :11/09/2016, p. 8.

projetos junto às agências de Estado restrito” (MENDONÇA, 2007, p.7). Isso implica em entender como o MSVB também tem em suas experiências impactado as políticas públicas, do mesmo modo que também as absorve. Essa compreensão implica em considerar que determinadas metas do PNC estão contidas nas ações do museu, resultado de ações e práticas presentes em um espaço que se propõe a repensar seu território, visto tratar-se de um museu de percurso, logo se propõe a estabelecer uma relação direta com a comunidade. Assim, dentre as metas do PCN, destaca-se a 4, que prevê a proteção e a valorização dos conhecimentos e expressões culturais populares e tradicionais, tais como:

Trazer os conhecimentos e expressões culturais populares e tradicionais para dentro da escola. A escola precisa incluir as pessoas reconhecidas pela sua própria comunidade como portadoras de saberes e fazeres das tradições. Essas pessoas, mestres, mestras e praticantes, são a memória viva e afetiva de suas comunidades e das tradições transmitidas de geração em geração. Dar oportunidade para essas pessoas ensinarem na escola formal é uma maneira de valorizar a identidade, ancestralidade e criatividade do povo brasileiro nos processos educativos. Isso também permite aos alunos vivenciar o aprendizado de tradição oral.¹⁴⁴ (Metas PNC, 2013, p.31).

A imagem abaixo apresenta a participação dos jovens no curso de formação continuada para os professores sobre Patrimônio, memória e cultura afro brasileira, ocorrido no ano de 2014. Os jovens realizaram fotografias e filmagens das aulas, e também participaram dos encontros e atividades de estudo de campo, compartilhando diferentes saberes e fazeres sobre o patrimônio cultural afro brasileiro. Tiveram contato com os alunos do curso, desde professores, profissionais liberais, militantes na cidade, mestres de capoeira, entre outros.

Importante mencionar as parcerias que o museu estabelece, visto que muitas atividades não acontecem na sede do museu, mas em espaços com um melhor acesso de transportes, como a Feuduc – conforme imagem abaixo – ou mesmo no auditório da Biblioteca Leonel Brizola. A Instituição Feuduc reaparece nos diferentes projetos, seja como sede ou mesmo como um espaço de formação dos líderes e atuantes na cidade. E a biblioteca fica no centro de Duque de Caxias, e estabeleceu parceira para realização de diversas atividades do MSVB: A conferência com o professor Joao Reis e Monica Lima, aulas do curso de Patrimônio, exposição KUMBUKUMBU e exposição Vidas na Fé. Atualmente, o diretor da Instituição é

¹⁴⁴Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/12/As-metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura-3%C2%AA-ed_espelhado_3.pdf/> Acesso em :11/09/2016, p. 31

o professor Antônio Carlos Magalhaes, formado em História pela Feuduc¹⁴⁵ e atuante nos temas de História Local e Regional. Segundo dados do seu currículo, o principal tema de atuação profissional do professor é Solano Trindade e Baixada Fluminense. Ele também recebeu em 2008 uma Menção Honrosa do Conselho Municipal dos Direitos do Negro e da Promoção Étnica e Igualdade Racial de Duque de Caxias, e seu currículo enfatiza sua atuação nos pré-vestibulares para negros e carentes na cidade.

Figura 21: Registro do curso e dos jovens atuando



Participação de professores, de alunos, dos jovens agentes do patrimônio, de militantes dos movimentos culturais e do Negro...

Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Nos caminhos da Diáspora”, 2014.

O Projeto Juventude Semeando Memória e Cidadania contempla muitas metas do PNC, que possui três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica. No que se refere à dimensão simbólica, vale o destaque:

Um olhar atento às linguagens artísticas (música, literatura, dança, artes plásticas, etc.), mas serão igualmente reconhecidas e valorizadas muitas outras possibilidades de criação simbólica, expressas em novas práticas artísticas em modos de vida, saberes e fazeres, valores e identidades. Os saberes tradicionais estarão protegidos e mestres e mestras poderão transmiti-los na escola, possibilitando, assim, uma nova experiência na educação. No mesmo sentido, estarão ampliados os meios de assegurar a promoção e o reconhecimento de culturas indígenas e de grupos afro-brasileiros. (Metas PNC, 2012, p.18).

¹⁴⁵ Conforme plataforma Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4485573Z6/> Acesso em: 11/09/2016.

Assim, inferimos que o projeto faz parte de uma demanda nacional, em que as culturas afro brasileiras ganham evidência, uma vez que muitas medidas públicas foram realizadas, tais como o “Decreto n. 3.551 de 4 de agosto de 2000, que instituía um patrimônio cultural imaterial a partir da valorização da cultura afro-brasileira” (ABREU; MATTOS; DANTAS 2010 p.24). Além da promulgação do Decreto n. 4.228, de maio de 2002, que institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da Administração Pública Federal; a Lei n. 10.639 de 2003 que estabelecia as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira, citamos o Decreto n. 4.886 de 2003 que cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Decreto n. 4.887 de novembro de 2008, que regulamentava e agilizava o direito à terra aos descendentes de escravos. Somado a essas ações, a partir de 2000 muitas manifestações culturais afro-brasileiras receberam o título de Patrimônio Cultural do Brasil, como o samba de roda, o jongo e o acarajé (ABREU; MATTOS; DANTAS ,2010).

Diante das medidas públicas nacionais e internacionais, como ignorar os próprios registros das diversas atividades desenvolvidas pelo MVSB que revelam uma presença significativa das populações negras na cidade. Isso pode ser evidenciado através da imagem da oficina de cinema realizada com a parceira do cineclube Mate com Angu sobre o Reisado Flor do Oriente, em 2013, com a proposta de valorização da cultura local.

Figura 22: Registro da atividade do Cineclube e os pesquisadores populares no Reisado Flor do Oriente



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2013. Relatório “Guada// Apresentação memória e comunicação I”, 2013.

Através da documentação produzida – os relatórios –, é possível notar que as temáticas das culturas afro brasileiras estão em processo de construção para os profissionais do museu. Os debates sobre escravidão, resistência escrava e os quilombos da região eram uma constância nas propostas de atividades e estudos de campo, em especial nos relatórios entre 2007 e 2012. Isso, talvez, tenha influência com o avanço das produções historiográficas no campo da escravidão, com destaque as redes de solidariedade através dos compadrios, as identidades africanas e a aplicação e leituras/pesquisas que mesclam os conceitos de “negociação e conflito”, desenvolvidos por Reis e Silva (1989).

Contudo, em 2013 outras abordagens são produzidas, especialmente em atividades contemporâneas e com ênfase no valor imaterial, como por exemplo o registro sobre a atividade “O candomblé e outras religiões” consta no relatório 4 do projeto “Juventude Semeando Memória e Cidadania”¹⁴⁶. Dentre os objetivos constava “conhecer um pouco sobre as religiões de matriz africana, principalmente o Candomblé, procurando compreender seus princípios e ritos, desmistificando preconceitos e temores a respeito delas” (relatório Juventude Semeando cidadania n.4, p.40). Também é possível enfatizar, ainda no mesmo relatório e também nos demais (relatório.2 e 3) a Roda de Capoeira. De acordo com a imagem que segue, o mestre Gege promove, além do desenvolvimento físico, habilidades instrumentais, maculelê, aulas dos cantos-músicas de capoeira, dentre outras. A capoeira é reconhecida como patrimônio imaterial pelo Iphan¹⁴⁷ desde 2008, e tem algumas particularidades, pois consta em dois livros do IPHAN: a roda de capoeira no “Livro das formas de Expressão” e no registro do ofício de mestre de capoeira no “Livro dos Saberes”¹⁴⁸. Assim, as atividades são mais amplas e não se restringem aos exercícios físicos, mas envolvem os saberes transmitidos pelo mestre.

¹⁴⁶ Relatório: pasta “Prestação de contas”: arquivo: “relatório 04: Juventude Semeando memória e cidadania”. Ano 2013.

¹⁴⁷ O dossiê foi realizado entre 2006 e 2007. O documento consta na página do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf>. Acesso em: 14/05/2015.

¹⁴⁸ A capoeira está registrada no IPHAN com bem imaterial da humanidade. Os bens imateriais são registrados em livros de acordo com suas características, contudo a capoeira é o único bem, até o momento, a constar em dois livros. São: o livro Registro dos Saberes, criado para receber os registros de bens imateriais relacionados aos conhecimentos enraizados nas comunidades e Registro das Formas de Expressão, criado para o registro de formas artísticas em geral. Além dos livros citados, os patrimônios considerados imateriais ainda podem ser registrados nos livros dos Registro dos Lugares, ou seja, lugares que possuam sentido diferenciado culturalmente; e o Livro do Registro de Celebrações, ritos e festas que marcam a vivência coletiva e religiosa. Disponível em: </portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122/>. Acesso em: 12/09/2016.

Figura 23: Registro do Maculelê com Mestre Gegê



Fi

Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2013. Relatório “01 Juventude Semeando memória e cidadania”, 2013.

O dossiê para o processo de salvaguarda da capoeira como patrimônio imaterial do Brasil também oferece outras informações que contemplam a relação macro dessa atividade. Esse documento foi lançado em 2006, juntamente com o edital do “Capoeira Viva, parceria do Minc com a Petrobras, que apresentava linhas de fomento para grupos e mestres nas áreas de pesquisa, formação de acervo e ações socioculturais. A capoeira também teria sido privilegiada em outras linhas de atuação, com o edital para incentivo em documentários e Pontos de Cultura. Desse modo, essas práticas são parte dessa relação entre o micro e o macro das produções e debates sobre a temática. Percebe-se, através das ações, que o MVSB faz parte de processo que pressiona um dever de memória, mas também é visível que muitos projetos ocorrem simultaneamente às próprias ações governamentais, ou mesmo sendo influenciado por elas para uma atuação nas leituras identitárias afro brasileiras na região.

As atividades desenvolvidas pelos agentes do museu apresentam essa conexão com as pesquisas produzidas sobre a região, e um tema recorrente é Solano Trindade. Uma dessas propostas pode ser evidenciada através de uma atividade direcionada aos jovens, que

participaram de leituras e reflexões sobre a Biografia de Solano Trindade.¹⁴⁹ O objetivo era “Refletir sobre a participação que cada um de nós pode assumir na construção e transformação de uma identidade cultural, nos espaços de convivência em que estamos inseridos”¹⁵⁰. O relatório 03 ainda destaca a imagem de Solano Trindade e apresenta parte de sua biografia que, possivelmente, foi compartilhada com os presentes durante a apresentação pública no ano de 2013. As palavras iniciais do texto enfatizam que a fonte é “O negro Escrito, de Oswaldo de Camargo”. Inicia-se com o título “Solano Trindade, vento forte da África”, e segue:

De todos os escritores negros, ligados à coletividade negra brasileira, o que deixou presença mais forte foi Solano Trindade. Foi o primeiro a escrever, com especificidade, para negros, naquele tempo. Pagou o preço disso, e como! Solano Trindade era poeta, pintor, teatrólogo, ator e folclorista. Nasceu no dia 24 de julho de 1908, no bairro de São José, no Recife, capital de Pernambuco. Era filho de Manuel Abílio, mestiço, sapateiro, e da quituteira Merença (Emerenciana). Estudou até completar um ano de desenho no Liceu de Artes e Ofício. A partir de então, começa a escrever (...) ¹⁵¹.

As atividades com essa preocupação de promover um conhecimento sobre a construção histórica do território relacionadas às produções de conhecimento sobre a região já eram realizadas desde 2010, com os jovens pesquisadores populares, no projeto do colégio Guada. Ainda com ênfase na temática da escravidão, eles participaram de um Grupo de Estudos “Escravidão nas cercanias da Guanabara e na Fazenda de Iguaçu”, conforme registro abaixo.

¹⁴⁹ Poeta e teatrólogo brasileiro, ele foi uma referência para o movimento negro através de sua atuação intelectual. Nasceu em Recife em 1908 e mudou-se para o Rio de Janeiro em 1940. Em 1943 vai morar na cidade de Duque de Caxias. Ver: GREGÓRIO, 2005.

¹⁵⁰ Relatório 2013 - 03 Juventude semeando memória e cidadania, p.22.

¹⁵¹ Relatório 2013 - 03 Juventude semeando memória e cidadania, p. 29.

Figura 24: Registro do trabalho de campo no Porto Pilar e Estrela



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2010. Relatório “O Percurso do CRPH”, 2010.

Os relatórios mais recentes do MVSB apresentam outras abordagens sobre as contribuições dos africanos no cotidiano brasileiro. A professora Helena Theodoro e o professor Nielson Bezerra realizaram em 2013 o encontro com título “Consciência Negra – A África no Imaginário Brasileiro”¹⁵², seguido de outros encontros, como “O caminho da Diáspora Africana – o olhar da religiosidade”¹⁵³, que tinha a proposta de verificar as implicações e as consequências do debate sobre a religiosidade, a partir do conceito de Diáspora Africana.

Os relatórios de 2014 apresentam continuidades e descontinuidades das atividades relacionadas às vivências afro brasileiras. Uma pausa aconteceu com a capoeira, pois o mestre Gegê precisou se ausentar e com isso as rodas de capoeira, segundo o relatório do primeiro trimestre, permaneceram, mas sem a presença do mestre. Aguardando substituição, os jovens permaneceram no ritmo, e ainda no início do ano realizaram um estudo de campo ao centro do Rio de Janeiro sobre a Diáspora africana, com o professor Cláudio Honorato pelo “Caminho

¹⁵² Relatório Juventude Semeando Cidadania 05, p58.

¹⁵³ Relatório Juventude Semeando Cidadania 05, p.61.

dos pretos: Praça Quinze, Arco do Telles, Casa França-Brasil (Alfândega) ”¹⁵⁴. A atividade seguiu para o Morro da Conceição, Pedra do Sal, Cais do Valongo e Instituto dos Pretos Novos, na Gamboa. Importante perceber como as atividades promovidas, em especial os estudos de campo, destacam a participação da população negra e a participação para construção do território. A imagem abaixo apresenta os jovens na visita ao Instituto dos Pretos Novos, na Gamboa.

Figura 25: Registro da visita ao Instituto Pretos Novos



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Jovens agente do patrimônio - Juventude Semeando Cidadania 06”, 2014.

Esses projetos sobre os jovens são importantes para entender a ênfase que o “patrocínio” favoreceu as atividades de entrevistas e ações nas comunidades e como oportunizou a atuação das produções recentes sobre as populações negras na cidade para o desenvolvimento de divulgação e preservação de patrimônios afro brasileiros. Através do Projeto Ciranda de Memórias¹⁵⁵, eles realizaram entrevistas com moradores, dentre eles integrantes da velha guarda do Bloco Carnavalesco do Império do Gramacho, e do Bloco Carnavalesco Uirapuru. As imagens abaixo revelam que foram entrevistados quatro africanos refugiados e representantes da Associação de Africanos Angolanos e Congolese no Rio de

¹⁵⁴ Relatório: Pasta Prestação de Contas: Relatório 06” Juventude Semeando Memória e Cidadania”, p.7.

¹⁵⁵ Relatório Eixo Memória Ano IV, 2011, p. 8.

Janeiro, que residem no bairro Gramacho, em Duque de Caxias.¹⁵⁶ Essas entrevistas promoveram um encontro com a diáspora contemporânea e o conhecimento da presença de africanos na Baixada Fluminense.

Figura 26: Registro das Entrevistas- Presença Ango-Congolosa



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2011. Relatório “Eixo Memória Ano IV”, 2011.

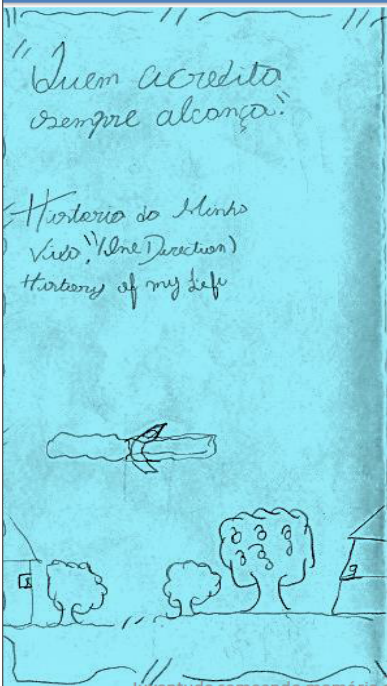
O Projeto “Juventude Semeando Cidadania” teve um período determinado de financiamento, mas que permitiu a realização de relatórios bem detalhados e registrou que continuaram com suas atividades. Tanto que o relatório 08 faz uma abertura que pode representar como o envolvimento dos jovens gerou uma continuidade e, especialmente, um desejo de mudanças. O texto de Jaqueline de Oliveira Nascimento, da “ (...) menina (que) teve a oportunidade de voltar àquele lugar que era mágico e continuar aquela história...”¹⁵⁷ apresenta uma jovem que participou do projeto, realizou posteriormente a graduação de História e retornou ao projeto como professora.

¹⁵⁶ Essas entrevistas estão disponíveis através do DVD que faz parte da Coleção – CRPH ENTREVISTA, com duração de 108 minutos.

¹⁵⁷ Relatório 2014: “Jovens agentes do patrimônio - Juventude Semeando Cidadania 08”, p.7.

Figura 27 -Texto de Jaqueline Nascimento

ESSES TAIS JOVENS AGENTES DO PATRIMÔNIO - 08



Juventude semeando memória e cidadania / processo 3078/2012 (prestação de contas - JUL-AGOS-SET-OUT/ 20114

“QUEM ACREDITA SEMPRE ALCANÇA.”

Era uma vez uma menina caxiense. Ela morava num bairro chamado São Bento, em Duque de Caxias. De sua casa, ela olhava os dias e ia vendo aquela cidade crescer. Quando sua mãe a levava para a escola, no caminho, ela observava as mudanças que iam acontecendo naquele lugar. A menina não sabia que ali existia história.

O tempo foi passando e a menina crescendo. Um dia ela entrou num programa de formação patrimonial chamado Jovens Agentes do Patrimônio, no Museu Vivo do São Bento. Foi quando ela começou a ver aquele lugar de um jeito diferente: aquele lugar fazia parte da sua história e da História do Brasil. Como é que ninguém sabia disso?

A menina teve a sorte de conhecer os professores Antônio Augusto, Risonete, Leu, Flávia, Marlúcia...

O grupo de jovens Agentes do patrimônio foi crescendo e fizeram varias coisas juntos. Inclusive viajaram para Paraty e para Minas Gerais.

O tempo continuou passando, outros jovens entraram para o programa, aprenderam, saíram. Não sei se eles lembram de quando a gente fez um documentário sobre o São Bento.

Bem, a menina cresceu e também teve que sair do programa para seguir seu caminho. Acontece que a menina jamais esqueceria daquela sua história, aí ela se formou em História, que era seu sonho e, tempos depois, ela recebeu um convite para dar aula naquele programa que ela participava quando era criança e jovem.

A menina teve a oportunidade de voltar àquele lugar que era mágico e continuar aquela história...

Jaqueline de Oliveira Nascimento -
Jovem agente do patrimônio
7

Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Jovens agentes do patrimônio - Juventude Semeando Cidadania 08”, 2014.

Essas experiências fazem parte de um processo que envolve vida e prática, ações que não se propõem pontuais, mas que gerem continuidades. Existe uma preocupação “não apenas de trazer as pessoas ao museu, mas, sobretudo, como levar o museu à escola e aos espaços educativos com vistas a democratizar o acesso, de encurtar as distâncias do público e das coleções”¹⁵⁸. O museu indica um diálogo com seu entorno e isso passa pelos diferentes atores, reconhecendo a cultura como um direito de todos, o que pode ser identificado na dimensão cidadã do PNC, que entende a cultura como um direito básico do cidadão. E ainda destaca que “a Constituição Federal inclui a cultura como mais um dos direitos sociais, ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia e lazer” (Planos de Metas, 2013, p.19).

Desse modo, as atividades com os jovens no MVSB estão inseridas em duas das três dimensões do PNC: simbólico e cidadã. Através do projeto “Juventude Semeando Cidadania” os jovens vão revelando as demandas temáticas desse território, do mesmo modo que vão estabelecendo uma “relação da cultura com a educação e a promoção da livre expressão e salvaguarda do patrimônio e da memória cultural” (Plano de Metas, 2013, p. 19).

¹⁵⁸ Texto/ Relatório 2013. Souza, Marlúcia Santos. Nascimento: Experimentações em Educação Patrimonial instituídas pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, Museu Vivo do São Bento e C.E Guadalajara. p.1

3.2.2 Mulheres e o patrimônio

A prestação de contas do ano de 2015, também comemorativo aos dez anos de institucionalização do Museu Vivo do São Bento, gerou emoção e também muitos registros de memórias desse período de existência. É importante lembrar que a prestação de contas é pública, e no caso de 2015 foi também uma cerimônia comemorativa aos dez anos de existência da instituição. Um texto/carta entregue aos participantes dessa atividade oferece um pouco dessa trajetória, que imprime a participação de muitos na construção desse espaço. Isso se reflete na própria produção do texto que não consta autoria, ou mesmo sugere, como quase todos os textos presentes nos relatórios, uma autoria coletiva, sempre na primeira pessoa do plural. O texto/ carta destaca que a ação patrimonial é vivida como parte de um processo constante de lutas e resistências de muitos agentes.

Lutas e desejos nem sempre escutados, muitas vezes silenciados, mas que teimam em se virar casa de encontros e reencontros para abrigar e garantir a preservação ambiental e o estabelecimento de espaços de câmbios culturais e afetivos entre mulheres, jovens, educadores, pesquisadores e moradores das periferias.¹⁵⁹

Esse trecho recupera as importâncias de cada projeto ao longo dos dez anos para o MVSB. Dentre esses projetos, está o grupo de mulheres que são integrantes do LUTARTE (luta com arte). Esse grupo tem a proposta de “uma educação Patrimonial com ênfase no ser humano, em seus saberes e fazeres”¹⁶⁰. Elas, como os jovens e os educadores, também estavam inseridas nas propostas gerais do museu, que podem ser melhores definidas através da apresentação do Projeto Comunidade Viva do São Bento, de 2009, cujo objeto central era

Contribuir com o fortalecimento do exercício de Cidadania da população da Baixada Fluminense e com a mobilização popular das comunidades da Grande São Bento, Duque de Caxias/RJ, para a construção de movimentos emancipatórios de resgate da memória e de saberes populares.¹⁶¹

Dentre as atividades principais direcionadas às mulheres, nesse projeto, estavam economia solidária, com o objetivo de promover oficinas de artesanato, gestão de um fundo de microcrédito e a produção de suvenires do Museu Vivo¹⁶². Nesse eixo de atuação do

¹⁵⁹ Relatório 2015. Arquivo: Dez anos da presença na cidade...” Texto/carta entregue na aos participantes na prestação de contas 2015.

¹⁶⁰ Relatório CRPH, 2011, p.19.

¹⁶¹ Relatório 2009: “Apresentação Projeto São Bento”.

¹⁶² Relatório 2009: “Apresentação Projeto São Bento”

MVSB, as mulheres do LUTARTE (luta com arte), parecem contemplar as dimensões do Plano de Metas do PNC, anteriormente mencionadas: simbólica, cidadã, mas também absorve a terceira dimensão, a econômica, que

Considera o potencial da cultura para gerar dividendos, produzir lucro, emprego e renda, assim como estimular a formação de cadeias produtivas que se relacionam às expressões culturais e à economia criativa. É por meio dessa dimensão que também se pode pensar o lugar da cultura no novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável (Plano de Metas, 2013, p. 19).

Essas ações antecedem a própria formulação do plano de metas (2011) e contribui para o entendimento que esses movimentos nacionais são parte das demandas impulsionadas pelos diferentes espaços brasileiros, e que se configuram conforme os debates e as demandas que pressionam uma determinada memória. Os relatórios de 2009 apresentam como essas produções estavam relacionadas a um conhecimento do território e valorização do espaço, especialmente por mulheres da ocupação do Novo São Bento¹⁶³. As imagens abaixo são de artesanatos com as imagens da cidade de Duque de Caxias e dos espaços patrimoniais do Museu Vivo do São Bento. Um indicador que o trabalho não era apenas associado a um auxílio para gerar renda para essas mulheres, mas também promover uma participação nesse percurso do museu, uma vez que “o percurso principal é aquele estabelecido nas relações sociais e afetivas, entre as pessoas, os lugares de memória e as coisas, ou seja, a relação que o sujeito experiencia com o outro”¹⁶⁴.

¹⁶³ Um espaço ocupado através de movimento sociais na década de 90.

¹⁶⁴ Texto incluso no material entregue referente ao Relatório de 2015,

Figura 28 -Registro dos artesanatos do grupo LUTARTE



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2009. Relatório “Os bordados do CRPH”, 2009.

Algumas foram as “dificuldades em manter o grupo devido a inexistência de creche e do retorno financeiro frágil”¹⁶⁵. Contudo, elas mantiveram uma produção artesanal, com feitura de bolsas, cadernos e camisetas e também conseguiram uma barraca na feira do artesão. Os slides abaixo são da prestação de contas de 2010 e apresentam um conjunto de fotos que representam um novo movimento para o Grupo, que as inserem na perspectiva de troca de saberes, com o fio condutor da valorização do patrimônio. Assim, elas também passam a participar de Grupos de Estudos mensal e apresentam suas vivências em congressos¹⁶⁶.

¹⁶⁵ Relatório 2010: “O percurso do CRPH”

¹⁶⁶ Relatório2010: “O percurso do CRPH”

Figura 29 - Registro dos Grupos estudos LUTARTE



Grupo de Estudos com mulheres do São Bento uma vez ao mês

Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2010. Relatório “O Percurso do CRPH”, 2010.

Todavia, o relatório de 2011 informa certas rusgas no interior do grupo, que enfraqueceram o LUTARTE. A direção do CRPH realizou todo um movimento para “que se reconcilhassem”¹⁶⁷, mas sem sucesso inicialmente. Desse modo, foi promovido um chá e distribuídos 50 convites, e muitas compareceram no espaço da casa de retiro São Francisco-Instituto São Bento. E desde aquele momento passaram a se reunir as quintas feiras a cada quinze dias, naquele espaço. Realizaram diferentes produtos, como fuxico, crochê, bordados, entre outros.

A Secretaria Municipal de Educação recebeu agradecimento especial no relatório de 2011, pois ofereceu apoio ao museu naquele ano, através da ampliação da carga horária de alguns membros da equipe e a contratação de novos funcionários, o que possibilitou a dedicação e a continuidade dessa ação com as mulheres artesãs. Vale lembrar que o fundo financeiro oriundo do CISV tinha findado em 2010, e todo apoio ao projeto foi relevante naquele momento. Assim, muitas das mulheres que foram ao chá/convite deixaram o grupo, por motivos diversos e muitas outras se juntaram ao grupo. Desse modo “as artesãs alinhavavam, no invisível, o princípio da autonomia, da autoria e do reconhecimento de si e

¹⁶⁷Relatório 2011: “ relatório CRPH”, p.19.

do outro enquanto instâncias, inegavelmente, dialógicas e amorosa”¹⁶⁸. Uma atividade com as mulheres artesãs que identifica a importância desse grupo na dinâmica de recepção e valorização das culturas afro brasileiras foi a oficina com esculturas de madeira realizada em 2014, com Lukman Alade Fakeye. O registro sobre essa atividade reforça a necessidade dessa experiência ao destacar “a cultura yorubá unindo laços entre a África e o Brasil no passado e no presente”¹⁶⁹.

O nigeriano também expôs suas obras no Instituto Histórico de Duque de Caxias e participou de cursos sobre Diáspora africana em diferentes espaços da Baixada Fluminense, como no Sesc Nova Iguaçu. Além ter realizado a doação de uma peça para o museu que circulou na exposição KUMBUKUMBU: África, Memória e Patrimônio na Baixada Fluminense, que foi inaugurada em 1 de outubro de 2014, na biblioteca Leonel Brizola em Duque de Caxias.

Dessa forma, receber um artista internacional com reconhecido prestígio representa também uma valorização dos saberes e fazeres tão rico ao trabalho das artesãs. Essas práticas fortalecem a concepção do museu de valorização do patrimônio material e imaterial que compreende o intangível, ou seja, os valores que estão para além dos objetos, mas que se configuram nos significados que carregam os saberes e os fazeres, presentes nas relações expostas na oficina abaixo.

¹⁶⁸ Relatório 2011: “relatório CRPH”, p.19.

¹⁶⁹ Relatório 2014 “Nos caminhos da Diáspora”, p. 23

Figura 30 - Registro da oficina de máscaras africanas



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “Memórias Andarilhas”, 2014.

Nesse sentido, é destacado que as pesquisas

[...] não se limitam as produções acadêmicas operadas nos cursos de graduação e pós-graduação, mas também, as produzidas no interior das salas de aula, as construídas nas coletividades, na militância, inclusive àquelas relacionadas ao campo da memória, das histórias de vida, das artes de fazer, das artes de sobreviver em meio à pobreza, de dançar, de comer e de rezar. Apesar das diferenças metodológicas e dos variados níveis de aprofundamento que cada pesquisa revela, evita-se as hierarquias, valorizando todas as produções e o diálogo que elas propõem¹⁷⁰.

Desse modo, percebe-se através desse conjunto de documentos – os relatórios – produzidos pelo MVSB um material que pretende apresentar os esforços desses agentes de valorizar os diferentes saberes. Percebe-se, através da documentação um esforço de valorização das pesquisas como um processo para compreender e atuar no território. Leituras sobre os agentes e as práticas para operar na perspectiva de transformações.

Assim, ocorre uma valorização dos trabalhos realizados com diferentes métodos de pesquisas, trabalhos que valorizam a tradição oral, mas que também promovem eventos e cursos de formação continuada para os professores da cidade. São diferentes níveis empregados para o desenvolvimento e para a divulgação dos patrimônios da cidade. Além das pesquisas e diálogos com produção do conhecimento, pois sendo um museu de percurso precisa pesquisar

¹⁷⁰Texto/ Relatório 2013. Souza, MarluCIA Santos. Nascimentos: Experimentações em Educação Patrimonial instituídas pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, Museu Vivo do São Bento e C.E Guadalajara. p. 2.

e (re)visitar seus espaços e agentes para desenvolver a divulgação e a valorização, como apontam os relatórios.

Figura 31 - Registro da oficina de máscaras africanas



Fonte: Museu Vivo do São Bento, 2014. Relatório “ No caminho da Diáspora”, 2014.

As oficinas e atividades realizadas pelas mulheres artesãs sugerem que as ações promovidas pelo MVSB contemplam as dimensões simbólicas, cidadãs e econômicas presentes no plano de metas do PNC. Assim, através desse eixo, juntamente com formação de professores e os jovens agentes do patrimônio, verifica-se como a temática das culturas afro brasileiras, nos últimos anos, tem adquirido consistência nas práticas patrimoniais do Museu Vivo do São Bento. Essas vozes se configuram nas experiências do MSVB, que se propõe a contar a história dos excluídos, e com isso impactam e são impactadas pelas políticas públicas nacionais, bem como nas disputas internas de memórias na cidade de Duque de Caxias.

Além da perspectiva das influências às práticas patrimoniais pelas medidas políticas, convém lembrar das recorrências de algumas abordagens temáticas nas pesquisas desenvolvidos pela rede composta por estudiosos na região. Como isso, de certa forma, indica um direcionamento das escolhas aos estudos e atividades de formação para atuação no patrimônio na cidade. Marlucia Souza, em uma mesa de debates sobre Patrimônio realizada

no museu¹⁷¹, chamou atenção que eles valorizam as pesquisas, mas não somente pela pesquisa, e sim pelo significado que a produção de conhecimento sobre a região pode contribuir para os avanços que eles entendem como necessários para a população. Nesse sentido, os estudos produzidos sobre as culturas afro brasileiras são refletidos nas práticas patrimoniais e nos investimentos de divulgação e preservação pelos agentes do museu.

Desse modo, os relatórios apontaram a temática de estudos sobre a escravidão e resistências escravas desde o documento que institui o museu até as atividades de estudos de campo, grupo de estudos e palestras. Interessante perceber que as produções sobre Solano Trindade e Movimento Negro em Duque de Caxias já existiam desde 2005, mas só começam a aparecer nas atividades divulgadas pelos relatórios a partir de 2013, quando passam a observar outras formas de entendimento dos espaços.

Esses agentes passam a operar com o patrimônio das culturas afro brasileiras no que se refere não somente à sua face material, presente nas construções que remetem a um passado escravista – como senzalas, fazendas, igrejas e estradas –, mas também nos aspectos imateriais. Eles passam a considerar outras construções como referências de um tempo mais recente, como a sede de escolas de samba e blocos carnavalescos, casas de parteiras, escolas fundadas no período do pós abolição, casas de santo. Da mesma forma, consideram as heranças da cultura bantu e nagô¹⁷² na interface imaterial do Patrimônio Cultural da região, como os rituais de candomblé e umbanda, as tradições populares como as Folias de Reis, os sambas e as cantigas populares, entre outras referências. Desse modo, passam, através de suas ações, a construir espaços de memória da população afro brasileira com um olhar para as atividades mais cotidianas da região.

As temáticas sobre religiosidade também começam a ser acionadas a partir de 2013, juntamente com a divulgação das dissertações de Gama (2012) e Mendes (2012) sobre Joaozinho da Gomeia. Isso indica que algumas temáticas só começam a ser incorporadas a partir de um “dever de memória” que se propõem uma valorização das culturas afro-brasileiras, no sentido das vivências cotidianas. Assim, percebe-se como o papel do historiador no processo constante de patrimonialização e monumentalização de bens materiais e imateriais que emergem socialmente estão direcionados à relação entre memória e

¹⁷¹ Atividade realizada no dia 17 de setembro de 2015, com título: Patrimônio e museologia social: O Museu Vivo do São Bento em foco”. Essa mesa faz parte do ciclo de debates do evento “Patrimônio: sentidos e conflitos na cidade de Duque de Caxias” com a proposta de apresentar pesquisas atuais desenvolvidas sobre o MSVB>.

¹⁷² De forma geral podemos considerar os povos Bantus são de origem centro africano e os nagôs ou Yorubas da África ocidental. Ver MENDES, Andrea Luciene Rodrigues. *Vestidos de realeza: fios e nós centro-africanos no candomblé de Joaozinho da Gomeia*. Série Recôncavo da Guanabara. V1. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

patrimônio. Esses “lugares de memória” envolvem não somente a produção historiográfica, mas o estado e suas ações através de políticas públicas, a reivindicação social para o que se convencionou chamar de “dever de memória” e a própria condição do passado.

OUTROS PERCURSOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento sobre a Baixada Fluminense se constitui de inúmeras iniciativas de produções historiográficas, de atividades de preservação patrimoniais e atividades culturais e educativas. Uma obra que destaca uma dessas ações na cidade é o livro de Heraldo HB (2013), “O cerol fininho da Baixada. Histórias do Cineclubes Mate Com Angu”. O autor aborda como o cineclubes “Mate Com Angu”¹⁷³ está presente há mais de dez anos na cidade de Duque de Caxias com a tarefa de produzir conhecimento e diversão através da ressignificação da importância de cultura para as pessoas.

O autor destaca a relevância desse projeto nesse espaço, e o quanto a cidade é carregada de estigmas, especialmente o midiático, responsável por uma simbologia de violência exclusiva que gerou uma invisibilidade da produção cultural da cidade. Assim, ele compreende que há uma disputa pelo imaginário simbólico nesse espaço. Nesse sentido, a proposta da Mate é a arte, que deseja revelar a riqueza da região. No qual,

Duque de Caxias é um rolo compressor esmagando sonhos de gerações de jovens há décadas, mas também é um potente liquidificador trabalhando para o futuro, processando muitas vitaminas mistas para a cultura do mundo nesse século. Pode levar fé (HB, 2013, p.27).

A obra de HB ainda permite entender as conexões de diferentes agentes e agências na cidade, como por exemplo a atuação do cineclubes em 2003 no Instituto Histórico, que funciona no subsolo da Câmara de Vereadores. HB diz que o espaço é incoerente à proposta da Mate, mas a necessidade de um lugar com recursos e a parceria só teria sido possível através da mediação da professora Tânia Amaro, que assumiu a direção do Instituto. Assim, percebe-se o quanto a cidade de Duque de Caxias permite entender as teias que os agentes construíram, sendo necessário pensar as referências sócio históricas como lugares de pesquisas e vivências.

Muitas são as ações de resistências e conquistas na cidade. Atualmente foi possível perceber que um espaço aglutinador dessas ações é o Museu Vivo do São Bento, que vem apresentado um volume maior de projetos relacionadas às culturas afro brasileiras, em sua maioria com a coordenação geral do prof. Nielson Bezerra, que é um dos diretores da

¹⁷³O nome do espaço faz referência a uma escola da década de 1920 – Escola Regional de Meriti – que era chamada assim, por oferecer na merenda as crianças mate com angu. Vale destacar que foi a primeira escola da América Latina a oferecer merenda. Ver SANTOS, Júlio Cesar Paixão. Cuidando do Corpo e do Espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932). Rio de Janeiro, 2008. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz- FIOCRUZ.

instituição. O museu é resultante das ações educativas e dos movimentos sociais da cidade, cuja trajetória já perpassa quase duas décadas. Entendemos, nesse estudo, que essas ações promovidas pelo Museu fazem parte de uma rede da memória na região preocupada em promover uma mediação com a comunidade para a promoção de representação simbólica, estabelecendo um sentido e um diálogo entre o presente e o passado que permita reconstruir identidades.

Nessa perspectiva, essa pesquisa perseguiu as imbricações entre escritas sobre a cidade e as práticas patrimoniais. Foi realizado um levantamento das produções de conhecimento, dissertações e teses, bem como de artigos publicado em revistas locais. Tal material permitiu perceber as conexões dos agentes e agências que atuam para divulgação sobre a história local e as atuais ações patrimoniais com ênfase nas culturas afro brasileiras.

Assim, os agentes do MVSb estão atuando em esfera local para uma leitura do território inseridos na disputa de memória na região. São agentes que realizam esforços na sociedade civil e entendem a escrita da cidade como uma operação de hegemonia. Dessa forma, produzem e acionam pesquisas para legitimar as ações e as atuações no território, criando instituições de reconhecimento municipal para realização e consolidação de políticas públicas que representem suas visões de mundo.

Foi percebido que tanto a Revista Hidra de Igoassú, quanto a Revista Pilares da História, em suas apresentações e editoriais, apresentam o desejo dos agentes de substanciar a educação escolar e patrimonial sobre a cidade de Duque de Caxias. Assim, foi identificada a presença de temas ligados às culturas afro-brasileiras na produção bibliográfica com as seguintes temáticas: escravidão, pós-abolição, cultura popular, intelectuais negros, etc. Tais temáticas também estão repercutindo num dos principais projetos de intervenção patrimonial desses mesmos agentes e agências, ou seja, o Museu Vivo do São Bento.

Entre os anos de 2008 e 2010, de acordo com os dados analisados nos relatórios, as atividades relacionadas às populações afro brasileiras no MVSb estavam embasadas nas escritas sobre Solano Trindade, Joaozinho da Gomeia e escravidão. A partir dos anos 2011 os grupos de estudos e os demais projetos também permanecem com influências dessas produções de conhecimento, mas com novos títulos: “identidade afro brasileira”, “cultura afro brasileira”, “religiosidade afro brasileira”. Dessa forma, percebemos que a categoria “culturas afro brasileiras” foi uma ferramenta para identificação das temáticas encontradas, tanto no campo da história, quanto na educação. Muitos dos trabalhos encontrados são produções engajadas em uma proposta de escrita da história que se propõe questões sobre a presença das

populações negras na formação social na cidade de Duque de Caxias e como isso inseri-las em um enquadramento de “culturas afro brasileiras” é um processo que as produções escritas e as práticas patrimoniais vivem recentemente.

Nesse sentido, percebemos que a inclusão de trabalhos com valorização das “culturas afro brasileiras”, ou das populações afro brasileiras, pelos agentes do MVSB, está presente nas atividades, desde pelo menos o ano de 2008. As escritas sobre a temática favoreceram as leituras dos espaços, mas os incentivos de editais públicos e o debate sobre patrimônio também influenciaram as leituras dos espaços e no próprio roteiro do museu de percurso. E com isso, a perspectiva gramsciana auxiliou na análise das agências e agentes, a partir da produção escrita e da produção de educação patrimonial como operações de hegemonia, e lutas pelo enquadramento da memória da cidade. Sendo possível identificar o movimentos e articulações dos agentes para reconhecimento e espaços de atuação.

Novas bandeiras e leituras sobre o território foram acionadas, em especial, a partir das possibilidades de financiamentos e participação em editais para o desenvolvimento de projetos. As leituras sobre os fazeres e saberes dessa população na cidade se configuram em valor e, logo, valorização de identidades, diante dos movimentos nacionais de dever de memória, com foco, especialmente, nos patrimônios imateriais.

Assim, o Museu Vivo do São Bento tem desenvolvido projetos que se preocupam com a divulgação e valorização dos patrimônios culturais afro brasileiros, em especial atividades relacionadas com o patrimônio imaterial, ou mesmo “patrimônio intangível”. No que se referem aos estudos que abordam a temática da religiosidade, percebe-se uma preocupação dos pesquisadores em repensar seus objetos de pesquisas, seus métodos e suas abordagens teóricas. Uma atividade que exemplifica esse movimento é o evento “Tambores na Baixada Fluminense: sons, afetos e expressões da culturas afro-brasileiras”. Essa atividade representa a articulação entre escrita e prática patrimonial, que envolve essas chamadas operações de saberes e poderes.

Muitos foram os projetos desenvolvidos pelo museu, mas convém destacar esse evento que sintetiza um processo de reflexão sobre métodos e teorias para os estudos de uma temática tida como popular, e que sugere novos percursos para os agentes na região. Além disso, esse evento também representa as imbricações entre as escritas sobre a cidade com as ações de práticas patrimoniais, bem com as influências e diálogos para o financiamento e os resultados das políticas públicas nacionais com perspectivas patrimoniais voltadas às culturas afro brasileiras. O evento “Tambores na Baixada Fluminense: sons, afetos e expressões da

culturas afro-brasileiras” aconteceu nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2015, e teve por objetivo destacar a importância dos tambores em diferentes expressões culturais.

O material de divulgação do evento apresenta essa atividade como um projeto, que tem por objetivo um seminário com pesquisas, palestras, debates, oficinas, apresentações culturais e estudos de campo, tudo distribuídos em três dias de atividades. A proposta seria agregar diferentes agentes, como professores, estudantes, pesquisadores, artistas e todos os interessados na temática afro brasileira, destacando que os “tambores estão presentes em diferentes sociedades, sendo uma referência para agregar as pessoas, seja através de rituais religiosos, seja pela sociabilidade cultural”

O panfleto de divulgação ainda permite verificar que essa atividade faz parte de um esforço para divulgação e valorização das culturas afro brasileiras.

Em mais de 4 milhões de pessoas, distribuídas por seus 12 municípios, ainda é preciso disseminar o processo de valorização das identidades afro brasileiras entre professores, estudantes, artistas e o cidadão em geral. Para isso, é preciso produzir atividade de formação, de sociabilidade e de divulgação das expressões afro brasileiras, de suas memórias, de forma que seja possível resgatar a imaterialidade como patrimônio no âmbito desse processo.¹⁷⁴

A programação do evento constava com diferentes momentos, dentre eles roda de pesquisadores, apresentações culturais (“roda interativa de danças populares, com o grupo Dandalua Danças Populares, “ A sociedade secreta dos tambores bantus”, com Marcelo Griô), palestras/debates e oficinas. Dentre as oficinas, estavam O tambor na capoeira, o tambor no candomblé, o tambor no jongo, o tambor no maracatu, nos blocos carnavalescos e na folia de reis.

O evento dos tambores foi uma realização da Ong “Se essa rua fosse minha” e da Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC). Contou com o patrocínio da Petrobrás e apoio de algumas instituições da cidade de Duque de Caxias, como o Museu Vivo do São Bento, o Centro de Referência Patrimonial e Histórico (CRPH) e a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. Essas informações sugerem um investimento de interesses e articulações das diferentes instituições na identificação, na valorização e na divulgação das culturas afro brasileiras. Também reforça a relação entre a pesquisa e as práticas culturais, pois são significativas as instituições locais envolvidas nessa nova agenda cultural e a rede de pesquisadores de diferentes universidades.

¹⁷⁴ Panfleto de divulgação. Anexo A

Assim, o evento iniciou na sexta feira com uma roda de pesquisadores de algumas instituições: UERJ, FEUDUC, Museu Vivo do São Bento, UFF, UFRRJ, UNICAMP, UNIRIO, UFRJ, UNIVERSO e UNIGRANRIO. Os estudiosos apresentaram suas pesquisas, seus projetos e seus limites de análises. Na fala de abertura o organizador do evento indica que existe uma demanda que impulsiona uma nova agenda das atividades culturais na cidade. O coordenador do evento, após agradecimentos, diz que sua trajetória acadêmica sempre esteve envolvida com a temática da escravidão, e que seu envolvimento com os estudos sobre as culturas afro brasileiras passou por um sentimento de responsabilidade, diante de um movimento de quem entende que essas ações são parte da produção de memória e história da região, ou seja, é uma atuação política nesse território.

Assim, após essa fala de posicionamento político e a necessidade de pautar na cidade determinadas temáticas, outros pesquisadores apontaram suas demandas, as complexidades de relacionar práticas com enquadramento de patrimonialização, os processos políticos para pensar e sistematizar os métodos que são utilizados pelos pesquisadores para o estudo sobre a temática e as “hierarquias dos saberes”.

Foi visível as identidades híbridas nas próprias falas. Muitos pesquisadores na apresentação iniciam dizendo sobre o tema pesquisado e a instituição que atua. Logo em seguida uma participante pede a fala e se desculpa por não ter informado o cargo que ocupa em sua vida religiosa. Naquele momento ela tinha esquecido que não poderia deixar de informar o quanto sua prática religiosa é parte de sua pesquisa e de sua identidade. Essa e outras experiências indicam a necessidade de perceber o “entre lugar” para quem estuda determinadas temáticas. Um pesquisador disse que em um dado momento de seu estudo percebeu a necessidade de ir acompanhar de perto determinados ritos, uma vez que eram diferentes de sua vivência religiosa, o que o impedia de perceber determinados significados simbólicos de seu estudo, como por exemplo os ataques às casas de candomblé. Ele ainda completa que conseguiu se projetar para outros tempos e perceber as violências simbólicas. O pesquisador destaca como que determinados ritos poderiam ser interrompidos no seu auge. Como recuperar esse momento? Como repor os significados?

Essa fase do evento foi um momento de fortes debates sobre as análises e as propostas de estudos. Outra etapa foi à noite, com a palestra da professora Andrea Mendes, na FEUDUC, sobre Joãozinho da Gomeia. No momento dos debates das perguntas, o grupo da folia de reis que faria apresentação no final, considerou que era a hora de iniciar e começou o cortejo. Logo alguém avisou para o grupo esperar mais pouco, contudo o retorno foi o seguinte: “a gente já rezou e não pode mais parar”. Assim, seguiu o evento, e ocorreu uma

certa inversão de “hierarquia de saberes”, tudo parou para aquele momento. O organizador do evento destacou que a academia parou para ouvir os tambores. Percebe-se que esse movimento com uma série de atividades e posicionamentos políticos, sugerem uma nova fase entre os estudiosos na cidade, envolvidos em uma nova perspectiva de projeto que passam pelas escritas sobre a cidade.

Dessa forma, a professora que realizava a apresentação, também tem um destaque nesse evento. Ela é autora do livro “Vestidos de realeza: fios e nós centro-africanos de Joãozinho da Gomeia” resultado de sua pesquisa de mestrado. O livro faz parte da série Recôncavo da Guanabara, que objetiva destacar as pesquisas relacionadas a esse território, que atualmente é conhecido como Baixada Fluminense. Essa proposta de trabalho se insere na perspectiva de divulgação, problematização e valorização das pesquisas sobre espaço.

A obra de Andrea Mendes objetivou ampliar os debates destacando mais do que a dimensão religiosa, mas também a estética e artística presente no terreiro de Joãozinho da Gomeia¹⁷⁵. Ela escolhe as indumentárias das divindades cultuadas no terreiro da Gomeia para analisar as contribuições centro-africanas ao universo do candomblé. Interessante que a autora prefere utilizar indumentária à vestimenta, pois considera todos os elementos que envolvem as divindades, ou seja, ela faz uso de um olhar especial para todos os objetos. A autora também aborda as influências do que ela chama de tradições europeias e centro-africanas nos modos de vestir ritualísticos.

Outro fator de destaque é que autora chama atenção para as dificuldades vividas pelos descendentes de africanos durante a Primeira República (1889-1930) diante de uma nova ordem econômica, social e política. Eles “enfrentaram dificuldades para se afirmar em um ambiente que reagia fortemente a quaisquer tentativas de se projetarem na condição de elementos ativos na formação dos valores dessa nova sociedade que surgia” (MENDES, 2014, p. 29). Desse modo, esses espaços passam a ser lugares de solidariedade e lazer, além da função religiosa para os negros.

Assim, através dos “fios e nós” de Joãozinho da Gomeia, a autora vai traçando não apenas a trajetória desse sacerdote de candomblé, mais conhecido no período, mas também aborda as redes de solidariedade, os diálogos entre africanos das mais diferentes procedências e a complexidade dessa religião, a partir das trocas e negociações mais variadas. Ela também destaca a importância do estudo, afirmando que:

¹⁷⁵ Pai de Santo com atividades religiosas iniciada na Bahia e que em 1940 se transfere para Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Possui uma trajetória de vida envolta de muitas polêmicas. Ver MENDES, Andrea Luciene Rodrigues. *Vestidos de realeza: fios e nós centro-africanos no candomblé de Joãozinho da Gomeia*. Série Recôncavo da Guanabara. V1. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

O acesso à interpretação de práticas vinculadas aos cultos centro-africanos nos possibilita rastrear as origens de uma religiosidade que se transformou, absorveu novos elementos, se resignificou, dialogou com outros grupos, e deixou marcas profundas na formação do candomblé (MENDES, 20014, p.58).

Esse livro foi lançado em 20 de novembro de 2014 como parte da comemoração do Centenário de Joaozinho da Gomeia. Também ocorreu o lançamento do livro de Elisabeth Gama Castelano “Mulato, Homossexual e Macumbeiro: que rei é este? Trajetória de João da Gomeia (1914-1971)”, volume 2 da série Recôncavo da Guanabara. O evento aconteceu no Museu Vivo do São Bento e contou com a presença de lideranças religiosas de diferentes espaços de matrizes africanas, representantes o poder público local, participantes da comunidade, pesquisadores e alunos do curso de formação continuada “Patrimônio, memória e cultura afro brasileira na Baixada Fluminense”.

O evento teve o encerramento com o “encontro de tambores” no qual, todos os participantes e oficineiros se reuniram no espaço central tocando os tambores em conjunto. Acreditamos que esse evento contribuiu para o processo constante na cidade de ações dentro de uma rede de memória na região, além de indicar os agentes e as instituições que estão se articulando na cidade para uma nova agenda cultural e política da região.

Como afirma Revel (2009), para entender a eficácia das produções, das recepções e reemprego das práticas culturais é necessário entender que elas são construções históricas. Sendo assim, ele considera a importância de perceber através dos textos os distintos contextos de produção. Não existe um contexto unificado, ou seja, essa abordagem sugere a necessidade de considerar a dimensão temporal na qual estão simultaneamente os projetos e as obras culturais.

Desse modo, perceber as produções escritas, as práticas patrimoniais, as disputas ideológicas que envolvem os agentes e as instituições que operam nesse cenário foi um meio identificar os projetos individuais e coletivos de história e memória. Assim, a proposta foi examinar como os agentes e as agências estão operando dentro do campo político e cultural a dinâmica entre produção de conhecimento e práticas patrimoniais, com um aumento de atividades direcionadas às culturas afro brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha, MATTOS, Hebe, DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: As ações afirmativas e os historiadores. *Revista Antíteses*, Londrina, v.3 n.5, p.21-37, jan-jun de 2010.

_____. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.p. 83-102.

ACANDA, Jorge Luís. *Hegemonia e sociedade civil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALEXANDRE, Maria Lucia Bezerra da Silva. *Um cenáculo de letrados: Sociabilidade, Imprensa e Intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970)*. 207f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

ALMEIDA, Tânia Maria da Silva Amaro. *Olhares sobre uma cidade refletida: Memória e Representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)*. Duque de Caxias: ASAMIH, 2014.

ALVES, José Cláudio de Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2004.

ASSMANN, Aleida. Locais. In: ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011. p.317-359

BARBOSA, Frederico, CALEBRE, Lia (Org.) *Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 2011. 248p.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARROS, José D'Assunção. Geografia e História: uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço. *Revista Geografia*, Londrina, v. 19 n. 3, p. 67-84, 2010.

BEZERRA, Luiz Anselmo. *A Família Beija-Flor*. 243f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BEZERRA, Nielson Rosa. Pau para toda obra: A importância da madeira na história econômica do Recôncavo Guanabarrino. *Revista Hidra de Igoassú*, Duque de Caxias, Ano I V. 2 julho de 1999. p.5-11.

_____. “Rebeldia e Repressão na Baixada Fluminense – séc. XIX” *Revista Hidra de Igoassú*, Duque de Caxias, Ano II, Edição Especial, p. 25-32, 2001.

_____. Tensões e interações das relações sociais em torno do regime escravista na freguesia de Santo Antônio da Jacutinga. *Revista Pilares*, Duque de Caxias, Ano 2, n 2, p 7 -18, maio 2003.

BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da Liberdade: estratégias de resistência escrava na ferrovia*. *Revista Pilares*, Duque de Caxias, ano 3, no 4, p 26-45, maio de 2004.

_____. *As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguaçu e Estrela (1833-1888)*. 153f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2004.

_____. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888*. Niterói: EdUFF, 2008.

_____. *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1780-1840*. 215f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

_____. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2011.

_____. “Marinheiros e barqueiros africanos no Recôncavo da Guanabara –século XIX” *Revista Recôncavo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 4-24, agosto – dez de 2011.

_____. *A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós Abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

_____. *A historiografia tradicional e a invisibilidade da escravidão na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ, 2014 – mimeo.

BEZERRA, Nielson Rosa; LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. Historiografia e Escravidão na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, Ano 15 edição especial, p 31-41, maio de 2016.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BRASIL. *Metas para o Plano Nacional de Cultura*, p. 8, 3 ed., 2013. Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/12/As-metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura_3%C2%AA-ed_espelhado_3.pdf> Acesso em :11 set. 2016.

BRAZ, Antônio Augusto. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da Cidade*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2010.

BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e Hegemonia. In COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andrea. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. p.39-49;

CAMPOS, Ivonete Cristina. *As permanências da escravidão: portos periféricos (1850-1880)*. 2000. 101f. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em História. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2000.

CARNEIRO, Edison. *Ladinos e Crioulos*. (Estudos sobre os negros no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CASTRO, Hebe. História Social In FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Domínios da História*. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.76-96.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAGAS, Mario. *Patrimônio é o caminho das formigas...* Rio de Janeiro, 2015 – mimeo.

CHAGAS, M. S.ABREU, R. (Org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. v. 1.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2. reimp da 2ª ed, 2001. p.367.

CHUVA, Márcia (Org.). *A invenção do Patrimônio*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995. v. 1.

CHUVA, Márcia. História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 34, p.11-27, 2012.

CIAVATTA, Maria. Educando o trabalhador da grande “família” da fábrica: a fotografia como fonte histórica. In; CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Org.). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 37-59.

CONCEIÇÃO, Deise Guilhermina da Conceição. *Formação docente para a educação antirracista no município de Duque de Caxias*. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Campesinato negro no pós abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimento: Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)*. 161f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *De Pé Calçado: Família, Trabalho e Migração no Pós-Abolição da Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. 310f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CRUZ, Ubiratan. *Família na Freguesia de N. Sra. do Pillar do Morobahí: Estrutura Social e Padrões de Sociabilidade (Capitania do Rio de Janeiro, 1759-1793)*. 2005. 150f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2005.

DAVID, Fatima Bitencourt, RUFINO, Marcia Montilio, ALVARENGA, Marcia Soares de. (Orgs) *Professores pensam a Cidade – A Educação Pública em Debate no município de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação Editora. 2011. 224p.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII*. 175f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DEMÉTRIO, Denise Veira. *Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques*. 322f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

DIAS, Amália. *Entre Laranjas e Letras: processo de escolarização no Distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: Discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. Julho de 2012. p.223-235. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11, 2012, Rio de Grande do Sul. Anais do XII Encontro de História, Rio Grande do Sul, : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

DUQUE DE CAXIAS (RJ), S. Lei n. 11394 de 28 de abril de 1998. Ementa. Local, ano 1998. Art. 6. Disponível no Acervo do Instituto Histórico.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Lei n. 2224 de 07 de novembro de 2008, Lei que institui o Museu Vivo do São Bento. Disponível no Acervo do Instituto Histórico.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Lei n. 2225 de 07 de novembro de 2008. ementa. Disponível no Acervo do Instituto Histórico.

ENNE, Ana Lucia Silva. *Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: Memória, Representações Sociais e Identidades. Rio de Janeiro, 465f. Tese (Doutorado) em Antropologia Social. PPGAS/MN/UFRJ, 2002.

ENNE, Ana Lucia Silva. Fluxos e interações da rede de memória história na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 2, n.2, maio 2003. p.36-51.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação e história regional: experiências, dúvidas e perspectivas. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et al (Org.). *História da educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora Federal Fluminense, 2009, p.57-66.

FERNANDES, Ana Paula Cerqueira. *Relatos docentes sobre estratégias pedagógicas de promoção da igualdade racial: permanências, desafios e conquistas no chão das escolas iguaçuanas*. 2014. 215f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERNANDES, José Ricardo Oria. Educação Patrimonial e Cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 265-276, set 1992/ ag 1993.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Rio de Janeiro, 2009. 272f. Tese (Doutorado) em história. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Leonardo Fernandes. E a “cartolinhas” se foi: órfãos e herdeiros do Samba em Duque de Caxias. *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias, ano 10, Ed. Especial, p.48-67, ago. 2011.

FIGUEIREDO, Luciano R. História e Informática: O uso do computador. In VAINFA, Ronaldo e FLAMARION, Ciro. *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 591-620.

FILHO, Geraldo; MARQUES, Alexandre. Trajetória da Capoeira em Duque de Caxias. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 10, Ed. Especial, p.79-90, ago. 2011.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FORTE, José Matoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1933.

FREYRE, Gilberto Freyre. *Casa grande e senzala: formação da família patriarcal sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schimit Ltda, 1933.

GAMA, Elizabeth Castelano. *Mulato, Homossexual e macumbeiro: que rei é este?* Trajetória de João da Goméia (1914-1971) 213f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

GERRTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, F. S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. 639f. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1992.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como ‘Patrimônio sociocultural’. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias* – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos Gonçalves: O Patrimônio como categoria de pensamento. In CHAGAS, Mário; ABREU, Regina. *Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: DP&A editora, UNIRIO, Faperj, 2003.

GREGÓRIO, Maria do Carmo: “Memória de Joões: Exílio e sobrevivência na Baixada Fluminense” *Revista Hidra de Igossú*, Duque de Caxias, ano 2, edição especial, p. 15-24, 2001.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. *Solano Trindade: Raça e classe, poesia e teatro na trajetória de um afro brasileiro*. (1930-1960). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Solano Trindade e os dilemas da identidade negra. *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias, ano 7, n. 8, p. 7-19, maio de 2008.

_____. “Solano Trindade: “O Poeta das Artes do Povo”. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In. ABREU, Martha, SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura Política e*

leituras do passado: historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, p. 25- 41, 2007.

_____. História, Memória e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.34, p. 91-113, ano 2012.

ISAAC, Daniel. O Candomblé na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 4, n. 6. p. 49-69, abr. 2006.

JUNIOR, Jorge Roberto Ribeiro Braga. *Os pontos de cultura como aspectos não formais de ensino: práticas educativas na Baixada Fluminense*. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. UERJ, Duque de Caxias, 2014.

KARASCH, Mary. *Vida escrava no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes: o encontro de museus e escolas no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p.581-597, jul/dez 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8. edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

HB, Heraldo. *O cerol fininho da Baixada*. Histórias do Cineclub Mate com Angu. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (Orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAIA, Cristiane Maria Medeiros. *Produção cultural na Baixada Fluminense: Lira de ouro, revolução molecular*. 2014. 91f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2014.

LACERDA, Stélio, TORRES, Rogério. *Pelos Caminhos que a História Deixou: Passeios culturais aos principais sítios e monumentos históricos de Duque de Caxias e municípios circunvizinhos (1992-1994)*. Rio de Janeiro: Renascer, 2004.

LACERDA, Stélio. *A fábrica de tecidos do “Corte Oito”*. Duque de Caxias, RJ: Portal Literário, 2007.

_____. *Antes que o tempo apague*. Rio de Janeiro, RJ: Portal Literário, 2007.

_____. *Caxias de ontem: um pouco de memória*. Rio de Janeiro, RJ: Fábrica de Livros – SENAI/RJ, 2003.

LAURENTINO SILVA, Eliana Santos da. *Ações constantes, reações necessárias*: crimes de escravos no Recôncavo da Guanabara. Monografia (Conclusão de Curso de Graduação em História) - Pontifícia Universidade Católica – Centro de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2004.

LEITE, Barboza. *O chão dos caminhos*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOPES, Juliana, A ação griô: uma proposta política nacional. In CALABRE, Lia e BARBOSA, Frederico (Org.) *Pontos de Cultura*: olhares sobre o programa cultura viva. Brasília: Ipea, 2011. p. 139-154.

LOVEJOY, Paul. *Identity in the Shadow of Slavery*. New York: Continuum, 2000.

LUCHESE, Tercine Angela. Modos de fazer história da educação: Pensando a operação historiográfica em temas regionais. *Revista Educação*, Porto Alegre, v.18, n.43, p. 145-161, maio/ago 2014.

LUCINI, Marizete. A memória como patrimônio ou História como prática social? Reflexões sobre práticas de memória e ensino de história na Pedagogia do Movimento sem Terra. *Revista História Hoje*, ANPUH- BRASIL, v.3, n. 6, p. 19-41, 2014.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias*: desenvolvimento histórico do município: dados gerais. Rio de Janeiro: Sev. Gráfica do IBGE, 1958.

MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios*: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila de Iguaçu, 1840-1880). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

_____. Por entre Pântanos e Montanhas: um olhar sobre a demografia escrava no Recôncavo da Guanabara. *Revista Pilares da História*, ano 10, Edição Especial, p.24-36, ago. 2011.

MAGALHAES. Antônio Carlos de Oliveira. Pré-vestibular para negros e carentes e biblioteca comunitária. Duas histórias, um nome Solano Trindade. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 7, n. 8, p.58-62, maio 2008.

MARQUES, Alexandre dos Santos. *Militantes da Cultura em área periférica Duque de Caxias* (1950-1980). 166f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2005:

_____. Centro de Memória: caminhos e descaminhos na produção da história da Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 1, n. 1, p.79-94, out/dez 2002.

_____. A cultura em Duque de Caxias: os espaços de disputas de poder e a rede de sociabilidade da elite local (1930-1950). *Revista Hidra de Igoassu*, Duque de Caxias, Edição Especial, ano 1, n. 1, fev. 2012.

MATTOS, Hebe, ABREU, Martha, GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p 255-273, jun-dez 2014.

MATTOS, Hebe. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 127-138.

MATTOS, Marcelo Badaró. Cultura. In. MATTOS, Marcelo Badaró. *E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012, p.117-205.

_____. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporâneas. In: MELO, Demian Bezerra (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 67-98.

MELO, Icléa Lages de; LIMA, Hugo Moreira. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ): uma história. Várias lutas. *Revista Pilares da História* de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, v. 12, n. 13, p. 18-26, maio 2013.

MENDES, Andrea. Sua Majestade Tata Londirá: Joãozinho da Gomeia e a expansão do rito Angola no Sudeste brasileiro. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 10, n.11, p.11-19, maio 2011.

MENDES, Andrea “O rei do candomblé nas páginas da revista: Joãozinho da Gomeia em o cruzeiro (1967)”. *Revista Recôncavo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p.58-78, jan.– jun. 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Revista Marx e o Marxismo*, Nitéroí, v.2, n2, p.27-43, jan/jul 2014.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na fábrica de Pólvora de Estrela, Serra da Estrela-RJ, 1831-1871. 262f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MOTA, Rubens da. Por entre Pântanos e Montanhas: um olhar demografia escrava no Recôncavo da Guanabara. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 10, Edição Especial, p.24-36, ago. 2011.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, p. 51-56, 2004. (Entrevista)

MUSEU VIVO DO SÃO BENTO, Relatório Anual, 2009. Duque de Caxias, 2009. Acervo local.

_____. Relatório Anual, 2010. Duque de Caxias, 2010. Acervo local.

_____. Relatório Anual, 2011. Duque de Caxias, 2011 Acervo local.

_____. Relatório Anual, 2013. Duque de Caxias, 2013. Acervo local.

_____. Relatório Anual, 2014. Duque de Caxias, 2014. Acervo local.

_____. Relatório Anual, 2015. Duque de Caxias, 2015. Acervo local.

NAJJAR, Jorge. Educação Patrimonial e Identidade: algumas questões em debate. ” In: CARNEIRO, Valdeck (et al.) (Org.) *Movimentos instituintes em educação: políticas e práticas*. Niterói: Intertexto, 2010. p. 141-152.

NEVES, Margarida de Souza Neves “Os jogos da memória” In MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos (Org.) *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 203-220.

NETO, Waldemar Alvarenga. O princípio da Gomeia. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano VIII, n. 9, p.55-62, maio 2009.

NOBREGA, Fernando Resende. *Educação, Negros e Subjetividade*; Produções e Pesquisas dos pós-graduandos negros das Universidades da Baixada Fluminense. 182f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez.1993. PUC/SP.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. “As Irmandades dos homens de cor na América Portuguesa: à guisa de um balanço historiográfico” *Revista Recôncavo*, Duque de Caxias, v. 3, n.5, p. 1-14, jul– dez 2013.

OLIVEIRA, Ercília Coelho. A busca da construção do movimento negro em Duque de Caxias e São João de Meriti nos anos 80 e inícios dos anos 90: CEB's, Identidade Negra e Cidadania. *Revista Hidra de Igoassú*, Duque de Caxias, ano 2, n.3, p.39-59, 2000.

OLIVEIRA, Ercília Coelho. *As CEB's Duque de Caxias e São João de Meriti: Um Modelo de Igreja Voltado para o Social*”. 234f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2005.

_____. Movimento Negro – celebrando 25 anos na Baixada Fluminense. *Revista Pilares*, Duque de Caxias, ano 9, n. 10, p.52-61, maio 2010.

_____. As CEB's na Baixada Fluminense. *Revista Hidra de Igoassu*, Duque de Caxias, Edição Especial, ano 1, n. 1, fev. 2012.

OLIVEIRA, Luís Claudio de. Dos limites ideológicos da Lei 10639/03: Representações sobre religiões afro brasileira na formação de professores.115f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2010.

OLIVEIRA, Nelson Henrique Moreira de. Forros Senhores da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, fins do século XVIII. 2010.154f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

OLIVEIRA, Rafael da S. Distintas noções de Baixada Fluminense: a busca do entendimento da constituição política da região – apresentação otimista sobre o seu crescimento latente. In OLIVEIRA, Rafael da Silva (Org.) *Baixada Fluminense: novos estudos e desafios*. Rio de Janeiro: Editora Paradigma, 2004. p.17-47.

PAULA, Cláudia Regina de. *Pilares Negros: educação, fé e política Na Diocese de Duque de Caxias (1988-2000)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, Julia Wagner. O Tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação. In: CHUVA, Márcia, NOGUEIRA, Antonio G. R (Org.) *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2012.p. 159-170.

PEREIRA, Aline Fernandes. *Cultura Material – A Fábrica Santo Aleixo: Importância de uma Indústria Têxtil como exemplo de Trabalho Manufatureiro Livre em uma Sociedade Escravista (1848-1860)*. 101f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.

_____. A indústria antiga: trabalho manufatureiro em uma sociedade escravista. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 7, n.8, p.35-39, maio 2008.

PEREIRA, Sandra Godinho Maggessi. A trajetória do movimento negro em Duque de Caxias: uma análise em construção. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 3, n. 4, p 72-81, maio 2004.

_____. *Vozes Afro-Caxienses: Ecos Políticos-culturais dos Movimentos de Resistência Negra em Duque de Caxias (1949-1968)*. 200f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.

PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

PERES, Guilherme. Mercado Negro – Escravidão e Liberdade. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 6, n. 7, p.26-31, maio 2007.

PERES, Guilherme. Solano Trindade: o poeta da Resistência. *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias, ano 7, n.8, p. 20-24, maio 2008.

PERES, Guilherme. João Cândido: Herói dos direitos humanos. *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias, ano 8, n.9, p.63-68, maio 2009.

PERES, Guilherme. Cemitério de escravos em Nilópolis. *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias, ano XII, n.13, p.52-55, maio 2013.

PERES, Guilherme. João da Gomeia: Sacerdote do candomblé em Duque de Caxias. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 13, n.14, p.75-78, maio 2014.

_____. *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro*. Rio de Janeiro: Consócio de Edições, 1996.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p 200-215, 1992.

RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo*. 3. ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1979.

REVEL, J. (Org.) *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. Cultura popular: usos e abusos de uma ferramenta historiográfica. In: REVEL. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.163-186.

_____. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: REVEL, J. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 97-137.

REVISTA PILARES DA HISTÓRIA, Duque de Caxias, 2001. Disponível em: <www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/>. Acesso em: dez 2015.

ROCHA, Jorge Luis: “De quando dar os anéis’: a estrutura fundiária da Baixada Fluminense e suas transformações”. *Revista Hidra de Igoassú*, Duque de Caxias, ano 2, n. 3, p.19-38, abr./jun. 2000.

RODRIGUES, Ana Paula. *Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade de Iguaçu e Jacutinga, séculos XVII-XVIII)*. 133f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1977.

SANTOS, Júlio Cesar Paixão. *Cuidando do Corpo e do Espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)*. Rio de Janeiro, 230f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959-1987*. Minas Gerais, 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Educação, experiência e emancipação: contribuições de E. P. Thompson para a história da educação. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, ano 12, n. 18, p. 98-122, 2014.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Katia Vicente da. *A Implementação da Lei 10.639/03 no Município de São João de Meriti: Limites e possibilidades*. 114f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Lucia Helena Pereira da Silva. A invenção da Baixada Fluminense: UIO da FUNDREM (1975/1989) e a representação da região. In: ENANPUR, 16, 2015. Belo Horizonte. *Trajetórias das ideias, representações e experiências urbanísticas*. Espaço, planejamento e insurgências. Anais Sessões temáticas. Belo Horizonte, 2015. p.1-14.

SILVA, Marisa Gonzaga e SOUZA, Marlúcia Santos “Os professores e a construção do eco-museu no município de Duque de Caxias (RJ): um relato de experiência. In: PEREZ, Carmen Lucia Vidal, TAVARES, Maria Tereza Goudard, ARAUJO, Mairce da Silva. (Org.) *Memória e patrimônios; experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 149-160.

SILVA, José Antônio Seixas da. Fazenda São Bento: apogeu e declínio no Vale do Rio Iguaçu. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 10, Edição Especial, p.38-47, ago. 2011.

SILVA, Renato Mendonça Barreto da. Nos passos biográficos: um olhar sobre os palhaços da Folia de Reis Flor do Oriente. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 10, Edição Especial, p.8-21, ago. 2011.

SILVA, Vinicius Marcelo. Uma História para a História da Baixada Fluminense: Reflexões acerca da Produção Historiográfica e das Instituições de Preservação Documental, da Memória e Patrimonial. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 11, edição especial, p 62-70, maio 2012.

SILVEIRA, Jorge Rocha. *Transformações na estrutura fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense*. 1998. 255f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

SIQUEIRA, Gisele dos Santos. Getúlio Cabral: trajetória de morte de um militante comunista na Baixada Fluminense e em Salvador. Primeiros escritos. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 10, Edição Especial, p.69-78, ago. 2011.

SOUZA, Eldemar de. Solano Trindade e eu. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 7, n.8, p. 25, maio 2008.

SOUZA, Marlucia Santos de. Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 2, n.3, p.37-54, dez 2003.

SOUZA, Marlucia Santos de. Rede de Memória, História e Patrimônio em Duque de Caixas e Baixada Fluminense. Relatos de uma experiência coletiva”. In DAVID, Fatima Bitencourt, RUFINO, Marcia Montilio, ALVARENGA, Marcia Soares de. (Org.) *Professores pensam a Cidade – A Educação Pública em Debate no município de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2011. p. 199-208.

_____. Entre o Rural e o Urbano Industrial: a produção de uma Região Moderna e as Disputas Políticas Locais. *Revista Hidra de Igoassu*, Duque de Caxias, Edição Especial, ano 1, n. 1, fev. 2012.

_____. *Escavando o Passado da Cidade – História Política da Cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

SOUZA, Yvone Costa de. *Atravessando a linha vermelha: programa “Nova Baixada” de educação infantil- discutindo diversidade étnico racial e cultural na formação docente*. 117f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2009.

TORRES, Gêneses (Org.) *Baixada Fluminense: a construção de uma história -Sociedade, Economia, Política*. Rio de Janeiro: IPAHB, 2004

TORRES, Rogério. *Em busca da memória: crônica, registros e poesias*. Rio de Janeiro: 2003

TORRES, Rogério. *Uma passagem pela Caxias dos anos 60*. Mesquita: Edição do Autor, Gráfica Shaovan Ltda, 2001.

VIGORITO, Joalice de Souza. *Candomblé A identidade Africana, o Axé, no Objeto Sagrado, no corpo Imaginário (Baixada Fluminense (1967-1983). 128f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Severino Sombra, Vassoura, 2005.*

VIANA, Uhelinton Fonseca. *A Educação com o Patrimônio e a Educação como Patrimônio: uma política na formação de professores. 447f. Tese (Doutorado) - Programa Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.*

THOMPSON, E. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA. Acervo de dissertações disponível em :
<<http://bibliweb.uss.br/pergamum/biblioteca/index.php>> Acesso em: 20 jan.2016

APÊNDICE – Livros sobre a temática

Quadro 7: Livros sobre culturas afro brasileiras na Baixada Fluminense (2000-2014).

Ano	Autor	Título	Série/ Financiamento	Editora
2001	Dalva Lazaroni	Quilombos e Tiradentes na Baixada Fluminense	Não se aplica	Entrelinhas Editora
2008	Nielson Rosa Bezerra	As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888	Não se aplica	APPH-CLIO
2009	Maria do Carmo Gregório	Solano Trindade: Poeta das artes do povo	Apoio Petrobras	CEAP
2011	Mariza de carvalho Soares e Nielson Bezerra (orgs)	Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVII-XIX)	Obra do programa PPGH	Editora da UFF
2011	Nielson Rosa Bezerra	Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX	INEPAC- RJ	APPH-CLIO
2012	Nielson Rosa Bezerra	A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós Abolição no Recôncavo da Guanabara.	Editais 024-2011 INEPAC- RJ	APPH-CLIO
2012	Paulo Santos	Ilustres & Anônimos	Apoio Leafro	Cl produções
2013	Otaíra Fernandes Edna Inácio da Silva e Silva	Frutos da Terra: Samba e Compositores Iguaçuanos	Obra do programa	UFRRJ
2014	Andrea Mendes	Vestidos de realeza: fios e nós centro-africanos no candomblé de Joãosinho da Gomeia.	Série Recôncavo da Guanabara Vol. 1	APPH-CLIO
2014	Elisabeth Gama Castelhano	Mulato, Homossexual e Macumbeiro: que rei é este? Trajetória de João da Gomeia (1914-1971).	Série Recôncavo da Guanabara Vol.2	APPH-CLIO

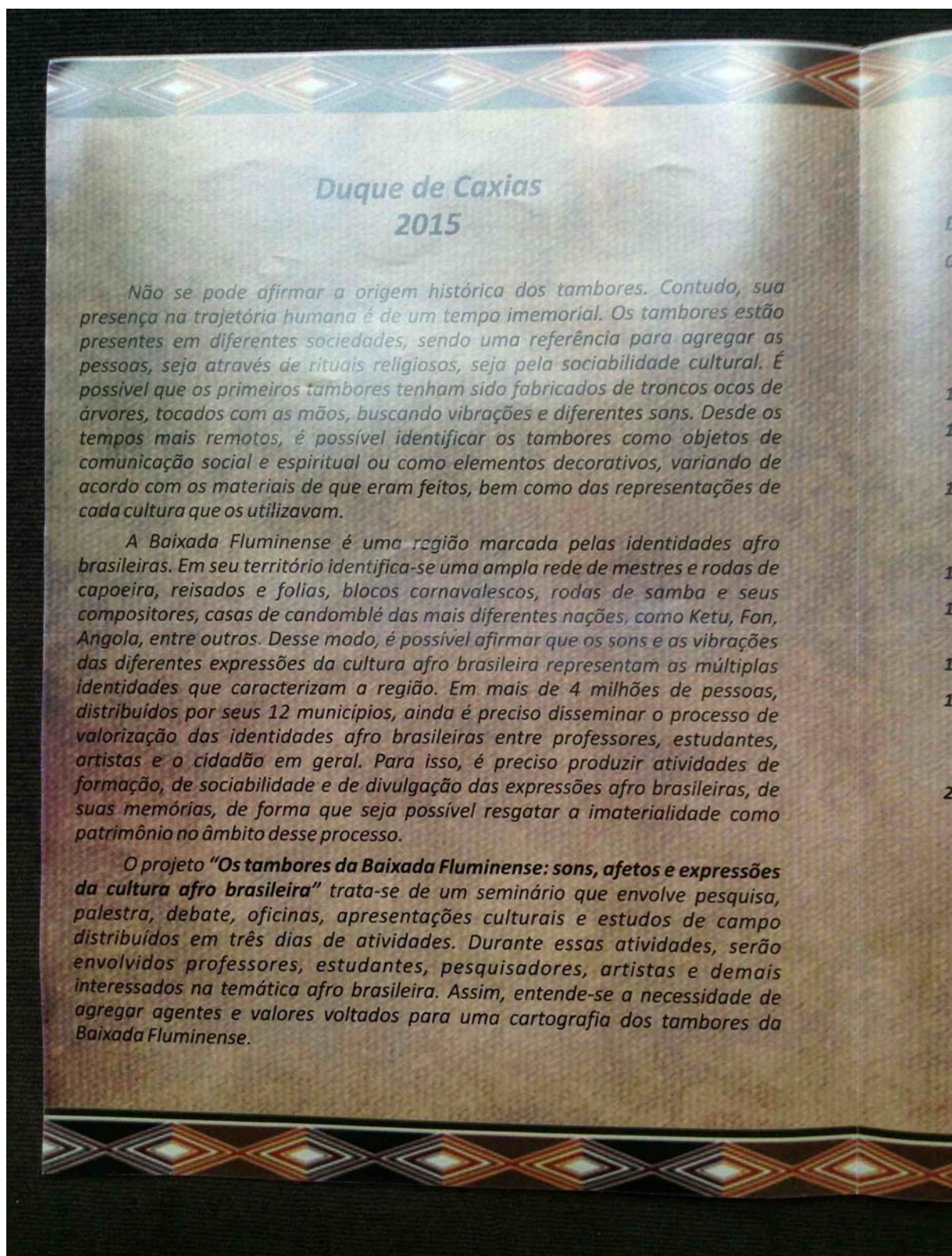
Fonte: A AUTORA, 2016. Instituto Histórico de Duque de Caxias;Acervo pessoal Nielson Bezerra.

ANEXO – Evento Tambores na Baixada

Figura 32: – Panfleto de Divulgação do evento “Tambores na Baixada Fluminense” (Continua)



Figura 33: – Panfleto de Divulgação do evento “Tambores na Baixada Fluminense” (Continuação)



Fonte: Acervo pessoal autora, 2015.